

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Brasília, março de 2022

SUMÁRIO

1.	MENSAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	5
2.	GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO	11
2.1	Planejamento e Governança	11
2.1.1	Alterações na estrutura regimental do MRE	16
2.1.2	Plano Plurianual da União (PPA).....	17
2.1.3	Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT)	18
2.1.4	Planejamento Estratégico Institucional	18
2.2	Gestão de riscos e controles internos	20
2.2.1	Secretaria de Controle Interno.....	20
2.2.2	Inspetoria do Serviço Exterior.....	21
2.2.3	Ouvidoria e Sistema eletrônico de Informação ao Cidadão (E-SIC).....	22
2.2.4	Serviço de Informação ao Cidadão do MRE.....	28
2.2.5	Transparência Ativa	32
2.2.6	Corregedoria do Serviço Exterior.....	33
2.2.7	Consultoria Jurídica.....	37
3.	RESULTADOS DA GESTÃO	39
3.1	Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas	39
3.1.1	MERCOSUL	39
3.1.2	Organização dos Estados Americanos	42
3.1.3	Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata.....	43
3.1.4	PROSUL.....	44
3.1.5	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	44
3.1.6	Demarcação de Fronteiras e Limites	45
3.1.7	Integração Física	46
3.1.8	Relações Bilaterais	47
3.2	Secretaria de Negociações Bilaterais do Oriente Médio, Europa e África.....	61
3.2.1	Departamento de Europa.....	61
3.2.2	Departamento de África	66
3.2.3	Departamento de Oriente Médio	69
3.3	Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia.....	73
3.3.1	China	73
3.3.2	Japão, Península Coreana e Pacífico	74
3.3.3	Índia, Sul e Sudeste da Ásia	76
3.3.4	Rússia e Ásia Central	77
3.4	Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos	79

3.4.1	Mecanismos Inter-Regionais.....	79
3.4.2	Turismo e esporte.....	81
3.4.3	Promoção Comercial.....	82
3.4.4	Organismos Econômicos Multilaterais.....	85
3.4.5	Promoção Tecnológica.....	94
3.4.6	Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura.....	105
3.4.7	Promoção do Agronegócio.....	111
3.4.8	Promoção de Serviços e de Indústria.....	116
3.4.9	Agência Brasileira de Cooperação.....	121
3.5	Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania.....	129
3.5.1	Coordenação-Geral de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania.....	129
3.5.2	Coordenação-Geral de Administração Consular.....	133
3.5.3	Departamento Consular.....	134
3.5.4	Departamento de Direitos Humanos e Cidadania.....	139
3.5.5	Departamento de Nações Unidas.....	144
3.5.6	Departamento do Meio Ambiente.....	148
3.5.7	Departamento de Segurança e Justiça.....	154
3.5.8	Departamento de Defesa.....	160
3.6	Secretaria de Comunicação e Cultura.....	166
3.6.1	Departamento Cultural e Educacional.....	166
3.6.2	Departamento de Comunicação Social.....	170
3.6.3	Instituto Rio Branco.....	171
3.7	Assessoria Especial de Gestão Estratégica.....	174
3.7.1	Presidente da República.....	174
3.7.2	Vice-Presidente da República.....	176
3.7.3	Ministro de Estado das Relações Exteriores:.....	176
3.8	Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares.....	181
3.8.1	Acompanhamento de Matérias Legislativas.....	181
3.8.2	Participação do senhor ministro das Relações Exteriores ou de representante do MRE em sessão de comissões do Congresso Nacional.....	182
3.8.3	Sabatinas.....	183
3.8.4	Requerimentos de informação, CPI da Pandemia e indicações parlamentares.....	183
3.8.5	Relações Federativas.....	184
3.8.6	Orçamento.....	184
3.8.7	Apoio a missões de parlamentares e autoridades federativas no exterior.....	185
3.8.8	Acompanhamento e apoio a atividades de diplomacia parlamentar.....	185
3.8.9	Demandas parlamentares.....	186
3.8.10	Escritórios de representação.....	186

3.9	Cerimonial.....	188
3.9.1	Visão Geral.....	188
3.9.2	Planejamento Organizacional e Resultados.....	194
3.9.3	Governança, gestão de riscos e controles internos	200
4.	CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO.....	202
4.1	Gestão e Governança.....	204
4.1.1	Novo Modelo de Gestão dos Postos.....	204
4.1.2	Redimensionamento da rede diplomático-consular do MRE	204
4.1.3	Melhora dos indicadores de gestão e governança do MRE.....	205
4.2	Gestão de pessoas.....	206
4.2.1	Recrutamento de pessoal	207
4.2.2	Capacitação de pessoal	208
4.2.3	Estagiários	209
4.2.4	Gestão da movimentação e da lotação de pessoal	210
4.2.5	Eficiência dos gastos	211
4.2.6	Despesas com pessoal	212
4.2.7	Gestão de contratos	212
4.3	Gestão administrativa e logística.....	219
4.3.1	Gestão dos Escritórios Regionais e Adidâncias Cíveis.....	224
4.3.2	Gestão de infraestrutura.....	227
4.3.3	Gestão de recursos logísticos	233
4.3.4	Gestão de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia	238
4.3.5	Gestão dos postos no exterior.....	240
4.3.6	Auxiliares Locais.....	245
4.4	Gestão da Tecnologia da Informação	246
4.4.1	Recursos aplicados em TI.....	247
4.4.2	Contratações mais relevantes	251
4.4.3	Principais iniciativas.....	252
4.4.4	Gestão documental	253
4.4.5	Segurança da Informação	255
4.4.6	Desafios.....	255
4.5	Gestão de licitações e contratos.....	256
4.5.1	Panorama operacional	256
4.5.2	Evolução operacional 2018-2021	259
4.5.3	Panorama gerencial (ações de governança).....	261
4.6	Gestão e Conservação do Patrimônio Histórico.....	264
4.6.1	Conservação e Restauro de obras de arte do acervo da SERE	264

4.6.2	Conservação e restauro de mobiliário e peças utilitárias de valor histórico da SERE	264
4.6.3	Movimentação de bens artísticos e históricos	265
4.6.4	Tratamento e consolidação de informações acerca do acervo artístico e histórico do MRE	265
4.6.5	Pesquisa e Divulgação do Acervo	266
4.6.6	Procedimentos de monitoramento de bens artísticos e culturais nos Postos no exterior	267
4.6.7	Cooperação com ERERIO.....	268
4.7	Gestão de orçamento, finanças e contabilidade.....	268
4.7.1	Desempenho Orçamentário	268
4.7.2	Execução descentralizada com Transferência de Recursos.....	273
4.7.3	Desempenho financeiro e informações contábeis	274
5.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	275

1. MENSAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Em 2021, a política externa brasileira (PEB) concentrou esforços na solução de três urgências principais, conforme instrução do senhor presidente da República: combate à pandemia de COVID-19; recuperação econômica; e desenvolvimento sustentável. As três questões situaram-se, em 2021, no topo das prioridades da política externa.

Por meio da “diplomacia da saúde”, a política externa engajou-se para assegurar, junto a atores centrais das cadeias de produção de vacinas, entre os quais sobressaem China, Estados Unidos, Índia e Reino Unido, o fornecimento das doses de imunizantes e dos ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) necessários ao início e ao prosseguimento bem-sucedido do programa nacional de vacinação, bem como a transferência da tecnologia que nos permitiu produzir IFA e vacinas no país. Como resultado desse esforço coordenado com pastas cruciais como a da Saúde, o Brasil finalizou 2021 tendo logrado imunizar cerca de 62,5% do público-alvo, ao mesmo tempo em que já oferecia dose de reforço da vacina a todos os cidadãos brasileiros maiores de 18 anos de idade.

Em paralelo, o Brasil deu início e envidou esforços, nos foros internacionais competentes como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), para otimizar o uso das capacidades instaladas em todo o mundo e para remover as barreiras que persistem a uma disseminação mais ampla de imunizantes e insumos médicos, valendo-se, inclusive, das flexibilidades previstas no Acordo da OMC sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês). É nessa direção que apontam a Iniciativa sobre Comércio e Saúde, que o Brasil integra na OMC, assim como proposta sobre fortalecimento de produção local de medicamentos e outras tecnologias de saúde copatrocinada pelo país, em maio de 2021, na Assembleia Mundial da Saúde. Seguiram no mesmo rumo iniciativas multilaterais como o *ACT-Accelerator*, o *Solidarity Call to Action* e a *Covax Facility*.

Parte significativa do esforço de combate à pandemia envolveu doações de itens como equipamentos, medicamentos, insumos e vacinas. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) coordenou o recebimento de doações provenientes de governos e empresas instaladas no exterior, em benefício do SUS e de governos de estados e municípios brasileiros. Por outro lado, a ABC administrou doações brasileiras a mais de 20 países da América Latina, África e Ásia, na forma de recursos financeiros, equipamentos, medicamentos e insumos.

Outra urgência do bloco de prioridades da política externa brasileira pelo qual o MRE trabalhou em 2021 foi a recuperação econômica, para a qual se mostra essencial, no contexto pós-pandemia, uma maior e melhor inserção do Brasil nos fluxos globais de bens, serviços e capitais, condição para fortalecimento da competitividade e geração de empregos cada vez mais qualificados.

É nessa ordem de ideias que o Brasil defende o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Na Cúpula do G20 realizada em outubro de 2021, o presidente da República enfatizou o imperativo de revigorar os três pilares da OMC: negociações; solução de controvérsias; e monitoramento e transparência. No pilar das negociações, o País busca, especialmente, normas mais rígidas contra restrições de caráter protecionista e contra subsídios distorcivos ao intercâmbio de bens agrícolas, bem como acordos sobre facilitação de investimentos; sobre comércio eletrônico, com salvaguardas de proteção da

privacidade; e sobre regulamentação de serviços, para harmonização e simplificação de requisitos.

A aproximação à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas a uma acesso plena, é outra via pela qual a política externa concorre para a modernização da economia brasileira. O País chegou ao final de 2021 tendo adotado 103 dos 250 instrumentos da organização, número sem paralelo entre países não membros.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem empreendido uma modernização do MERCOSUL, em parceria com os sócios do bloco. O esforço contempla uma redução gradativa da Tarifa Externa Comum (TEC) e a celebração de novos instrumentos internos ao bloco, como o acordo de facilitação de comércio eletrônico, firmado em 2021, de modo a aumentar a previsibilidade e a segurança jurídica das transações comerciais eletrônicas dentro do bloco.

No âmbito de nossa diplomacia econômica, a China tem lugar de destaque. Ao longo de 2021, foram redobrados esforços voltados a ampliar e diversificar as trocas com um parceiro que, há vários anos, figura como o principal destino das exportações brasileiras. A diplomacia brasileira trabalhou na elaboração, em parceria com o governo chinês, dos novos Planos Estratégico (2022-2031) e Executivo (2022-2026) que devem nortear as relações bilaterais a partir da VI Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a reunir-se no ano corrente.

A China presidirá o BRICS em 2022, tendo antecipado que buscará aprofundar as áreas de cooperação do agrupamento. Por ocasião da 13ª Cúpula do BRICS, em setembro de 2021, o presidente da República sublinhou a importância das parcerias estratégicas estabelecidas pelo Brasil com os demais membros do grupo, cujos líderes frisaram a ampliação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), as chamadas conjuntas de projetos de pesquisa dedicados ao combate à pandemia de COVID-19, o Acordo sobre Satélites de Sensoriamento Remoto, o Plano de Ação Contraterrorismo, o Acordo de Assistência Aduaneira Mútua, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Regulação de Produtos Médicos para Uso Humano e a Declaração sobre o Fortalecimento e a Reforma do Sistema Multilateral.

Igualmente no contexto das relações com a Ásia, o Brasil formalizou em 2021 sua adesão ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês). O Banco tem o potencial de ampliar a carteira de projetos a financiar no país, principalmente em infraestrutura voltada à conectividade física e ao comércio com a Ásia. O Brasil apresentou, ademais, candidatura a parceiro de diálogo setorial da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, no acrônimo em inglês), ora em exame pela Associação.

A visita do senhor presidente da República, em novembro de 2021, a três países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – Emirados Árabes Unidos, Catar e Bahrein (onde o presidente da República inaugurou a embaixada do Brasil em Manama) – seguida de visita, ao Brasil, do ministro de Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, evidenciou determinação mútua em implementar agenda modernizadora focada não só no fomento a comércio e investimentos, mas também na abertura de novas frentes de cooperação em áreas como defesa, energia, agricultura e ciência, tecnologia e inovação. Os países do CCG possuem alguns dos maiores fundos soberanos do mundo, em busca de diversificação em momento no qual o Brasil visa a fortalecer arcabouço jurídico para investimentos e estabelecer novos canais para a atração de capitais.

A terceira urgência que mobilizou a política externa brasileira em 2021 é o desenvolvimento sustentável: o Brasil finalizou o ano tendo assumido, por ocasião da 26ª Conferência das Partes (COP 26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), em novembro de 2021, elevação da meta brasileira de redução de emissões de 43% para 50% até 2030, em relação a 2005, tendo igualmente antecipado para 2028 meta de eliminar o desmatamento ilegal, antes prevista para 2030.

São aperfeiçoamentos em comparação com objetivos anunciados pelo presidente da República na Cúpula de Líderes sobre o Clima, em abril, seis meses antes da COP 26. As novas metas climáticas do Brasil encontram-se em linha com a antecipação, de 2060 para 2050, do objetivo brasileiro de neutralidade de emissões, formalizado ao Secretariado da UNFCCC igualmente em 2021. Além desse anúncio, o Brasil aderiu à Declaração de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra e ao Pacto Global sobre Metano.

Embora o combate à pandemia, a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável sejam urgências centrais da política externa brasileira, a lista das prioridades das relações internacionais do Brasil é naturalmente mais extensa e contempla iniciativas de caráter transversal: a mais evidente, para 2022, é o início do 11º mandato do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2022-2023, para o qual o país foi eleito, com votação expressiva, em junho de 2021. A partir de outubro, o Brasil passou a acompanhar as reuniões do CSNU, na qualidade de observador. A presença do Brasil no Conselho de Segurança contribui, de maneira decisiva, para a defesa dos interesses do país e para a projeção de posições brasileiras sobre os temas da agenda política internacional.

No plano político regional, a preocupação com a situação da democracia constituiu um dos elementos centrais da intervenção do presidente da República na Cúpula pela Democracia, em dezembro de 2021, organizada pelos Estados Unidos com participação (virtual) unicamente de mandatários democraticamente eleitos e que versou sobre compromissos e iniciativas de fortalecimento da democracia, defesa contra o autoritarismo, combate à corrupção e promoção dos direitos humanos.

No campo da promoção dos direitos humanos, vertente que constitui um dos preceitos basilares da política externa brasileira plasmados na Constituição Federal, o Brasil ratificou, em maio de 2021, a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, principal instrumento normativo da OEA no combate ao racismo e à discriminação racial. O Brasil teve papel determinante no processo de elaboração da Convenção e foi um dos primeiros países a assiná-la.

Em 2021, o Brasil celebrou três vitórias em eleições multilaterais: Dr. Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, como juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos; embaixador Santiago Mourão à Presidência da Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e professor George Rodrigo Bandeira Galindo à Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.

Igualmente em 2021, o País aderiu à Aliança Internacional em Memória do Holocausto (IHRA, na sigla em inglês), foro que reúne governos, organizações internacionais e especialistas para discutir ações de promoção da educação, da pesquisa

e da memória do Holocausto. Constituiu sinal inequívoco do compromisso do governo com o combate a todas as formas de racismo, intolerância e xenofobia, incluindo o antissemitismo.

Insere-se no plano da promoção e proteção dos direitos humanos a iniciativa, em vigor desde setembro de 2021, de concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária a nacionais afegãos e pessoas afetadas pela situação de crise humanitária no Afeganistão. Recebem atenção especial solicitações de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e seus grupos familiares. Ao longo de 2021, a política migratória vigente de acolhida humanitária manteve abertas as portas a grandes grupos de haitianos e venezuelanos que buscam proteção e oportunidades no Brasil.

No âmbito da prestação de serviços consulares à comunidade brasileira no exterior, merece menção a expansão da plataforma “e-consular”, que passou a contemplar 75 embaixadas ou consulados, responsáveis por 85% dos serviços consulares prestados no exterior, com redução expressiva do tempo de atendimento e da quantidade de visitas à repartição consular, com eliminação de filas e aglomerações. Trata-se de sistema desenvolvido segundo as melhores práticas de governo digital da OCDE, acessível para o usuário e com custos baixos de adoção na rede consular.

A política externa brasileira constitui exercício em permanente construção. Trata-se de empreendimento que deve ser construído, por meio do diálogo, com todos os setores da sociedade brasileira; da cooperação entre os poderes e entre os órgãos de estado; e da coordenação de esforços entre todos aqueles que, direta ou indiretamente, trabalham para tornar a política externa um instrumento para o desenvolvimento do Brasil e a prosperidade de seu povo.

CARLOS FRANÇA

MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2. GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO

2.1 Planejamento e Governança

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é o órgão da administração direta responsável pela execução da política externa da República Federativa do Brasil e por suas relações diplomáticas e consulares. Representa o Brasil nas negociações políticas, comerciais, econômicas e culturais com governos e entidades estrangeiras. Compete ao Itamaraty conduzir e executar programas de cooperação internacional, de promoção comercial e investimentos, e defender a posição do País em temas relacionados a política internacional, o comércio exterior e a competitividade internacional do Brasil, bem como nas negociações que envolvem as delegações, comitivas e representações brasileiras junto a governos e organismos internacionais e multilaterais. É tarefa do MRE auxiliar direta e imediatamente o presidente da República nas relações com Estados estrangeiros e organismos internacionais, além de coordenar as atividades das assessorias internacionais dos órgãos e das entidades da administração pública federal. Nesse contexto, a missão do MRE é promover e defender, no plano internacional, os interesses do país, com vistas a seu desenvolvimento, em ambiente de paz e respeito aos princípios do Estado de Direito, da democracia, da solução pacífica de controvérsias, da promoção dos direitos humanos e da cooperação internacional.

Em 2021, o MRE continuou a reger-se, em sua estrutura regimental e demonstrativo de cargos em comissão e funções de confiança, pelo Decreto no 9.683, de 9 de janeiro de 2019, nas redações dadas pelo Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019, e pelo Decreto nº 10.598, de 11 de janeiro de 2021. Nesse quadro normativo, as competências do MRE são definidas no art. 1º do Anexo I do Decreto no 9.683/2019: “Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - assistir direta e imediatamente o presidente da República nas relações com Estados estrangeiros e organizações internacionais; II - política internacional; III - relações diplomáticas e serviços consulares; IV - participação em negociações comerciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com Estados estrangeiros e organizações internacionais, em articulação com os demais órgãos competentes; V - programas de cooperação internacional; VI - apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e

multilaterais; VII - coordenação das atividades desenvolvidas pelas assessorias internacionais dos órgãos e das entidades da administração pública federal; VIII - promoção do comércio exterior, de investimentos e da competitividade internacional do País, em coordenação com as políticas governamentais de comércio exterior, incluída a supervisão do Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil, e a presidência do Conselho Deliberativo da Apex- Brasil; e IX - apoio ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no planejamento e coordenação de deslocamentos presidenciais no exterior.”

Conforme o referido decreto, o MRE possui a seguinte estrutura organizacional básica:

(i) órgãos de assistência direta e imediata ao ministro de Estado das Relações Exteriores:

- Gabinete (G)
- Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AEG)
- Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional (AFEPA)
- Consultoria Jurídica (CONJUR)
- Secretaria de Controle Interno (CISSET)
- Instituto Rio Branco (IRBr)

(ii) órgão central de direção:

- Secretaria-Geral das Relações Exteriores

(iii) órgãos de assessoria ao secretário-geral:

- Gabinete do secretário-geral (SG)
- Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas (SAME)

Departamento de Estados Unidos da América (DEUA)

Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe (DMEAC)

Departamento de América do Sul (DAS)

Departamento de MERCOSUL e Integração Regional (DEMIR)

- Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)

Departamento de Europa (DEU)

Departamento de Oriente Médio (DOMA)

Departamento de África (DEAF)

- Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (SARP)

Departamento de China (DECN)

Departamento de Índia, Sul e Sudeste da Ásia (DISA)

Departamento de Rússia e Ásia Central (DRC)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

- Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC)

Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais (DEC)

Departamento de Promoção Tecnológica (DCT)

Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura (DPER)

Departamento de Promoção do Agronegócio (DPAGRO)

Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria (DPSI)

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

- Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (SASC)

Departamento de Segurança e Justiça (DSJ)

Departamento de Defesa (DDEF)

Departamento de Nações Unidas (DENU)

Departamento de Meio Ambiente (DMA)

Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DHC)

Departamento Consular (DCON)

- Secretaria de Comunicação e Cultura (SECC)

Departamento Cultural e Educacional (DCED)

Departamento de Comunicação Social (DCOM)

- Secretaria de Gestão Administrativa (SGAD)

Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação (DTIC)

Departamento de Administração e Logística (DA)

Departamento de Serviço Exterior (DSE)

Inspetoria-Geral e Ouvidoria do Serviço Exterior (ISEX)

- Corregedoria do Serviço Exterior (COR)

- Cerimonial (C)

(iv) unidades descentralizadas:

- Escritórios de Representação

- Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites

(v) órgãos no exterior:

- Missões Diplomáticas permanentes

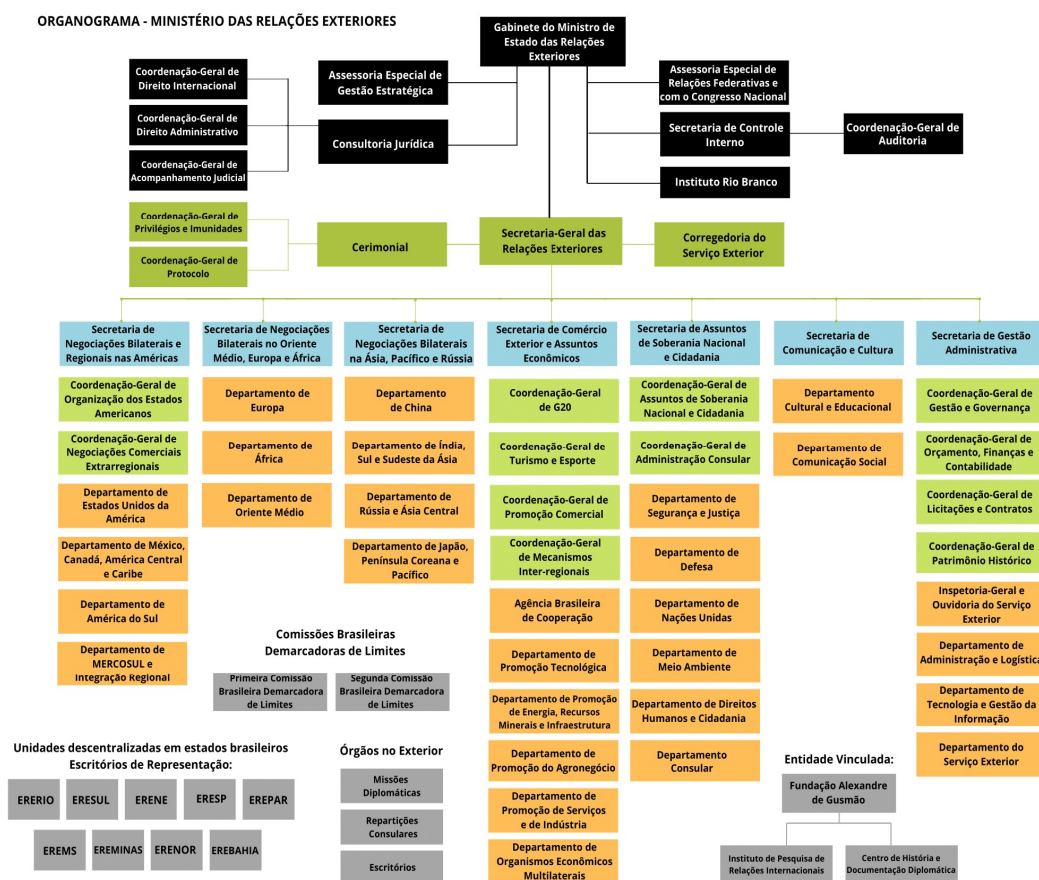
- Repartições Consulares

- Unidades Específicas, destinadas às atividades administrativas, técnicas, culturais ou de gestão de recursos financeiros

(vi) órgãos de deliberação coletiva:

- Conselho de Política Externa
- Comissão de Promoções
- Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
- Comissão Permanente de Avaliação da Documentação Sigilosa
- Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles

(vii) entidade vinculada: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)



2.1.1 Alterações na estrutura regimental do MRE

No início de 2021, com a entrada em vigor do Decreto n. 10.598, de 11 de janeiro de 2021, foram efetivados ajustes pontuais na estrutura regimental do MRE com os objetivos de aprimorar a eficiência organizacional, reforçar e ampliar a coordenação das áreas administrativas do Itamaraty.

Entre as mudanças advindas com a vigência do referido decreto, ressaltam-se: (i) criação da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC), responsável por coordenar a elaboração do Plano Anual de Contratação no Brasil e por apoiar as contratações no exterior; (ii) criação da Coordenação de Administração de Escritórios Regionais e Adidâncias Civas (CESC), competente por apoiar os Escritórios de Representação no Brasil e a rede de adidâncias civis no exterior e orientá-los quanto à gestão orçamentário-financeira; (iii) criação da Divisão de Administração de Auxiliares Locais (DAUX), responsável por supervisionar e orientar os postos no exterior na gestão dos auxiliares locais.

O Itamaraty em números – 2021

ESTRUTURA NO BRASIL		Fonte: CGG
Secretarias	7	
Departamentos	27	
Divisões e Coordenações-Gerais	93	
Cerimonial, Consultoria Jurídica e outras unidades	19	
Escritórios Regionais	9	

REPRESENTAÇÕES NO EXTERIOR					Fonte: CGG
	Postos A	Postos B	Postos C	Postos D	Total
Embaixadas	17	21	47	47	132
Repartições Consulares	26	18	11	15	70
Missões e Delegações	9	2	0	0	11
Escritórios	1	0	1	1	3
Total	53	41	59	63	216

POSTOS POR REGIÃO								Fonte CGG
	África	América Central e Caribe	América do Norte	América do Sul	Ásia e Oceania	Europa	Oriente Médio e Ásia Central	Total
Embaixadas	35	15	3	11	20	37	11	132
Repartições Consulares	2	0	13	30	8	17	0	70
Missões e Delegações	0	0	3	1	0	7	0	11
Escritórios	0	0	1	0	1	0	1	3
Total	37	15	20	42	29	61	12	216
Total de relações diplomáticas: 197.								

SERVIDORES EM 31/05/2021		Fonte: DP
*incluindo Unidades Descentralizadas (Escritórios Regionais e Comissões Demarcadoras de Limites)		
Diplomatas		1.537
Oficiais de Chancelaria		801
Assistentes de Chancelaria		428
PCC/PGPE		277
Total		3.043

2.1.2 Plano Plurianual da União (PPA)

Em 2021, o MRE continuou a participar do processo de monitoramento e avaliação do programa “Política Externa” (código 2216), no âmbito do PPA 2020-2023. O programa conta com um objetivo (SIOP 1225 – “Garantir a defesa dos interesses e valores do Brasil nas relações internacionais e a prestação de serviços consulares de excelência ao cidadão brasileiro”) e uma meta (SIOP 051L – “Fortalecer o diálogo político bilateral e multilateral, com vistas ao aproveitamento de oportunidades econômicas, comerciais e de ciência, tecnologia e inovação, à preservação da cultura e do idioma nacionais e à assistência à comunidade brasileira no exterior”).

Ao objetivo e à meta estão associados dois resultados intermediários (SIOP 180 – “Cursos de formação e de aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco – Programa de Ação Afirmativa”; e SIOP 181 – “Expansão da estrutura de atendimento ao público dos serviços consulares prestados nos Postos no exterior”). Nos ciclos de monitoramento e avaliação, o MRE tem apresentado estimativas de resultados a serem alcançados anualmente até a conclusão do período coberto pelo PPA 2020-2023.

2.1.3 Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT)

Ao final do primeiro semestre de 2021, o MRE concluiu com êxito a implementação da maioria das ações de modernização previstas na versão original do Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT), celebrado, em 16/12/2019, com o Ministério da Economia, no âmbito do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov - Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020).

Entre as ações realizadas, destacam-se: a elaboração da Cadeia de Valor, da Análise Ambiental, do Mapa Estratégico, do Painel de Indicadores e Metas e do Portfólio de Projetos Estratégicos no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE; a harmonização do sistema de gestão de documentos do MRE ao Barramento do Processo Eletrônico Nacional; e a avaliação de medidas de centralização de contratações e de oferta de serviços compartilhados no âmbito do Ministério.

Os avanços na implementação das ações do PGT/TransformaGov contribuem para a modernização da estrutura de governança do MRE, conforme preconizado pela política de governança do governo federal (Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017), e reforçam o alinhamento do Itamaraty aos princípios, diretrizes e padrões de governança recomendados pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Com vistas a dar continuidade a esse processo, o MRE acordou com o Ministério da Economia, em agosto de 2021, a atualização do PGT, com a inclusão de 13 novas ações, parte das quais propostas pelo Itamaraty. Projetos do PGT nas áreas de avaliação e gestão documental, mapeamento de riscos dos processos de aquisições, fortalecimento institucional da gestão da saúde e desenvolvimento de plataforma digital para gestão dos postos no exterior sobressaem por seu potencial de contribuir para a eficiência administrativa.

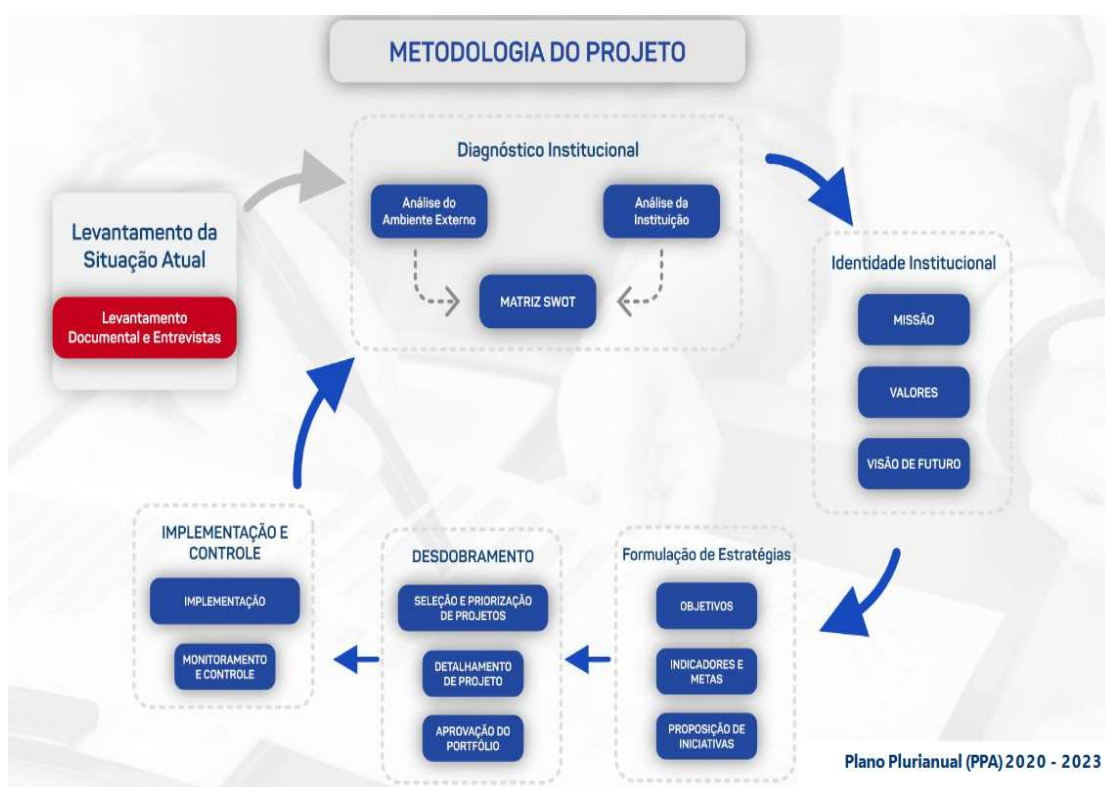
2.1.4 Planejamento Estratégico Institucional

Ao longo de 2021, avançou-se significativamente na execução dos trabalhos do “Projeto de Elaboração do Planejamento Estratégico Institucional do MRE” (PEI-MRE),

sob coordenação da equipe da Coordenação-Geral de Gestão e Governança do MRE, com apoio técnico da empresa G4F Soluções Corporativas, contratada, em 18/12/2019, para prestar auxílio na elaboração dos setes serviços programados: Cadeia de Valor, Análise Ambiental, Referenciais e Mapa Estratégico, Painel de Indicadores e Metas, Projetos e Entregas Estratégicas, Monitoramento da Estratégia e Avaliação da Estratégia.

Concluídos os cinco primeiros serviços, com a elaboração da Cadeia de Valor, da Análise Ambiental, do Mapa Estratégico, do Painel de Indicadores e Metas e do Portfólio de Projetos Estratégicos, o PEI-MRE encontra-se atualmente nos serviços sexto e sétimo, Monitoramento e Avaliação a Estratégia, respectivamente. Essas etapas, de longa duração, com término previsto para junho de 2022, estão sendo realizadas concomitantemente, com 12 ciclos mensais de monitoramento, intercalados com quatro ciclos trimestrais de avaliação. Assim como os serviços anteriores, as correntes etapas do PEI-MRE preveem a participação de representantes de todas as secretarias, para que esse instrumento de gestão reflita prioridades, dinâmicas e especificidades das diferentes áreas de atuação do MRE.

O processo de elaboração do PEI-MRE busca o alinhamento ao Plano Plurianual 2020-2023, à Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) 2020-2031 e aos demais documentos de referência em planejamento estratégico na esfera federal. Ademais, orienta-se pelos princípios e padrões de governança pública preconizados pelo TCU, pela CGU e pela OCDE. Espera-se que o PEI-MRE possa servir de apoio à gestão do órgão.



2.2 Gestão de riscos e controles internos

2.2.1 Secretaria de Controle Interno

A Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores (CISSET) é órgão de assistência direta e imediata do ministro de Estado das Relações Exteriores, conforme o artigo 2º do decreto nº 9.683/2019, e vem atuando em ações de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, avaliação da gestão, melhoria da gestão pública, qualidade do gasto e na eficiência da aplicação de recursos, além de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Consoante o disposto na Lei nº 10.180/2001, no exercício de suas funções de órgão setorial de controle interno, a CISSET vincula-se tecnicamente à Controladoria-Geral da União (CGU), que é o órgão central do Sistema de Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI).

No âmbito das atividades de Auditoria Interna Governamental, a CISSET realizou, em 2021, a avaliação de gestão de contratos de TI, o acompanhamento da gestão de

unidades do MRE, em escritórios regionais e postos no exterior, o exame de atos relacionados à gestão de pessoal e de processos licitatórios, por meio do sistema “Alice” da Controladoria-Geral da União, o atendimento a demandas do Tribunal de Contas da União, bem como prestou serviços de consultoria e participou de reuniões da Comissão de Coordenação de Controle Interno – CCCI e do Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União – DICON. Ademais do exposto, a Ciset atuou em processos de revisão e consolidação de atos normativos editados pelo MRE sobre temas de sua competência, nomeadamente o Regimento Interno da Secretaria do Serviço Exterior (RISE) e o Guia de Administração de Postos (GAP), além de ter elaborado a proposta de regimento interno próprio.

2.2.2 Inspetoria do Serviço Exterior

Nos termos do Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, conforme modificado pelo Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019, compete à Inspetoria-Geral e Ouvidoria do Serviço Exterior (ISEX): I - no âmbito da competência de inspetoria, desenvolver atividades relativas à: a) inspeção administrativa; b) gestão da integridade; e c) avaliação de desempenho relacionada aos programas e às 20 ações dos setores político, econômico, comercial, consular, cultural, de cooperação técnica e de cooperação científico-tecnológica das unidades organizacionais na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e no exterior; e II - no âmbito da competência de ouvidoria: a) receber e analisar denúncias, reclamações, solicitações, elogios e sugestões; b) requisitar informações e documentos às unidades do Ministério, no Brasil e no exterior, quando necessário ao desempenho de suas atividades; e c) coordenar, orientar e exercer atividades de ouvidoria previstas na legislação em vigor, sem prejuízo de atribuições específicas a serem estabelecidas no regimento interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

2.2.3 Ouvidoria e Sistema eletrônico de Informação ao Cidadão (E-SIC)

Responsável por coordenar, no Itamaraty, os procedimentos relativos ao SIC, estabelecido pelo Decreto nº 7.724/2012, que regulamentou a Lei de Acesso à Informação.

Em relação à transparência, a Ouvidoria tem por função:

supervisionar a publicação, na página do Ministério, de informações previstas na Lei nº 12.527/2011, e publicar o rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;

conduzir o processo de revisão quadrienal de ofício das informações classificadas do órgão, nos termos do artigo 35 da Lei nº 12.527/2011; e

elaborar, revisar e monitorar o Plano de Dados Abertos do Ministério, que viabiliza a abertura de bases de dados do órgão de comprovado interesse do cidadão e do gestor público.

A Ouvidoria do Serviço Exterior (OUVSE) é responsável por receber e encaminhar sugestões, reclamações, solicitações de serviços, denúncias e elogios pertinentes relativos aos serviços prestados pelo órgão, inclusive consulares. Também compete à unidade a gestão e promoção da integridade, avaliação das unidades e gestora da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Ministério.

Plano de Integridade

Em dezembro de 2021, a ISEX publicou na página do Itamaraty, a primeira revisão do Plano de Integridade, válido para o biênio 2020-2022 (<https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/RelIntegridade07022022.pdf>). Por tratar-se de processo contínuo, a implementação do Plano de Integridade deverá seguir durante o exercício de 2022.

Ações da Unidade de Gestão da Integridade

Na capacidade de Unidade de Gestão da Integridade do MRE, que lhe foi conferida pela Portaria MRE nº 385/2018, a ISEX compõe, como unidade setorial, o Sistema de Integridade do Poder Executivo Federal (SIPEF), instituído pelo Decreto nº 10.756/2021. Nesse papel, atua como ponto focal dentro do ministério para temas de integridade e ética

pública e responde pela comunicação e implementação dentro do órgão das ações de integridade emanadas do órgão central, a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União.

Plano de Dados Abertos

A Portaria nº 356, de 21 de julho de 2021, aprovou o Plano de Dados Abertos (PDA) do MRE, válido para o biênio 2021-2023, disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. O novo documento alinha-se às determinações legais mais recentes, como o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia do Governo Digital para 2021-2022.

Revisão Documental e publicação do rol de documentos desclassificados

Em 2021, sob a coordenação da Inspeção Geral e Ouvidoria do Serviço Exteriores, a Comissão reavaliou internamente as informações classificadas produzidas em 2013 e 2017. O resultado do exercício pode ser consultado em <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas>.

Reavaliação de Informações (CMRI)

A Inspectora-Geral do Serviço Exterior participou das reuniões da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), órgão colegiado composto por nove ministérios. A CMRI tem como atribuição reavaliar o grau de sigilo da informação classificada como ultrassecreta ou secreta e servir como última instância recursal administrativa de pedidos de acesso à informação. Em 2021, 575 informações do Ministério das Relações Exteriores foram examinadas pela Comissão.

Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação

Cabe à ISEX a coordenação dos trabalhos da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação (CPADIS). Em 2021, a CPADIS recebeu 19 manifestações. Os casos analisados não configuraram assédio ou discriminação e, com a intermediação da Comissão, foi possível evitar o agravamento da situação.

Em 2021, o 4º aniversário de criação CPADIS foi marcado com a realização de dois eventos sobre mediação de conflitos no ambiente de trabalho, com a participação de especialistas de outros órgãos em mediação e arbitragem.

Dados sobre a atuação da Ouvidoria do Serviço Exterior (OUVSE)



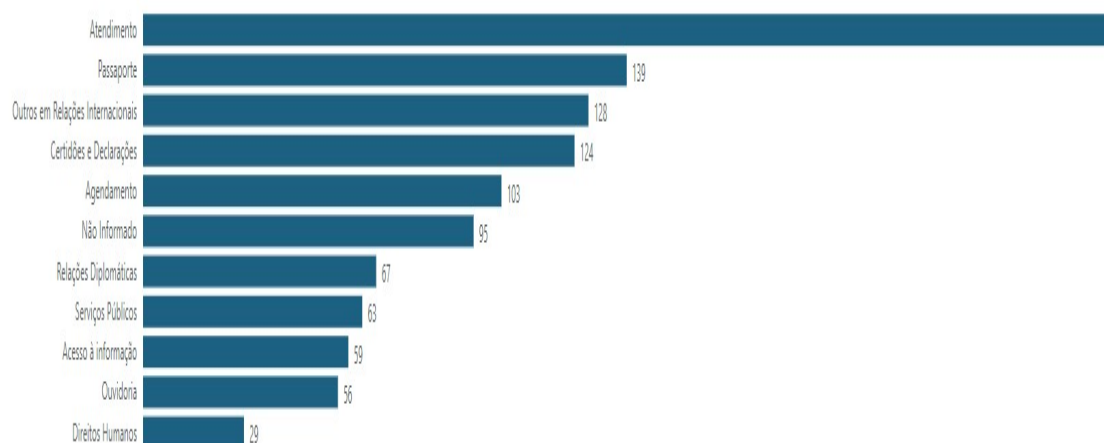
De janeiro a dezembro de 2021 a Ouvidoria do Serviço Exterior (OUVSE) recebeu 1.842 manifestações via Fala.BR. 100% foram respondidas dentro do prazo. 2 seguiram tramitando em 2022, todas segundo os prazos previstos na legislação. 232 manifestações foram arquivadas, geralmente por se tratar de duplicatas ou em razão de o assunto já ter sido respondido. Nenhuma manifestação foi encaminhada a órgãos fora do poder Executivo federal.

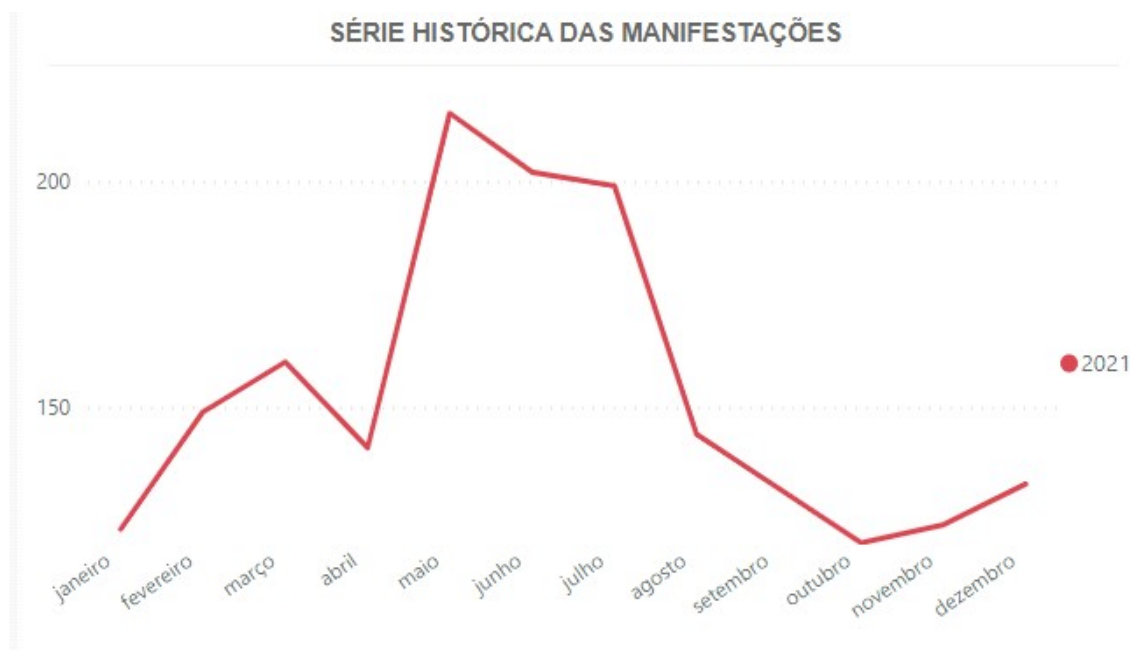
TIPOS DE MANIFESTAÇÃO

	RECLAMAÇÃO	462 (28,7%)
	SOLICITAÇÃO	787 (48,9%)
	DENÚNCIA	55 (3,4%)
	SUGESTÃO	63 (3,9%)
	ELOGIO	112 (7,0%)
	SIMPLIFIQUE	12 (0,7%)
	COMUNICAÇÃO	119 (7,4%)

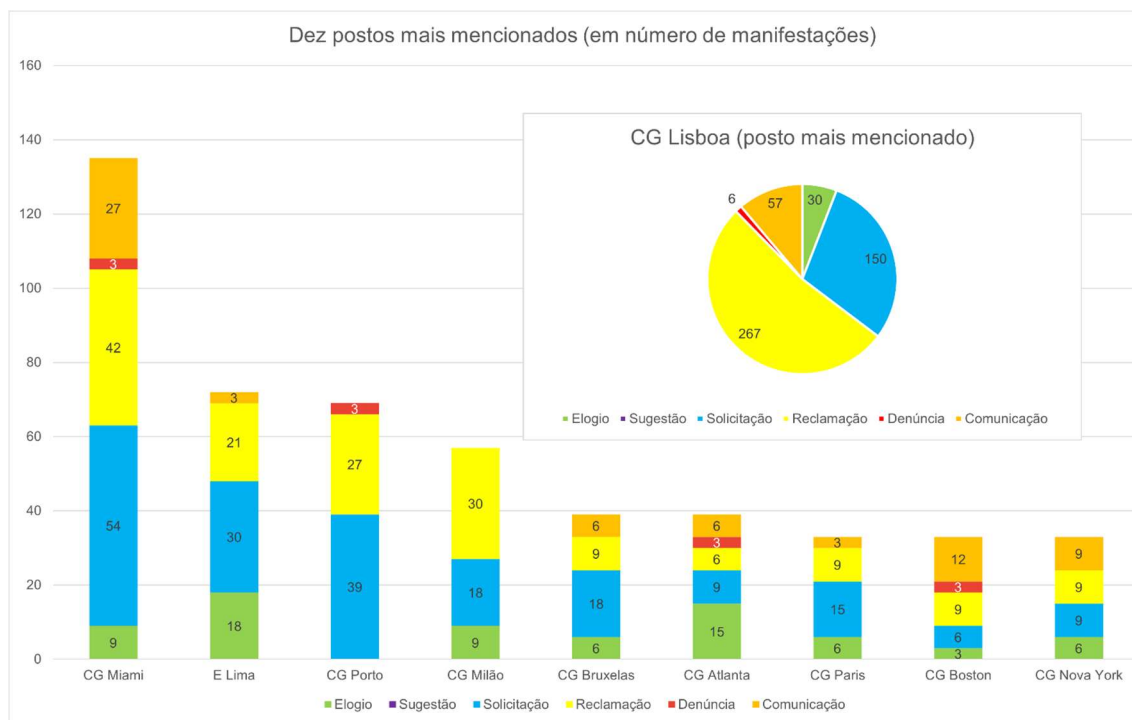
*Considera apenas as manifestações Respondidas e Em Tratamento.

Quase metade das manifestações recebidas foram solicitações, que podem ser dúvidas, perguntas, pedidos de providências, entre outros. Em segundo lugar vieram as reclamações e, em seguida, as comunicações, termo que designa as reclamações ou denúncias registradas de forma anônima. Elogios, sugestões e denúncias somaram, juntos, cerca de 15% das manifestações. Os temas mais recorrentes em 2021 foram:

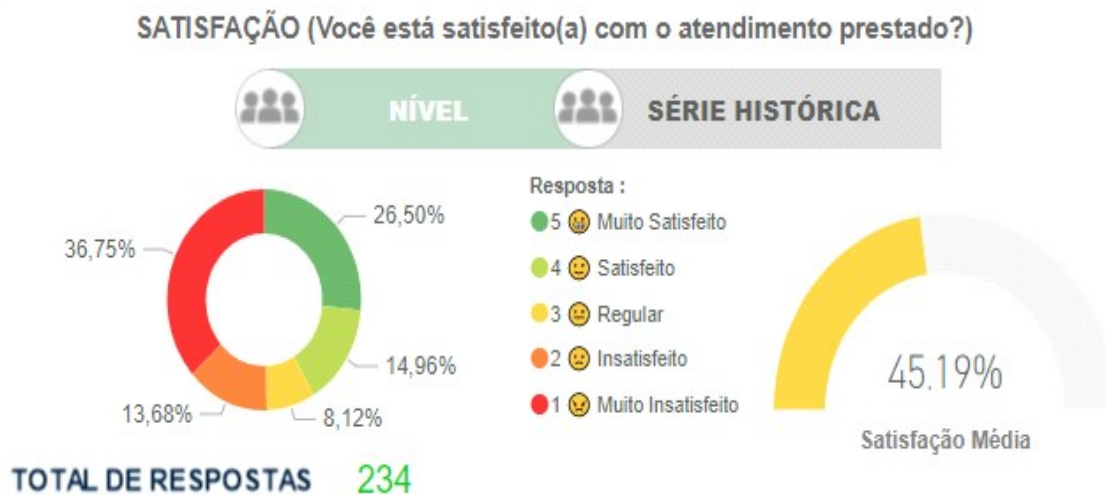




O gráfico acima apresenta a série histórica das manifestações. É possível notar um aumento no número de manifestações nos meses de maio a julho, quando houve recrudescimento dos casos de COVID-19.



A ilustração anterior indica os dez postos brasileiros no exterior em relação aos quais foram apresentadas o maior número de manifestações em 2021.



Nas pesquisas de satisfação feitas pela Controladoria-Geral da União, 45,19% dos usuários reportaram satisfação ou muita satisfação com o atendimento recebido. Avaliações desfavoráveis são muitas vezes observadas quando a expectativa do cidadão não pode ser atendida por falta de amparo na legislação (exemplo: expectativa de que o consulado brasileiro arcasse com custos processuais no exterior).



Resolução da demanda: 53% dos usuários que responderam à pesquisa de satisfação reportaram que sua demanda foi resolvida, total ou parcialmente.

2.2.4 Serviço de Informação ao Cidadão do MRE



STATUS DOS PEDIDOS

100,00%

RESPONDIDOS

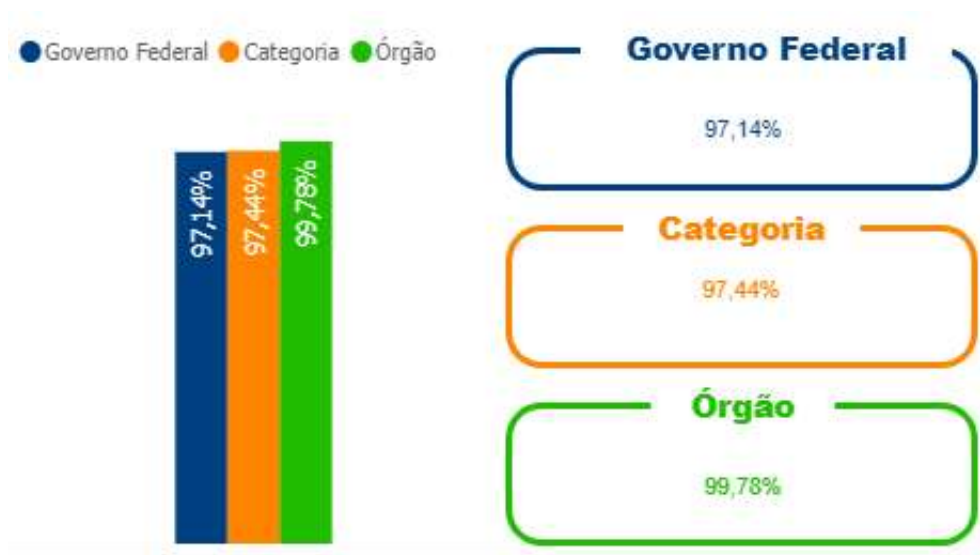
0,00%

EM TRAMITAÇÃO

0,00%

OMISSÕES

Em 2021, o SIC-MRE recebeu 916 pedidos de acesso à informação, o que coloca o órgão na 25ª posição no ranking de órgãos mais demandados. O tempo médio de resposta foi de 25,62 dias (prazo estabelecido na Lei nº 12.527/2011 é de até 30).

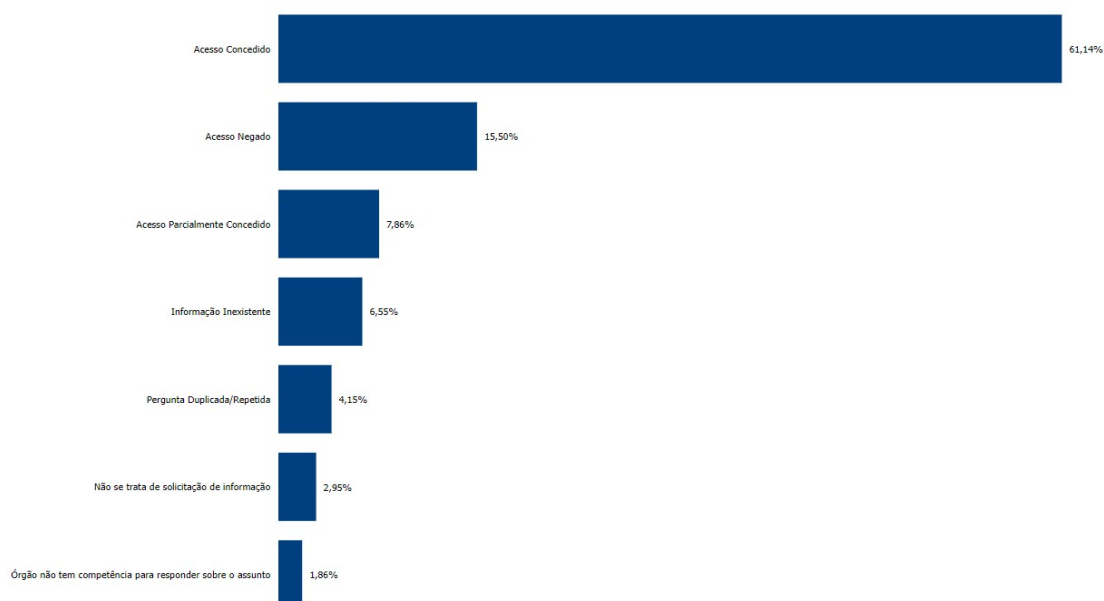


Foram respondidos dentro do prazo legal 99,78% dos pedidos de acesso à informação, número superior à média da categoria e do governo federal.

PRINCIPAIS TEMAS ?



Os temas são escolhidos pelo cidadão, de uma lista pré-definida pela Controladoria-Geral da União.



O gráfico anterior indica o tipo de resposta do órgão ao pedido inicial. O SIC-MRE apresenta percentual de 76,64% em acesso concedido, total ou parcialmente.

OMISSÕES

TOTAL DE OMISSÕES ?

0

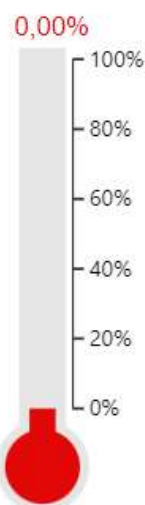
RANKING ?

43° / 306

HÁ QUANTOS DIAS O ÓRGÃO ESTÁ
CUMPRINDO TOTALMENTE OS PRAZOS

14

NÍVEL DE OMISSÕES



O SIC-MRE encerrou o ano de 2021 sem registro de omissões.

EVOLUÇÃO DE OMISSÕES ?



Evolução de omissões: percentual de pedidos ou recursos com prazo expirado em 31 de dezembro do ano correspondente. O exercício de 2021 não aparece no gráfico porque em 31/12/2021 não havia pedidos ou recursos em omissão.

PERFIL DOS SOLICITANTES

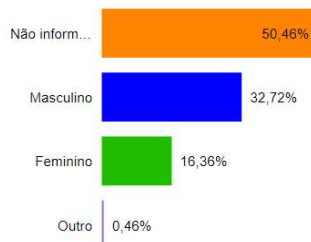
TOTAL DE SOLICITANTES

434

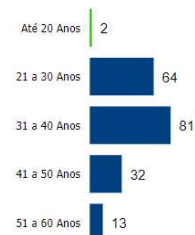
MÉDIA DE PEDIDOS
POR SOLICITANTES

2,4

GÊNERO



FAIXA ETÁRIA



TOTAL DE RESPOSTAS: 42

A resposta fornecida atendeu
plenamente ao seu pedido?



A resposta fornecida foi de fácil
compreensão?



A maioria dos usuários considera que a resposta recebida do MRE atendeu plenamente ao pedido e foi de fácil compreensão.

TOTAL DE RECURSOS

161

RANKING

20° / 306

TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA

ÓRGÃO	CGU	CMRI
6,43 dias	5,8 dias	119 dias

20° / 306



Do total de 161 recursos recebidos em 2021, 100% foram respondidos e concluídos dentro do prazo legal.



Dos 161 recursos registrados ao longo do ano, a maioria não prosseguiu além da primeira instância. Apenas um recurso chegou à última instância, a CMRI.

2.2.5 Transparência Ativa

Em atenção à Lei de Acesso à Informação, a página do Itamaraty é padronizada de modo a permitir a rápida localização e obtenção das informações desejadas. A divulgação ativa de dados e informações relativas à referida Lei é feita em seção específica denominada “[Acesso à Informação](#)” e disponibilizada no menu principal das páginas.

TRANSPARÊNCIA ATIVA

AVALIADOS: **49 / 49**

CUMPRIDOS: **26**

RANKING DE CUMPRIMENTO

204° / 306

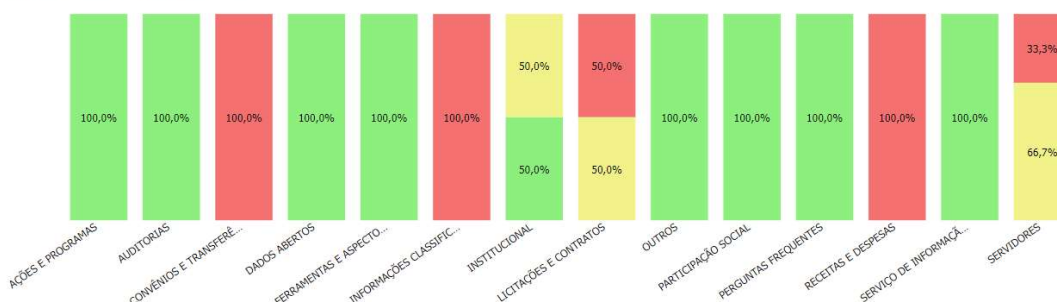
ITENS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA AVALIADOS



CUMPRIMENTO POR ASSUNTO

CUMPRIMENTO POR ITENS

● Cumpre ● Cumpre Parcialmente ● Não Cumpre



O Ministério das Relações Exteriores cumpre, total e parcialmente, 67,35% dos itens em Transparência Ativa. Em 2021, com a publicação da segunda versão do Plano de Dados Abertos MRE, julho 2021 / julho 2023 (<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/>

documentos/plano-de-dados-abertos/PDA202123.pdf), o órgão melhorou, seu desempenho em transparência ativa, e obteve 100% no item “dados abertos”.

2.2.6 *Corregedoria do Serviço Exterior*

A Corregedoria do Serviço Exterior (COR) é a unidade responsável pela apuração de questões relativas à conduta dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro, conforme o disposto na Lei 11.440/2006 e no Decreto 1.793/1996. Compete à COR, vinculada à Secretaria-Geral das Relações Exteriores (SG), zelar pela observância do conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades previstos na Lei 8.112/1990 e na legislação específica pertinente aos servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Em 2021, a COR dedicou-se ao processo de maturidade institucional, iniciado em 2018 sob os auspícios da Controladoria-Geral da União, o que resultou em uma abordagem que privilegia, nos termos da legislação vigente, a abertura de Sindicâncias e Investigações Preliminares Sumárias (IPS), além da assinatura de Termos de Ajuste de Conduta (TAC), em detrimento de onerosos Processos Administrativos Disciplinares (PADs). O novo paradigma, em linha com as orientações da CGU, observa o princípio de que o direito punitivo da administração sempre deve ser visto como a *ultima ratio*, excepcional e sem excessos. Assim, apenas quando outros instrumentos não forem mais suficientes à recondução da normalidade administrativa é que deve a instância correcional ser acionada.

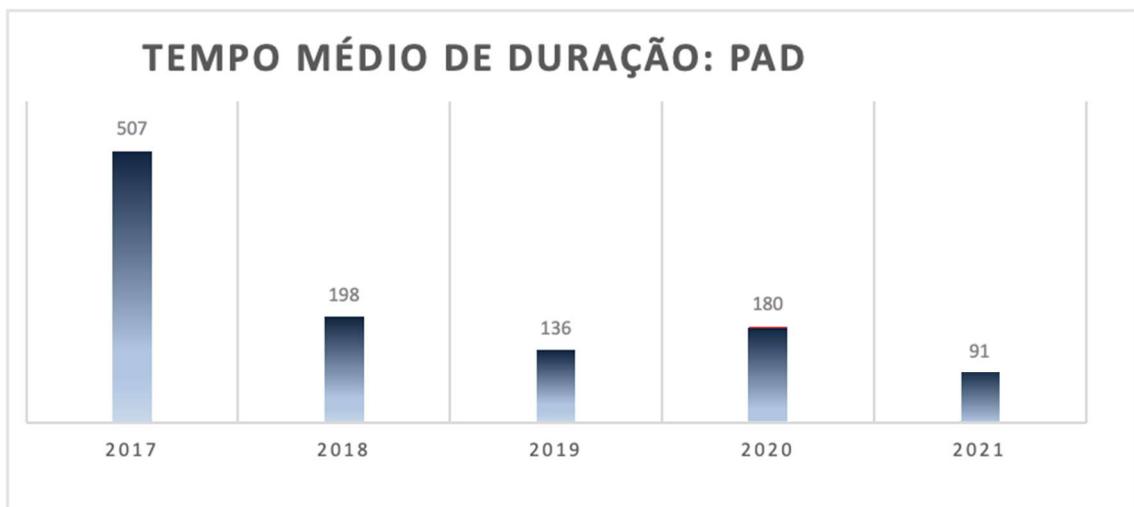
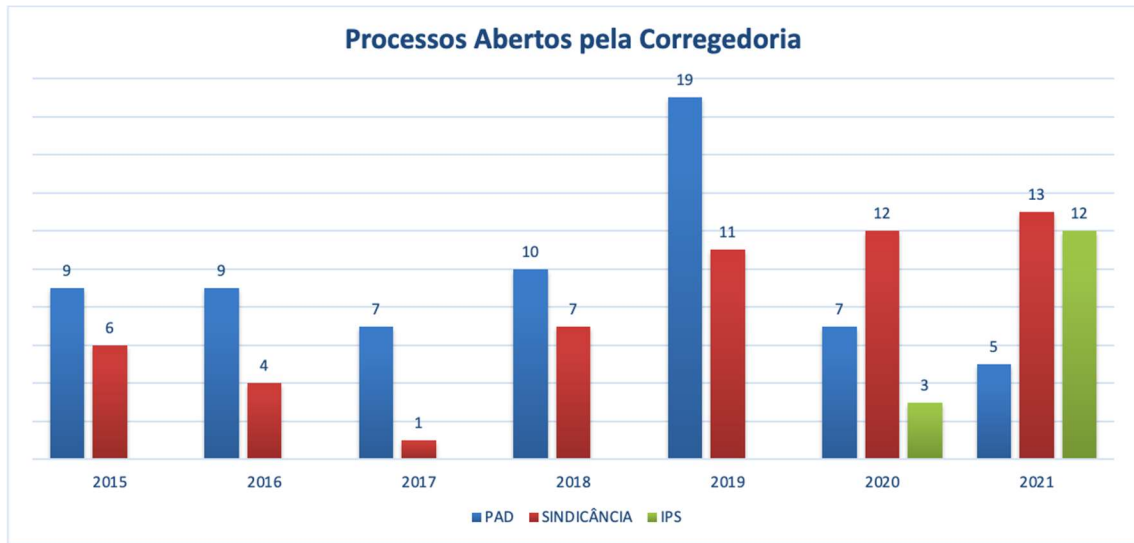
Como resultado, em 2021 foram instaurados 5 PADs (3 ordinários e 2 sumários) e 13 sindicâncias (incluindo 2 investigativas, 1 patrimonial e 10 acusatórias). Ademais, 12 Investigações Preliminares Sumárias foram instauradas no ano de 2021. Considerando todos os procedimentos em curso no ano de 2021, inclusive os exercícios anteriores, foram concluídos 8 processos administrativos disciplinares (6 ordinários e 2 sumários), 12 sindicâncias (8 acusatórias e 4 investigativas) e 10 Investigações Preliminares Sumárias. Em 21 oportunidades, os procedimentos correccionais resultaram no arquivamento dos autos pela improcedência das denúncias e ausência de materialidade (9 IPSs, 2 sindicâncias investigativas, 7 sindicâncias acusatórias e 3 PADs). Quanto às sanções aplicadas e acordos celebrados, 3 servidores receberam a pena de advertência, 1

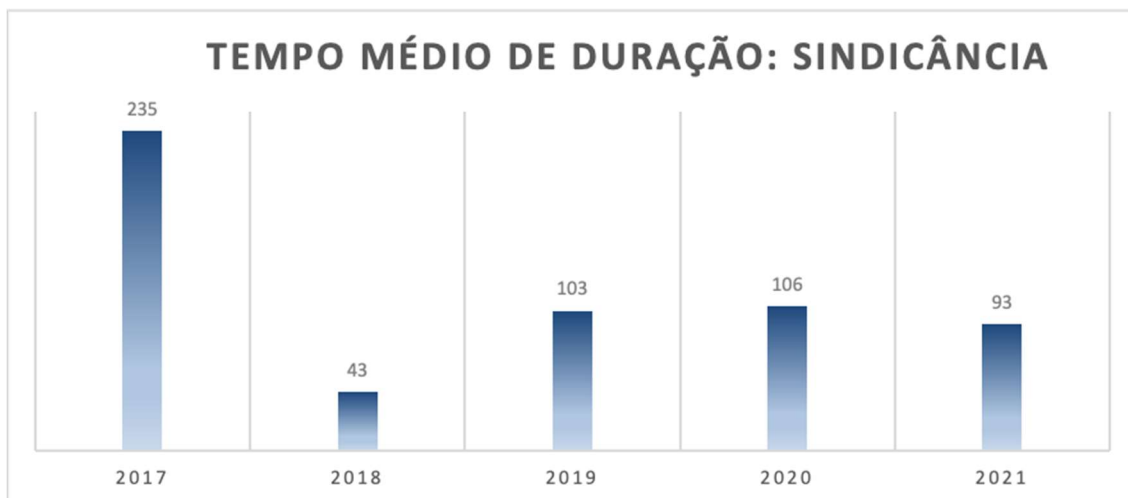
foi suspenso e 2 foram punidos com a pena capital. Outros 7 servidores assinaram termo de ajuste de conduta.

O tempo médio de conclusão dos PADs em 2021 foi de aproximadamente 91 dias, configurando uma redução significativa em relação a 2020 (180 dias). Já o tempo médio de conclusão das sindicâncias em 2021 foi de 93 dias, apresentando também uma redução em relação a 2020 (106 dias). Pode-se destacar que estas reduções decorrem do novo paradigma, que privilegia a adoção de procedimentos mais céleres como sindicâncias acusatórias e investigações preliminares sumárias, bem como da progressiva retomada das atividades a patamares anteriores à pandemia de COVID-19.

Em 2021, a Corregedoria do Serviço Exterior buscou também intensificar sua relação com unidades homólogas de outros ministérios e nos Ministérios de Relações Exteriores de outros países. Dessa forma, com o intuito de compartilhar experiências e boas práticas e contribuir com o aprimoramento e maior eficiência da prestação correcional da COR, o Corregedor do Serviço Exterior manteve encontros, presenciais e virtuais, com nove titulares de corregedorias no Brasil e cinco titulares de corregedorias estrangeiras, além de reuniões com especialistas em gestão, mediação e integridade.

Finalmente, estão em curso iniciativas de extensão e integração do trabalho da Corregedoria do Serviço Exterior com o cotidiano dos servidores do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de conferir máxima transparência ao trabalho da COR e difundir, entre a comunidade de servidores, informações de relevo ligadas à prática correcional.





2.2.7 *Consultoria Jurídica*

A Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores (CONJUR) seguiu buscando cumprir sua missão institucional de assessorar o ministro de Estado e o secretário-geral em questões de natureza jurídica (Regimento Interno da Secretaria de Estado – RISE, Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008, art. 17).

Em 2021, foram protocoladas 529 solicitações à CONJUR, originárias de diversas áreas do MRE. Foram expedidos 922 memorandos, além de 925 ofícios e informações pelo Sistema Sapiens.

Os 464 pareceres, notas e cotas elaborados pela CONJUR trataram dos mais diversos temas jurídicos, nas suas vertentes internacional e interna, buscando-se sempre orientar os servidores do serviço exterior brasileiro na interpretação da Constituição, das leis, dos tratados internacionais e demais atos normativos. Com base nas consultas apresentadas, a CONJUR tem buscado contribuir para o cumprimento da legislação brasileira, bem como a solução de divergências entre a ordem jurídica brasileira e as de outros Estados ou organismos internacionais e a solução de questões relacionadas aos mecanismos internacionais de solução de controvérsias.

Nos últimos anos, o acompanhamento de ações judiciais tem demandado cada vez mais atenção, em particular o acompanhamento de demandas relacionadas à autorização para ingresso em território nacional de haitianos, sem necessidade de visto. Em 2021, foram analisados 476 processos desse tipo. A CONJUR atua, ademais, no esforço de coordenação interna para consubstanciar elementos de fato e de direito para a defesa da União e o cumprimento de decisões judiciais nesses casos.

A modernização estrutural da CONJUR tem possibilitado o aprimoramento da prestação de assessoria jurídica ao MRE em matérias relacionadas a ações judiciais, não somente envolvendo a União, mas também contra atos do ministro de Estado, do secretário-geral e das demais autoridades do MRE (art. 17, “g” do RISE), em apoio ao trabalho desenvolvido pelos órgãos da Advocacia-Geral da União (AGU), para reduzir os impactos, inclusive financeiros, que decisões do Poder Judiciário podem ter sobre os interesses da União.

Em 2021, foi editada a Ordem de Serviço CONJUR nº 01/2021, que dispõe sobre critérios para distribuição de processos no âmbito desta unidade. Esse instrumento definiu, em bases claras e objetivas, os critérios que norteiam a distribuição ou redistribuição de processos, considerando-se, entre outros fatores, a natureza e a complexidade das demandas e aspectos de gestão de recursos humanos, respeitando-se o princípio da distribuição equânime.

3. RESULTADOS DA GESTÃO

3.1 Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas

3.1.1 MERCOSUL

O ano de 2021 marcou os 30 anos do MERCOSUL, havendo sido realizada, no dia 26 de março, Cúpula de Chefes de Estado para celebrar a data, além de várias outras iniciativas ao longo do ano sobre o tema. Embora a pandemia tenha continuado a afetar a dinâmica dos trabalhos, o MRE deu continuidade ao processo de modernização do MERCOSUL, centrando sua ação em quatro eixos:

- Reforço do livre comércio e da convergência regulatória no interior do bloco, em temas como atualização do regime de origem, liberalização do comércio de serviços, agenda digital, aproximação empresarial e integração produtiva;
- Busca de maior competitividade e integração dos estados partes com a economia regional e internacional, mediante intensificação das negociações de acordos de livre comércio com terceiros, em paralelo ao processo de revisão da Tarifa Externa Comum;
- Geração de resultados concretos para os cidadãos, em uma agenda não limitada a temas comerciais; e
- Prosseguimento do processo de reforma institucional do bloco, para racionalização de sua estrutura e redução de burocracia e gastos.

No primeiro semestre, por ocasião da presidência *pro tempore* argentina (PPTA), foi lançado o “Estatuto da Cidadania do MERCOSUL”, documento que compila direitos e benefícios vigentes para os cidadãos, derivados de compromissos assumidos no âmbito do MERCOSUL. Realizou-se a primeira “Reunião de Ministros de Infraestrutura”, com objetivo de conferir ao MERCOSUL papel específico em tema central da integração, bem como o “Foro de Políticas Sociais do MERCOSUL: Vulnerabilidades em Zonas de Fronteira”.

No segundo semestre, durante a presidência *pro tempore* do Brasil (PPTB), apesar das restrições ainda impostas pela pandemia, foram realizados mais de 400 eventos, entre reuniões virtuais, seminários e workshops. Dentre esses, assinala-se seminário de

celebração de 30 anos do Tratado de Assunção (1991). O evento contou com a presença do senador Fernando Collor e do ministro das Relações Exteriores.

Ao longo de sua presidência de turno, o Brasil propôs que o tema da recuperação pós-pandemia fosse tratado de forma transversal pelas diversas instâncias do MERCOSUL. Foi realizado, no Instituto Bio-Manguinhos da Fiocruz, por exemplo, seminário técnico sobre acesso a vacinas, que levou à criação, pela Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL, de um grupo encarregado de trabalhar pela articulação regional em matéria de produção de imunizantes e outros medicamentos. Foi também organizada a sétima edição do Foro Empresarial do MERCOSUL, que, com apoio da CEPAL, tratou da integração produtiva no setor de fármacos, com vistas a debater estratégias para reduzir a dependência da região em relação às cadeias globais de fornecedores e de reforçar as estruturas produtivas nacionais e regionais.

No âmbito da revisão da TEC, o consenso entre os quatro países do bloco não foi alcançado, em razão da condicionalidade, estabelecida pelo Uruguai, com o tema das flexibilidades negociadoras externas. Foram prorrogados, por sete anos, os regimes especiais de importação do bloco, como as listas nacionais de exceção à TEC e os regimes especiais para importação de bens de capital e bens de informática e telecomunicações. Houve avanços no processo de revisão do Regime de Origem do MERCOSUL, trabalho que se espera possa ser concluído em 2022.

Durante a PPTB, realizou-se, ainda, reunião técnica sobre Infraestrutura, na esteira da reunião ministerial realizada na PPTA, bem como Seminário “30 anos do MERCOSUL em Matéria de Justiça e Segurança”.

A despeito da pandemia, foram mantidas ativas todas as frentes de negociações externas do MERCOSUL:

- Avançou-se na solução de pendências técnicas e na revisão formal e jurídica dos acordos com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA);
- Houve seguimento das negociações em curso com Canadá, Coreia do Sul e Singapura, e mantidos contatos com o Líbano;
- Foram lançadas as negociações de acordo de livre comércio com a Indonésia;

- Realizaram-se reuniões dos comitês conjuntos do acordo de livre comércio com o Egito e do acordo de comércio preferencial com a União Aduaneira da África Austral (SACU), com vistas a monitorar sua implementação e a explorar possibilidades de aprofundamento do comércio;

- Realizou-se reunião com a Índia, para analisar possibilidades de ampliação e aprofundamento do acordo de comércio preferencial vigente; e

- Mantiveram-se contatos para discutir a possibilidade de iniciar tratativas com potenciais novos parceiros, como a União Econômica Euroasiática.

Na agenda intrarregional, foram retomadas as reuniões das comissões administradoras dos acordos de livre comércio do MERCOSUL com Chile, Colômbia e Peru. Brasil e Colômbia acordaram aplicar tratamento tarifário preferencial aos produtos originários de suas zonas francas. O Acordo de Livre Comércio entre Brasil e Chile foi aprovado pelo Congresso Nacional no final de setembro passado.

Na América Central e Caribe, o MERCOSUL avançou na aproximação com a República Dominicana, mediante assinatura de memorando de entendimento para a promoção do comércio, dos investimentos e do encadeamento produtivo.

Durante a cúpula virtual de chefes de Estado do MERCOSUL, em dezembro, foram adotados quatro acordos: Acordo contra a Corrupção no Comércio Exterior e nos Investimentos Internacionais; Acordo de Reconhecimento Recíproco e Outorga de Licenças para o Exercício Profissional da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia (Acordo CIAM); Acordo-Marco sobre Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Educação Superior, Técnico-Profissional, Tecnológica, Artística e de Formação Docente e em Educação; e Acordo que emenda o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços para incorporar anexos regulatórios em regulamentação doméstica, telecomunicações e serviços postais.

Ainda durante a Cúpula, foram adotadas as seguintes declarações presidenciais: Declaração presidencial sobre a recuperação pós-pandemia; Declaração presidencial sobre integração digital no MERCOSUL; e Declaração presidencial sobre cooperação em defesa.

3.1.2 *Organização dos Estados Americanos*

Ao longo de 2021, o MRE deu continuidade à participação brasileira nas atividades no âmbito dos quatro pilares da OEA (democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional). Em virtude da pandemia de COVID-19, as reuniões do Conselho Permanente (CP) e das demais instâncias deliberativas e decisórias da OEA continuaram a ser realizadas em formato virtual.

No primeiro semestre de 2021, a delegação brasileira na OEA participou das discussões que resultaram na adoção, por consenso, de resolução sobre a situação no Haiti pela qual o CP ofereceu seus bons ofícios para facilitar o diálogo e a busca de soluções negociadas pelos atores políticos haitianos. De conformidade com aquele documento, foi realizada missão de bons ofícios do CP ao Haiti em junho de 2021.

A partir do início de 2021, a delegação brasileira participou das discussões do projeto de Carta Empresarial Interamericana, em grupo de trabalho estabelecido no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI). O projeto viria a ser aprovado por ocasião da 51ª Assembleia Geral da OEA (AGOE).

Também a partir do início de 2021, o Brasil participou de reuniões do processo preparatório para a IX Cúpula das Américas, tais como o diálogo nacional com organizações da sociedade civil e atores sociais e a sessão especial conjunta entre a Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA (CISC) e a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP), do Conselho Permanente da OEA sobre resiliência democrática. O Brasil participou, ainda, das reuniões do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) realizadas em junho e em outubro.

Ao longo do ano, a delegação brasileira na OEA participou de reuniões do CP em que foi discutida a situação na Nicarágua. O Brasil votou a favor de resoluções sobre aquele país aprovadas em junho e outubro, pelo CP, e em novembro, na 51ª AGOE. Em dezembro, o Brasil apoiou nova resolução aprovada pelo CP, que solicitou a organização de missão de bons ofícios junto ao governo da Nicarágua, ao mesmo tempo em que o instou a adotar diversas medidas, como a libertação de todos os presos políticos.

O MRE acompanhou a XI Reunião de Ministros da Justiça ou de outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA), em maio de 2021. A delegação do Brasil, co-chefiada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública e pelo Procurador-Geral da República, teve participação ativa na reunião, da qual emanaram recomendações e conclusões em favor da modernização do sistema de justiça, para que se torne mais eficaz, eficiente e expedita a cooperação jurídica internacional.

Em setembro, o MRE participou da sessão extraordinária virtual do CP em que se celebrou o vigésimo aniversário da Carta Democrática Interamericana (CDI). Na ocasião, o Brasil ressaltou que a OEA consolidou-se como foro protagônico para tratar, coletivamente, das crises políticas que afetam a democracia na região, e que a CDI constitui marco normativo para essas discussões. Instou a que todos os países seguissem atuando com vistas à ampliação da aplicação da CDI, em prol do fortalecimento da democracia representativa nas Américas.

De agosto a novembro, a delegação brasileira na OEA atuou na defesa dos interesses nacionais no âmbito do extenso processo de preparação à 51ª AGOEA (10-12/11/2021). O evento pode ser considerado importante êxito para o Brasil e outros países “like-minded” que têm atuado em prol da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e do estado de direito no hemisfério. Com efeito, foi aprovada, conforme mencionado, por maioria, resolução contrária às ações ditatoriais de Daniel Ortega na Nicarágua. Foi também lida, em nome de grupo de países que incluiu o Brasil, declaração contrária às ações do regime de Nicolás Maduro na Venezuela.

3.1.3 Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata

Em novembro de 2021, o Brasil assumiu a presidência de turno do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), organismo responsável pela promoção, coordenação e monitoramento de programas e projetos voltados ao manejo sustentável dos recursos hídricos da Bacia do Prata. Entre as prioridades da presidência brasileira estão o fortalecimento da institucionalidade do CIC e a conclusão do Projeto de Porte Médio (PPM), que se desenvolve desde 2019 no âmbito daquele Comitê. O PPM tem como objetivo lançar as bases para a implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Bacia do Prata, no qual foram identificados

temas críticos transfronteiriços e objetivos associados, a exemplo da mitigação do impacto e da vulnerabilidade a eventos hidrológicos extremos e da redução da contaminação de águas.

3.1.4 PROSUL

O Brasil engajou-se ativamente na constituição e consolidação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL). Sob a presidência *pro tempore* da Colômbia, realizou-se, em fevereiro de 2021, reunião virtual presidencial sobre vacinação, com a participação do então ministro das Relações Exteriores. Em março, foi realizada reunião presidencial virtual do PROSUL com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de que participou o senhor presidente da República. Na Reunião Ministerial sobre Segurança Regional e Ameaças Híbridas, realizada em conjunto com a OEA, em outubro passado, o Brasil foi representado pelo senhor Secretário de Assuntos Estratégicos.

Em 2021, também foram realizadas reuniões periódicas de coordenadores nacionais e dos grupos de trabalho setoriais (GTs). Destaque-se a atuação do GT Defesa, que, sob coordenação brasileira, organizou evento virtual sobre “Desafios e oportunidades da indústria militar no contexto de biossegurança” e tem desenvolvido manual para o fortalecimento das capacidades em cibersegurança e defesa cibernética dos Estados.

3.1.5 Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Nos marcos institucionais da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Itamaraty atuou para estreitar a cooperação entre o Brasil, os países vizinhos e organismos multilaterais em temas como biodiversidade, saúde indígena, florestas, manejo integrado do fogo e combate a incêndios florestais. Entre outros resultados alcançados no período, ressaltam-se: o lançamento do Observatório Regional Amazônico e dos Programas de Florestas e Diversidade Biológica; a inauguração da nova sede da Secretaria Permanente, com Sala de Situação de Recursos Hídricos; a conclusão das negociações do Memorando de Entendimento sobre Manejo Integral do Fogo da OTCA e do Protocolo de Enfrentamento de Incêndios Florestais; o desenho e a implementação

das redes de recursos hídricos e de qualidade d'água da Bacia Amazônica; o início das atividades do Projeto Bacia Amazônica (GEF); o estabelecimento de mesas técnicas para acompanhar os trabalhos referentes à elaboração dos Planos de Contingência para a Proteção da Saúde de Povos Indígenas Altamente Vulneráveis e em Contato Inicial em Regiões Fronteiriças na Amazônia; e o início da elaboração de estudo sobre diversidade biológica e serviços ecossistêmicos na região amazônica.

No âmbito doméstico, o Itamaraty coordenou os trabalhos da Comissão Nacional da OTCA (recriada sob o guarda-chuva do Conselho Nacional da Amazônia Legal), que tem como objetivo facilitar o diálogo interministerial sobre os temas relativos à Organização. Em 2021, tiveram lugar três reuniões ordinárias do órgão colegiado. A atuação da Comissão favoreceu o engajamento ativo de instituições e órgãos brasileiros nas atividades da OTCA - inclusive em seminários, oficinas e lançamentos -, contribuindo assim para a valorização das políticas públicas, da experiência e da institucionalidade brasileiras.

3.1.6 Demarcação de Fronteiras e Limites

O Itamaraty procurou dar continuidade às campanhas de inspeção, manutenção e atualização das coordenadas geográficas dos marcos e caracterização dos limites, previstas para 2021, bem como às reuniões plenárias das comissões mistas de limites com os países vizinhos. Os efeitos da pandemia, no entanto, continuaram a exigir redução das atividades de campo, bem como o uso de meios remotos e virtuais para tratar dos temas bilaterais mais urgentes.

Em agosto de 2021, foi negociada e assinada a Portaria Interministerial 3.217, que reestabelece mútua cooperação técnica entre os Ministérios das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa para apoio às atividades de demarcação, adensamento e reconstrução de marcos na fronteira.

No âmbito da Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), procedeu-se, em maio de 2021, com uso de drone, à campanha de inspeção unilateral para mapeamento da zona non aedificandi, na região de Pacaraima, fronteira com a Venezuela. Em julho, realizou-se, de forma remota, a 29ª Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos

Marcos da fronteira brasileiro-colombiana. Em agosto, foi organizada campanha da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da fronteira brasileiro-colombiana, no setor sul da linha Geodésica Tabatinga - Apaporis. No mês de outubro, implementou-se campanha de inspeção unilateral, com uso de drone, para mapeamento da zona non aedificandi, no baixo Rio Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa.

No âmbito da Segunda Comissão Demarcadora de Limites (SCDL), foi possível realizar, com o Paraguai, em maio de 2021, campanha técnica, no primeiro setor da fronteira seca bilateral. Da mesma forma, foi possível executar, com o Uruguai, entre outubro e novembro, campanha técnica, na região sudeste de Rivera/Santana do Livramento. Ainda com o Uruguai, foi realizada, no mês de dezembro, a Sexagésima Quinta Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai, na cidade de Montevideu. Com a Bolívia e a Argentina, os serviços de demarcação de limites mantiveram contato frequentes para trocas de informações, mas não foi possível agendar trabalhos de campo, ao longo do ano.

3.1.7 Integração Física

Foi lançada, em dezembro de 2021, licitação para contratação dos projetos, estudos de impacto ambiental e execução da obra de construção de ponte internacional sobre o rio Uruguai, entre Porto Xavier (Brasil) e San Javier (Argentina). Também com a Argentina, logrou-se entendimento que permitiu a prorrogação, por 365 dias, do contrato de concessão da ponte entre São Borja e Santo Tomé e respectivo Centro Unificado de Fronteira, que venceria em 29/8/21. Os dois países iniciaram, também em 2021, negociação sobre o futuro modelo de gestão daquele complexo fronteiro.

No decorrer de 2021, verificaram-se, igualmente, importantes avanços na construção de duas pontes internacionais ligando Brasil e Paraguai. A Ponte da Integração, entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco, tem 75% das obras já executadas e previsão de conclusão em setembro de 2022. A Ponte sobre o Rio Paraguai, cujas obras estão a cargo do governo paraguaio, teve sua construção iniciada em dezembro de 2021, com previsão de conclusão em 2024.

3.1.8 Relações Bilaterais

América Central

Em 2021, o Brasil procurou fortalecer o diálogo com países da América Central, em particular mediante a ativação de mecanismos permanentes de consultas bilaterais constituídos em anos recentes.

Em junho realizou-se a I Reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais **Brasil–El Salvador**, quando foram discutidos temas como promoção da democracia, segurança regional, migração, cooperação técnica e assuntos econômicos e comerciais.

Em julho teve lugar a I Reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais **Brasil–Honduras**. Na ocasião, foram tratados temas como cooperação técnica e militar, comércio e investimentos.

O Brasil também se empenhou em estreitar laços com outros países da região, intensificando contatos com autoridades e discutindo pontos de interesse comum nas agendas bilateral, regional e internacional.

Com a **Guatemala** o Brasil manteve estreita coordenação, principalmente em matéria de segurança regional. Em 2021, ocorreram dois encontros presenciais e um contato telefônico entre os chanceleres dos dois países, além de visita da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves, à Guatemala.

O Brasil somou-se aos esforços conduzidos em foros internacionais – particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA) – em defesa da democracia na **Nicarágua** e na condenação às graves violações de direitos humanos perpetradas pelo regime de Daniel Ortega.

Argentina

Em 2021, o comércio bilateral com a Argentina experimentou forte recuperação, com crescimento de 45% do intercâmbio comercial, 40% das exportações e 51,3% das importações. No período, foi registrado ligeiro déficit comercial brasileiro de US\$ 70 milhões. Ainda que o Brasil tenha perdido, para a China, no ano passado, o posto de maior exportador à Argentina, continuou ocupando a posição de maior importador e principal sócio comercial do país vizinho. A Argentina foi o terceiro maior parceiro comercial do

Brasil. A forte dinâmica comercial bilateral tem importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria.

No decorrer de 2021, foram realizadas duas visitas de Chanceleres argentinos ao Brasil. A primeira visita, ao Rio de Janeiro, em 19/7, deu-se no contexto das celebrações dos 30 anos do estabelecimento da Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), a iniciativa mais emblemática da cooperação nuclear bilateral. Na segunda visita, a Brasília, em 8/10, os chanceleres passaram em revista a ampla agenda bilateral e divulgaram comunicado conjunto que abordou, entre outros temas, o processo de reabertura das fronteiras na região; o diálogo relativo à integração física; a cooperação em matéria de defesa, energia nuclear, energia elétrica e gás natural; a continuidade do diálogo sobre a crise hídrica; o projeto hidrelétrico binacional de Garabi; e a recuperação econômica na etapa pós-pandemia de COVID-19 em diferentes áreas.

No contexto da crise hídrica que, desde 2020, afeta a Bacia do Paraná, Brasil e Argentina mantiveram esforço de troca de informações e cooperação para mitigar seus efeitos nos usos múltiplos das águas, incluindo a geração hidrelétrica. O Brasil tem buscado compartilhar, em reuniões bilaterais quinzenais, os cenários com que trabalha para vazões no rio Paraná a jusante de Itaipu Binacional. No ano passado, a cooperação incluiu, ademais, exportações de eletricidade de origem termelétrica pela Argentina e a consequente economia de água nos reservatórios das hidrelétricas brasileiras, em benefício mútuo das duas populações.

Bolívia

Entre os temas prioritários da pauta bilateral em 2021, figurou a cooperação em energia. Com a realização de suas sexta e sétima reuniões, reativaram-se os trabalhos do Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia em matéria energética (CTB), cujos grupos de trabalho sobre Hidrocarbonetos e Eletricidade trataram das perspectivas de aumento de importação de gás boliviano como resultado da desregulamentação do setor no Brasil, bem como da avaliação do estudo de inventário hidrelétrico da bacia do rio Madeira e do estudo de interconexão elétrica entre Brasil e Bolívia.

Outra vertente de destaque na agenda bilateral em 2021 foi o aprofundamento do diálogo parlamentar com a realização, em 26 de novembro, na cidade de Guajará-Mirim

(RO), da reunião inaugural da Frente Parlamentar Brasil-Bolívia da Câmara dos Deputados, estabelecida em março de 2021, com a participação do Itamaraty.

Brasil e Bolívia também avançaram no diálogo em defesa. Em março, foi renovada por período de dois anos a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB), estabelecida em março de 2019 para dar suporte à atividade de cooperação exercida, desde 2017, pela Força Aérea Brasileira (FAB) na implementação do novo sistema de controle de tráfego aéreo boliviano (SIDACTA).

No decorrer de 2021, no contexto dos esforços de cooperação para o combate à pandemia do novo coronavírus, o MRE manteve estreita coordenação com a ANVISA e o Ministério da Saúde de modo a facilitar a análise de solicitações da Bolívia para autorização de exportações de oxigênio líquido medicinal para uso em sua rede de saúde pública, as quais foram prontamente atendidas, em caráter humanitário, pelo governo brasileiro.

Em 2021, o Brasil figurou como 2º maior mercado para as exportações bolivianas, atrás de Índia e à frente de Argentina. O gás de petróleo continuou a representar a quase totalidade do valor comercializado pela Bolívia ao Brasil. Já a pauta de exportação brasileira ao país vizinho é constituída majoritariamente por produtos industrializados. O fluxo comercial bilateral, em 2021, experimentou forte recuperação (US\$ 2,9 bilhões; +36,5%), com aumento nas exportações (US\$ 1,5 bilhão; +48,5%) e nas importações (US\$ 1,4 bilhão; +25,2%) brasileiras, resultando em saldo favorável ao Brasil de US\$ 171,9 milhões.

Canadá

Em 2021, o Brasil procurou fortalecer, em suas relações com o Canadá, elementos comuns às agendas dos dois países, como o compromisso com a democracia, a liberdade e a prosperidade no continente americano.

O Brasil também buscou aprofundar o diálogo estratégico com o Canadá. Em reunião de trabalho com delegação canadense chefiada pela diretora-geral para América do Sul e Sistema Interamericano do *Global Affairs Canada* (GAC), o Brasil apresentou proposta de realização, no primeiro semestre de 2022, da IV Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica (DPE) Brasil-Canadá.

Brasil e Canadá mantiveram estreita coordenação no âmbito do *Core Group* no Haiti, onde acompanham com preocupação a crise multidimensional e a escalada da violência no país. Os governos de ambos os países têm envidado esforços, inclusive no plano multilateral, no sentido de fortalecer as instituições no Haiti e contribuir para o diálogo e a superação da crise política.

A despeito dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19, as exportações brasileiras para o Canadá registraram crescimento de 16,4%, em 2021. O resultado demonstra o amplo potencial econômico-comercial ainda inexplorado no relacionamento bilateral, especialmente para os exportadores brasileiros.

Caribe

Em 2021, o Brasil procurou retomar o diálogo político com países do Caribe. No contexto da campanha brasileira para a eleição do dr. Rodrigo Mudrovitsch à Corte Interamericana de Direitos Humanos, foram realizados encontros bilaterais, videoconferências e chamadas telefônicas entre o ministro das Relações Exteriores e seus homólogos de Dominica, Granada, Haiti e Jamaica. Os contatos mantidos nessas ocasiões também contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais e a abertura de novas vias de cooperação técnica e humanitária.

O Brasil vê com grande preocupação o recrudescimento da crise multidimensional e o aumento da violência no Haiti, que culminou no assassinato do presidente Jovenel Moïse, em julho de 2021. Nesse ano, o Brasil participou de encontros nos mais altos níveis de representação para discutir soluções para a situação no Haiti. No primeiro semestre, ocorreram encontros bilaterais entre o ministro das Relações Exteriores e o secretário-geral das Nações Unidas, bem como entre o senhor presidente da República e seu homólogo haitiano. O Brasil também enviou missão humanitária ao Haiti, após o terremoto de agosto de 2021. O novo embaixador do Brasil no Haiti foi indicado e sabatinado pelo Senado Federal em 2021.

O Brasil também tem trabalhado para estreitar laços políticos, comerciais e econômicos com a República Dominicana. Em novembro de 2021, realizou-se videoconferência entre os chanceleres dos dois países. Na ocasião o presidente brasileiro foi convidado a visitar a República Dominicana em 2022.

Em 2021, a pandemia de COVID-19 continuou a impactar as relações com os países caribenhos, impossibilitando a realização de reuniões anteriormente previstas, como a II Reunião da Comissão Binacional Brasil-Jamaica. O Brasil espera celebrar o encontro ao longo de 2022.

O senhor presidente da República e o ministro das Relações Exteriores congratularam-se, por correspondência, com os chefes de estado e de governo eleitos nos pleitos realizados em 2021 nas Bahamas, em Santa Lúcia e em Trinidad e Tobago.

Chile

O comércio bilateral com o Chile experimentou forte recuperação em 2021, tendo sido ampliado em 69,3%, com aumento de 82% das exportações brasileiras e ampliação de 53% das importações oriundas do Chile. O superávit comercial brasileiro com aquele país experimentou expansão de 170%. No ano, o Chile posicionou-se como o 5º principal destino das exportações brasileiras.

Em maio de 2021, a convite do Chile, o governo brasileiro aderiu ao projeto de construção de um cabo de fibra óptica transpacífico conectando a América do Sul (a partir do Chile) à Ásia. O projeto cria a primeira via digital de alta capacidade a conectar diretamente os dois continentes, rota que, hoje, não está coberta por nenhum operador.

A visita a Brasília do então chanceler chileno Andrés Allamand, em agosto de 2021, retomou os contatos presenciais de alto nível, após suspensão de encontros devido à pandemia. Na ocasião, os chanceleres assinaram ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, com vistas à implementação de projetos nas áreas de defensoria pública; inovação e competitividade; e clima e saúde.

O acordo de livre comércio (ALC) entre os dois países, assinado em 2018, foi aprovado pelo Congresso Nacional em setembro de 2021, encerrando a fase de consideração legislativa nos dois países, prévia a entrada em vigor do acordo, que veio a ocorrer em janeiro de 2022.

Colômbia

O ano de 2021 foi marcado por visitas de alto nível que tiveram por objetivo consolidar o caráter estratégico das relações entre o Brasil e a Colômbia. Em 12 de agosto, a vice-presidente e chanceler da Colômbia, Marta Lucía Ramírez, visitou o Brasil,

encontrando-se, na oportunidade, com o vice-presidente e com o ministro das Relações Exteriores.

Em 19 de outubro, após dois adiamentos decorrentes das condições sanitárias, o presidente da Colômbia, Iván Duque, realizou exitosa visita de estado ao Brasil. Na ocasião, adotou-se declaração conjunta e foram assinados acordo bilateral sobre serviços aéreos e seis instrumentos de cooperação interinstitucional, sobre promoção comercial e atração de investimentos; agricultura; pequenas e médias empresas; gestão de recursos hídricos; cooperação policial; e incentivo à pesquisa. Foram anunciadas também a conclusão da negociação de acordo bilateral para evitar a dupla tributação de pessoas e empresas e de memorando de entendimento para a incorporação dos produtos originários de zonas francas ao comércio bilateral, no marco do Acordo de Complementação Econômica n. 72 da ALADI.

A corrente de comércio entre o Brasil e a Colômbia teve seu melhor desempenho histórico em 2021, chegando a US\$ 5,3 bilhões. Houve crescimento de 48,7% em comparação com 2020. As exportações brasileiras cresceram 46,1%, totalizando US\$ 3,3 bilhões, enquanto as importações provenientes da Colômbia aumentaram 53,1%, somando US\$ 2,0 bilhões. O superávit brasileiro foi de US\$ 1,3 bilhão. Os veículos de passageiros foram o principal produto da pauta exportadora brasileira (16%). A Colômbia é o 17º destino das exportações brasileiras e o 24º fornecedor de produtos importados ao Brasil.

Equador

A eleição de Guillermo Lasso no Equador permitiu a intensificação dos contatos de alto nível. Como destaque, figura a presença do presidente da República na cerimônia de posse do presidente Lasso, em 24 de maio de 2021, em Quito.

Em 14 de outubro, realizou-se, por videoconferência, a IV Reunião do Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas Brasil-Equador, na qual se registraram avanços e se estabeleceram compromissos em diversos campos, como cooperação técnica e humanitária, negociações comerciais e cooperação entre academias diplomáticas.

Em novembro de 2021, realizou-se reunião técnica exploratória da PPTB do MERCOSUL com o Equador para tratar de proposta de transposição dos compromissos

entre o país andino e o bloco, atualmente contemplados pelo Acordo de Complementação Econômica-59.

Em 2021, o intercâmbio bilateral alcançou o montante de US\$ 1,013 bilhão (aumento de 47,6% em relação a 2020). Há grande diferença entre as exportações brasileiras (US\$ 895,4 milhões, aumento de 49,2% em relação a 2020) e as importações (US\$ 118,8 milhões, aumento de 36,2% em relação a 2020), resultando em superávit de US\$ 776,6 milhões para o Brasil.

Estados Unidos

O MRE realizou ações voltadas à implementação de diretrizes da política externa brasileira em relação aos EUA, coordenando contatos bilaterais políticos e iniciativas de cooperação com aquele país.

Em coordenação com a embaixada em Washington e com os órgãos ministeriais competentes, prepararam-se subsídios, acompanharam-se e foram relatadas visitas relevantes para as relações Brasil-EUA em 2021, dentre as quais se pode destacar as seguintes:

- Visita do conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan (05/08/2021). O senhor Sullivan, acompanhado de delegação de alto nível, foi recebido pelo presidente da República e por diversos ministros de Estado;
- Visita do ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, a Washington (16-17/09/2021);
- Encontro do ministro das Relações Exteriores, Carlos França, com o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, à margem da 76ª AGNU (22/09/2021);
- Visita do ministro da Economia, Paulo Guedes, a Washington (11-15/10/2021);
- Visita do secretário Especial da Presidência da República, Flávio Rocha, a Washington (11-16/10/2021); e
- Visita do ministro do STF, Dias Toffoli, a Washington e Nova York (3-8/12/2021).

Além do apoio às mencionadas visitas, o MRE foi responsável por agendar, participar, produzir subsídios e relatar diversas reuniões sobre assuntos bilaterais realizadas em formato virtual ao longo do ano. Cabe mencionar, dentre elas, as que contaram com a participação do presidente da República, como a abertura do evento “US-Brazil Connect series”, organizado pela Câmara de Comércio dos EUA em outubro de 2021, e a “Cúpula pela Democracia”, iniciativa plurilateral dos EUA, realizada em dezembro de 2021.

O MRE apoiou as negociações que levaram à assinatura, em 15/06/2021, do Acordo Ártemis, iniciativa norte-americana que define princípios para a exploração comercial do espaço exterior e lança programa que planeja levar a primeira astronauta à Lua e iniciar a exploração sustentável de Marte.

O MRE foi responsável pelos entendimentos que levaram à assinatura, em dezembro de 2021, de adendo ao Acordo de Segurança de Interconexão entre o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos e a Polícia Federal do Brasil. Após a assinatura, teve início, em coordenação com a Casa Civil, a Polícia Federal e a Receita Federal, o processo de implementação do programa “Global Entry” de facilitação de trâmites migratórios para cidadãos brasileiros pré-aprovados, que entrou em funcionamento em fevereiro de 2022.

O MRE acompanhou o encaminhamento legislativo do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (“Protocolo ATEC”), assinado em outubro de 2020. O instrumento, que visa a desburocratizar trâmites comerciais, promover padrões elevados de práticas regulatórias e adotar práticas modernas de combate à corrupção nas relações comerciais entre os dois países, foi aprovado pelo Congresso Nacional em novembro de 2021, e aguarda promulgação presidencial. Os Estados Unidos já foram notificados, em 01/12/2021, da conclusão dos procedimentos internos para a entrada em vigor do Protocolo. O MRE elaborou pareceres de mérito, coordenou a tramitação interna e externa do ato e apoiou a distribuição do processo para a Casa Civil da Presidência.

O CEO Forum, um dos principais mecanismos de apoio a contatos entre os setores privados brasileiro e norte-americano, não pôde ser realizado em 2021 em razão das

restrições a viagens que prevaleceram durante a maior parte do ano por razões sanitárias. Ao longo de 2021, foram realizadas diversas reuniões remotas, com a participação do MRE, com vistas a definir participantes e agenda e permitir que o evento ocorra, como planejado, no primeiro semestre de 2022.

A interlocução com o Ministério da Economia e com associações empresariais e comerciais do Brasil e dos EUA foi constante em reuniões virtuais numerosas ao longo de ano em que houve restrições a viagens e organização de eventos. Não obstante, o relacionamento comercial bilateral passou por momento especialmente positivo em 2021, tendo a corrente de comércio atingido nível inédito de US\$ 70,5 bilhões e as exportações brasileiras crescido 45%.

Guiana

Com o início da exploração de hidrocarbonetos em 2020, a Guiana experimentou, em 2020 e 2021, respectivamente, crescimento do PIB da ordem de 43,5% e 20,1% (estimativa), esperando-se que este se mantenha em níveis muito altos nos próximos anos (estima-se em 43,5% em 2022). Juntamente com a superação definitiva da crise eleitoral de 2020, criou-se cenário propício para o aprofundamento das relações entre o Brasil e seu vizinho. Destacam-se o interesse de estados da região Norte na criação de corredor rodoviário entre Boa Vista e Georgetown e porto de águas profundas em construção, o qual criaria opção de escoamento de exportações brasileiras por meio de acesso ao Caribe, e as oportunidades para exportações e investimentos de empresas brasileiras.

Nos últimos meses do ano, teve início a preparação da visita do presidente da República a Georgetown, a convite do presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, a qual, tendo sido agendada para 21 de janeiro de 2022, teve que ser adiada em decorrência de perda familiar que acometeu o mandatário brasileiro. Busca-se acordar nova data para a visita, a qual dará oportunidade para cancelar entendimentos já alcançados com o lado guianense no marco do processo preparatório.

O comércio entre Brasil e Guiana tem apresentado forte tendência de crescimento nos últimos anos. De uma corrente de US\$ 29,6 milhões em 2015, alcançou, em 2021, o total de US\$ 118,6 milhões. O fluxo comercial bilateral é caracterizado por amplo superávit brasileiro, resultante do maior valor agregado dos produtos exportados pelo Brasil. Todos os anos da última década registraram resultado favorável ao Brasil, que

alcançou superávit de US\$ 104,8 milhões em 2021. A pauta de exportação brasileira é composta (99%) por produtos da indústria de transformação.

México

Em 2021 o Brasil buscou promover, em bases pragmáticas, a aproximação e o diálogo com o México. Os dois países deram início aos trabalhos preparatórios da V Comissão Brasil-México, prevista para o segundo semestre de 2022. Nesse contexto, realizaram-se reuniões periódicas em nível técnico nas áreas de tráfico de pessoas, temas migratórios, narcotráfico e investimentos. A reunião entre chanceleres, ocorrida em 31 de outubro, passou em revista o estado das relações bilaterais.

O trabalho de coordenação bilateral realizado ao longo de 2021 também teve caráter preparatório para a visita do subsecretário para América Latina e Caribe e da subsecretária de Comércio Exterior do México ao Brasil, prevista para ocorrer em março de 2022. A visita constitui passo importante no contexto das negociações comerciais em curso entre os dois países.

Paraguai

No decorrer de 2021, houve diversas visitas de altas autoridades paraguaias ao Brasil, quando se deu seguimento à discussão da ampla agenda de cooperação bilateral. O presidente do Paraguai realizou visita a Brasília em 24 de novembro de 2021, e o ministro das Relações Exteriores paraguaio esteve na capital brasileira em 17 de março e em 5 de novembro de 2021.

Entre os temas prioritários da pauta bilateral em 2021, figuraram Itaipu e a construção de duas pontes internacionais ligando os dois países: a Ponte da Integração, entre Foz do Iguaçu (PR) e a cidade paraguaia de Presidente Franco, que servirá primordialmente para o fluxo de carga, oferecendo alternativa logística entre os dois países, e a Ponte Internacional sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, que integrará o Corredor Rodoviário Bioceânico, ligando o Centro-Oeste brasileiro e o Chaco paraguaio ao Noroeste argentino e aos portos do Norte do Chile.

Ao longo de 2021, esteve igualmente na pauta bilateral a discussão sobre a situação hídrica e as condições de navegabilidade na bacia do rio Paraná. Foram realizadas

reuniões de coordenação, com a participação das chancelarias dos dois países, no âmbito das quais se acordaram operações de aumento da vazão defluente da usina de Itaipu de modo a melhorar as condições de navegabilidade do rio Paraná e permitir o escoamento da safra paraguaia pela Hidrovia Paraguai-Paraná.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai. A despeito da crise hídrica e da consequente redução das exportações paraguaias de energia elétrica, registrou-se, em 2021, o maior valor do intercâmbio bilateral da série histórica, que superou o resultado de 2014, tendo alcançado o montante de US\$ 6,639 bilhões (aumento de 29,6% em relação a 2020). As exportações brasileiras totalizaram US\$ 3,041 bilhões (expansão de 41,4%), e as importações somaram US\$ 3,598 bilhões (crescimento de 21,2%).

Peru

No decorrer de 2021, deu-se seguimento à retomada dos contatos de alto nível levados a cabo desde 2019. Em 28 de julho, o vice-presidente Hamilton Mourão representou o Brasil na posse do presidente Pedro Castillo, em Lima. Destaca-se também o encontro, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, entre os chanceleres Carlos França e Óscar Maúrtua, em setembro de 2021.

No campo comercial, cabe destaque à realização da II Reunião Extraordinária da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica nº 58 (MERCOSUL-Peru) em 6 de dezembro passado, oportunidade que propiciou discutir elementos para a conformação de uma agenda renovada de interesse recíproco em matéria comercial e econômica entre o bloco e o Peru e dar um novo impulso aos investimentos recíprocos.

Quanto à cooperação fronteiriça, realizou-se, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2021, em Lima, a II Reunião da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) Brasil - Peru, que produziu quinze entendimentos entre os dois países em matéria de defesa e segurança fronteiriça.

Na área da segurança e combate ao crime transfronteiriço, foi realizada, em Brasília, nos dias 15 e 16 de setembro de 2021, a X Reunião da Comissão Mista sobre Drogas e Delitos Conexos Brasil-Peru, que deu origem a dezesseis compromissos nas áreas de controle de oferta de drogas, prevenção, tratamento e reinserção social de pessoas que

usam drogas e cooperação jurídica internacional, inclusive o de assinatura de acordo de cooperação interinstitucional contra o crime organizado transnacional e delitos conexos entre as polícias dos dois países.

No campo da cooperação técnica bilateral, cabe destaque ao projeto de recursos hídricos, por meio do qual o governo brasileiro entregou, na cidade de Iquitos, em 4 de novembro, equipamentos para instalação de sala de monitoramento hídrico a ser operada pelo governo do Peru.

Em 2021, o Brasil foi o quarto maior parceiro comercial do Peru. O comércio bilateral alcançou nível recorde em 2021 - US\$ 4,26 bilhões -, aumento de 78,1% em relação a 2020 e maior marca histórica entre os países. O saldo comercial brasileiro em 2020 foi de US\$ 1,89 bilhão, aumento de mais de 100% em relação a 2020, resultado do aumento de 61,8% nas vendas peruanas (US\$ 1,18 bilhão) e de mais de 85% nas exportações brasileiras (US\$ 3,07 bilhões).

Suriname

Dando seguimento ao fortalecimento dos laços bilaterais com o Suriname, foi organizada a visita do ministro de Relações Exteriores, Negócios Internacionais e Cooperação Internacional do Suriname, Albert Ramdin, a Brasília, em 13 de agosto, ocasião em que manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores. Na ocasião, os dois chanceleres trataram de temas das agendas bilateral, regional e interamericana, com destaque para iniciativas relacionadas à cooperação técnica e energética. Nesta última esfera, foi reiterada a disposição do Brasil de compartilhar sua experiência no setor, inclusive em termos do desenvolvimento do marco regulatório, à luz das recentes descobertas de importantes jazidas de petróleo e gás *offshore* no Suriname.

Nos últimos meses do ano, teve início a preparação da visita do presidente da República a Paramaribo, atendendo a convite estendido pelo presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokh, a qual foi realizada em 20 de janeiro de 2022.

A corrente de comércio com o Suriname alcançou US\$ 39,8 milhões, crescimento de 17,1% em relação a 2020. As exportações brasileiras aumentaram 22,6% em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 38,5 milhões. O saldo favorável ao Brasil foi de US\$

37,2 milhões. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil estiveram equipamentos de engenharia civil (13%).

Uruguai

Mesmo durante a pandemia, manteve-se intensa a agenda de visitas bilaterais. O presidente uruguaio visitou Brasília em 3 de fevereiro de 2021, e o chanceler uruguaio visitou a capital brasileira em duas ocasiões no mesmo ano.

No contexto do combate à pandemia do novo coronavírus, os países deram continuidade à coordenação bilateral, iniciada em 2020, que permitiu preservar o transporte rodoviário de cargas e o trânsito de residentes nas cidades da faixa de fronteira. Também teve sequência a aplicação de protocolos conjuntos, instituídos em 2020, para facilitar o controle sanitário e epidemiológico nas localidades fronteiriças de Santana Livramento (Brasil)-Rivera (Uruguai), Quaraí (Brasil)-Artigas (Uruguai) e Barra do Quaraí (Brasil)-Bella Unión (Uruguai).

A temática fronteiriça é central na relação bilateral, com ênfase uruguaia na questão da infraestrutura. Em 2021, foram realizadas reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), da Secretaria Técnica da Hidrovia Uruguai-Brasil (ST-HUB) e da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CRQ).

Em cenário de escassez hídrica no Brasil, com consequente impacto negativo sobre a geração hidrelétrica, o comércio bilateral de energia foi incrementado: a eletricidade foi o principal produto importado pelo Brasil do Uruguai em 2021, respondendo por 23%, em valor, do total.

O Brasil foi, em 2021, o segundo parceiro comercial uruguaio (primeiro supridor e segundo mercado externo), logo após a China. A corrente comercial bilateral é composta preponderantemente por produtos industrializados (81%). O fluxo comercial bilateral, em 2021, experimentou forte recuperação (US\$ 3,9 bilhões; +35,2%), com aumento nas exportações (US\$ 2,1 bilhões; +17,5%) e nas importações (US\$ 1,8 bilhão; +63,3%) brasileiras. O saldo continua favorável ao Brasil (US\$ 255 milhões).

Venezuela

Deu-se continuidade ao acompanhamento da crise política na Venezuela e de seus efeitos na região. Em instâncias multilaterais e em reuniões bilaterais, em diferentes níveis e formatos, com autoridades estrangeiras, foi reiterado o posicionamento brasileiro em favor da restauração da democracia na Venezuela e da realização de eleições presidenciais livres e justas. Foi manifestada, além disso, a preocupação brasileira com as consequências da situação no país vizinho, sobretudo em termos humanitários, o que se reflete no fluxo de migrantes e refugiados, e em matéria de segurança. O Brasil subscreveu Declaração do Grupo de Lima expressando o não reconhecimento da Assembleia Nacional instalada em 5 de janeiro, decorrente de processo eleitoral ilegítimo realizado em 6 de dezembro de 2020.

No segundo semestre, dois temas demandaram especial atenção: i) o processo de diálogo e negociação entre o regime e a oposição democrática, que foi instalado no México, no mês de agosto, sob a facilitação da Noruega, e contou com três rodadas de tratativas até a sua paralisação, em outubro, em razão da suspensão da participação do regime; e ii) a realização de eleições regionais e locais na Venezuela, em novembro, e suas repercussões junto à comunidade internacional.

3.2 Secretaria de Negociações Bilaterais do Oriente Médio, Europa e África

3.2.1 Departamento de Europa

Com a gradual retomada das atividades presenciais e controle maior da situação sanitária, o ano de 2021 foi marcado pelo aprofundamento dos contatos com os países sob responsabilidade do Departamento de Europa.

Os tradicionais laços políticos e diplomáticos com Portugal foram fortalecidos por frequentes encontros e visitas de alto nível. Entre 30/6 e 2/7, o ministro Carlos França realizou viagem a Lisboa, onde se encontrou com o presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, e se reuniu com os ministros de Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e do Meio Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, além de ter participado de evento com empresários portugueses. Ocorreram também encontros entre o ministro Carlos França com o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), embaixador Francisco Ribeiro Telles, e com representantes dos demais países membros daquela organização. O presidente Rebelo, por sua vez, acompanhado do ministro Santos Silva, realizou visita ao Brasil entre 30/7 e 2/8. Na ocasião, manteve encontro com o presidente Jair Bolsonaro, oportunidade em que se examinaram a reativação dos mecanismos de diálogo bilateral, em preparação para a próxima Cimeira Brasil-Portugal e as celebrações do bicentenário da Independência em 2022.

O relacionamento com a Espanha permaneceu caracterizado por intensa agenda de encontros entre altas autoridades. Em 18/3, o ministro Carlos França manteve conversa telefônica com a então ministra de Assuntos Exteriores, Arancha González. Em maio, a ministra Arancha visitou Brasília, oportunidade em que se realizou reunião da Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha (7/5). Foram passadas em revista as perspectivas dos diálogos setoriais da Parceria Estratégica, com destaque para os campos econômico-comercial, de ciência e tecnologia e cooperação. Estabeleceu-se, durante a vista, a Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, com o objetivo de conferir organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático. A ministra González foi recebida pelo senhor presidente da República em audiência em 6/5. Manteve, ainda, encontros com o ministro do Desenvolvimento Regional, com a ministra da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, com o ministro da Economia e com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Tiveram continuidade as relações político-econômicas e iniciativas de cooperação com a União Europeia. O alto representante europeu para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell Fontelles, realizou visita oficial ao Brasil entre os dias 3 e 5 de novembro. Na oportunidade, manteve reunião de trabalho (4/11) com o ministro Carlos França, seguida de reunião ampliada com delegações de ambas as partes. As discussões abrangeram uma ampla gama de temas, incluindo a revisão da Parceria Estratégica; o Acordo MERCOSUL-União Europeia; temas ambientais; recuperação econômica pós-pandemia; e distribuição de vacinas. O alto representante Borrell também foi recebido pelo senhor presidente da República em audiência no dia 5/11. Destacou-se, igualmente, a realização, em 2/12, de “minicúpula” birregional União Europeia-América Latina e Caribe (UE-ALC), em formato virtual, sob o título “Joining forces for a sustainable post-COVID 19 recovery”. O senhor presidente da República, em sua intervenção no evento, sublinhou os avanços significativos logrados pelo Brasil em direção à transição energética, e ressaltou a convergência de interesses e propósitos entre o Brasil e a UE.

As relações estratégicas com a Alemanha mantiveram-se em patamar elevado. Com mais de 1000 empresas instaladas e USD 22 bilhões investidos no Brasil, a Alemanha é, de fato, um dos principais parceiros industriais e tecnológicos do Brasil. O secretário-geral das Relações Exteriores copresidiu (19/10) a 48ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, por videoconferência. Dias antes, a mesma autoridade brasileira manteve reunião virtual com o Secretário de Estado do Exterior alemão, Miguel Berger. A Comissão Mista anual reúne agências governamentais e agentes econômicos privados, ininterruptamente, desde os anos 1970. Foram realizadas também, entre outras, Reunião de Consultas Técnicas Brasil-Alemanha, Reunião de Negociações Intergovernamentais Brasil-Alemanha sobre Cooperação Técnica e Financeira, além de Diálogo Digital Brasil-Alemanha. A embaixada do Brasil em Berlim coordenou também o 1º Encontro da Diáspora Brasileira de Ciência e Inovação a Alemanha, que contou com mais de 600 participantes.

As relações com o Reino Unido mantiveram-se em patamar histórico de aproximação. Ainda em 13/1, o então chanceler Ernesto Araújo manteve videoconferência com o então Secretário do Exterior, Dominic Raab. Em 16/6, ocorreu novo contato em nível ministerial entre os chanceleres Carlos França e Dominic Raab. Em 20/9, à margem da AGNU, o senhor presidente da República reuniu-se com o primeiro-ministro Boris Johnson, no primeiro encontro presencial entre as duas autoridades. Realizou-se presencialmente em Brasília, em dezembro, a quinta edição do Diálogo Político-Militar, que não se encontrava desde 2012. Os contatos com a embaixada em Brasília também foram numerosos. O embaixador Peter Wilson almoçou com o senhor presidente da República em abril e foi recebido pelo ministro Carlos França em janeiro, pelo secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Fernando Simas Magalhães, em junho, e pelo secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, embaixador Kenneth Felix Haczynski da Nóbrega, em setembro e outubro. Foram mantidos também seguidos contatos com interlocutores na embaixada, incluindo almoço de trabalho com diplomatas britânicos em maio e reuniões presenciais de coordenação em junho, julho e dezembro. Foi organizada também realizou palestra sobre as relações Brasil-Reino Unido no âmbito do ciclo de debates da FUNAG, em abril.

Em 2021, após hiato decorrente da pandemia de COVID-19, observou-se intensa retomada de contatos de alto nível com a Itália. Merecem destaque, sobretudo, as reuniões na capital italiana em 29/10, à margem da Cúpula do G20, entre o senhor presidente da República e o presidente italiano, Sergio Mattarella, e entre o ministro Carlos França e o chanceler da Itália, Luigi Di Maio. Em 23/7, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou da reunião ministerial conjunta do G20 sobre minas e energia, em Nápoles. Em 4/8, à margem das reuniões do G20 sobre economia digital e pesquisa, em Trieste, ocorreu encontro bilateral do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, com o ministro de Desenvolvimento Econômico da Itália, Giancarlo Giorgetti. Em 7/9, o ministro da Saúde Marcelo Queiroga manteve reunião bilateral com sua contraparte italiana, o ministro da Saúde Roberto Speranza. O encontro ocorreu à margem da Reunião dos ministros da Saúde do G20 (Roma, 5-6/9). Em 27/10, o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África reuniu-se em Roma com o Diretor-Geral para a Mundialização e as Questões Globais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, embaixador Luca Sabbatucci.

Com a França, destaca-se reunião (30/10) à margem da Reunião de Chanceleres do G20, entre os chanceleres Carlos França e Jean-Yves Le Drian. A retomada dos contatos de alto nível foi aprofundada ao longo do ano, com contatos quase diários entre o Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e a embaixada da França. Em dezembro, houve a realização de consultas bilaterais sobre temas da agenda do Conselho de Segurança, em nível de diretores de departamento de Nações Unidas.

As relações com a Finlândia passam por momento de particular proximidade. Em 8/11, o chanceler Carlos França recebeu, em Brasília, o ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e Comércio Exterior da Finlândia, Ville Skinnari. Ademais, após a realização de reunião de consultas políticas, em 2020, o ano de 2021 foi marcado, no âmbito das relações políticas bilaterais, por reunião de acompanhamento. O encontro ocorreu em 9/11, no Itamaraty, entre o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África e a Diretora-Geral para Ásia e Américas da chancelaria finlandesa.

Com a Hungria, expandiu-se a cooperação em áreas como a militar, com destaque para a venda de duas aeronaves EMBRAER KC-390. A Embraer abriu escritório permanente em Budapeste, que foi inaugurado em agosto do ano passado. O secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, visitou a capital húngara em 5/11/2021.

O relacionamento com a Polônia passa por momento de especial afinidade. Os países compartilham percepções sobre diversos temas da agenda internacional, como liberdade religiosa e proteção à família. Mereceu destaque, em 2021, a visita àquele país, em conexão com a viagem à Hungria, do secretário de Assuntos Estratégicos, Almirante Flávio Augusto Viana Rocha (2-4/11/2021).

Realizou-se reunião de Consultas Políticas com a Ucrânia (14/5/2021), país com o qual o Brasil mantém parceria estratégica desde 2009. Na oportunidade, examinou-se a cooperação em setores como defesa e a então latente tensão russo-ucraniana.

Brasil e Suíça têm ampliado a parceria estratégica, *status* de relacionamento que os suíços mantêm apenas com outros poucos países fora da Europa Ocidental (África do Sul, China, Estados Unidos, Índia, Japão, Rússia e Turquia). Após hiatos em 2019 e 2020, realizou-se, em 19/4/2021, por videoconferência, a X Reunião da Comissão Mista de

Cooperação Econômica. Entraram em vigor, em 2021, dois importantes acordos bilaterais: a Convenção para Eliminação da Dupla Tributação e o Acordo de Serviços Aéreos.

Com Suécia, Noruega e Dinamarca, Bélgica e Países Baixos as relações políticas bilaterais, solidamente ancoradas em patrimônio de iniciativas de cooperação e intenso fluxo de comércio e investimentos, mantiveram-se estáveis e positivas.

A respeito de Luxemburgo, país com o qual os laços do Brasil se têm adensado, foi realizada a primeira reunião de consultas políticas bilaterais. O evento ocorreu por videoconferência, em 21/6, entre o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África e o Diretor Político da chancelaria luxemburguesa. Ademais, em 16/12, ocorreu evento de lançamento, na embaixada de Luxemburgo, de selo comemorativo dos 110 anos de relações bilaterais, com a presença do Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África.

Os frequentes contatos bilaterais com a Grécia ao longo de 2021 culminaram na visita oficial do senhor vice-presidente da República, Hamilton Mourão, à República Helênica, em outubro. Na ocasião, o senhor vice-presidente manteve encontro com o vice-primeiro-ministro grego, Panagiotis Pikrammenos, com quem discutiu ampla gama de temas de interesse mútuo, como questões ambientais, apoio recíproco em foros multilaterais, e cooperação econômico-comercial. Durante sua estada em Atenas, o Sr. vice-presidente também se reuniu com o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Grécia, Maximos Senetakis.

O relacionamento com a Áustria é marcado por agenda predominantemente positiva. Numerosas gestões foram feitas junto ao governo austríaco em favor de candidaturas brasileiras, tendo a Áustria apoiado praticamente todas. Outros temas de interesse do Brasil também foram tratados em gestões com a chancelaria e outros órgãos e instâncias governamentais austríacos, com destaque para o processo de adesão do Brasil à OCDE, ao qual a Áustria foi favorável.

No âmbito da Conferência Ibero-Americana, merece destaque a realização, em 21 de abril, da XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em formato híbrido (virtual; e presencial em Soldeu, Andorra), cujas discussões tiveram como foco as perspectivas de recuperação pós-pandemia, por meio de inovações no

campo da ciência e tecnologia. A reunião de Cúpula foi antecedida pela II Reunião de Chanceleres da SPT andorrana, em 15/4. Tanto na Cúpula quanto na Reunião Ministerial, o Brasil foi representado pelo Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África. Em 26 de novembro, realizou-se, em São Domingos, a I Reunião de Chanceleres da SPT dominicana. A Delegação do Brasil foi chefiada pelo senhor secretário-geral, embaixador Fernando Simas Magalhães, e composta pelo embaixador em São Domingos e pelo diretor da ABC, entre outros integrantes.

Com a Irlanda, país com que o Brasil possui diversas frentes de cooperação bilateral e boas relações políticas, os esforços ficaram concentrados em preparar possíveis ações conjuntas para 2022, ano em que completarão, respectivamente, 100 e 200 anos de suas independências.

Realizaram-se, ainda, reuniões de Consultas Políticas com a Croácia (15/6) e da Comissão Mista de Cooperação Econômica com a Eslovênia (10/3/2021).

Em que pese o fato de nenhum dos Estados bálticos possuir embaixada residente em Brasília, foi possível adensar os laços políticos com a Estônia e a Letônia. No primeiro caso, no âmbito das comemorações do centenário das relações bilaterais, realizou-se lançamento conjunto (10/11) de selo comemorativo.

Deu-se prosseguimento à negociação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre Consultas Políticas com Montenegro (finalmente assinado em fevereiro de 2022) e Moldova (ainda a ser firmado em 2022).

O diálogo do Brasil com a Organização Itália-América Latina e Caribe (IILA) foi marcada, em 2021, pelo encontro, em Roma, do Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África com a Secretária-Geral da Organização, Antonella Cavallari (27/10), à margem da X Conferência Itália-América Latina e Caribe da IILA, que teve lugar naquela capital de 25 a 26 de outubro.

3.2.2 Departamento de África

Em 2021, o Departamento de África acompanhou os desdobramentos políticos, econômicos e sociais dos 54 países da África e de organismos regionais e sub-regionais daquele continente, ademais de coordenar ou participar da realização de reuniões de altas

autoridades de parte a parte. São 32 missões diplomáticas africanas no Brasil e 34 embaixadas e 2 consulados-gerais do Brasil na África. Em que pesem as restrições impostas pela pandemia da COVID, as relações do Brasil com o continente africano avançaram por meio de encontros bilaterais de alto nível, quer presenciais, quer virtuais, reuniões de organismos multilaterais, projetos de cooperação internacional, comércio e assistência humanitária.

Acompanharam-se processos eleitorais em Argélia (legislativas), Benim (presidenciais), Cabo Verde (legislativas e presidenciais), Chade (presidenciais), Congo (presidenciais), Costa do Marfim (legislativas), Djibuti (presidenciais), Etiópia (gerais), Marrocos (legislativas, regionais e locais), Ruanda (locais), São Tomé e Príncipe (presidenciais), Somália (Senado), Uganda (legislativas e presidenciais) e Zâmbia (gerais).

O Departamento de África seguiu a evolução da situação securitária no continente africano, em especial no que diz respeito às ações de grupos extremistas ligados à Al-Qaeda ou Estado Islâmico (Grandes Lagos, Bacia do Lago Chade, Bacia do Rovuma, Norte da África, Sael e Somália) e ao enfrentamento da pirataria, contrabando e tráfico no Golfo da Guiné. O ano de 2021 testemunhou, também, desafios à estabilidade política em alguns contextos. Registraram-se avanços na situação de segurança em áreas da África Oriental e no norte de Moçambique.

Acompanhou-se ainda a evolução da pandemia nos países do continente africano, com ênfase em seus impactos sociais e econômicos e nas perspectivas de recuperação em contexto pós-pandêmico.

O Departamento de África apoiou, em coordenação com o Departamento de Promoção do Agronegócio (DPAGRO), a realização do evento “O Brasil e a África no Agro”, em outubro de 2021, que reuniu representantes de 32 embaixadas africanas sediadas em Brasília. O evento, aberto pelo ministro Carlos França, apresentou entidades do agronegócio brasileiro em setores-chave, aptas a oferecer cooperação técnica, empresarial, acadêmica e financeira a parceiros africanos e a auxiliar no desenvolvimento da agropecuária tropical nesses países.

Na modalidade virtual, realizaram-se em 2021, conferências com os ministros das Relações Exteriores de Egito e Moçambique, ademais de uma reunião ministerial

extraordinária da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e chamadas telefônicas do ministro das Relações Exteriores com diversos homólogos. Efetuaram-se, na mesma modalidade, consultas políticas em nível de secretário para Europa, Oriente Médio e África com Quênia, Argélia, Senegal, Tunísia, Etiópia, Cameroun, Gabão. Seguem em negociação datas para as com Sudão, Zâmbia, Congo (Kinshasa), Tanzânia e Gana. As distintas reuniões dos grupos de trabalho da Comissão Mista com África do Sul ocorreram por videoconferência, seguidas de encontro de vice-ministros no mesmo formato. Também à distância, foi organizada celebração do Dia da África, presidida pelo ministro de Estado e com a participação dos chefes de missão diplomática africanas acreditados em Brasília.

Com o progressivo arrefecimento da pandemia, alguns eventos foram realizados em formato presencial. Houve visitas oficiais a Brasília dos presidentes de Cabo Verde e Guiné-Bissau. O vice-presidente da República visitou o Egito. Negociam-se datas para diversas visitas presidenciais e ministeriais a Brasília e ao continente africano. O Brasil participou da reunião de chanceleres da CPLP à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, assim como foi realizado encontro com o chanceler do Egito à margem do mesmo evento.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o vice-presidente da República chefiou, em julho, a delegação brasileira na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, tendo-se reunido bilateralmente com os presidentes de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e com o Representante Especial do secretário-geral das Nações Unidas para a África Central (UNOCA). Na ocasião, o ministro Carlos França participou da reunião ministerial que precede a cúpula e também se reuniu à margem do evento com seus homólogos de Angola e da Guiné-Bissau. Em setembro, o ministro de Estado participou, em Nova York, de encontro entre ministros das Relações Exteriores da CPLP à margem da abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU. O Itamaraty coordenou a participação brasileira em diversas reuniões ministeriais setoriais da Comunidade.

Em que pesem as restrições impostas pela pandemia, manteve-se, no período, a interlocução regular com as embaixadas africanas em Brasília, com os postos na África e com outras unidades do MRE e órgãos da administração federal afetos a temas africanos.

Procura-se, também, avançar no diálogo preparatório com a Nigéria, a fim de possibilitar o reagendamento da II Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico, e com a África do Sul, para a marcação do segmento de nível ministerial da Comissão Mista bilateral.

Em 2021, o Brasil manteve reuniões bilaterais de alto nível com quinze países africanos, ou 28% do total, que somam 56% do PIB e 35% da população continentais e representam o destino de 61% das exportações brasileiras para a África.

3.2.3 Departamento de Oriente Médio

Ao longo do ano, o Departamento de Oriente Médio dedicou-se ao adensamento das relações do Brasil com Israel, Palestina, Líbano, Síria, Jordânia, Turquia, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Kuwait, Omã, com vistas à identificação de oportunidades de cooperação e ao monitoramento das situações política, econômica e social desses países, bem como com a Liga dos Estados Árabes.

Em março de 2021, teve lugar visita a Israel de delegação chefiada pelo então ministro das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo. O objetivo foi impulsionar a cooperação científica e tecnológica bilateral, especialmente no campo da saúde, tendo presente o contexto da pandemia da COVID-19. Em Jerusalém, o então chanceler Ernesto Araújo manteve reunião com seu homólogo israelense, Gabi Ashkenazi, e com o então primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu. A missão centrou-se em iniciativas de cooperação para o desenvolvimento de tecnologias, terapias e vacinas para a prevenção e tratamento da COVID-19, além do estudo de possíveis parcerias entre a Agência Espacial Israelense e a Agência Espacial Brasileira. Decorreu da visita a assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Asher sobre o projeto ITASAT2, para desenvolvimento de três satélites de investigações científicas. Em maio, o ministro Carlos França recebeu telefonema do então ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Gabriel "Gabi" Ashkenazi, e em junho o Sr. PR telefonou ao primeiro-ministro Naftali Bennet para parabenizá-lo pela formação do novo governo. Ambos acordaram dar continuidade à cooperação bilateral em setores estratégicos, bem como à coordenação bilateral em foros multilaterais.

Com base no compromisso de combater todas as formas de xenofobia, intolerância e discriminação, incluindo o antissemitismo, o Departamento de Oriente Médio coordenou a candidatura do Brasil à Aliança Internacional de Memória do Holocausto (IHRA). Trata-se da principal organização no campo da promoção da educação, da pesquisa e da memória do Holocausto, reunindo governos, organizações internacionais e centenas de especialistas de todo o mundo. A adesão brasileira foi aprovada por unanimidade em novembro de 2021, a princípio na condição de Estado “observador”. Além de cobrir lacuna importante da política externa brasileira de direitos humanos, a decisão faculta ao Brasil acesso à expertise da IHRA e às experiências de outros países para o aperfeiçoamento das políticas nacionais de combate ao antissemitismo e de preservação da memória do Holocausto.

Em abril, o ministro das Relações Exteriores recebeu telefonema de sua contraparte turca, Mevlut Çavuşoğlu, quando foram evocadas oportunidades nos setores de defesa, comércio, investimentos, turismo e cooperação. Na ocasião, o chanceler turco foi convidado para missão ao Brasil, em visita que se concretizará em abril de 2022.

No âmbito das relações bilaterais com os países árabes, apoiou-se, no mês de maio, reunião do ministro Carlos França com embaixadores árabes residentes em Brasília.

No que tange à Síria, coordenou-se a participação do Brasil na “V Conferência de Bruxelas em Apoio ao Futuro da Síria e da Região”, organizada pela União Europeia e pelas Nações Unidas, sob o pano de fundo do conflito que assola o país desde 2011. Quanto ao Líbano, deu-se continuidade ao apoio político e humanitário prestado pelo Brasil por ocasião das explosões no Porto de Beirute, em 2020, sobretudo por meio da mobilização da diáspora libanesa no país. Em agosto de 2021, apoiou-se participação do Brasil na Conferência Internacional de Apoio ao Povo Libanês, promovida pela França e pela União Europeia.

No tocante ao grupo de países membros do Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuwait, Bahrein e Omã), o Departamento de Oriente Médio deu seguimento à estratégia de fortalecimento concomitante das relações políticas e econômicas com estes países, com o objetivo de intensificar fluxos comerciais e atrair investimentos. A região do Golfo possui considerável importância geopolítica, notadamente pela sua importância no mercado

global de energia, o que tem reflexos no cenário securitário. A aproximação política com países da região contribui para reforçar o envolvimento do Brasil em tais questões de interesse global. Ao mesmo tempo, uma vez que a atividade econômica nesses países é muito dependente de processos decisórios ligados aos governos nacionais, há forte componente político nos esforços de atração de investimentos e ampliação das exportações brasileiras.

Países da região, inclusive Arábia Saudita, EAU, Kuwait e Catar, possuem alguns dos maiores fundos soberanos do mundo, os quais concebem o Brasil como mercado promissor no âmbito de suas estratégias de diversificação para além de seus parceiros tradicionais (EUA e Europa). Assim, apoiou-se a estratégia voltada à ampliação do conhecimento desses fundos sobre o Brasil e a abertura de canais de diálogo para a resolução de questões que possam obstaculizar os fluxos de investimentos. Destaca-se, nesse sentido, a assistência às atividades do Comitê Interministerial para a Promoção do Comércio e Investimentos entre Brasil e Arábia Saudita, criado para auxiliar o Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita (PIF) a “explorar oportunidades de investimento mutuamente benéficas em até US\$ 10 bilhões”, conforme linguagem da declaração conjunta sobre parceria estratégica para investimentos entre Brasil e Arábia Saudita, de 2019. Ao longo de 2021, o Ministério das Relações Exteriores, por meio da embaixada do Brasil em Riade, organizou videoconferências entre o PIF e o Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento Regional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No plano do relacionamento político bilateral, o Ministério das Relações Exteriores apoiou a preparação de périplo presidencial à região em novembro de 2021. Na ocasião, o senhor presidente da República participou da comemoração do dia do Brasil na EXPO Dubai 2020 nos EAU, país em que manteve reunião com seu homólogo. Foram visitados, também, o Bahrein e o Catar. Em relação ao Bahrein, destaca-se a abertura da embaixada do Brasil em Manama, inaugurada pelo senhor presidente da República por ocasião de sua visita ao país.

As relações com os países da região foram também impulsionadas, ao longo de um ano atípico, em razão da pandemia, por contatos telefônicos de alto nível. O senhor presidente da República manteve chamadas com o rei do Bahrein, em março, bem como

com os governantes dos EAU, em agosto, e da Arábia Saudita, em setembro. O senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, por sua vez, falou ao telefone com suas contrapartes emirático e saudita em julho e agosto, respectivamente.

A intensificação do diálogo político em alto nível com os países da região é subsidiada pela manutenção de mecanismos de diálogo frequentes em nível técnico. Nesse sentido, destacam-se as realizações de reuniões de consultas políticas e de reuniões de comissão mista bilaterais, que permitem a atualização da agenda bilateral e o acompanhamento de temas internacionais de interesse mútuo. Em 2021, o Ministério das Relações Exteriores realizou consultas políticas bilaterais com Catar, Kuwait e Irã e uma reunião de comissão mista com os Emirados Árabes Unidos. Em relação ao Irã, busca-se dar centralidade a temas econômicos e comerciais, face à divergência em questões de política externa. Nesse sentido, enfatiza-se a realização da 2ª reunião do comitê consultivo agrícola em dezembro de 2021, com vistas a acompanhar temas do setor agropecuário nacional, para o qual o Irã representa o 9º maior mercado global.

3.3 Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia

3.3.1 China

Em 2021, o Ministério das Relações Exteriores trabalhou para o aprofundamento das relações bilaterais com a China, com ênfase nos esforços para facilitar e acelerar a obtenção de vacinas e de insumos para a produção doméstica de imunizantes. Mais de 60% das vacinas oferecidas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações ao longo de 2021 foram produzidas com insumos originários da China. Destacou-se também o resultado alcançado no âmbito econômico-comercial: em 2021, a corrente de comércio atingiu novo recorde de US\$ 135,4 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 87,7 bilhões (crescimento de 29,4% em relação a 2020) e superávit de US\$ 40 bilhões (21,2% maior que em 2020).

Em abril, o ministro das Relações Exteriores manteve telefonema com o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, ocasião em que discutiram temas como o diálogo político bilateral, a proposta de reforma da estrutura da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a cooperação em saúde e vacinas, ciência e tecnologia, economia e investimentos e a cooperação multilateral e regional.

Em outubro, o chanceler realizou videoconferência com o ministro Wang Yi e tratou, entre outros assuntos, de cooperação em saúde, mudança do clima e outros temas multilaterais e regionais, 5G e a liberação do comércio de carne bovina após dois incidentes de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) atípica no Brasil.

Ao longo de 2021, o MRE continuou coordenando o processo de preparação da VI Sessão Plenária da COSBAN, prevista para ocorrer em maio de 2022, bem como de elaboração de propostas de reforma do mecanismo e de novos documentos para orientar as relações bilaterais nos próximos anos (Plano Estratégico 2022-2031 e Plano Executivo 2022-2026). Em julho, foi enviada carta do vice-presidente da República ao vice-presidente da China, Wang Qishan, com as propostas brasileiras. O MRE conduziu rodadas de negociações com a parte chinesa, em estreito contato com a embaixada da China em Brasília e postos brasileiros na China, bem como consultas às áreas temáticas do ministério, Vice-Presidência da República e outros órgãos e agências do governo.

3.3.2 *Japão, Península Coreana e Pacífico*

Em 2021, o MRE acompanhou a dinâmica das políticas interna e externa, além do cenário econômico, do Japão e dos países da Península Coreana e da região do Pacífico. Houve também numerosos eventos e reuniões bilaterais que visaram a aprofundar o relacionamento político e econômico do Brasil com aqueles países.

Em janeiro, o então ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Toshimitsu Motegi, visitou Brasília, ocasião em que foram discutidos a possível abertura de negociações com vistas a acordo de comércio MERCOSUL-Japão, investimentos, expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), economia verde e Organização Mundial do Comércio (OMC). Registrou-se também a assinatura de Memorandos de Entendimento nas áreas de Nióbio e Grafeno e Biodiversidade da Amazônia, bem como ajustes complementares para projetos de cooperação técnica na área de agricultura de precisão, controle de desmatamento ilegal e cidades resilientes.

Ao longo do ano, contatos diplomáticos de alto nível no Brasil e no Japão permitiram a discussão de temas como a implementação da rede 5G no Brasil, possível abertura de negociações de acordo de comércio MERCOSUL-Japão, Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpacífica (CPTPP), Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), investimentos, Comitê Conjunto Brasil-Japão de Ciência e Tecnologia, cadeias de valores, atuação dos países no âmbito do CSNU, acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e eleições para organizações internacionais. Em reconhecimento à contribuição do embaixador Yamada para o relacionamento bilateral com o Japão, foi-lhe outorgada a condecoração da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul por ocasião da conclusão de sua missão no Brasil, em novembro.

Em outubro, realizou-se, em Tóquio, a IX Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Japão, na qual foram discutidos temas do relacionamento bilateral e multilateral, comércio, investimentos, acesso do agronegócio brasileiro ao mercado japonês, cooperação em C,T&I, cooperação técnica, cooperação em defesa e cibersegurança, comunidade brasileira no Japão, organismos internacionais e situação nos respectivos entornos regionais. A visita a Tóquio da secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia para o Mecanismo de Consultas Políticas também viabilizou reunião sua com o vice-ministro para Coordenação Política e Relações Internacionais do

Ministério de Assuntos Internos e Comunicações do Japão (MIC), Yuji Sasaki, em que foram abordados os temas de 5G e cooperação em C,T & I.

O Ministro das Relações Exteriores recebeu, em dezembro, telefonema do ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Yoshimasa Hayashi. Os Chanceleres discutiram temas como 5G, OCDE, transição energética para uma economia de baixo carbono, acesso do agronegócio brasileiro ao mercado japonês, possível abertura de negociações visando a acordo de livre-comércio MERCOSUL-Japão e a comunidade brasileira no Japão.

O ministro das Relações Exteriores e o ministro do Comércio, Turismo e Investimento da Austrália, Dan Tehan, mantiveram reunião por videoconferência em maio. Na ocasião, debateram pontos de interesse do Brasil e da Austrália em temas comerciais, tanto no que concerne à agenda bilateral quanto à concertação entre os dois países em foros multilaterais, sobretudo na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em outubro, o ministro Carlos França e o ministro Dan Tehan reuniram-se novamente, desta vez à margem da Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, quando foram tratados o impacto de subsídios agrícolas no comércio internacional e o interesse em aprofundar a cooperação bilateral, em particular na área de hidrogênio.

Com relação à Coreia do Sul, a secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia realizou missão a Seul para a XII Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Coreia do Sul, em outubro, quando foram tratados temas de ciência, tecnologia e inovação, 5G, cooperação ambiental, energias renováveis, investimentos, acesso do agronegócio brasileiro ao mercado sul-coreano, negociações do acordo MERCOSUL-Coreia do Sul, cooperação em entidades multilaterais e situação nos respectivos entornos regionais. Em reunião com o vice-ministro para Negociações Comerciais do Ministério do Comércio, Indústria e Energia da Coreia do Sul, Chun Yoonjong, foram discutidas as negociações em curso para acordo comercial MERCOSUL-Coreia do Sul. Em encontro com o primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul, Choi Jong-kun, foram discutidos os temas de 5G, acesso do agronegócio ao mercado sul-coreano e situação no entorno regional sul-coreano. Houve, ademais, encontro com o secretário para a Nova Política do Sul e do Norte da Presidência da República da Coreia, Kim Jeong Hoi, quando foram debatidas as políticas internacionais econômicas sul-coreanas, transição energética, comércio bilateral e reforma da OMC.

3.3.3 *Índia, Sul e Sudeste da Ásia*

Ao longo de 2021, deu-se seguimento à implementação dos atos bilaterais assinados na visita de Estado do Presidente da República à Índia (25-27/01/2020), inclusive o Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia. O diálogo bilateral sobre energias renováveis foi aprofundado significativamente, com a realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Bioenergia (agosto) e a segunda edição do seminário "Sustainable Mobility: Ethanol Talks" (novembro). Entre fevereiro e março, o MRE apoiou a organização e realização de visita do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações à Índia para o lançamento do satélite brasileiro Amazônia-1 por veículo indiano, ensejando o aprofundamento dos contatos com diferentes instituições indianas da área de ciência, tecnologia e saúde.

No início do ano, o MRE empenhou-se na obtenção de quatro milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 produzidas na Índia, as quais permitiram o tempestivo início do programa brasileiro de imunizações contra o coronavírus. No segundo semestre de 2021, durante a presidência *pro tempore* brasileira do MERCOSUL, foram retomadas as tratativas para a expansão do Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a Índia. Em dezembro, o diálogo político com a Índia foi reforçado, mediante reunião de consultas sobre temas do Conselho de Segurança da ONU, à luz da participação simultânea dos dois países naquele órgão em 2022.

O Brasil buscou, em 2021, aproximar-se da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), tendo pleiteado a condição de parceiro de diálogo setorial do bloco (se aprovado, o Brasil será o primeiro país latino-americano parceiro de diálogo setorial da Associação). O pleito brasileiro foi objeto de proposta de cooperação em junho e foi discutido em reunião virtual, em agosto, do ministro Carlos França com altos representantes dos países da ASEAN. Foram realizadas, ao longo do ano, diversas reuniões com os embaixadores da ASEAN em Brasília, inclusive almoço oferecido pelo ministro Carlos França, em junho, e churrasco com a presença do Senhor Presidente da República, em setembro, em que se buscou promover o potencial de exportação de carnes brasileiras.

No plano bilateral, realizou-se, em setembro de 2021, virtualmente, a 5ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Filipinas, em que se discutiram várias possibilidades de

cooperação, aprofundadas em reunião técnica virtual em novembro. Em setembro, o ministro Carlos França manteve reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Singapura, Vivian Balakrishnan, às margens da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, ocasião em que foram discutidos temas relativos à promoção do comércio e investimentos bilaterais e ao Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Singapura. O MERCOSUL também lançou, no final da presidência *pro tempore* brasileira, negociações para um acordo de livre comércio com a Indonésia. Em dezembro, realizaram-se reuniões preparatórias para a I Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia, que acabou sendo postergada a pedido do lado malásio.

3.3.4 *Rússia e Ásia Central*

As relações do Brasil com a Rússia experimentaram importante intensificação, inclusive com contatos no mais alto nível. No dia 6 de abril, o presidente da República manteve contato telefônico com o presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, ocasião em que reiteraram a importância de aprofundar a cooperação bilateral. Em junho, o presidente da República participou por mensagem de vídeo gravada do 24º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, em sessão plenária aberta pelo presidente Vladimir Putin. O Fórum de São Petersburgo é o principal evento de economia e negócios da Rússia, de modo que constitui ocasião ímpar para a promoção de oportunidades de comércio e investimentos no Brasil.

No plano de assistência aos cidadãos, brasileiro que se encontrava detido na Rússia desde março de 2020 foi repatriado em maio de 2021, após intensos esforços da diplomacia brasileira e concessão de indulto pelo presidente Putin.

Em outubro, foi realizada, em Brasília, a XI Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC), copresidida pelo secretário-geral das Relações Exteriores e pelo vice-ministro do Desenvolvimento Econômico da Rússia, Vladimir Ilyichev. O encontro foi precedido de reuniões entre técnicos governamentais dos dois países em áreas como comércio e investimentos, cooperação espacial, cooperação técnico-militar, agricultura e energia.

Em novembro, o ministro das Relações Exteriores realizou visita oficial a Moscou, a primeira visita de um chanceler brasileiro à Rússia desde 2013. Na ocasião, foi assinado Plano de Consultas Políticas para o período de 2022-2025.

Realizou-se, em julho, por videoconferência, a V Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum Brasil-Paquistão. No mesmo mês também foi realizada, por videoconferência, a IV Reunião do Mecanismo de Diálogo Político, Econômico, Comercial e de Investimentos Bilaterais Brasil-Cazaquistão. Iniciativa adicional com o Cazaquistão ocorreu em novembro, quando o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Almas Aidarov, responsável por investimentos, visitou o Brasil e manteve reunião de trabalho com a secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia.

3.4 Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos

3.4.1 Mecanismos Inter-Regionais

BRICS

Em 2021, sob a presidência de turno indiana, o ministério das Relações Exteriores coordenou as atividades de cooperação setorial e política no BRICS, nas diferentes áreas de atuação do governo brasileiro. Buscou-se avançar a cooperação nas seguintes áreas prioritárias para o Brasil: ciência, tecnologia e inovação; economia digital; saúde; combate aos ilícitos transnacionais; e fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

Como resultados, destacam-se a realização de reunião *stand-alone* de chanceleres (junho, 2021), a cúpula do BRICS (setembro, 2021) e a aprovação de dois documentos de alto nível: a “Declaração de Nova Délhi” e a “Declaração Conjunta do BRICS sobre Fortalecimento e Reforma do Sistema Multilateral”, ambas em nível presidencial. A 13ª Cúpula do BRICS, realizada por videoconferência em 9 de setembro de 2021, sob o mote “BRICS @ 15: Cooperação Intra-BRICS para a Continuidade, a Consolidação e o Consenso”, contou com a participação dos líderes dos cinco países do agrupamento.

Foram realizados, no total, mais de 100 encontros, inclusive 21 em nível ministerial, nas áreas de relações exteriores; comércio; finanças; meio ambiente; indústria; esportes; cultura; comunicações; segurança; agricultura; trabalho e emprego; energia; educação; turismo; saúde; juventude; e ciência, tecnologia e inovação.

Lograram-se avanços significativos em 2021, incluindo a ampliação do NBD, as chamadas conjuntas de projetos de pesquisa dedicados ao combate à pandemia de COVID-19, o Acordo sobre Satélites de Sensoriamento Remoto, o Plano de Ação Contraterrorismo, o Acordo de Assistência Aduaneira Mútua e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Regulação de Produtos Médicos para Uso Humano. Realizaram-se, ainda, eventos favoráveis à promoção de negócios brasileiros, como o Fórum Empresarial do BRICS, o “BRICS Trade Fair” e as reuniões anuais do Conselho Empresarial do BRICS e da Aliança de Mulheres Empresárias do BRICS.

IBAS

No âmbito do Fórum IBAS, foram realizadas, em 2021, reuniões nas seguintes áreas: duas reuniões de *sherpas* (em nível de vice-ministros), reunião do grupo de trabalho (GT) sobre Turismo, reunião de assessores de Segurança Nacional, reunião de agências de cooperação, reunião do GT em Agricultura, conclave sobre Energias Renováveis, reunião do GT em Padronização, Regulações Técnicas e Conformidade, reunião de altos funcionários em Medicina Tradicional e conferência sobre Pequenas e Médias Empresas. Aprovou-se Memorando de Entendimento em Defesa e Cooperação em Indústrias de Defesa do IBAS.

FOCALAL

Em 2021, o Itamaraty participou também de reunião de altos funcionários no âmbito do Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL).

G20

Ao longo de 2021, o MRE atuou nos trabalhos do G20, tanto por meio de participação direta de seus servidores quanto por meio da coordenação dos trabalhos da “Trilha de Sherpas” do G20, que envolveram treze ministérios e diversas agências especializadas do governo federal.

Em 2021, a presidência do G20 foi exercida pela Itália. O principal resultado foi a realização da Cúpula de Roma, em outubro de 2021, que contou com a participação presencial do presidente Jair Bolsonaro e que resultou na assinatura da “Declaração de Líderes de Roma”. Adicionalmente, foram realizadas a “Cúpula de Saúde Global” (Roma, 21/5/2021), que adotou a “Declaração de Roma” sobre temas relacionados à pandemia da COVID-19, e a cúpula extraordinária do G20 sobre o Afeganistão.

O MRE atuou diretamente na coordenação dos grupos de trabalho da “Trilha de Sherpas”, incluindo a realização de treze reuniões de nível ministerial e mais de 100 reuniões de grupos de trabalho e “workshops” técnicos nas seguintes áreas: agricultura; meio ambiente; anticorrupção; Clima e energia; comércio e investimentos; desenvolvimento; economia digital; educação; pesquisa e ensino superior; emprego; cultura; saúde e turismo. Cada um desses grupos de trabalho conduziu debates e processos negociadores e acordou documentos e iniciativas que foram posteriormente endossadas pela “Declaração de Líderes de Roma”.

A atuação do Brasil no G20 também inclui a manutenção de diálogo com a sociedade civil, por meio da interlocução com representantes brasileiros dos “grupos de engajamento” do G20, incluindo o “Business 20” (B20), “Think 20” (T20), “Women 20” (W20), entre outros.

3.4.2 Turismo e esporte

Em 2021, o turismo internacional continuou a ser duramente afetado pela pandemia e grande parte das políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro estiveram voltadas ao turismo interno.

Em que pese o impacto da pandemia sobre o turismo internacional, o Itamaraty manteve em parceria com o ministério do Turismo intenso diálogo e trabalho conjunto, viabilizando a participação em alto nível nas reuniões sobre turismo do G20, BRICS, IBAS, OEA e OCDE. Destaca-se, sobretudo, a fluidez do diálogo estabelecido com Índia e África do Sul, países com os quais há intensa colaboração na área do turismo, seja através dos canais multilaterais, ou por meio dos mecanismos de diálogo bilaterais.

Tais tratativas no âmbito internacional possibilitaram o intercâmbio de experiências sobre ações governamentais de redução do impacto da pandemia no setor de turismo e auxiliaram o governo brasileiro a definir sua estratégia para a retomada do turismo nacional.

O MRE, em 2021, coordenou, em parceria com o ministério do Turismo, a candidatura brasileira para sediar o Escritório Regional da Organização Mundial do Turismo (OMT) para as Américas. A candidatura brasileira foi formalizada durante a 66ª Reunião da Comissão Regional para as Américas.

Na área de esporte, o MRE envolveu-se na preparação da delegação brasileira para os Jogos Olímpicos de Tóquio, a qual enfrentou significativos desafios devido à pandemia de COVID-19. Mais de 400 atletas, inclusive medalhistas olímpicos, e integrantes de equipes técnicas foram beneficiados pelas gestões empreendidas pelo Itamaraty.

Em 2021, foram iniciadas negociações de acordos de cooperação esportiva com onze países: Alemanha, África do Sul, Bahrein, Canadá, China, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, França, Itália, Japão. Destes, já foram concluídos e assinados dois acordos: o

Acordo de Cooperação Esportiva na Área do Judô, com o Japão, e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, com a Espanha.

3.4.3 Promoção Comercial

Rede de Setores de Promoção Comercial (SECOMs)

A rede de SECOMs conta com 119 postos. Em 2021, não houve abertura de novos SECOMs e foi fechado o SECOM Frankfurt. Com relação à gestão dos contratados locais dos SECOMs, em 2021, com a edição do Decreto nº 10.598, de 11 de janeiro de 2021, a competência sobre os assuntos administrativos dos auxiliares locais dos SECOMs (Assistentes Técnicos – ASTs e Assistentes Técnicos – ATs) passou à Divisão de Administração de Auxiliares Locais (DAUX).

Planejamento Estratégico de Promoção Comercial

O Planejamento Estratégico de Promoção Comercial (PEPCOM) do Itamaraty dá-se a partir de propostas de iniciativas feitas pelos SECOMs, elaboradas a partir de diretrizes emanadas da Secretaria de Estado (SERE). As propostas são direcionadas às áreas temáticas responsáveis por promoção comercial na SERE, conforme definido pelo Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019 e pelo Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019, quais sejam: Coordenação-Geral de Promoção Comercial (CGPR), Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria (DPSI), Departamento de Promoção do Agronegócio (DPAGRO), Departamento de Promoção Tecnológica (DCT), Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura (DPER) e Coordenação-Geral de Turismo e Esporte (CGTE). Iniciativas de caráter multisetorial são supervisionadas pela Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC).

O detalhamento orçamentário das propostas é enviado pelos SECOMs à SERE por meio do “Formulário de Orçamento Eletrônico” (FOE). Constam do FOE os custos detalhados e o cronograma esperado de cada atividade proposta, o que permite à SERE avaliar a viabilidade das propostas e acompanhar sua posterior execução financeira.

Cabe mencionar, ademais, a coordenação entre Itamaraty e APEX-Brasil na elaboração de seus planejamentos anuais, que ocorre desde 2017 e tem resultado em crescente número de ações desenvolvidas de forma conjunta entre ambas as instituições, aumentando a eficiência do gasto público e a efetividade da promoção comercial do Brasil no exterior.

Execução Financeira

A CGPR realiza suas ações com recursos de dois planos orçamentários: o Plano Orçamentário (PO) 0001 cobre iniciativas envolvendo participação em feiras, seminários, fóruns, *workshops*, coquetéis, rodadas de negócios e reuniões de trabalho. O PO 0003 cobre despesas com eventos em parceria com câmaras de comércio, publicações, banco de dados, estudos de mercado, elaboração do guia “Como Exportar”, serviços gráficos para confecção de material de divulgação e treinamento para os contratados locais.

Os valores executados pela CGPR, em 2021, totalizaram R\$ 3.706.450,81, distribuídos da seguinte forma:

Plano Orçamentário – PO 0001		
Iniciativa – feiras e eventos multissetoriais - SCAEC	Quantitativo	Valor em R\$
a) Feiras, seminários, fóruns, workshops, coquetéis	6	559.933,88
TOTAL	6	559.933,88

Descrição das despesas – PO 0001 – SCAEC

a) Apoio a seis eventos (feiras, seminários, *workshops*, coquetéis e encontros de trabalho) para os SECOMs Cantão, Genebra, Luanda, Maputo, Abuja e Assunção (Câmara de Comércio).

Plano Orçamentário – PO 0003		
Iniciativa – inteligência comercial - CGPR	Quantitativo	Valor em R\$

b) Eventos conjuntos com as câmaras de comércio	6	127.454,39
c) Publicações e bancos de dados	63	1.846.382,34
d) Elaboração ou atualização do guia “Como Exportar”	4	116.179,37
e) Serviços gráficos	1	2.739,35
f) Treinamentos dos contratados locais do SECOM	5	30.328,43
g) Outras despesas	3	11.715,49
TOTAL	82	2.134.7899,37

Descrição das despesas - PO 0003 – CGPR

b) Ações de promoção comercial realizadas em parceria com seis câmaras de comércio bilaterais em: Atlanta, Madri, Tóquio, Santiago, Lisboa e Dublin.

c) Assinaturas de publicações especializadas e bancos de dados com o fim de habilitar os postos à produção de inteligência comercial para 63 postos da rede.

d) Elaboração e atualização dos guias da série “Como Exportar”, que contêm informações sobre exportação e importação, atração de investimentos e barreiras comerciais para mercados específicos, em quatro postos da rede: Hanói, México, Guatemala e Pretória.

e) Impressão de material de divulgação, tais como banners e folhetos, para uso em feiras e eventos, assim como impressão de exemplares dos guias da série “Como Exportar” para o SECOM Atlanta.

f) Cursos e treinamentos oferecidos aos SECOMs de Cidade do Cabo, Cairo, Hanói, Rabat e Milão no intuito de melhorar e aperfeiçoar a capacidade de trabalho dos funcionários locais.

g) Outras despesas como divulgação em publicações especializadas para três SECOMs: Iaundê, Islamabad e Pretória.

Plano Orçamentário – PO 0003

Iniciativa – inteligência comercial – DPAGRO/DCT/DPER/DPSI	Quantitativo	Valor em R\$
h) Publicações e bancos de dados	4	137.505,73
i) Estudos de mercado (unidades)	15	871.652,45
j) Serviços gráficos	1	2.559,38
TOTAL	20	1.011.717,56

Descrição das despesas - PO 0003- DPAGRO/DCT/DPER/DPSI

h) Assinaturas de publicações especializadas e bancos de dados com o fim de habilitar os postos à produção de inteligência comercial para quatro postos da rede: Londres, São Francisco, Copenhague e Berlim.

i) Contratação de 15 estudos de mercado pelos SECOMs Sydney, Lima (três estudos), Beirute, Bogotá, Santiago, México, Bangok (dois estudos), Camberra, Tel Aviv (dois estudos), La Paz e Pretória.

j) Impressão de material de divulgação, tais como banners e folhetos, para uso em feiras e eventos para o SECOM Istambul.

3.4.4 Organismos Econômicos Multilaterais

Participação Brasileira em Organizações Econômicas Internacionais

Ao longo de 2021, o MRE participou ou coordenou a atuação brasileira em foros da OCDE, da OMC, do G20, do BRICS e de instâncias econômicas do sistema ONU (CEPAL, UNCTAD, ECOSOC).

O Itamaraty atuou intensamente nas tratativas para a acessão do Brasil à OCDE, prioridade estratégica do governo, subsidiando gestões diplomáticas no mais alto nível junto ao Secretariado e aos membros da Organização, as quais redundaram, em janeiro de 2022, no convite para que o Brasil iniciasse o processo de acessão.

Em paralelo, o MRE explorou as oportunidades de aproximação já disponíveis ao Brasil na OCDE. A presença do delegado junto às Organizações Internacionais Econômicas sediadas em Paris permitiu a expressiva participação nos comitês temáticos

da OCDE e o alinhamento do país aos padrões e práticas da organização. Ao longo de 2021, foi confirmada a adesão do Brasil a cinco instrumentos normativos, consolidando a posição de país não membro com maior convergência ao arcabouço normativo da OCDE (105 instrumentos de um total de 252).

Da mesma forma, o Itamaraty acompanhou os esforços voltados para a reforma da OMC, com vistas a fortalecer o sistema multilateral de comércio e coordenou as ações do MRE e do governo brasileiro para a preparação da próxima conferência ministerial da OMC, cuja realização – antes prevista para o período de 1 a 3 de dezembro de 2021 – foi adiada por questões sanitárias decorrentes da pandemia da COVID-19. O Itamaraty também coordenou a atuação brasileira em diversas reuniões do Grupo de Ottawa de países engajados no fortalecimento da OMC e do sistema multilateral de comércio.

No âmbito do G20, o MRE organizou, ao longo de 2021, a participação brasileira nos encontros do grupo de trabalho sobre Comércio e Investimentos (TIWG), em cuja reunião ministerial foram acordados posicionamentos sobre temas decisivos para a economia brasileira, como comércio e saúde; serviços e investimentos; apoio governamental (subsídios) e concorrência; comércio e sustentabilidade ambiental; reforma da OMC; e inserção de micro, pequenas e médias empresas no comércio internacional.

O Itamaraty também coordenou a participação brasileira no grupo de contato para temas econômicos e comerciais dos BRICS, sob os auspícios da presidência indiana, em 2021. Em três encontros formais do grupo, foram discutidos temas afetos à cooperação na área econômica e sobre comércio e investimentos. Foram negociados e acordados documentos sobre cooperação no sistema multilateral de comércio; proteção ao consumidor no comércio eletrônico; proteção de recursos genéticos, conhecimento tradicional e expressões de cultura tradicional; e comércio de serviços profissionais. Acordou-se, ainda, roteiro para a implementação dos aspectos de comércio e investimentos da “Estratégia de Parceria Econômica do BRICS 2025”, adotada no ano anterior.

No âmbito das instâncias econômicas do sistema ONU, o MRE coordenou a participação brasileira no 36º Período de Sessões do Comitê Plenário da CEPAL. Na ocasião, os países latino-americanos discutiram o relatório especial “uma agenda

inovadora de financiamento para o desenvolvimento para a recuperação da América Latina e o Caribe” e aprovaram três novas resoluções do órgão.

O Itamaraty coordenou a participação brasileira na XV Reunião de Cúpula da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e na reunião ministerial do G77/China, que a precedeu. Nesse contexto, coordenou, pelo lado brasileiro, a negociação da Bridgetown Covenant, declaração ministerial da referida Conferência, que estabeleceu o mandato da UNCTAD para os quatro anos seguintes.

Defesa Comercial, Subsídios, Concorrência e Defesa do Consumidor

Ao longo de 2021, o MRE continuou a atuar em defesa do exportador brasileiro alvo de investigações e medidas de defesa comercial, como salvaguardas, antidumping e direitos compensatórios. Essa atuação contribuiu para resultados positivos, tais como a não aplicação de remédios compensatórios às exportações brasileiras de alumínio aos EUA, desenvolvimento particularmente benéfico, ao comprovar a adequação de programas de apoio brasileiros à normativa multilateral. O Itamaraty também logrou a exclusão do Brasil em quatorze categorias de produtos no âmbito da aplicação de salvaguardas siderúrgicas pelo Reino Unido (originalmente aplicadas pela União Europeia). Adicionalmente, com a atuação do MRE em defesa comercial, obteve-se a não imposição de salvaguardas às exportações brasileiras de aço ao Conselho de Cooperação do Golfo; e a não aplicação de salvaguardas às exportações brasileiras de confecções têxteis ao Peru. No caso desta última, nova investigação foi aberta em 2022 sobre o mesmo produto, e o MRE continua a atuar com vistas a resguardar os direitos do setor têxtil exportador.

No que diz respeito ao setor de aço, o Brasil manteve-se, em 2021, entre os poucos países isentos da aplicação das sobretaxas unilaterais dos EUA com base na Seção 232 do “Trade Expansion Act”. Com o objetivo de promover o acesso do aço brasileiro ao mercado norte-americano, o secretário de Assuntos Econômicos e Comércio Exterior do MRE encaminhou carta a seu homólogo no Escritório do Representante de Comércio Exterior dos EUA (USTR), solicitando a abertura de negociações sobre ampliação do acesso ao mercado daquele país. O Brasil manteve, ainda, postura proativa no Foro Global sobre Excesso de Capacidade de Aço (GFSEC) em defesa de condições leais de mercado

no setor siderúrgico e pelo fim dos incentivos distorcivos que geram excesso de produção desse metal e deprimem os preços internacionais.

No âmbito da OMC, o Itamaraty organizou a participação brasileira nos comitês dedicados a defesa comercial. No Comitê de Salvaguardas, capitaneou proposta de aperfeiçoamento dos formulários de notificações. Também submeteu notificação bianual obrigatória de programas de apoio ao Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias. Liderou a participação brasileira nas negociações de disciplinas sobre subsídios à pesca, nas quais mantém postura construtiva e ambiciosa, com ênfase nos aspectos de sustentabilidade e equidade da negociação, contribuindo, inclusive, com proposta específica para a redução dos montantes subsidiados.

Na OCDE, o Itamaraty seguiu coordenando a participação do Brasil nos diversos foros dedicados aos temas de concorrência, defesa do consumidor, siderurgia, construção naval e créditos à exportação. Em 2021, o Brasil tornou-se parte da nova recomendação da OCDE sobre neutralidade concorrencial. Na área de créditos à exportação de aeronaves, o Brasil seguiu participando ativamente das reuniões do Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU). Cumpre destacar que diplomata da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (DDF) do MRE foi eleito para integrar o Bureau do Comitê do Aço da Organização, denotando o relevante perfil da atuação brasileira na instância.

O MRE tratou, ainda, dos aspectos relacionados a defesa comercial, concorrência e empresas estatais nos acordos de livre comércio negociados pelo MERCOSUL com Canadá, Singapura, Líbano e Coreia do Sul.

Sistema de Solução de Controvérsias da OMC

O MRE é o coordenador da participação brasileira no sistema de solução de controvérsias da OMC. O Brasil participa de oito contenciosos como demandante e três como demandado. Além disso, o Itamaraty representa o Brasil como terceira parte em 19 casos com importância sistêmica, buscando influenciar a formação da jurisprudência acerca de temas de interesse.

Como demandante, destacou-se, em 2021, a atuação brasileira nos casos contra (i) União Europeia, sobre exigências sanitárias em preparações de frango, ainda na fase de consultas; (ii) Índia, a respeito de programas de subsídio no setor açucareiro, em que o

Brasil obteve êxito no relatório do painel, mas cujos procedimentos foram suspensos pela decisão indiana de recorrer a um Órgão de Apelação inoperante (“apelação no vazio”); e (iii) Tailândia, relacionado a programas internos de apoio à produção do açúcar, no qual prosseguiram reuniões para monitorar a efetiva reforma das políticas tailandesas.

Em relação a casos de terceira parte, destacou-se, em 2021, a atuação no contencioso movido pela Indonésia contra a União Europeia por restrições à comercialização de óleo de palma e biodiesel devido ao supostamente elevado risco de produção em áreas de desmatamento. O Brasil interveio a fim de não só demonstrar a falta de base científica e o caráter arbitrário e discriminatório da metodologia adotada pela União Europeia, como também contrapor-se à narrativa da Indonésia de que produtos agrícolas brasileiros teriam maior risco para a preservação das florestas do que o óleo de palma daquele país.

Quanto à crise do Órgão de Apelação, que se arrasta desde 2019, o Brasil continuou trabalhando, em 2021, para (i) o desbloqueio do processo de seleção de novos membros e, subsidiariamente, (ii) potencializar alternativa plurilateral provisória. Assim, o Brasil tem defendido que, na próxima conferência ministerial da OMC (MC12), sejam lançadas discussões multilaterais por uma solução efetiva para a crise, preferencialmente antes da MC13. Note-se, com relação ao segundo ponto, que o *Multi-Party Interim Appeal Arrangement* (MPIA) chegou a 25 Membros em 2021, entre eles, Brasil, UE, China, Canadá e Austrália. Em 2022, o MPIA muito provavelmente será utilizado para solucionar o seu primeiro contencioso.

Em paralelo, o MRE promoveu, no âmbito do Governo, durante o ano de 2021, a elaboração da Medida Provisória 1.098, publicada em 27 de janeiro de 2022, que permite ao Brasil retaliar países que tenham “apelado no vazio”, impossibilitando a conclusão de contenciosos abertos para a defesa de interesses brasileiros. Além da Índia, essa situação se verificara, em 2020, no contencioso contra a Indonésia acerca de barreiras à importação de carne de frango. A medida provisória permite que o Brasil faça valer seus direitos perante a OMC e promova o funcionamento do sistema de solução de controvérsias.

Acesso a Mercados

O Itamaraty deu continuidade à sua atuação internacional para combater barreiras comerciais de natureza tarifária ou não tarifária. A partir de reuniões e consultas

interministeriais, além de subsídios do setor privado, o tema foi tratado bilateralmente com diversos parceiros comerciais. Na OMC, o MRE participou das reuniões formais e informais do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), em que houve ênfase no tratamento de questões comerciais específicas de interesse exportador brasileiro. Receberam atenção prioritária, no TBT, barreiras técnicas que foram objeto de Preocupações Comerciais Específicas (PCEs) levantadas pelo Brasil, além de PCE recorrente levantada contra o país no comitê. Cabe destacar, também, a participação na nona revisão trienal da operação e implementação do Acordo TBT. Por fim, o Itamaraty manteve a defesa dos interesses nacionais nas negociações relacionadas a barreiras técnicas, como nos acordos MERCOSUL-União Europeia, MERCOSUL-Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), MERCOSUL-Canadá, MERCOSUL-Coreia do Sul, MERCOSUL-Singapura e MERCOSUL-Líbano.

Ao longo do ano, o MRE atuou para salvaguardar e promover os interesses comerciais do Brasil em negociações bilaterais e plurilaterais dos processos de acessão de novos membros à OMC, atuando nos procedimentos de alteração das concessões de países que já são membros daquela instituição, com destaque para as tratativas a respeito da separação do Reino Unido da União Europeia (“Brexit”), cujos desdobramentos ainda representam desafios ao sistema multilateral do comércio.

O Itamaraty deu continuidade à participação nacional em iniciativas plurilaterais na OMC, como o grupo de trabalho de Micro, Pequenas e Médias Empresas, que almeja promover a integração das empresas de menor porte ao comércio internacional.

O MRE continuou atuando no apoio à negociação de medidas para a facilitação do comércio internacional e na troca de experiências entre os países a respeito de sua implementação interna. O Itamaraty é membro permanente do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC) e participa ativamente das discussões no âmbito do Comitê de Facilitação do Comércio da OMC. Cabe destacar a contribuição do país à primeira revisão da operação e implementação do Acordo de Facilitação do Comércio. Em outros âmbitos, o MRE realizou gestões para acelerar negociações em andamento sobre aspectos relacionados à facilitação do comércio com parceiros estratégicos, como os acordos de reconhecimento mútuo entre programas de Operador Econômico Autorizado (OEA), com destaque para as tratativas entre Brasil e EUA, além dos

instrumentos de assistência mútua em matéria administrativa aduaneira, de competência da Receita Federal. O tema de facilitação do comércio foi explorado também nas negociações extrarregionais do MERCOSUL.

O Itamaraty acompanhou e divulgou oportunidades no âmbito dos programas unilaterais de comércio preferencial (Sistema Geral de Preferências, SGP) oferecidos a países em desenvolvimento. Atualmente, exportadores brasileiros contam com reduções parciais ou totais de tarifas nos programas oferecidos por Austrália, Noruega, e Suíça. O MRE também acompanhou o processo parlamentar, ainda em curso, para renovação do SGP dos EUA, expirado em 31/12/2020, e fez gestões em apoio à sua aprovação.

O MRE deu continuidade ao processo de acesso do Brasil ao Acordo sobre Contratações Governamentais da OMC (GPA). Trata-se de tratado plurilateral, cujo objetivo principal é promover a abertura mútua dos mercados de contratações públicas entre os países signatários. O acordo, que está aberto a todos os membros da OMC, conta com vinte partes signatárias, correspondentes a 48 países membros da OMC, com destaque para Austrália, Coreia do Sul, Estados Unidos, Israel, Japão, Singapura e União Europeia. A entrada do Brasil no GPA abrirá oportunidades para que empresas brasileiras concorram em mercado de cerca de US\$ 1,7 trilhão anuais em contratações governamentais, conforme dados da OMC. Promoverá, ainda, a transparência e eficiência nas licitações nacionais.

Em 2021, como consequência do desequilíbrio entre oferta e demanda por produtos médicos essenciais observado durante a pandemia, o Itamaraty manteve contato com representantes de países estrangeiros e do setor privado para assegurar o adequado abastecimento de suprimentos médicos destinados ao combate da pandemia de COVID-19 e minimizar o impacto negativo de medidas comerciais restritivas nas relações exteriores. Também se engajou ativamente em discussões na OMC sobre medidas para promover transparência das ações nacionais e possíveis compromissos que levem ao fortalecimento das cadeias de produção de suprimentos médicos.

Política e Cooperação Financeira e Tributária

No âmbito da cooperação tributária, o MRE continuou trabalhando com a Receita Federal do Brasil (RFB) em temas fiscais, visando: i) à atualização e ampliação da rede brasileira de acordos para evitar a dupla tributação (ADTs); ii) ao incremento das trocas

automáticas de informações entre autoridades tributárias em nível bilateral e multilateral; iii) ao combate à evasão e à elisão fiscais; e iv) ao progressivo alinhamento das práticas tributárias do Brasil com as normativas relevantes da OCDE. Foram registrados avanços nas negociações para a assinatura de ADTs ou Protocolo a ADTs com Portugal, Áustria, Canadá, Coreia do Sul, Itália, Hungria e Portugal, e de ADT aéreo com a Nova Zelândia. Foram concluídas negociações com Colômbia, China, Chile e Polônia, além da ratificação dos acordos com Emirados Árabes Unidos, Suíça e Singapura.

No contexto das iniciativas voltadas a atenuar os impactos econômicos da pandemia de COVID-19, o Itamaraty manteve engajamento nas negociações relativas à implementação da *Debt Service Suspension Initiative* (DSSI), arranjo multilateral de suspensão temporária de pagamento do serviço da dívida, adotada por G20 e Clube de Paris (CP) em abril de 2020, cujo objetivo é criar espaço fiscal e alívio financeiro de modo a facilitar o enfrentamento da crise econômica e sanitária em países de baixa renda. O MRE acompanhou, ainda, as negociações com os países elegíveis para a DSSI que possuíam dívidas com o Brasil.

O Itamaraty também deu continuidade aos esforços de consolidação e de divulgação no exterior das medidas econômicas adotadas pelo Brasil no enfrentamento à pandemia, bem como de coleta, análise e compartilhamento intragovernamental das medidas adotadas por terceiros países com esse propósito.

O Brasil deu seguimento à parceria com vários países e bancos multilaterais e regionais, visando ao desenvolvimento de projetos em infraestrutura, gestão fiscal e desenvolvimento sustentável, dentre outros. Por meio de sua atuação na Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), o MRE contribuiu para o fortalecimento da posição do Brasil nas carteiras dos bancos de desenvolvimento internacionais. Em 2021, a COFIEX aprovou quarenta e uma operações de crédito no valor de USD 3,45 bilhões. Importa mencionar, nesse contexto, a contribuição do Itamaraty para a eleição do colombiano José Díaz Granados, eleito presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), com plataforma de atuação alinhada aos objetivos brasileiros.

O Itamaraty coordenou a adoção de projetos de cooperação financeira bilateral com Alemanha e Japão, bem como as negociações, ainda em curso, de acordo de sede com a Agência Francesa de Desenvolvimento. Com a Alemanha, foram realizadas reuniões das

negociações intergovernamentais Brasil-Alemanha sobre Cooperação Técnica e Financeira.

O Itamaraty participou das negociações que permitiram alcançar acordo preliminar de princípios sobre novas regras internacionais para tributação de empresas multinacionais (EMNs) no contexto da digitalização da economia. As negociações, divididas em dois pilares, buscam definir sobretudo “onde” e “como” tributar as EMNs envolvidas no processo de digitalização econômica. Visa a redefinir a repartição das receitas entre países sedes das EMNs e países onde elas operam e a determinar alíquota internacional mínima para tributação de EMNs.

Propriedade Intelectual

O MRE participou ativamente das negociações dos capítulos de propriedade intelectual nos acordos MERCOSUL-Coreia do Sul, MERCOSUL-Canadá, MERCOSUL-Singapura, MERCOSUL-EU e MERCOSUL-EFTA. Em relação aos dois últimos acordos, o Itamaraty continua engajada no arremate de pendências pontuais (*legal scrubbing*), sobretudo relativas a detalhes referentes às listas de indicações geográficas (IGs).

Houve avanço no processo interno de discussão e preparação para a adesão do Brasil aos Acordos de Internet (WCT, WPPT) e o Tratado de Pequim, instrumentos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Ocorreram sessões dos comitês permanentes da OMPI, acompanhadas de maneira remota pelos diplomatas em Brasília, e foi realizada Assembleia Geral da Organização. Houve intensos debates no âmbito do Conselho de TRIPS da OMC, em torno do tema da propriedade intelectual de tecnologias relacionadas ao combate à COVID-19. Além de defender o uso de flexibilidades inerentes ao sistema, o Brasil colocou-se a favor do diálogo, para a conciliação entre atores que assumiram posições divergentes ao longo das discussões.

No âmbito doméstico, o MRE acompanhou as reuniões ordinárias do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) e do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e outros delitos contra a PI (CNCP). Contribuiu, ainda, em discussões com vários entes da administração pública sobre a proposição de ajustes ao arcabouço jurídico

brasileiro em PI. Continuou a coordenar, ademais, equipe composta por profissionais do MRE, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do SEBRAE, organizando a implementação, com recursos geridos pela OMPI, de marca coletiva no Brasil – Projeto Marca Coletiva Flona Tefé.

3.4.5 *Promoção Tecnológica*

No exercício de suas atribuições relacionadas à organização e acompanhamento de reuniões e mecanismos internacionais, à negociação de acordos internacionais e à execução de ações de promoção de ciência, tecnologia e inovação e economia digital, o Departamento de Promoção Tecnológica (DCT) do MRE e suas divisões atuam em coordenação com demais unidades do Itamaraty e com os agentes integrantes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SINCTI).

Em 2021, o DCT participou nas oficinas de trabalho para elaboração de indicadores para a Estratégia Nacional de Inovação, bem como das reuniões da Câmara de Inovação (Decreto nº 10.534/2020), do Comitê Nacional de Iniciativas de Apoio a Startups do Governo Federal ('Startup Point', Decreto nº 10.122/2019) e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

O MRE contribuiu, ainda, para a realização da 3ª edição da Escola Avançada de Diplomacia Científica e Diplomacia da Inovação da USP, com ampla participação internacional, na qual houve a participação de treze chefes de setores de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTEC) bem como continuou a representar o MRE nas reuniões da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

O Itamaraty organizou duas reuniões no âmbito da Comissão Regular de Coordenação, Seguimento e Avaliação do Contrato de Licença de Patente e de Transferência de Informação Técnica e Fornecimento da Eritropoietina Humana Recombinante, bem como participou das atividades da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do monitoramento do desempenho da Apex-Brasil e acompanhamento do contrato de gestão com o MRE.

Em maio de 2021, o Brasil anunciou sua adesão ao projeto do cabo de fibras óticas Humboldt, iniciativa chilena que prevê a instalação do primeiro cabo submarino para interligar a América do Sul à Oceania e à Ásia. Além do Brasil, Argentina, Austrália e Nova Zelândia já haviam anunciado sua participação no projeto. O cabo, que contará com sistema de oito fibras óticas e terá capacidade inicial de transmissão de dados de até 400 Gbps, conectará Valparaíso (Chile) a Sydney (Austrália), passando por Auckland (Nova Zelândia), em um total de 14.810 quilômetros de extensão. A conexão da Austrália com a Ásia será feita por cinco cabos já implantados e em funcionamento.

Em 2021, houve a realização de quinze comissões mistas e diálogos bilaterais intergovernamentais na área de ciência, tecnologia e inovação (CTI), a saber: (i) 2ª reunião do Comitê Conjunto em Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil-Noruega, (ii) 2ª Reunião de Consultas Bilaterais Brasil-Kuwait, (iii) 10ª Reunião do Comitê Diretivo Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia, (iv) 5ª Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Canadá em Ciência, Tecnologia e Inovação, (v) grupo de trabalho sobre CT e Comunicações da Comissão Conjunta de Cooperação Brasil-África do Sul, (vi) 2ª Reunião do Comitê Executivo Bilateral Brasil-Argentina em CTI, (vii) 3ª Reunião da Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil- Coreia do Sul, (viii) grupo de trabalho de Cooperação em CTI da XI Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Rússia, (ix) 2ª reunião do mecanismo JRC (União Europeia)-MCTI, (x) 7ª reunião do Grupo de Alto Nível Brasil-Suécia em Aeronáutica; (xi) 6ª reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Suécia em Alta Tecnologia Industrial Inovadora; (xii) 2º Diálogo Digital e de Segurança Cibernética Brasil-Reino Unido; (xiii) Reuniões do Grupo de Trabalho Brasil-Guiana; (xiv) 3ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Eslovênia; e (xv) 3ª Comissão Mista de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira Brasil-Emirados Árabes Unidos.

Houve participação brasileira em diversos mecanismos multilaterais, tais como: (i) reuniões no âmbito do BRICS em CTI, com destaque para a participação do MRE na 5ª reunião do grupo de trabalho do BRICS para Ciência, Tecnologia Inovação e Empreendedorismo; (ii) 11ª reunião dos altos funcionários do BRICS em CTI; (iii) 9ª reunião ministerial do BRICS em CTI; (iv) 6.ª e 7.ª Reuniões do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) dos BRICS; (v) 7ª Reunião de Ministros das Comunicações dos BRICS; (vi) 24ª sessão da Comissão de

Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD) das Nações Unidas; (vii) 118ª e 119ª Sessões do Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas (CSTP) e as do Comitê de Políticas de Economia Digital (CDEP) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); (viii) 27ª sessão do Conselho de Governadores CIEGB (Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia); (ix) 68ª e 69ª reuniões do CABBIO (Centro Latino-Americano de Biotecnologia); (x) 63ª e 64ª Reuniões Especializadas em Ciência e Tecnologia do MERCOSUL; (xi) X Reunião Ordinária do Grupo Agenda Digital (GAD) e a IV Reunião Extraordinária do GAD do MERCOSUL; e (xii) VI Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia (REMCYT) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

No âmbito da ONU, o Itamaraty coordenou a contribuição brasileira para o “Debate Temático de Alto Nível sobre Cooperação Digital e Conectividade”, de iniciativa do presidente da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas; realizou reunião com a enviada do Secretário Geral da ONU para Tecnologia; e participou do evento “Investing in inclusive digitalisation: a government and investor roundtable”, no contexto da 76ª Assembleia Geral da ONU. Além disso, contribuiu para a implementação do “Roadmap for Digital Cooperation”, lançado em junho de 2020 a partir de recomendações do painel de alto nível em cooperação digital da ONU, que, por sua vez, contou com a participação de especialista brasileiro em inteligência artificial (IA).

O MRE coordenou a contribuição brasileira para o seminário virtual “Tecnologias Digitais: inovação, produtividade e trabalho no MERCOSUL”, o Fórum Mundial de Assinatura Digital, e o seminário virtual “Mercado Digital Regional”. Durante a presidência *pro tempore* brasileira (PPTB) do MERCOSUL em 2021, a coordenação brasileira do GAD, em coordenação com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, avançou na atualização dos “Questionários MERCOSUL sobre Segurança Cibernética” e na preparação de um “Painel sobre Segurança Cibernética no MERCOSUL”. Avançou, ademais, com apoio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), na preparação de evento sobre integração regional e cabos de fibras ópticas.

Em outubro de 2021, o Brasil foi eleito para o Comitê Gestor da *Global Partnership on Artificial Intelligence* (GPAI), em mandato a ser exercido ao longo do ano de 2022. A eleição do Brasil reflete o engajamento do país, fruto da coordenação entre o MRE e o

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), nos trabalhos do GPAI. A esse propósito, convém mencionar a participação brasileira nos quatro grupos de trabalho do GPAI (inovação e comercialização, governança de dados, futuro do trabalho e IA responsável), mediante representação especializada da sociedade civil.

O Itamaraty deu início, em 2021, aos trabalhos preparatórios para a conferência plenipotenciária (PP-22) da União Internacional de Telecomunicações (UIT), que deverá celebrar-se em Bucareste, entre 26/09-14/10 de 2022. Trata-se de estreita coordenação do MRE com os órgãos técnicos afetos ao tema, quais sejam, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Ministério das Comunicações (MCOM). Nesse contexto, foi apresentada a candidatura do Brasil à reeleição ao Conselho da UIT.

No âmbito do G20, o MRE coordenou a participação do Brasil na força-tarefa sobre economia digital, com destaque para as discussões no âmbito da economia digital e do governo digital. Além disso, coordenou as contribuições dos diversos órgãos envolvidos aos seis documentos de boas práticas circulados, quais sejam: *Blockchain in Global Value Chains: G20 Collection of Practices and Examples*; *G20 Practices of Innovative Public Procurement for Smart Cities and Communities*; *OECD: Mapping Commonalities in Regulatory Approaches to Cross-border Data Transfers*; *G20 Compendium on the use of digital tools for public service continuity*; *G20 Collection of Digital Identity practices*; e “*Survey on agile regulation across G20 Members*”.

Foram assinados dezessete atos internacionais em matéria de CTI, a saber: (i) Acordo entre o governo do Brasil, o NIC.br e a UNESCO formalizando a designação do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br) como centro de nível 2 sob os auspícios da UNESCO – primeiro centro da organização sobre a Sociedade da Informação; (ii) Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Carraso Science Park (Israel); (iii) Memorando de Cooperação entre o Brasil e o Japão no campo de tecnologias relacionadas à produção e ao uso de nióbio e grafeno; (iv) Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Ministério da Educação e Pesquisa da Noruega; (v) Memorando de Entendimento entre o MCTI e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal para o lançamento de uma rede de cooperação para promoção da cultura científica e tecnológica; (vi) Memorando de Entendimento entre o MCTI e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal em

matéria de física nuclear, de partículas, astropartículas e cosmologia; (vii) Memorando de Entendimento entre o MCTI e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal em matéria de nanociência, nanotecnologia e tecnologias quânticas”; (viii) Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Museu de História Natural da Áustria; (ix) Memorando de entendimento entre o CONFAP e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia, (x) Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Calibração e Validação no Solo de Medição de Precipitação Global entre o MCTI e a NASA; (xi) Declaração de Bonn sobre Liberdade de Pesquisa Científica (União Europeia); (xii) Memorando de Entendimento entre Brasil e África do Sul sobre Tecnologias da Informação e Comunicação além da adesão brasileira a quatro instrumentos jurídicos na área de C&T da OCDE, quais sejam: (i) Recomendação sobre acesso a dados de pesquisa com financiamento público; (ii) Recomendação do Conselho sobre Inovação Responsável em Neurotecnologia; (iii) Recomendação sobre Cooperação Tecnológica Internacional envolvendo empresas; (iv) Manutenção da Adesão à Recomendação de 1995 sobre Quadro Geral de Princípios para Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia; além da Recomendação da UNESCO sobre a Ética da IA.

Houve, em 2021, aprovação do mecanismo “BRICS Techtransfer” (*Enabling Framework for the BRICS Network for Technology Transfer Cooperation*) pelos ministros de CTI do agrupamento, o qual pretende estimular a transferência de tecnologia entre os meios acadêmico e empresarial entre os países do BRICS; e do “Plano de Ação em Inovação do BRICS 2021-2024”.

Foram lançadas negociações para assinatura de três atos internacionais: (i) Memorando de Entendimento entre o CNPq e o Ministério da Educação e Pesquisa da Ucrânia; (ii) Memorando de Entendimento entre o CNPQ e o “Science Museum” de Londres; e (iii) Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e o Rede de Tecnoparques do SENA da Colômbia.

Em 2021, a rede de Setores de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTEC) em postos no exterior passou de 54 para 55 com a criação de um setor no Consulado-Geral do Brasil em Cantão, o que reforça atividades de promoção tecnológica na dinâmica região asiática.

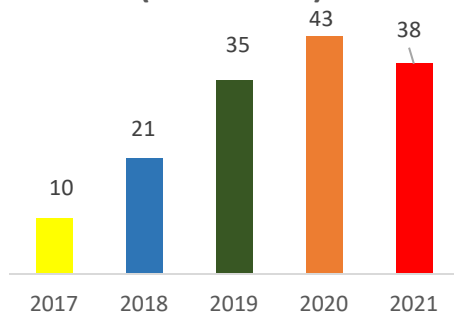
Programa de Diplomacia da Inovação

O ano de 2021 foi o quinto ano de execução do Programa de Diplomacia da Inovação (PDI). A abordagem do programa é de concepção das iniciativas “de baixo para cima” no âmbito de planejamento estratégico apresentado pela rede de SECTECs. Por meio de chamada de propostas de promoção tecnológica solicitada a Postos com SECTEC, com a previsão das iniciativas para o ano subsequente da chamada, é conduzido processo seletivo levando-se em consideração o orçamento disponível, a qualidade dos projetos apresentados, alinhamento com outras ações de cooperação tecnológica do governo e de entidades privadas, e aderência com as diretrizes da Política Nacional de Inovação e de políticas setoriais, bem como a promoção da marca-país associada à inovação.

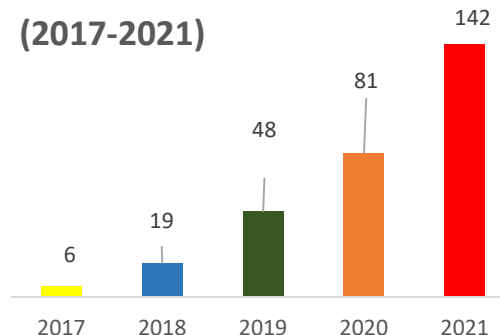
As propostas devem contemplar resultados esperados, indicadores de resultado, monitoramento de avaliação de resultado e de impacto, bem como estratégia de divulgação, que diferem em cada iniciativa, já que os formatos são distintos. É estimulado que as propostas sejam construídas e executadas em parceria com institutos de pesquisa, parques tecnológicos brasileiros, incubadoras ou com associações relevantes do SNCTI.

Em 2021, participaram do PDI 38 postos no exterior (Abu Dhabi, Berlim, Bogotá, Boston, Budapeste, Buenos Aires, Camberra, Chicago, Dublin, Haia, Helsinque, Kiev, Lisboa, Liubliana, Londres, Los Angeles, Madri, Montreal, Moscou, Nova Délhi, Nova York, Ottawa, Panamá, Paris, Pequim, Pretória, Roma, São Francisco, Seul, Sydney, Taipei, Talin, Tóquio, Toronto, Varsóvia, Viena, Xangai e Wellington), com 142 atividades executadas. Trata-se de aumento contínuo no número de atividades implementadas, ainda que se tenha observado redução do número de postos envolvidos, conforme as tabelas a seguir:

**Nº de Postos Envolvidos
PDI (2017-2021)**



**Nº de Atividades - PDI
(2017-2021)**

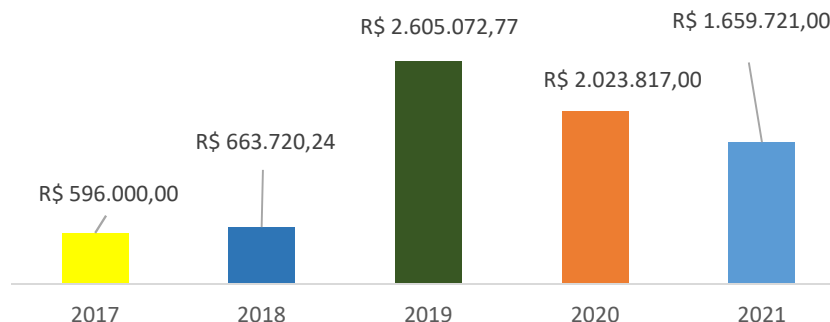


O programa de trabalho em diplomacia da inovação proposto pelos postos no exterior, em 2021, recebeu apoio no âmbito da ação orçamentária “promoção comercial, tecnológica e de investimentos” (20WZ) gerida pela CGPR, cujo total de R\$ 2.093.640,15 executado é detalhado a seguir:

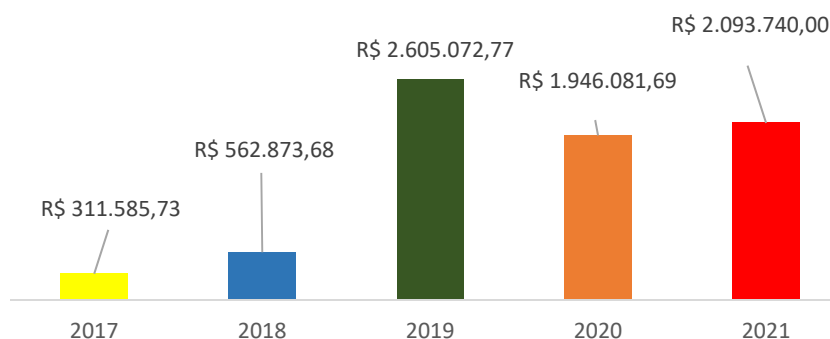
- 20WZ.0001.0009 (Despesas relacionadas à execução do Programa de Diplomacia da Inovação, no Brasil): R\$ 253.577,21;
- 20WZ.0002.0008 (Seminários, eventos e participação em feiras relacionadas à promoção tecnológica, no âmbito do Programa de Diplomacia de Inovação, no Exterior): R\$ 1.840.062,94.

Em 2021, foram empenhados mais de 100% dos recursos destinados ao programa, o que fica evidenciado nas tabelas abaixo que comparam os dados alocados na LOA com os que foram efetivamente desembolsados pelo programa:

Recursos Totais Alocados - PDI (2017-2021)



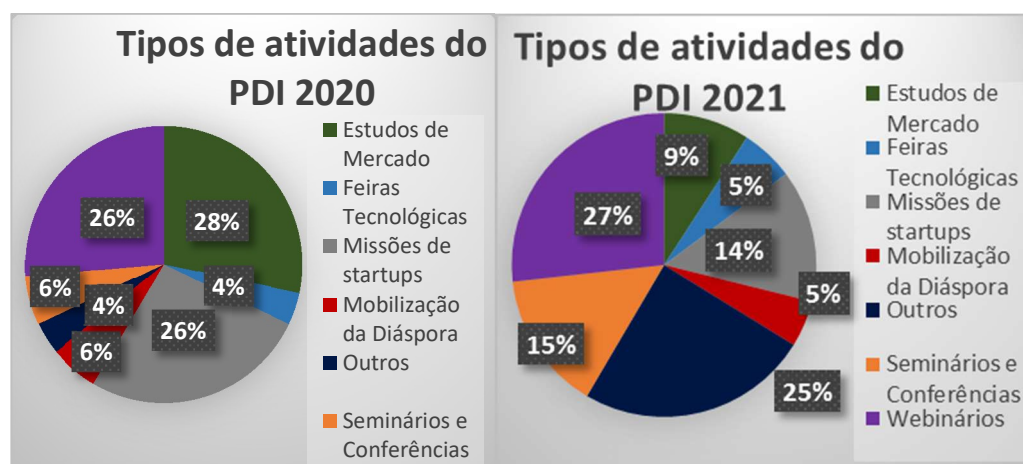
Recursos Desembolsados - PDI (2017-2021)



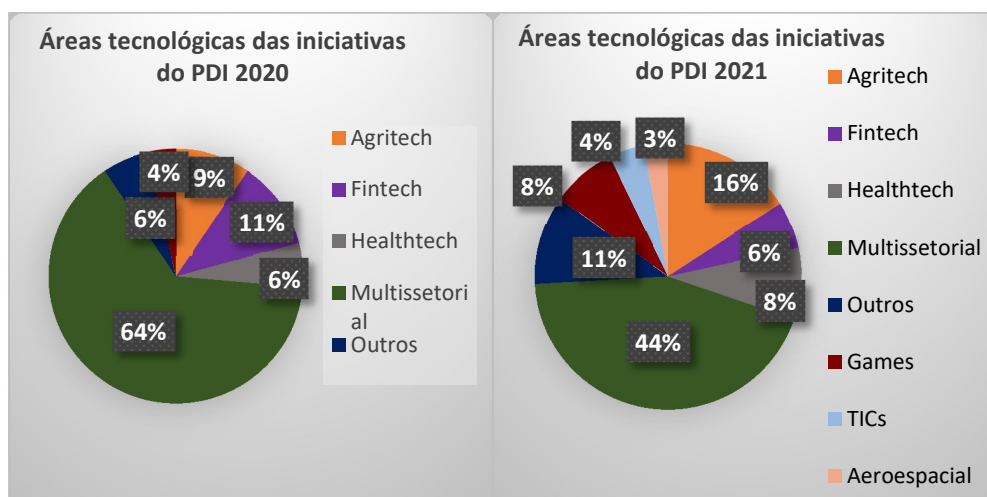
Por meio da Unidade Gestora (240019), o DCT executa o plano orçamentário “Despesas relacionadas à execução do Programa de Diplomacia da Inovação, no Brasil” utilizado para a aquisição de passagens aéreas junto para colaboradores eventuais que contribuem com as iniciativas no exterior. Em 2021, recursos desse plano foram igualmente utilizados para registrar a logomarca do PDI junto ao INPI e para pagamento de atividade de capacitação para gestores de ambiente de inovação panamenhos executada pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC).

O plano orçamentário “Seminários, eventos e participação em feiras relacionadas à promoção tecnológica, no âmbito do Programa de Diplomacia de Inovação, no Exterior” consiste em rubrica, executada pela CGPR, de uso diversificado pelos postos no exterior em projetos voltados para promover atividades relacionadas à cooperação em ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do PDI (*webdesign*, tradução, transporte, filmagem, locação de espaços, participação em feiras, hospedagem, etc).

Entre as 142 atividades executadas no PDI 2021, realizaram-se “webinários”, conferências e seminários, apoiou-se missões de internacionalização de *startups* e participações em feiras tecnológicas, produziram-se estudos de mercado e organizaram-se iniciativas de mobilização da diáspora, em linha com as atividades desenvolvidas em 2020, conforme gráficos a seguir:

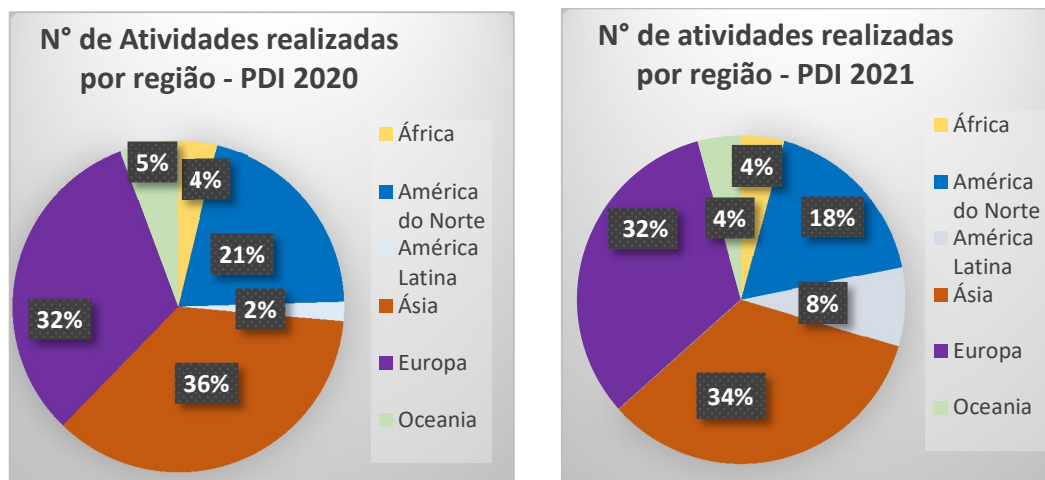


Em 2021, as áreas tecnológicas promovidas pelas iniciativas consistiram na maior parte de caráter multissetorial. Em 2021, seguiu a tendência de 2020 de especialização em alguns setores, como os de *agritech* (22 iniciativas), *healthtech* (doze iniciativas), *games* (sete iniciativas) e *fintech* (oito iniciativas), conforme indicam os gráficos abaixo:



Em 2021, verificou-se concentração de atividades nos continentes asiático (34% das atividades) e europeu (32% das atividades), refletindo continuidade à tendência

registrada em 2020. Em 2021, a América do Norte representou 18% das atividades executadas, seguido pela América Latina (8%), conforme gráficos a seguir:



Merecem destaque as seguintes atividades:

- Execução de dois ciclos do Programa StartOut Brasil, em Nova York e Lisboa, em parceria com ministério da Economia, Apex-Brasil, SEBRAE e Anprotec. Foi lançado, ainda em 2021, o ciclo Santiago, que continuará sua execução em 2022;

- Missões virtuais e presenciais para *startups* nos seguintes eventos:

- o World Summit AI Americas (Montreal, Canadá);

- o Dublin Tech Summit (Dublin, Irlanda);

- o Brazil-Germany Fintech eTour (Berlim, Alemanha);

- o Infoshare (Varsóvia, Polônia);

- o Slush 2021 (Helsinque, Finlândia);

- o Brazil Online Acceleration Camp (Xangai, China);

- o Collision (Toronto, Canadá);

- o Startup Olé (Salamanca, Espanha);

- o Web Summit (Lisboa, Portugal);

- o Missão Tecnológica Brasil-Estônia (Talin, Estônia);

o Webinar “O Futuro da IA no Brasil e na Itália”

- Apoio a missões virtuais para startups promovidas pela Softex no Reino Unido e na França;

- Apoio à participação de startups brasileiras no *Innovation Leaders Summit* (Japão): programa de inovação aberta que reúne corporações japonesas e *startups* de modo a gerar negócios, parcerias e cooperações;

- Edição do programa “Land2land Connect” (Espanha): evento virtual que conecta *startups* brasileiras, com interesse em iniciar ou acelerar seu processo de internacionalização aos ambientes e mecanismos de inovação estrangeiros qualificados a operar programas de *softlanding*, incubação e aceleração;

- Sete atividades de mobilização da diáspora científica brasileira no exterior, nos seguintes países: Alemanha, Estados Unidos, China, França e Países Baixos;

- *Good Game Brazil* (Finlândia): realização do primeiro *hackaton* no âmbito do PDI, no qual desenvolvedores buscam solução para um desafio lançado;

- Lançamento de cinco estudos de inteligência comercial, a saber:

- o Guia de Expansão aos Países Baixos para Empresas de Tecnologia;

- o Análise do mercado de *medtech* na Austrália;

- o Estudo de mercado em tecnologia financeira na Austrália;

- o Estudo de mercado em tecnologia agrícola no Canadá;

- o Estudo de mercado em tecnologia agrícola na Austrália;

- Lançamento do primeiro volume da série “Mapeamentos de Ambientes Promotores de Inovação no Exterior”, sobre o ecossistema de Londres e Região;

- Realização de edição piloto de Programa de Capacitação de Gestores de Ambientes de Inovação: edição-piloto do programa foi executada com gestores de inovação do Panamá, com capacitação no modelo CERNE (desenvolvido pelo SEBRAE e pela Anprotec), além de visitas a ecossistemas brasileiros (PqTec, São José dos Campos; Porto Digital, Recife).

A partir de 2021, foi solicitado o quantitativo de pesquisadores, empresas e público impactado pelas atividades realizadas no âmbito do PDI. Os eventos do programa alcançaram público de mais de 100 mil pessoas ao redor do mundo. As ações envolvendo empreendimentos inovadores tiveram impacto sobre aproximadamente 500 empresários, *startups* e outras empresas de base tecnológica. Além disso, cerca de 800 “diasporados” foram alcançados em ações de mobilização da diáspora científica e em inovação em cinco países (Alemanha, China, Estados Unidos, França, e Países Baixos). Iniciativas do PDI permitiram, igualmente, que 45 pesquisadores e institutos de pesquisa brasileiros expusessem seus trabalhos em outros países.

No PDI 2021, 82% das atividades foram realizadas com parceiro local ou brasileiro, com destaque para os seguintes parceiros nacionais:



Em termos de contrapartida de custos, foi apurado o montante aproximado de R\$ 570.102,17, o que significa que foram empregados um total de R\$ 2.663.742,32 para promoção tecnológica em 2021 no âmbito do PDI.

3.4.6 Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura

Em 2021, o Itamaraty promoveu os interesses brasileiros em negociações bilaterais, regionais e multilaterais sobre energia; difundiu posições brasileiras acerca de conceitos-chave nessa área, como a segurança e a transição energética, bem como sobre a relevância

dos biocombustíveis como alternativa energética; estabeleceu cooperação com países e instituições internacionais para troca de experiências e de conhecimento técnico, científico e tecnológico, visando ao incremento da eficiência energética; realizou atividades de promoção comercial de energia e recursos minerais.

O MRE também participou ativamente dos debates sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o setor de energia e das discussões de iniciativas visando superar as consequências adversas da crise energética.

As estratégias para cumprimento dos objetivos traçados na área de energia incluíram (i) proposição de diretrizes para cooperação em energia no âmbito das relações bilaterais, regionais e multilaterais; (ii) elaboração de subsídios para participação de autoridades do governo brasileiro em encontros internacionais; (iii) coordenação da participação do governo brasileiro em negociações bilaterais, regionais e multilaterais; (iv) coordenação da participação do MRE nos órgãos e colegiados do governo brasileiro; (v) aproximação com organismos internacionais na área energética; (vi); realização de eventos de promoção comercial, nas modalidades presencial e virtual; e (vii) organização de eventos multilaterais na área da bioeconomia.

A operacionalização das estratégias envolveu a organização de reuniões de coordenação com os demais atores brasileiros interessados (outros ministérios e entidades governamentais, setor produtivo privado e sociedade civil); participação em reuniões e eventos internacionais, em particular na modalidade virtual; e assessoramento a instituições brasileiras sobre esses temas.

Ressaltem-se, em particular, os seguintes resultados alcançados em 2021:

- Participação do MRE, de forma permanente, no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) (participação regulamentada pelo Decreto nº 9.601, de 5 de dezembro de 2018);

- Apoio às diversas missões do Ministério de Minas e Energia (MME) – integrando comitiva ministerial à Arábia Saudita (Riade), aos Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi), aos EUA (Nova York e Washington) e à Rússia (Moscou) – e participações virtuais em eventos internacionais do ministro de Minas e Energia, incluindo apoio na elaboração de discursos;

- Apoio à participação do MME e da Agência Nacional de Mineração (ANM) nas reuniões dos Grupos Internacionais de Estudos sobre o Cobre, sobre o Níquel e sobre o Chumbo e o Zinco (respectivamente ICSG, INSG e ILZSG, pelas siglas em inglês);

- Coordenação da participação do Brasil no Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Energia (HLDE), cuja cúpula foi realizada em 24/9/21, durante a semana de alto nível da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. O evento contou com a participação de mais de 140 países e organizações. Cerca de 35 países apresentaram, na ocasião, compromissos voluntários de energia (*energy compacts*) no âmbito do HLDE. O presidente da República, Jair Bolsonaro, participou da cúpula por meio de intervenção pré-gravada em que apresentou os dois *energy compacts* lançados pelo governo brasileiro, sobre os temas de biocombustíveis e hidrogênio;

- Realização da *Biofuture Summit II* / BBEST 2020-2021, de 24 a 26 de maio, em formato virtual, em São Paulo. A conferência conjugou dois eventos: a segunda edição da conferência de políticas públicas da Plataforma para o Biofuturo, intitulada *Biofuture Summit II*, e a quinta edição da conferência científica promovida pelo programa de bioenergia da FAPESP, a *Brazilian Bioenergy Science and Technology Conference* (BBEST). Dentre as 40 sessões substantivas constantes da conferência conjunta, destacou-se que o pleno potencial das soluções bioenergéticas passa pela adoção de ações consistentes e tempestivas em cada setor da bioeconomia e em elos-chave da cadeia produtiva e do meio econômico, incluindo pesquisa e desenvolvimento, produção, comercialização, sustentabilidade, industrialização e utilização final;

- Apoio à divulgação da visão e das iniciativas brasileiras em energias renováveis, por meio de participação na XII Conferência da “Clean Energy Ministerial” (CEM) e na VI Ministerial da iniciativa *Mission Innovation*;

- Articulação da transmissão exitosa da presidência da Plataforma para o Biofuturo para os Estados Unidos, com institucionalização ainda maior da iniciativa de origem brasileira;

- Fomento à criação de campanha com o setor privado no marco da iniciativa da Plataforma para o Biofuturo na CEM, com o fim de espelhar os trabalhos desenvolvidos pelo mecanismo naquele arranjo internacional e alcançar maior participação de empresas de vanguarda no setor da bioeconomia avançada;

- No contexto dos esforços para fortalecer a parceria institucional em bioenergia e mais especificamente, em etanol, assim como para divulgar e promover oportunidades de cooperação entre empresas e instituições indianas e brasileiras que atuam no setor de etanol, foi organizado, nos dias 17 e 18 de novembro, por meio virtual, o seminário Índia-Brasil *Sustainable Mobility: Ethanol Talks II*;

- Participação na implementação do Memorando de Entendimento sobre Bioenergia com a Índia, inclusive por meio da realização, em 6 de agosto de 2021, da primeira reunião do grupo de trabalho conjunto previsto no memorando;

- Compilação de informações recebidas dos postos no exterior sobre os desenvolvimentos recentes em relação ao hidrogênio, para subsidiar a formulação da política nacional, as quais foram transmitidos a diversos órgãos do governo com competência na matéria;

- Compilação de informações recebidas dos postos no exterior sobre os impactos da crise energética, os quais foram transmitidos a diversos órgãos do governo com competência na matéria;

- Elaboração de relatórios com informações recebidas dos postos no exterior sobre os impactos da pandemia de COVID-19 nos setores de petróleo e gás e mineração, os quais foram transmitidos a diversos órgãos do governo com competência na matéria;

- Participação na XXII e XXIII Reuniões do Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis do MERCOSUL (GAHB), em junho e novembro, de modo virtual, em que se destaca o Plano de Trabalho do GT do GAHB para harmonização de padrões e especificações de qualidade de biocombustíveis;

- Realização de três reuniões do Subgrupo de Trabalho N° 9 “Energia” (SGT-9), por sistema de videoconferência, convocado pela presidência *pro tempore* do Brasil (PPTB) no MERCOSUL durante o segundo semestre de 2021, após dez anos de inatividade. O SGT-9 definiu programa de trabalho e aprovou o *roadmap* para integração elétrica e gasífera;

- Participação na XXVI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho N° 15 “Geologia e Mineração” (SGT-15) do MERCOSUL, que contou com a participação da

Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME e do Serviço Geológico do Brasil;

- Realização, no dia 7 de dezembro de 2021, no exercício da presidência *pro tempore* do Brasil (PPTB) no MERCOSUL, da II Reunião de Ministros de Minas e Energia (RMME), por sistema de videoconferência, com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, além de Bolívia e Chile, como Estados associados. Foi aprovada por consenso a Declaração de Ministros de Energia dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile sobre Integração Energética Regional;

- Negociações no âmbito do Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia, incluindo sobre operação em cota 90 do reservatório da Usina Hidrelétrica de Jirau;

- Negociações com Argentina sobre possibilidades de incremento do fornecimento de energia elétrica e gás natural para o Brasil no contexto da crise hídrica, bem como para reativar a Comissão Técnica-Mista (CTM) do projeto hidrelétrico de Garabi;

- Realização de reunião do grupo de trabalho de energia e meio ambiente da Comissão Mista Bilateral entre Brasil e África do Sul, em julho;

- Realização de reunião do grupo de trabalho conjunto de energia do IBAS, em modalidade virtual;

- Participação, em coordenação com o MME, de reuniões das diversas instâncias dos BRICS relativas à área de energia, tais como as reuniões de altos funcionários de energia, a reunião de Ministros de Energia, incluindo a minuta de Comunicado “XIII BRICS Summit - New Delhi Declaration”, o grupo de trabalho de Eficiência Energética e a VI reunião de Ministros de Energia;

- Participação e apoio ao MME na organização da XI CAMMA – Conferência Anual de Ministérios de Mineração das Américas (Brasília);

- Acompanhamento da 89ª Edição do "Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC)", evento de referência global do setor de mineração (Toronto);

- Seminário voltado para investidores japoneses a respeito das oportunidades de investimentos no setor de petróleo e gás no Brasil, com ênfase em transição energética e gás natural (Tóquio);

- Subsídios para participação do ministro de Estado de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque, na COP-26, em Londres e Glasgow (novembro);

- Participação na Semana de Bioenergia e nas reuniões plenárias anuais da Parceria Global de Bioenergia (*Global Bioenergy Partnership*, GBEP), em novembro quais sejam: i) a 13ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Bioenergia Sustentável (WGCB) e seus respectivos grupos de atividades; ii) a 19ª Reunião da Força-Tarefa sobre Sustentabilidade (TFS); e iii) a 24ª Reunião do Comitê Gestor. O Brasil segue como co-presidente da GBEP;

- No âmbito do G20, sob a presidência italiana, o MRE orientou a participação brasileira no Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Energética (ESWG), incluindo a minuta de Comunicado “G20 Rome Leaders' Declaration” (outubro/2021), que reconhece o papel da bioenergia na transição energética; assim como participou da reunião ministerial sobre clima e energia e do Grupo de Trabalho sobre Transições Energéticas (ETWG);

- Continuidade do processo de acesso do Brasil à Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), organização com a qual o Brasil vem cooperando de maneira crescente no capítulo de biocombustíveis. Em 2018, o Brasil tornou-se “Estado em Acesso” da IRENA;

- Seguimento à parceria com a Agência Internacional de Energia (AIE), participando de eventos em formato virtual, tais como a *Technology Collaboration Programme* em bioenergia, reuniões do “hub” de eficiência energética e do Diálogo de Políticas sobre Desenvolvimento baseado em Recursos Naturais;

- Participação nas reuniões da LVI Junta de Especialistas e a LI Reunião de Ministros da Organização Latino-americana de Energia (OLADE);

- Participação nas atividades do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB);

- Atuação em defesa das posições brasileiras nas negociações sobre biocombustíveis de aviação na Organização para a Aviação Civil Internacional (OACI), mobilizando rede de apoio técnico integrada por acadêmicos, especialistas e representantes de órgãos do governo Brasil;

- Apoio à negociação e à assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério do Clima, Energia e Serviços Públicos do Reino da Dinamarca e o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil sobre Energias Renováveis e Transição Energética, em dezembro de 2021;
- Participação no grupo de trabalho interministerial do Plano Nacional de Fertilizantes, bem como levantamento e análise de informações sobre o perfil da indústria de fertilizantes nos principais países produtores e identificação de potenciais exportadores ao Brasil;
- Apoio à elaboração de estudo de inteligência comercial direcionado ao setor de equipamentos, tecnologias e serviços de mineração na Austrália, com vistas a analisar o potencial para ampliação das exportações brasileiras;
- Continuidade de gestões junto a países europeus e União Europeia referentes ao processo legislativo sobre o uso de biocombustíveis e bioplásticos;
- Realização de eventos de promoção comercial e atração de investimentos nas áreas de energias renováveis, incluindo dois seminários virtuais com a África do Sul, em fevereiro e em novembro, para promoção da cadeia produtiva do etanol; seminário virtual com a Irlanda, em novembro, para promoção da imagem da sustentabilidade brasileira e divulgação do papel dos biocombustíveis como solução de “descarbonização” para o setor de transportes; evento em formato híbrido, em novembro, focado em oportunidades de negócios no setor energético entre empresas do Brasil e do Japão; e evento com participação do ministro de Minas e Energia, na embaixada do Brasil em Londres, em novembro, voltado a investidores e representantes de empresas de energia sediadas no Reino Unido;
- Veiculação de oportunidades de investimento nos setores energético e mineral no Brasil e no exterior.

3.4.7 *Promoção do Agronegócio*

Participação em Organizações, Organismos e Reuniões Internacionais

No âmbito multilateral, o Itamaraty coordenou a participação do Brasil no Comitê de Agricultura e no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC; no Comitê de Pesca, no Comitê de Agricultura e no Comitê de Commodities da FAO; no Comitê de Agricultura e demais órgãos subsidiários, como o Grupo de Trabalho sobre Políticas Agrícolas e Mercados, da OCDE; e na Comissão do Codex Alimentarius.

A agenda desses debates multilaterais em 2021 foi densa – subsídios à agricultura que distorcem o comércio internacional, comércio exterior, barreiras tarifárias e não tarifárias, resistência antimicrobiana, biotecnologia, bem-estar animal, limites máximos de resíduos para defensivos agrícolas, sustentabilidade, Brexit, entre outros -, de modo que se buscou tanto prevenir a adoção de normas e padrões internacionais sem embasamento científico e contrários aos interesses brasileiros, como avançar temas de interesse nacional, especialmente relacionados à promoção de um sistema multilateral de comércio agrícola baseado em regras, mais aberto e justo.

Além disso, deve-se destacar que o Itamaraty manteve posição protagonista em importantes processos negociadores na OMC, por meio, entre outros, da circulação no Comitê de Agricultura de documentos analíticos sobre as negociações de subsídios à agricultura e de propostas específicas de resultados, como a Declaração Ministerial sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) para a 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC12).

Cumprir destacar que, embora a MC12 tenha sido postergada para 2022, o Itamaraty conseguiu garantir que as negociações em agricultura fossem mantidas no centro dos debates sobre o pacote de resultados necessário para o êxito da conferência, que ocorreria entre 30/11 e 3/12 de 2021. De maneira concreta, a Minuta de Declaração Ministerial sobre Comércio, Alimentos e Agricultura, elaborada pela presidente da Sessão Especial do Comitê de Agricultura, e que servia de base para as negociações, refletia satisfatoriamente as posições brasileiras.

Ainda em relação à OMC, graças a intenso trabalho de coordenação com o Congresso Nacional, especialmente a Frente Parlamentar da Agropecuária, foi possível concluir o processo de ratificação e internalização da Decisão sobre Concorrência nas Exportações, adotada na 10ª Conferência Ministerial da OMC, em Nairóbi.

Ressalta-se, ademais, o papel do MRE nas discussões multilaterais sobre sistemas alimentares sustentáveis, as quais culminaram na realização da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares. A proposta da Cúpula era debater o aperfeiçoamento dos sistemas alimentares como instrumento para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, alimentar uma crescente população global e gerar emprego e renda conjugados à preservação do meio ambiente.

Não obstante, notou-se tentativas de consolidar, como referência internacional no âmbito das Nações Unidas, medidas distorcivas de comércio ou padrões equivocados de nutrição, de acesso a alimentos ou de preservação do meio ambiente, o que poderia legitimar políticas protecionistas incompatíveis com as normas da OMC. São exemplos de medidas que estiveram em consideração a redução drástica no consumo de carne bovina, o severo encurtamento das cadeias de abastecimento do agronegócio, o desincentivo ao uso de biocombustíveis ou a definição de padrões ambientais que penalizam a produção agrícola em países de clima tropical.

O Brasil conseguiu promover o entendimento de que não há uma solução que se aplique a todos os países, legitimando, dessa forma, o desenvolvimento do modelo brasileiro de agricultura, nutrição, técnicas e manejo de solos e de culturas, e que o comércio internacional é essencial para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, de suma importância foi a negociação, no âmbito do G20, da Declaração de Matera sobre Segurança Alimentar, Nutrição e Sistemas Alimentares, a qual foi assinada pelos ministros das Relações Exteriores e influenciou os debates nas Nações Unidas.

Negociações bilaterais

No âmbito bilateral, o ano de 2021 foi marcado pela intensificação das negociações de abertura de mercado e ampliação das condições de acesso para o produto do agronegócio brasileiro. O MRE contribuiu com a negociação de novos certificados sanitários e fitossanitários internacionais com países em diversas partes do mundo. Na realização dessas tratativas, o Itamaraty tramitou mais de oito mil ofícios entre a rede de postos do MRE e o MAPA, além de realizações de gestões específicas por meio das embaixadas e consulados. O resultado mais palpável desse esforço foi a abertura de novos mercados para 77 produtos brasileiros a serem exportados para 33 países.

Promoção Comercial do Agronegócio

Além da dotação regular de promoção comercial, em 2021, o MRE administrou recursos oriundos de emendas parlamentares dos deputados Bia Kicis (PSL/DF), Jorge Braz (PRB/RJ), Maria Rosas (REP/SP), Milton Vieira (REP/SP) e Ossésio Silva (REP/RJ), no valor de R\$ 1.233.000,00. Os referidos recursos foram destinados à promoção de produtos como café, frutas, castanhas, mel, laticínios, vinhos, espumantes, cachaças e sucos de uva. Também foram contempladas iniciativas de promoção da imagem do agronegócio brasileiro no que se refere a aspectos de sustentabilidade, responsabilidade social e segurança do produto.

O Itamaraty organizou seminário intitulado “O Brasil e a África no Agro”, em outubro de 2021, que reuniu embaixadores e representantes das 32 embaixadas de países africanos em Brasília e entidades privadas brasileiras com atuação no continente africano para apresentação de oportunidades comerciais e de cooperação tecnológica, acadêmica e financeira em agricultura tropical. A iniciativa gerou oportunidades de negócios em setores como de milho, de genética bovina, *agritechs*, entre outros.

Em 2021, a promoção comercial do agronegócio apoiou a realização de feiras, “webinários” e estudos de mercado por meio de recursos da ordem de R\$ 2.217.935. Em relação às ações virtuais ou híbridas, houve envio de recursos para a contratação de serviços, arregimentação de parceiros e palestrantes e divulgação para os seguintes eventos: “webinário” para a promoção da imagem da sustentabilidade da pecuária brasileira – embaixada em Bogotá; “webinário” “Algodão do Brasil: inovação, moda e sustentabilidade” - embaixada em Roma; estratégia de comunicação “Agricultura brasileira: excelência e sustentabilidade- embaixada em Roma; “Seminário de promoção da imagem do agronegócio” - embaixada em Copenhague; evento de promoção da imagem do agronegócio *Brazilian Wines: Brazil's most hidden secret* – consulado do Brasil em Cantão.

Dentre as ações de promoção de segmentos específicos, ressaltam-se as celebrações do Dia Internacional do Café, do Dia Mundial do Algodão e do Dia Internacional da Cachaça. As celebrações do Dia Internacional do Café 2021 foram restritas a número menor de postos, muitos dos quais optaram por celebrações virtuais. Ainda assim, na primeira semana de outubro, as embaixadas em Nova Délhi, Paris, Berlim, Varsóvia,

Lisboa, Viena, Jacarta, Rabat, Atenas e os consulados-gerais em Nova York, Xangai, Cantão e Sydney realizaram eventos variados, tais como “webinários”, publicação de artigos na imprensa, palestras, sessões de networking, degustações (cupping) e colaborações com redes locais de cafeterias.

Em 2021, o MRE apoiou a comemoração do Dia Mundial do Algodão (#WorldCottonDay), em 7 de outubro, com a divulgação, por meio da rede de postos, de campanha elaborada pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), em treze idiomas. Foi igualmente apoiado o lançamento do *Cotton Brazil Days* em mercados prioritários: Turquia, Paquistão, Índia, Tailândia, Indonésia, Vietnã, China e Coreia do Sul.

Inteligência Comercial

No contexto dos esforços de capacitação dos órgãos de governo competentes pela promoção internacional do agronegócio, em 2021, o Departamento de Promoção do Agronegócio (DPAGRO) do MRE organizou, em parceria com o INSPER e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), a terceira edição do curso “O Brasil no Agronegócio Global”, destinado a servidores do Itamaraty, MAPA, MEcon e da Apex-Brasil. O programa do curso abordou temas fundamentais como o protecionismo sob a forma de restrições técnicas e sanitárias; as estratégias de agregação de valor nas cadeias agropecuárias; as grandes macrorregiões do agronegócio global e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Foram intensificadas as atividades de inteligência comercial. Em 2021, o MRE organizou, a partir das informações recebidas dos Setores de Promoção Comercial dos Postos no exterior (SECOMs), o mapeamento de oportunidades para a exportação de sementes de milho híbrido para mercados selecionados, com ênfase nas oportunidades comerciais para os cultivares de milho nos países africanos.

Adicionalmente, foram contratados dez estudos de mercados, contemplando os segmentos de milho e farelo de soja para alimentação animal, carne de aves processada, cafés, queijos e produtos lácteos, castanhas, mel, vinhos, espumantes e suco de uva, cachaça, carne de aves processada, alimentos e bebidas em países como Peru, Tailândia, México, Canadá, Chile, Bolívia.

Promoção da Imagem do Agronegócio

O Itamaraty coordenou a elaboração dos comentários do governo brasileiro às consultas públicas disponibilizadas no Reino Unido e pela Comissão Europeia, relativas a propostas legislativas de restrição de importação de commodities agropecuárias de países tropicais que sejam “associadas ao desmatamento”.

Em 2021, o MRE aperfeiçoou a relação com os mais de 40 Setores de Promoção do Agronegócio (SEAGROs) em Postos no exterior. Os SEAGROs replicam o exercício de aproximar a política comercial agropecuária, a promoção comercial e a promoção de imagem do agronegócio. Esses setores dedicados ao agronegócio foram instrumentais para o sucesso de gestões MAPA-MRE que levaram a abertura de mercados para 200 produtos de exportação do agronegócio entre 2019 e março de 2022.

O MRE assumiu assento, como membro consultor (sem direito a voto), na segunda edição do Programa de Acesso a Mercados (PAM-Agro) – iniciativa da Apex-Brasil que congrega 15 entidades setoriais do agronegócio brasileiro. A presente edição tem por objetivo promover a defesa da imagem do agronegócio brasileiro em mercados internacionais, com ênfase nos mercados europeu.

O MRE instruiu a rede de postos no exterior a informar periodicamente sobre eventuais críticas que o agronegócio brasileiro eventualmente sofra na imprensa internacional e subsidiou os postos com dados para resposta às críticas. O exercício permite ainda antecipar tendências e narrativas contrárias aos interesses comerciais brasileiros.

3.4.8 Promoção de Serviços e de Indústria

Promoção e Negociação de Serviços

O Itamaraty contribuiu para os avanços, em 2021, do processo de adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização de Movimentos de Capital e Operações Correntes Intangíveis da OCDE. Coordenou a revisão do relatório final sobre a adesão do Brasil ao instrumento, exercício que culminou, no início de 2022, na decisão do Comitê de Investimentos da OCDE de recomendar ao Conselho da Organização o convite ao Brasil para aderir formalmente aos Códigos.

O MRE participou também de negociações sobre investimentos na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e na Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional (UNCITRAL). Manteve, ainda, engajamento nas negociações sobre facilitação de investimentos na OMC, com liderança e flexibilidade, a fim de contribuir para a conclusão das negociações até o final de 2022.

No plano regional, o modelo brasileiro de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) foi apresentado aos membros da ALADI, à luz do interesse no Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do MERCOSUL. Na esfera bilateral, deu-se seguimento ao trabalho de coordenação das negociações de ACFIs com países da África e do Oriente Médio, bem como de diálogos exploratórios com parceiros da América Latina.

No tocante ao comércio de serviços, foram aprovados, também em 2021, três novos anexos – Serviços Postais, Regulamentação Doméstica e Serviços de Telecomunicações – ao Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, negociados durante a presidência *pro tempore* brasileira em 2021 e concluídos por ocasião da LIX Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, em dezembro último. Além da atualização do marco normativo de comércio de serviços do bloco, foram ainda conduzidas, em 2021, negociações de acesso a mercado sob mandato da VIII Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, cuja conclusão deverá ocorrer no primeiro semestre de 2022.

Ainda no âmbito do bloco regional, encerraram-se, no ano passado, as negociações do Acordo Marco do MERCOSUL de Reconhecimento Recíproco e Outorga de Matrículas para o Exercício Profissional Temporário da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia (CIAM). O instrumento facilitará o fluxo entre os países do bloco de profissionais especializados para o exercício temporário de atividades nos setores por ele abrangidos.

No setor aéreo, assinaram-se, em julho e outubro de 2021, respectivamente, acordos de serviços aéreos com Portugal e Colômbia. Os acordos deverão ampliar a conectividade aérea entre o Brasil e esses países no que concerne ao transporte de passageiros e cargas. Tais instrumentos deverão ter efeitos positivos para o comércio de serviços, pela maior

circulação de pessoas de negócios e de turistas, e de mercadorias, com destaque para bens de maior valor agregado.

Em 2021, no contexto da pandemia, o Itamaraty manteve monitoramento constante de medidas restritivas adotadas nas fronteiras de outros países, por razões sanitárias, a voos e passageiros oriundos do Brasil. A rede de embaixadas brasileiras no exterior foi instruída a monitorar tais restrições. Informações atualizadas sobre o quadro de restrições foram regularmente apresentadas à Casa Civil da Presidência da República, responsável por coordenar os trabalhos de grupo interministerial encarregado de gestão de fronteiras durante a pandemia. Tais insumos contribuíram para os trabalhos do grupo, que se debruçava, entre outros, sobre a elaboração das portarias interministeriais relativas a controle do ingresso de estrangeiros no Brasil por via aérea.

Também durante a pandemia, o Itamaraty passou a prestar apoio às companhias aéreas contratadas para trazer para o Brasil Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFAs) importados da China para produção de vacina no Brasil. Em março de 2021, o Itamaraty buscou apoiar diplomaticamente, junto a autoridades chinesas, a obtenção e a renovação de autorização específica, cujo prazo de validade é de três meses, para transporte de material perigoso por companhia aérea brasileira – categoria em que também se incluem as vacinas e insumos, em razão dos riscos de adulteração, inclusive criminosa.

Entre 6 e 10 de dezembro de 2021, realizou-se em Bogotá a 13ª edição do Evento de Negociação de Serviços Aéreos (ICAO *Air Services Negotiation Event* – ICAN 2021), sob os auspícios da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a qual ensejou novas negociações ou consultas relativas a acordos sobre serviços aéreos – tanto bilaterais quanto plurilaterais. Na ocasião, a delegação brasileira reuniu-se com um total de 19 países, tendo sido aprovados textos de acordos de serviços aéreos com El Salvador, Finlândia, República Tcheca, Omã, Senegal, Grécia e Suriname.

Quanto a serviços postais, o Brasil manteve participação ativa em conferências de organizações internacionais como a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP) e a União Postal Universal (UPU). O País foi eleito para o Conselho de Operações Postais (COP) da UPU, em eleições realizadas em agosto de 2021, em Côte d’Ivoire, e para o Comitê de Gestão da UPAEP, em eleições realizadas em outubro de 2021, em Curaçao.

No âmbito da OMC, o Brasil participou ativamente da bem-sucedida conclusão das negociações da Iniciativa Conjunta sobre Regulamentação Doméstica em Serviços, em dezembro de 2021. As disciplinas acordadas visam reduzir os custos do comércio de serviços, ao tornar mais transparentes, previsíveis e eficientes os processos de concessão de licenças e autorizações a prestadores de serviços estrangeiros, bem como de reconhecimento de títulos e experiência de profissionais estrangeiros do setor de serviços.

Na área de comércio eletrônico, assinou-se, em abril de 2021, o Acordo de Comércio Eletrônico do MERCOSUL, cujas negociações haviam sido encerradas em dezembro de 2020. O instrumento contribuirá para o aprofundamento do processo de integração intrabloco, ao estabelecer arcabouço normativo em setor com participação crescente na economia mundial e que desempenhou papel central na manutenção da atividade econômica durante a pandemia de COVID-19. Na OMC, o País engajou-se ativamente nas negociações de comércio eletrônico, à luz do objetivo de apresentar novos resultados concretos por ocasião da 12ª Conferência Ministerial da Organização, que se deverá realizar em meados de 2022.

O Itamaraty também participou, durante 2021, nas negociações de capítulos e anexos afetos a investimentos, serviços e comércio eletrônico nas negociações extrarregionais do MERCOSUL com Canadá, Coreia do Sul e Singapura.

Promoção e Negociação de Temas da Indústria

No que se refere à promoção de exportações de bens industrializados, o MRE priorizou o apoio a iniciativas de setores com alto valor agregado, com vistas a elevar o teor tecnológico da pauta exportadora. Esse trabalho foi feito por meio do contato direto com confederações e associações setoriais, em parceria com a Apex-Brasil.

Ao coordenar o trabalho da rede de 119 SECOMs, no tocante à indústria e à promoção de investimentos, a Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do MRE prospectou oportunidades de negócio, encomendou estudos de mercado setoriais, realizou contatos de alto nível com atores relevantes, bem como apoiou feiras e eventos no exterior e visitas de missões empresariais estrangeiras ao Brasil.

Ao longo de 2021, o Itamaraty participou das seguintes iniciativas, em coordenação com os SECOMs das cidades indicadas:

- Abu Dhabi: *roadshow* de atração de investimentos MINFRA-SEPPI-BNDES;
- Beirute: estudo de mercado sobre pérolas naturais ou cultivadas do Líbano;
- Bogotá: estudo de mercado sobre o setor automotivo da Colômbia;
- Buenos Aires: Think Plastic Brazil;
- Doha: missão do BNDES;
- Madri: *roadshow* de atração de investimentos MINFRA-SEPPI-BNDES;
- Milão: Feira White Milão;
- Montevidéu: Expo Prado;
- Nova York: (i) missão de atração de investimentos MINFRA/MECON/SPPI/BNDES/Apex-Brasil e (ii) NRF Retail Big Show 2022;
- Paris: *roadshow* de atração de investimentos MINFRA-SEPPI-BNDES;
- Pretória: estudo de mercado sobre o setor de máquinas e equipamentos agrícolas na África do Sul
- Sydney: estudo de mercado sobre revestimento cerâmico na Austrália

Entre as missões acima listadas apoiadas pelo MRE, destacam-se aquelas ligadas à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPPI) e ao Ministério da Infraestrutura (MINFRA). Os eventos listados reuniram centenas de investidores potenciais, para a divulgação das oportunidades do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Quanto às atividades realizadas no Brasil, o MRE apoiou a realização do *Brasil Investment Forum* (BIF) de 2021.

Em dezembro de 2021, a DPIND coordenou a realização do Workshop MRE-BNDES de Atração de Investimentos, para a capacitação de chefes do SECOM baseados em mercados de destaque como fonte de investimento externo direto, nomeadamente: Abu Dhabi, Berlim, Copenhague, Estocolmo, Lisboa, Londres, Madri, Oslo, Ottawa, Paris, Pequim, Roma, Singapura, Tóquio, Washington, Hong Kong, Milão, Nova York, Toronto e Xangai. O evento, cuja abertura contou com a participação do ministro das

Relações Exteriores e do presidente do BNDES, incluiu extensa programação de palestras em Brasília (Palácio Itamaraty), Rio de Janeiro (sede do BNDES) e São Paulo (sede da B3).

Na área de créditos à exportação, o MRE soma-se ao esforço de apoio oficial às exportações de empresas brasileiras em setores estratégicos, como aeronáutica, defesa e bens de capital, tendo participado das decisões do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) que, em 2021, aprovaram duas operações ao amparo do PROEX Equalização e duas garantias do Seguro de Crédito à Exportação.

3.4.9 Agência Brasileira de Cooperação

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores é responsável por planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral.

Cooperação Técnica e Humanitária

O orçamento ordinário anual da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em 2021, foi de R\$ 18.417.418,00 para iniciativas de cooperação técnica internacional, e de R\$ 12.863.120,00 para as ações de cooperação humanitária internacional, perfazendo total de R\$ 31.280.538,00 nessas duas rubricas-fim da ABC. Adicionalmente, e em caráter excepcional, a Agência recebeu mais R\$ 5.000.000,00 de suplementação para a ação de cooperação internacional (autorizadas pela Lei 14.274 de 23/12/2021), destinados exclusivamente a iniciativas de assistência humanitária realizadas em prol do Haiti, quando da passagem da tempestade tropical Grace, em agosto de 2021, e para reforçar os custos do transporte internacional de doação de arroz a Moçambique e ao Líbano, anunciados pelo governo brasileiro em 2019 e 2020, respectivamente.

Com esses recursos, a ABC registrou, em 2021, o total de 347 projetos de cooperação técnica Sul-Sul e trilateral em curso e atendeu 36 demandas de cooperação humanitária. No contexto da pandemia, a realização de gastos com mobilidade internacional foi muito reduzida, o que explica a menor execução orçamentária. A ABC

apoiou, também, a negociação e acompanhou a execução de 300 projetos de cooperação técnica em favor do Brasil. Encontram-se, a seguir, exemplos das atividades da Agência Brasileira de Cooperação no ano de 2021.

Cooperação técnica Sul-Sul bilateral na África, Ásia e Oceania

Em 2021, foi assinado acordo-quadro de cooperação técnica com o Camboja; houve inclusão da cooperação técnica na agenda das consultas políticas bilaterais com Argélia, Cameroun, Comores, Filipinas, Gabão, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Kuwait, Quênia, Senegal, Cazaquistão, Paquistão e Tunísia, além de propostas de adensar a cooperação técnica com países asiáticos no âmbito da candidatura de parceiro setorial junto à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Frente às restrições de deslocamento, realizaram-se várias atividades à distância, como as relativas aos projetos de agroecologia com o Senegal e de cultivo de mandioca com o Quênia (análise do relatório de diagnóstico de pesquisa de campo), discussões sobre demandas de cooperação técnica com a Argélia (cooperativismo e artesanato de pedras e couros); com o Benin (caju); com o Cameroun (registro civil, pequenas e médias empresas e formação agrícola); com o Líbano (projeto agroecologia); e com o Sri Lanka (cana-de-açúcar e pecuária de leite). Destacou-se, ainda, a missão presencial ao Zimbábue, no âmbito do projeto de pecuária de corte.

Cooperação técnica Sul-Sul no setor cotonicultor com países africanos

O programa brasileiro de apoio ao fortalecimento da cotonicultura em países em desenvolvimento da África é executado em quinze países (Benim, Burundi, Burkina Faso, Chade, Cameroun, Côte d'Ivoire, Etiópia, Malawi, Moçambique, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo e Zimbábue), e vem contribuindo para o aumento da produção de algodão e para o reforço das capacidades institucionais e profissionais nesses países. Em 2021, o programa transferiu tecnologias algodoeiras e entregou equipamentos e materiais agrícolas para Moçambique, Malawi, Quênia, Burundi e Tanzânia. Ocorreram, também, missões para o Zimbábue e para o Senegal, incluindo reuniões dos comitês gestores, instalação de Unidade Técnica Demonstrativa e visitas de campo.

Cooperação técnica bilateral com Países de Língua Oficial Portuguesa na África e Ásia

Foram executadas 28 iniciativas de cooperação, das quais destacam-se a Rede de Centros de Formação Profissional beneficiando Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e a Rede de Bancos de Leite Humano em favor de Angola, Cabo Verde e Moçambique. Foi promulgado o novo Acordo de Cooperação Técnica com Moçambique e elaborado amplo programa de apoio ao desenvolvimento socioeconômico daquele país. Encerrou-se o Projeto para Instalação da Fábrica de Medicamentos em Moçambique, por meio do qual se implementou infraestrutura fabril, aquisição, doação e instalação de equipamentos, transferência de tecnologias e capacitação de pessoal para a gerência autônoma da fábrica pelo Governo de Moçambique. Foi celebrado novo Programa de Cooperação Técnica com Guiné-Bissau, com destaque para a instalação de centro de hemodiálise naquele país. Com Angola, negociou-se amplo programa de cooperação em desenvolvimento de regiões irrigadas. Ademais, realizou-se em São Tomé e Príncipe o curso “Oficial de Controle do Estado do Porto”, ministrado pela Marinha do Brasil.

Cooperação técnica com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A ABC contribuiu para a elaboração dos seguintes novos instrumentos programáticos e normativos no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Manual de Cooperação da CPLP, Regimento Interno da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026, Quadro Bienal de Cooperação da CPLP e Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP. Foram acompanhadas sete atividades de cooperação em diferentes fases de elaboração e/ou execução, nas áreas de apoio à gestão e monitoramento de recursos hídricos, promoção dos direitos da pessoa com deficiência, mobilidade acadêmica, cooperação jurídica, capoeira, juventude e guias alimentares e nutricionais. A ABC promoveu, ainda, o II Seminário Regional MERCOSUL-CPLP: Políticas Públicas para a Promoção e Proteção das Pessoas com Deficiência - Perspectivas sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 na vida das pessoas com deficiência e doenças raras.

Cooperação técnica com países da América Latina, Caribe e Europa

Na reunião bilateral de monitoramento e avaliação da cooperação com o México, constatou-se a implementação com êxito de 83% do programa com aquele país. Os projetos assinados com a Colômbia tiveram 22% de suas atividades realizadas no seu

primeiro ano de execução. Na declaração conjunta da visita de Estado do presidente da República da Colômbia, mencionaram-se as tratativas sobre a implantação de um centro de manufatura avançada e indústria 4.0. Na República Dominicana, houve o lançamento do manual de boas práticas para acesso à justiça de pessoas com deficiência, elaborado com apoio brasileiro. No âmbito dos dois projetos financiados pelo Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH) e coordenados pela ABC: o “Centro de Formação Profissional Brasil – Haiti” e o “Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde do Haiti”, os 12 edifícios do centro de treinamento Les Cayes foram concluídos e provisoriamente entregues, e parte do curso de formação foi realizada. No segundo projeto, foram construídos três Hospitais Comunitários de Referência (HRCs) e o Centro de Ambulâncias Nacional, considerado pelas autoridades haitianas como a ação de cooperação de maior sucesso no país. Foram, ainda, doadas ambulâncias, ofertadas bolsas para a formação de recursos humanos e foi implementado o Programa Haitiano de Imunização. Na visita do ministro das Relações Exteriores do Chile a Brasília, foram assinados Acordos Complementares para a implementação de três projetos: “Fortalecimento para a defensoria em sistemas de estatísticas, registros de dados e capacitações em litigância oral”, “Apoio ao desenvolvimento de novos modelos preditivos – clima e saúde” e “Fortalecimento e Modernização na Área de Inovação e Competitividade”.

Cooperação técnica e parcerias com países desenvolvidos

Foram realizadas, em 2021, reuniões de negociação e de planejamento dos programas bilaterais e trilaterais de cooperação técnica entre Brasil e Alemanha e entre Brasil e Japão. Com a Alemanha, destacou-se novo aporte para o período 2021-2022, de até 257,5 milhões de euros para projetos de cooperação financeira (novos e em andamento) e até 32,27 milhões de euros para projetos de cooperação técnica (novos e em andamento). No âmbito do Comitê de Planejamento do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), foi acordada a manutenção dos cursos do programa de treinamento para terceiros países (TCTP), na modalidade virtual, voltados à capacitação de técnicos, principalmente da América Latina e de países africanos de língua portuguesa, envolvendo mais de 120 profissionais, em 15 países, em cinco áreas, que incluem a gestão da cooperação Sul-Sul e triangular. Estão em execução 20 projetos trilaterais em favor de 15

países em desenvolvimento e em parceria com 10 países desenvolvidos, bem como 24 projetos de cooperação para o Brasil.

Cooperação técnica Sul-Sul trilateral com organismos internacionais

Destacaram-se, em 2021, a assinatura dos programas de parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e com a ONU Habitat; para cada um dos quais, a ABC aportou USD 500 mil. Ao abrigo do Programa Brasil-UNOSSC (Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul), aprovou-se projeto com Angola, na área de saneamento (WASH), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e também nota conceitual de projeto a ser desenvolvido na República do Congo em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), estimadas em US\$ 1 milhão cada projeto, oriundos do Fundo IBAS (Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul). Na área do algodão, negociou-se nova fase do projeto com o Paraguai e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). No âmbito da parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinou-se projeto-país com Moçambique e retomou-se, negociação de projeto-país com a Tanzânia. Na parceria com o PMA, assinou-se projeto-país com o Benin e negociaram-se projetos com a Tanzânia.

Cooperação técnica multilateral

A cooperação técnica com organismos internacionais apoiou 276 projetos inovadores do Governo brasileiro voltados a programas públicos sobre desenvolvimento social e econômico, executados por 112 instituições dos níveis federal, estadual e municipal. Desses projetos, 58 foram iniciados em 2021. Apoiam essas iniciativas, 27 organizações internacionais, principalmente do sistema das Nações Unidas, incluindo as de âmbito regional, bem como as relações com a União Europeia, financiamento não-reembolsável (*grants*) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF) e intercâmbio técnico com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A ABC segue como ponto-focal do Brasil na Força-Tarefa da OCDE que conduz o processo de elaboração da metodologia *Total Official Support for Sustainable Development* – quantificação monetária de fluxos de cooperação internacional lato sensu.

Cooperação humanitária

A ação mais importante de 2021 foi o envio de missão humanitária multidisciplinar brasileira ao Haiti, determinada pelo presidente da República, após o terremoto ocorrido naquele país, seguido da depressão tropical Grace. Configurada pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária, integrado por 17 ministérios e cuja secretaria executiva cabe à ABC, a missão foi chefiada pelo Diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), do Ministério do Desenvolvimento Regional, durou 21 dias, e foi integrada por 32 bombeiros militares e cães farejadores, equipamentos e materiais, transportados em aeronave da Força Aérea Brasileira. A ABC adquiriu 53 purificadores de água e coordenou o recebimento, para envio ao Haiti, de medicamentos, insumos para emergência em saúde, alimentos, materiais de limpeza e de higiene e bens de primeira necessidade, doados por: Ministério da Saúde, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a comunidade de origem haitiana radicada em Pernambuco e empresa privada.

Em 2021, a ABC coordenou ações governamentais em diversas esferas da assistência humanitária internacional prestada e recebida pelo Brasil. As ações de enfrentamento à pandemia do COVID-19, no país e no exterior, foram o principal campo de atuação da Agência no ano, sem prejuízo das ações de resposta humanitária a desastres, calamidades e situações de conflito. No final do ano, o Brasil decidiu apoiar países da América Latina, do Caribe e da África mediante doações de doses de vacinas contra a COVID-19, como primeira etapa de processo abrangente de cooperação. Foi então editada a Medida Provisória nº 1.081, de 20/12/2021, que autoriza o Poder Executivo federal a doar tais imunizantes a outros países em caráter de cooperação humanitária internacional e que designa o Ministério da Saúde para definir as quantidades e os destinatários dos imunizantes doados, ouvido o MRE.

A ABC coordenou ainda doações de: medicamentos e vacinas para dez países (Bolívia, Botsuana, Colômbia, Equador, Etiópia, Guiana, Líbano, Haiti, Paraguai e Uruguai); alimentos para três países (Líbano, Haiti, Moçambique); equipamentos para respostas de emergência para três países (Fiji, Líbano, Haiti) e tendas para triagem de nacionais retornados para o Paraguai.

Destinaram-se à ABC recursos de quatro emendas parlamentares dedicadas a três iniciativas de cooperação humanitária pós-desastre no Líbano e uma em Moçambique:

“Prevenção a incêndios e gestão de riscos e de desastres”, “Criação de resiliência a desastres em ambiente urbano” e “Cooperação em Traumatologia e Ortopedia”; e “Reforço da segurança alimentar de Moçambique por meio da promoção do cultivo de hortaliças nas áreas afetadas pelos ciclones Idai e Kenneth”. Para esses dois países, a ABC também coordenou providências para o transporte marítimo e doação de quatro mil toneladas, cada, de arroz beneficiado; a aquisição de 32 purificadores de água, de tecnologia e fabricação nacionais.

Ademais, foram alocados US\$ 395 mil para aquisições locais, com o apoio do PMA para aplicação em: prevenção e resposta à pandemia no segmento de água, saneamento e saúde (WASH) nos campos de refugiados saarauís, na Argélia; aquisição de medicamentos e itens médico-hospitalares prioritários para o enfrentamento à pandemia no Zâmbia; apoio ao Timor-Leste, em função do ciclone tropical Seroja; enfrentamento à pandemia por parte da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) em campos de refugiados palestinos.

Na cooperação humanitária recebida, a ABC coordenou a recepção de doações feitas ao Brasil no exterior no contexto da pandemia da COVID-19, a saber: doses de vacina para COVID-19 máscaras cirúrgicas, aventais hospitalares, ventiladores pulmonares, anestésicos, concentradores de oxigênio, oxigênio hospitalar e frascos de álcool gel. Tais doações, no total de US\$ 5.618.000, foram realizadas pela Confederação Brasileira de Futebol, pelo Comitê Olímpico do Brasil, por empresas, municipalidades e cidadãos chineses, por ONGs, por empresa e pelo governo norte-americano, por Alemanha, Espanha, Irlanda, Portugal e Singapura, em favor de: Ministério da Saúde, Estados do Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, municípios de Belo Horizonte, Recife e Sorocaba. No âmbito do acordo entre o Governo do Brasil e do Japão e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), e com ativa participação do Ministério da Saúde, foram adquiridos treze tomógrafos computadorizados, para equipar hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) com recursos doados pelo Governo japonês, da ordem de US\$ 4,8 milhões.

Planejamento e comunicação

A ABC participou de intercâmbio técnico com as agências de cooperação internacional para o desenvolvimento do México, da Colômbia, do Chile e do Uruguai, que teve como produto final documento sobre as práticas de avaliação de iniciativas de cooperação Sul-Sul das agências e seus efeitos na gestão do conhecimento institucional. O documento, que deverá ser publicado, servirá de referência para outras agências de cooperação de países em desenvolvimento.

O novo site da ABC foi integrado ao portal GOV.BR. A divulgação de ações de assistência humanitária, recebidas e prestadas pelo Brasil, foi maior que em 2020, especialmente no contexto da COVID-19. A Missão Interdisciplinar ao Haiti, em virtude do terremoto que atingiu aquele país, foi destaque de cobertura e divulgação. A ABC publicou 256 notícias em 2021. O Twitter foi a rede social que mais cresceu, com quase 600 seguidores a mais do que em 2020. Desde 2019, os seguidores no YouTube aumentaram em 15 vezes, totalizando 3.970, o que demonstra a importância do investimento em vídeos. Concluíram-se dois vídeos sobre os projetos “Projeto Cotton Shire-Zambeze”, implementado em Moçambique e no Malawi, e o Projeto “Jovens Lideranças”, na Guiné-Bissau.

3.5 Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania

3.5.1 Coordenação-Geral de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania

Informações sobre atuação na área de saúde

O Ministério das Relações Exteriores engajou-se integralmente nos esforços do governo federal para a obtenção dos meios necessários para fazer frente à grave crise sanitária que assolou o país, com o objetivo de proteger vidas e mitigar os efeitos econômicos e sociais da crise.

Desde o primeiro momento da pandemia, em coordenação com o Ministério da Saúde (MS), o Itamaraty e sua rede de postos no exterior buscou, dentro de sua área de competência, manter contato permanente com governos estrangeiros, organismos internacionais, instituições de pesquisa e empresas, com vistas a ampliar o acesso do Brasil a imunizantes, insumos e medicamentos contra a COVID-19.

Em abril de 2021, as ações do Itamaraty em resposta à pandemia passaram a ser coordenadas por "Grupo de Trabalho para a Diplomacia da Saúde" (GT Diplomacia da Saúde), integrado por representantes de seis Secretarias, da Secretaria Geral e do Gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores. O grupo mantém diálogo constante com a Casa Civil, o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e demais órgãos envolvidos no combate à pandemia.

Ao longo do ano, o Itamaraty reuniu, por meio de seus postos no exterior, informações sistematizadas a respeito de projetos, iniciativas e parcerias na área de vacinas, testes para diagnósticos e tratamentos contra a COVID-19. Os dados recebidos foram prontamente compartilhados com os demais órgãos do governo com competência na matéria.

Com o apoio do Itamaraty, foi possível assegurar a oferta de insumos básicos para acelerar a vacinação no país ao longo de 2021. Apesar da grave escassez de imunizantes e da forte desigualdade de acesso que marcou o processo pelo mundo, o Brasil rapidamente atingiu cobertura vacinal similar à dos países desenvolvidos.

A política externa brasileira engajou-se para assegurar, junto a atores centrais das cadeias de produção de vacinas, como China, Estados Unidos, Índia e Reino Unido, o fornecimento das doses de vacinas e dos ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs)

necessários ao início e ao prosseguimento bem-sucedido do programa nacional de vacinação, bem como a transferência da tecnologia que nos permitiu produzir IFA e vacinas no Brasil. O Itamaraty apoiou, igualmente, a aquisição de material e equipamento médico e hospitalar e insumos farmacológicos essenciais.

No caso dos IFAs, a condução da política externa, tanto em Brasília quanto nas missões diplomáticas do Brasil no exterior, logrou superar gargalos no fornecimento, registrados no início de 2021, que afetaram o suprimento a diversos países. Impediram-se, assim, interrupções prolongadas na fabricação das vacinas contra a COVID-19 no país.

Durante todo o ano 2021, o Itamaraty promoveu contatos com governos estrangeiros, tanto em Brasília quanto no exterior, para trocar informações, compartilhar boas práticas e conhecer experiências que tiveram sucesso no enfrentamento à pandemia, assim como desenvolver iniciativas conjuntas de cooperação de interesse brasileiro.

Em 17/3/21, o Itamaraty organizou, em parceria com o MS, sessão informativa virtual ao corpo diplomático residente em Brasília sobre ações do governo brasileiro no enfrentamento à pandemia de COVID-19. Além disso, foi mantido contato frequente com embaixadas e consulados residentes em Brasília sobre o tema.

No exterior, as embaixadas, os consulados e as delegações do Brasil realizaram gestões e contatos frequentes com governos estrangeiros e mantiveram ativa participação nas discussões em organismos e mecanismos internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, Organização dos Estados Americanos, G20, BRICS, MERCOSUL, PROSUL, entre outros), com o objetivo de beneficiar e fortalecer nosso complexo industrial de saúde e contribuir para um acesso mais equitativo a vacinas e outros insumos aos países em desenvolvimento. Nessas tratativas internacionais, o Itamaraty buscou assegurar que as perspectivas brasileiras fossem devidamente consideradas, levando em conta os desafios específicos enfrentados pelo país.

O MRE reforçou, ao longo de 2021, o engajamento do governo brasileiro na iniciativa COVAX Facility, por meio da qual o Brasil adquiriu 42,5 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19. Mecanismo coordenado pela OMS, pela Coalizão para Promoção de Inovações em prol da Preparação para Epidemias (CEPI) e pela Aliança

Mundial para Vacinas e Imunização (Gavi), a COVAX tem por objetivo acelerar o desenvolvimento, a produção e a distribuição equitativa de vacinas contra a COVID-19 entre os mais de 190 países que integram a iniciativa. O Brasil tem instado a COVAX a garantir acesso imediato às doses contratadas de vacina aos países participantes, sobretudo àqueles com maiores dificuldades de acesso a imunizantes.

Diante de limitações na capacidade de fabricação e gargalos na cadeia de abastecimento global, o Brasil vem trabalhando, no âmbito multilateral, para consolidar um arcabouço jurídico internacional que incentive produção local de insumos, vacinas, medicamentos e outros produtos médicos. Por ocasião da 74ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2021, o Brasil copatrocinou projeto de resolução intitulado “Fortalecimento da Produção Local de Medicamentos e Outras Tecnologias em Saúde para Melhorar o Acesso”, com o objetivo de tornar mais acessíveis vacinas e outros insumos médicos aos países em desenvolvimento.

No âmbito da OEA, o Brasil apoiou, em fevereiro de 2021, o projeto de resolução “Distribuição equitativa de vacinas contra COVID-19”, que exorta a indústria farmacêutica a facilitar licenciamento de patentes de vacinas por empresas locais, para ampliar a distribuição e o acesso de vacinas na região. O Brasil também engajou-se nas negociações da resolução “Evolução da Pandemia de COVID-19 e seu Impacto no Hemisfério”, aprovada pela 51ª Assembleia Geral da OEA, em novembro passado.

Em seguimento a gestões do governo brasileiro, a OPAS anunciou, em setembro passado, a seleção do Instituto de Tecnologia em Imunologia Bio-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para a criação, no Brasil, de polo regional de desenvolvimento e produção de vacinas com tecnologia de mRNA. A iniciativa para criação de polos (“hubs”) para transferência de tecnologias relacionadas a vacinas contra a COVID-19 foi lançada pela OMS em abril de 2021. A seleção foi feita após avaliação rigorosa por grupo técnico independente.

A OMS e a OPAS manifestaram a expectativa de que a instalação dos polos regionais ampliem a capacidade de países em desenvolvimento de produzir essas vacinas, com vistas a aumentar sua oferta global. Parte das vacinas a serem produzidas nos polos regionais, como o brasileiro, deverá ser distribuída aos demais países da região, por meio

do Fundo Rotatório da OPAS, de modo a garantir equidade no acesso aos imunizantes, crucial para a superação da pandemia.

Cabe mencionar, também, o engajamento do governo brasileiro em negociações com outros países para reconhecimento recíproco de certificados de vacinação, de modo a facilitar retomada das viagens internacionais e das atividades econômicas. Tratativas nesse sentido foram iniciadas em 2021 com vários parceiros. O MRE instruiu as embaixadas brasileiras no exterior a buscarem garantir o reconhecimento do certificado brasileiro por parte daqueles países que utilizam comprovante de vacinação para permitir entrada em seus respectivos territórios nacionais.

Estão em curso negociações com a Comissão Europeia para avançar processo de “equivalência” do certificado brasileiro ao Certificado Digital COVID da União Europeia, o que permitiria ao documento brasileiro ter reconhecimento automático em todos os 27 países do bloco, além de outras dezenas de países e territórios, espalhados por todos cinco continentes, que já lograram a referida “equivalência” ao certificado europeu.

A pandemia revelou algumas limitações e deficiências da OMS. Diante dessa constatação, o Itamaraty engajou-se ativamente nas discussões sobre a reforma da arquitetura global de saúde. Em dezembro último, o Brasil copatrocinou a decisão da OMS de criar um grupo de negociação intergovernamental (INB, na sigla em inglês) para elaborar e negociar convenção, acordo ou outro instrumento internacional sobre pandemias. O novo documento, a ser possivelmente adotado em 2024, deverá fortalecer o sistema global de preparação e resposta a emergências. O instrumento deverá priorizar a promoção de acesso equitativo a contramedidas médicas e basear-se no princípio da solidariedade, de forma de garantir que problemas como a pobreza, desafios ambientais e outras determinantes sociais de saúde também sejam considerados.

Ainda em dezembro, o Itamaraty iniciou campanha para que o Brasil fosse escolhido representante das Américas no “bureau” do INB, órgão encarregado de gerenciar os trabalhos do grupo. Como resultado da campanha, no fim de janeiro de 2022, o país foi escolhido por consenso entre os países do continente, o que revela o elevado prestígio internacional gozado pelo Brasil, em especial, neste caso, no campo da diplomacia da saúde.

3.5.2 *Coordenação-Geral de Administração Consular*

Compete à Coordenação-Geral de Administração Consular, entre outras funções, prestar apoio às atividades consulares desenvolvidas pela rede de postos do Itamaraty no exterior.

Esse apoio se traduz, entre outros, no aprimoramento e manutenção do Sistema Consular Integrado (SCI), programa desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). O SCI se compõe de dois sistemas informáticos: o “Sistema Consular” (SC), reservado à produção de atos notariais e de registro civil, e o “Sistema Consular Integrado - Nova Geração” (SCI.ng), interligado à Receita Federal e à Polícia Federal, voltado precipuamente para a produção e controle de documentos de viagem (passaportes, vistos, etc.).

Entre os projetos em desenvolvimento no âmbito da CGAC está a fusão dos dois programas mencionados acima (SC e SCI.ng) em um único sistema, mais moderno, rápido e eficiente. Esse projeto, considerado de alta complexidade, está em processo acelerado de execução, restando poucas funcionalidades do SC a serem incorporadas definitivamente ao SCI.ng, que será então o único sistema a processar e expedir documentos consulares.

Compete também à CGAC administrar, entre outros, contratos com a Casa da Moeda do Brasil para a aquisição de insumos necessários à emissão de documentos consulares, como cadernetas de passaportes, laminados de segurança, etiquetas, entre outros. Nesse contexto, cabe registrar que, em 2021, foram expedidos, por meio do SCI, cerca de 460 mil documentos por toda a rede consular, aí incluídos passaportes comuns (mais de 173 mil), atos notariais (mais de 214 mil) e atos do registro civil (mais de 10 mil). Note-se que a tendência de decréscimo da produção de documentos consulares observada em 2020 se manteve, o que pode ser atribuído em especial ao cenário de incerteza decorrente da continuidade e, em certos momentos, recrudescimento, da pandemia de COVID-19.

Registre-se ainda que, ao longo de 2021, a CGAC prosseguiu coordenando e financiando reformas em setores consulares de postos no exterior, visando a modernizar e equipar adequadamente as áreas de trabalho e de atendimento ao público consular, com especial ênfase em adaptações impostas pela pandemia da COVID-19.

O orçamento total destinado à CGAC foi executado em sua integralidade no que respeita aos programas de trabalho custeio exterior e capital exterior. No tocante ao programa de trabalho custeio Brasil, em razão da existência de estoques abundantes de materiais sensíveis, postergou-se a assinatura do contrato de aquisição desses materiais junto à Casa da Moeda, o que redundou em economia significativa de recursos. A CGAC despendeu mais de R\$ 37.200.000,00 (trinta e sete milhões e duzentos mil reais), o que representa o empenho de mais de 80% do orçamento da unidade.

3.5.3 Departamento Consular

Assistência Consular

Em 2021, foram atendidos pela rede de postos do Brasil no exterior 77.227 casos de assistência consular, seja presencialmente ou não. A natureza desses casos é bastante variada, envolvendo prisões, hospitalizações, desaparecimentos, violência doméstica, entre outros. Foram também realizadas 1.117 visitas a detentos brasileiros e 2.931 repatriações. Os psicólogos e consultores jurídicos contratados pelos postos prestaram assistência psicológica e jurídica a 4.545 e 9.078 brasileiros, respectivamente.

Também foram realizados 41 consulados itinerantes, número superior aos 17 de 2020, indicando arrefecimento das restrições impostas pela pandemia. Além disso, foram criados seis consulados honorários (Chiang Mai, Tailândia; Kosice, Eslováquia; Fort-de-France, Martinica, França; Trento, Itália; Nashville, Estados Unidos; e Indianápolis, Estados Unidos).

O Itamaraty iniciou as tratativas administrativas internas para abertura de novos postos no exterior. Nesse sentido, a área consular do Ministério elaborou estudo para avaliar regiões nas quais haveria demanda significativa da comunidade brasileira local. Colaborou-se, desse modo, com o processo de abertura de postos em Chengdu (China), Edimburgo (Reino Unido), Marselha (França) e Orlando (Estados Unidos), repartições que acabaram sendo criadas oficialmente por meio do decreto nº 10.953, em janeiro de 2022.

Plantão telefônico dedicado a atendimento de casos relacionados à pandemia

O plantão da Divisão de Assistência Consular para atendimento exclusivo de casos relacionados à pandemia, instituído no primeiro semestre de 2020, foi mantido até agosto de 2021, quando houve diminuição significativa das chamadas atendidas.

Ao longo de 2021, especialmente a partir do segundo semestre, as emergências consulares residuais relacionadas à pandemia acabaram por ser trazidas à Divisão de Assistência Consular (DAC) majoritariamente por outros meios (mensagens eletrônicas à caixa de e-mail da unidade; telefonemas diretamente aos ramais da divisão, ou por meio dos postos no exterior).

Voos extraordinários para saída de brasileiros de Portugal

Face à decisão portuguesa de suspender voos regulares de/para o Brasil, anunciada em 27/01/2021, o Itamaraty encetou diálogo com as autoridades portuguesas, com vistas a viabilizar soluções excepcionais que pudessem permitir o retorno dos brasileiros retidos. Como resultado desse empenho, foram realizados voos privados extraordinários.

Até meados de abril, quando a suspensão chegou ao fim, logrou-se viabilizar 9 voos extraordinários de Portugal para o território nacional, de modo a permitir o retorno dos brasileiros retidos naquele país.

Imigração irregular para México e Estados Unidos

Ao longo de 2021 o Itamaraty acompanhou, com preocupação, o aumento dos fluxos migratórios de brasileiros que tentam entrar irregularmente nos Estados Unidos. A ação brasileira sobre a questão tem estado concentrada em dois pontos: coordenação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública com vistas a buscar reprimir as redes de tráfico de pessoas atuantes no país e campanhas públicas para alertar sobre os graves riscos à integridade física daqueles que empreendem a travessia informal entre México e EUA, a exemplo da publicação pelo Itamaraty, em novembro de 2021, da cartilha “Riscos da Imigração Irregular para os Estados Unidos e México”, disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/Cartilhas/cartilha-riscos-da-imigracao-irregular-para-os-estados-unidos-e-mexico.pdf>.

Em outubro de 2021, a embaixada do Brasil no México, instruída pela DAC, realizou duas missões consulares para regiões de fronteira com presença de fluxos migratórios de brasileiros, uma a Tijuana, no estado da Baja California, na fronteira entre

México e Estados Unidos; e a outra a Tapachula, no estado de Chiapas, na fronteira entre México e Guatemala. Ambas as missões possibilitaram às autoridades consulares brasileiras verificar presencialmente a situação dos imigrantes brasileiros em situação irregular detidos no México, inclusive de algumas crianças brasileiras filhas de genitores haitianos.

Retirada de cidadãos brasileiros do Afeganistão

Em meados de agosto de 2021, na sequência da tomada de Cabul pelo Talibã, a embaixada do Brasil em Islamabad indicou ter conhecimento de cinco brasileiros no Afeganistão, três dos quais, por serem funcionários da organização Médicos Sem Fronteiras e estarem em cumprimento de missão, indicaram que não tencionavam deixar o território afegão.

Com vistas a possibilitar a evacuação dos dois cidadãos brasileiros que haviam manifestado intenção de deixar o país, a DAC instruiu embaixadas nos países europeus que haviam anunciado publicamente que enviariam voos fretados a Cabul para o resgate de seus nacionais a requisitar vagas remanescentes nesses voos para brasileiros e familiares. Como resultado dessas gestões, foi possível alocar, em 26/8, em um voo de resgate com destino à Espanha, um dos brasileiros, conjuntamente com seus quatro familiares afegãos.

Tendo em conta que o cidadão brasileiro remanescente não logrou adentrar o perímetro do aeroporto de Cabul, a embaixada do Brasil em Islamabad, em coordenação com a DAC, passou a negociar com a chancelaria paquistanesa autorização para a saída do nacional e de seus cinco familiares afegãos pela fronteira terrestre. A evacuação por terra foi bem sucedida, tendo o brasileiro em questão e sua família chegado com segurança a Islamabad em 29/8, onde foram recebidos por funcionários diplomáticos brasileiros, que prestaram o apoio cabível até que se desenrolasse a logística de regresso ao Brasil.

Como a legislação brasileira restringe a concessão de auxílio para custeio de passagem de repatriação apenas para brasileiros natos e naturalizados, não contemplando a extensão desses benefícios a cidadãos estrangeiros, ainda que sejam residentes regulares no Brasil ou parentes consanguíneos de brasileiros, o Itamaraty estabeleceu diálogo com as delegações do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e da Organização

Internacional para as Migrações (OIM) em Brasília e em Islamabad, e contou com o apoio das organizações para o custeio das despesas de viagem (passagens e exames RT-PCR) dos familiares afetados dos cidadãos brasileiros.

Brasileiros retidos na África Austral

No âmbito da detecção de nova variante do coronavírus na África Austral, em fins de 2021, as embaixadas do Brasil na região realizaram levantamento sobre a quantidade de brasileiros que estariam retidos na região em função do cancelamento de voos. A embaixada do Brasil em Pretória registrou 309 brasileiros retidos na África do Sul e 67 brasileiros reportaram-se à embaixada em Maputo, declarando-se retidos.

Com vistas a explorar alternativas para o retorno dos nacionais retidos, o Itamaraty entrou em contato com a Casa Civil; com a Secretaria Nacional de Aviação Civil; com embaixadas dos países de origem das companhias aéreas que operariam os voos de brasileiros retidos desde países da África Austral (Qatar Airways, Emirates Airlines e Ethiopian Airlines); com companhias aéreas brasileiras; e com a Embratur.

À Casa Civil, foi solicitada gestão junto a companhias aéreas nacionais com vistas à organização de voo charter de retorno ao Brasil, assim como, eventualmente, autorização excepcional de pouso em solo brasileiro de voo oriundo de país listado nas Portarias interministeriais 660 e 661.

Às embaixadas do Catar e dos Emirados Árabes Unidos foram dirigidas notas em que lhes foi solicitado intervir junto às companhias aéreas, para que honrem as passagens emitidas. As embaixadas em Doha e Abu Dhabi realizaram gestões análogas.

Foram também realizadas gestões junto ao Secretário Nacional de Aviação Civil e às presidências da Azul e da Latam. A EMBRATUR foi consultada sobre a possibilidade de identificar agência interessada na iniciativa.

A embaixada em Luanda foi instruída a solicitar às autoridades angolanas que brasileiros fossem acomodados em voos de repatriação da TAAG entre África do Sul e Angola, para conexão com o Brasil.

Todos os brasileiros retidos nos países da África Austral logram retornar ao Brasil até as primeiras semanas de 2022.

Documentos e Atos Consulares

Em 2021, a Divisão de Documentos e Atos Consulares (DDAC), como parte da Comissão Permanente de Revisão do MSCJ, dedicou-se à revisão de capítulos do Manual do Serviço Consular e Jurídico (MSCJ), que tem como objetivo a atualização normativa do Regulamento Consular brasileiro.

Os efeitos da pandemia do coronavírus ainda se fizeram sentir, em 2021, na redução do volume de viagens internacionais dos agentes públicos e dos cidadãos em geral, em relação ao período anterior à pandemia. Observou-se, entretanto, retomada gradual do volume de solicitações para emissão de passaportes e para legalização de documentos. Neste contexto, 4.591 documentos de viagem foram emitidos na Secretaria de Estado, por meio da Divisão de Documentos e Atos Consulares, sendo 1.416 passaportes diplomáticos e 3.175 passaportes oficiais. A este total, somaram-se 2.083 passaportes, emitidos pelos escritórios regionais ERESP e ERERIO, bem como 171.391 documentos de viagem emitidos nos Postos no exterior. Quanto ao total de documentos emitidos nas repartições consulares e diplomáticas no exterior, por meio do Sistema Consular Integrado, ao longo de 2021, 165.211 referiram-se a passaportes comuns; 1.130, a PADIPs; 150, a PASOFs; e 4.900, a Autorizações de Retorno ao Brasil e a Passaportes de Estrangeiro. Foram emitidas, ainda, 1.431 notas verbais, para fins de solicitação de vistos oficiais e diplomáticos junto a representações diplomáticas estrangeiras em Brasília.

Como parte das atividades sob responsabilidade da DDAC, a Divisão realizou, por meio de expedientes telegráficos, orientação aos Postos a respeito da concessão de passaportes no exterior, da emissão de registros civis e da legalização de documentos, bem como intermediou consultas das repartições consulares junto à Polícia Federal e aos órgãos de justiça brasileiros a respeito de restrições de viagem de cidadãos brasileiros residentes no exterior e encaminhou ao Departamento de Polícia Federal os casos de suspeita de falsificação de documentos de viagem brasileiros identificados pelos Postos. A DDAC respondeu, como de praxe, a demandas dos órgãos de justiça, relativas ao fornecimento de informações para defesa da União em processos judiciais referentes à concessão de documentos de viagem, bem como a consultas recebidas pela Ouvidoria

referentes a emissão de documentos de viagem, atos notariais e legalização de documentos.

Na Seção de Legalização da DDAC, em 2021, foram realizadas 7.795 legalizações. Deste total, 574 documentos foram recebidos por via postal e o restante foi entregue no setor de atendimento ao público. Desse total, 1.702 foram traduções, 691 documentos de cartório, 1.306 documentos escolares, e 1.302 documentos empresariais, entre outros.

3.5.4 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania

Cidadania

O MRE coordenou, no âmbito da FAO, os diálogos nacionais preparatórios para a Cúpula de Sistemas Alimentares, iniciada em Roma, em julho de 2021, e concluída em Nova York, em setembro de 2021. Também coordenou a participação brasileira no referido evento. O MRE tomou parte, ademais, em diversas reuniões ocorridas no âmbito da FAO a respeito de temas como a aplicação da ciência e da tecnologia à produção agropecuária e os efeitos da mudança do clima sob os sistemas agroalimentares.

O MRE participou ativamente dos trabalhos da OIT em 2021. Acompanhou as 341^a (15-27/03/21), 342^a (25/6/21) e 343^a (1-13/11/21) sessões do Conselho de Administração da OIT, realizadas, as duas primeiras, em formato virtual e, esta última, em formato híbrido, na sede da organização. O Itamaraty também integrou a delegação brasileira à 109^a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada, extraordinariamente, em duas partes: de 3 a 19 de junho (formato virtual) e de 25 de novembro a 10 de dezembro (formato híbrido), na sede da OIT. A conferência debateu, em suas duas sessões, questões centrais para o mundo do trabalho, à luz das circunstâncias impostas pela pandemia de COVID-19. A conferência também retomou a "Discussão recorrente sobre o objetivo estratégico da proteção social (seguridade social)".

Na área de promoção dos direitos humanos, o Brasil participou de discussões junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington; ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), em Genebra; e à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em especial de sua III Comissão (responsável pelos temas sociais). Em todos os foros, o Brasil engajou-se em negociações relativas a resoluções ligadas a

diferentes áreas da promoção dos direitos humanos e da cidadania, entre as quais o combate à violência e a discriminação contra mulheres; a eliminação do casamento forçado e precoce; o combate à mutilação genital feminina; o combate à fístula obstétrica; a promoção dos direitos das pessoas com deficiência; a promoção dos direitos das pessoas idosas; a promoção do direito à alimentação; o combate à pobreza rural e a promoção da segurança alimentar, entre outros.

Com relação aos temas de mulheres, o Brasil participou da 61ª Reunião de Mesa Diretiva da Conferência Regional da Mulher Latino-americana, realizada, em formato virtual, entre os dias 29 e 30 de setembro de 2021. O tema central da reunião foi a economia do cuidado para uma recuperação pós-COVID com igualdade de gênero e sustentabilidade. Foi abordada, ainda, a questão do peso desigual do trabalho do cuidado não-remunerado sobre mulheres, especialmente durante a pandemia de COVID-19.

O Brasil participou da 65ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW65), realizada, em Nova York, entre os dias 15 e 26 de março de 2021, em formato majoritariamente virtual. A delegação brasileira foi chefiada pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves. O foco principal da sessão foi o fortalecimento da participação de mulheres nas esferas de tomada de decisão.

A delegação brasileira fez intervenções nos três diálogos interativos programados – (i) "Eliminando a violência contra mulheres na vida pública"; (ii) "Construindo alianças para a participação plena e efetiva das mulheres na vida pública"; e (iii) "Reconstruir melhor – a participação das mulheres e sua liderança na resposta e recuperação frente a COVID-19" – além do diálogo interativo sobre o tema de revisão, intitulado "O empoderamento das mulheres e sua relação com o desenvolvimento sustentável". A delegação brasileira exerceu papel ativo para que, ao final da CSW65, as "Conclusões Acordadas" fossem adotadas por consenso. O Brasil é membro da CSW, tendo sido escolhido por aclamação, em 2019, para exercer o mandato 2020-2023.

No âmbito da proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, o Brasil copatrocinou diversos eventos comemorativos do Dia Mundial da Síndrome de Down, na sede das Nações Unidas, em Genebra e Nova York, e na sede da OEA, em Washington.

O país também apresentou o terceiro relatório nacional para o Comitê sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência sobre

a implementação da Convenção Interamericana sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência (CIADDIS) e do Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência (PAD)

No âmbito do Mercosul, integrou a Comissão Permanente de Promoção e Proteção de Direitos das Pessoas com Deficiência, que elaborou plano de trabalho para 2021-22, voltado para políticas de educação para surdocegos e turismo acessível.

Nas Nações Unidas, copatrocinou resolução sobre o tema dos direitos das pessoas com deficiência e juntou-se a grupo de países que, pela primeira vez, apresentou resolução sobre o tema das doenças raras na Assembleia-Geral da ONU. Por fim, participou da 14ª Sessão da Conferência dos estados parte da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

Com relação ao tema da juventude, o MRE participou do 10º Fórum da Juventude do ECOSOC, em Nova York, nos dias 7 e 8 de abril.

O MRE apoiou a participação brasileira à 59ª sessão da Comissão de Desenvolvimento Social (CDSOC) de 8 a 17 de fevereiro, em Nova York. A delegação foi chefiada pelo Secretário Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, Sérgio Queiroz, que representou o Brasil no painel sobre “Transição socialmente justa para a sustentabilidade e o desenvolvimento: o papel das tecnologias digitais no desenvolvimento e bem-estar de todos”. Participaram também do evento os Secretários Nacionais da Família, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e da Juventude, do MMFDH.

O MRE integrou a 54ª sessão da Comissão de População e Desenvolvimento (CPD), de 19 a 23 de abril, em formato virtual. Na ocasião, o Brasil se uniu ao consenso para aprovar a resolução temática da sessão, intitulada "População, segurança alimentar, nutrição e desenvolvimento sustentável".

Na temática de famílias, o MRE, em conjunto com os demais países membros da “Parceria para as Famílias”, organizou evento híbrido, em 4/11, no “Palais des Nations”, sede das Nações Unidas em Genebra, sobre o “Equilíbrio Trabalho-Família”. O evento foi moderado por representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e contou

com a presença de 30 assistentes, além de ter sido transmitido virtualmente. A “Parceria para as Famílias” é uma iniciativa brasileira, em conjunto com Polônia e Hungria, lançada em dezembro de 2019.

No âmbito do MERCOSUL, o MRE acompanhou a Reunião de Ministras e Altas Autoridades de Mulheres (RMAAM), coordenada pela PPT da Argentina, nos dias 20 e 21 de maio. Durante a PPT brasileira, o MRE participou igualmente de reuniões ministeriais setoriais nas áreas de trabalho e emprego, juventude e mulheres.

Direitos Humanos

Em 2021, o Brasil continuou a trabalhar em favor da promoção e da proteção dos direitos humanos na Assembleia Geral da ONU. Exemplos dessa atuação incluem a apresentação pelo Brasil, em conjunto com outros países, de resoluções sobre a liberdade de religião ou crença, sobre o fortalecimento do papel da ONU na promoção da democratização, sobre o combate ao desaparecimento forçado e sobre garantias a defensores de direitos humanos.

No âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Brasil integrou grupos proponentes de diversas resoluções, sobre temas como situação de direitos humanos na Nicarágua, direito à privacidade, impacto da corrupção sobre os direitos humanos, tecnologias digitais novas e emergentes, e promoção dos direitos humanos na Internet.

O Brasil manteve atuação engajada no domínio da promoção da liberdade de religião ou crença. Em novembro, o ministro de Estado participou do II Fórum de ministros da Aliança para a Liberdade de Religião ou Crença (IRFBA), grupamento criado em 2020 que reúne 33 países membros, quatro países amigos e duas entidades observadoras.

No âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), destaca-se a eleição do jurista e advogado brasileiro Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch para o cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em novembro, com a votação mais expressiva entre os sete candidatos às quatro vagas em disputa.

Em maio, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, incorporada ao ordenamento jurídico interno com *status* de emenda constitucional.

Ainda no âmbito do SIDH, observa-se que o Estado brasileiro é parte de 248 procedimentos ativos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e 19 procedimentos ativos na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). O Itamaraty desempenha papel de coordenador dos trabalhos de defesa do Estado no SIDH, os quais contam com contribuição do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de outros órgãos federais e de governos estaduais. Em 2021, o Brasil participou de sete audiências públicas e de sete reuniões de trabalho convocadas pela CIDH nos seus períodos de sessão ordinária. No âmbito da Corte IDH, o Brasil participou de audiência pública sobre o caso “Barbosa de Souza e seus familiares vs. Brasil”, em fevereiro, e de três audiências públicas de supervisão de cumprimento de sentença referentes aos casos “Ximenes Lopes vs. Brasil”, em abril, “Herzog e outros vs. Brasil” e “Gomes Lund e outros vs. Brasil”, em junho, e “Favela Nova Brasília vs. Brasil”, em agosto.

No âmbito do MERCOSUL, deve-se ressaltar a organização, a cargo do Brasil, no exercício da presidência *pro tempore* do bloco, da XXXVIII Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos (RAADH), realizada em outubro, em modalidade virtual. Na ocasião, foram firmados compromissos para a coordenação de políticas públicas regionais em direitos humanos, em áreas como igualdade e não discriminação, migração e mobilidade urbana, garantia de acesso à justiça, e sistemas de informação e apoio a políticas públicas. Destaca-se também a participação do Brasil na XXXVII RAADH, presidida pela Argentina, em maio.

O Brasil realizou, ademais, aporte financeiro voluntário, no montante de US\$ 10 mil, para apoiar o desempenho do mandato conferido ao Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, para monitoramento da situação de direitos humanos na Nicarágua.

Destaca-se, ainda, a realização de diálogos bilaterais sobre direitos humanos com a Suíça, em novembro, e com a União Europeia, em dezembro.

3.5.5 Departamento de Nações Unidas

Nações Unidas

Em 2021, o Itamaraty deu seguimento à sua atuação junto a organismos multilaterais, em especial nos debates, negociações e deliberações na Organização das Nações Unidas (ONU).

Em setembro, o Brasil, representado pelo presidente da República, uma vez mais proferiu o primeiro discurso na abertura do Debate Geral da 76ª Assembleia Geral da ONU (AGNU). Na ocasião, reiterou à comunidade internacional o compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável e a recuperação socioeconômica pós-pandemia. Anunciou, ainda, importantes avanços em políticas domésticas.

Em negociações na 76ª AGNU, o Brasil continuou a defender o pleno respeito à Carta da ONU e ao direito internacional, sempre à luz dos princípios constitucionais que regem as relações internacionais do país. Atuou de maneira construtiva nas discussões sobre temas de desarmamento, econômicos, de direitos humanos, políticos, orçamentários e jurídicos, bem como sobre conflitos em países e regiões.

Juntamente com os parceiros do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), o país participou ativamente das negociações intergovernamentais relativas à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em setembro, o ministro das Relações Exteriores participou de reunião de Chanceleres do G4, à margem da abertura da 76ª AGNU.

Ao longo de 2021, o país continuou a promover importantes candidaturas no âmbito das Nações Unidas. O Brasil foi eleito, em junho de 2021, para assento não permanente do Conselho de Segurança, mandato 2022-2023, e, em novembro de 2021, para a Comissão de Direito Internacional (CDI), mandato 2023-2027. O MRE intensificou suas ações, ainda, em favor das candidaturas brasileiras para a Comissão das Nações Unidas para Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), mandato 2022-2028, que culminou na eleição do país em março de 2022; para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), para o triênio 2023-2025; e para o Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para o quinquênio 2023-2027.

Paz e Segurança Internacional

A partir de outubro de 2021, o Brasil passou a acompanhar todas as reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), como membro eleito para o biênio 2022-23.

Em preparação ao exercício do mandato no CSNU, foram elaboradas as diretrizes para a atuação brasileira no órgão. Buscou-se promover o debate acerca do mandato brasileiro por meio de realização, em 5/10/2021, do Seminário Virtual “O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2022-2023”. Foi também criada página eletrônica exclusivamente dedicada ao mandato brasileiro, com conteúdo periodicamente atualizado (<https://www.gov.br/mre/pt-br/Brasil-CSNU>).

Ainda em preparação para o mandato 2022-23, o Brasil realizou série de consultas bilaterais com membros permanentes do Conselho e membros eleitos que atuariam no órgão em 2022: Albânia, Estados Unidos, França, Índia, Irlanda, México e Quênia. Na impossibilidade de agendar consultas com os demais membros em 2021, foram iniciados os preparativos para reuniões no ano subsequente.

Em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, o Brasil manteve, em 2021, presença de pessoal uniformizado em oito das treze operações em andamento: no Chipre (UNFICYP); na região de Abyei, objeto de disputa entre Sudão e Sudão do Sul (UNISFA); no Líbano (UNIFIL); no Sudão (UNAMID); no Sudão do Sul (UNMISS); na República Centro-Africana (MINUSCA); na missão para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO); e na República Democrática do Congo (MONUSCO), onde general brasileiro exerceu o comando do componente militar da missão e onde atuou equipe móvel de treinamento brasileira especializada em operações na selva.

O Brasil seguiu atuando como membro da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) da ONU e como presidente da Configuração para a Guiné-Bissau da CCP, cargo que ocupa desde 2007. Nessa qualidade, o país convocou reuniões da CCP sobre a situação na Guiné-Bissau (em fevereiro e julho de 2021), conduzidas pelo Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Ao longo de 2021, o CSNU realizou mais de 60 reuniões abertas, das quais o Brasil participou de quase todas. O Brasil integrou, ainda, reuniões do CSNU com países

contribuintes de tropas previamente à renovação de mandatos das operações de manutenção da paz.

Ademais, o Brasil participou da sessão anual do Comitê Especial de Operações de Manutenção da Paz (C-34) da Assembleia Geral das Nações Unidas, das duas reuniões plenárias do Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), bem como da Conferência Ministerial de Manutenção da Paz de Seul e de suas reuniões preparatórias.

Foram publicadas traduções de nove resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que dispõem sobre regimes de sanções do órgão, a fim de sua implementação no território brasileiro: resolução 2560 (Al-Qaida e ISIL), 2564 (Iêmen), 2571 e 2578 (Líbia), 2577 (Sudão do Sul), 2582 (República Democrática do Congo), 2588 (República Centro-Africana), 2590 (Mali) e 2607 (Somália).

Em 2021, o Brasil incluiu a agenda de Mulheres, Paz e Segurança do CSNU entre suas prioridades para o mandato 2022-23. A convite da Argentina, passou a integrar a Rede Regional de Mulheres Mediadoras do Cone Sul, juntamente com Chile, Paraguai e Uruguai.

Temas humanitários

Em 2021, o Brasil manteve estreita coordenação com organismos e agências das Nações Unidas especializadas em temas humanitários, em especial aqueles dedicados à assistência a refugiados e migrantes. O País participou de reunião de altos funcionários organizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para acompanhar progressos e desafios na implementação de compromissos voluntários assumidos pelos países em 2019, por ocasião do primeiro Fórum Global sobre Refugiados, cuja segunda edição deverá ocorrer em 2023. Nessas ocasiões foi possível divulgar também os esforços de acolhimento a pessoas afetadas pelo conflito na Síria e a cidadãos haitianos, bem como a pessoas afetadas pela crise no Afeganistão, por meio da concessão de vistos temporários de acolhida humanitária.

O Brasil também teve participação ativa no Comitê Executivo do ACNUR e em outras instâncias dedicadas ao tema dos refugiados, divulgando as boas práticas brasileiras na área de proteção e assistência a refugiados, em especial as melhores práticas na assistência a migrante e refugiados venezuelanos no âmbito da Operação Acolhida.

Como parte desse processo, o Diretor de Operações do ACNUR realizou visita às instalações da Operação Acolhida, com vistas a conhecer a experiência brasileira, considerada um dos exemplos regionais de implementação dos mais elevados padrões internacionais de assistência e governança da resposta humanitária a grandes fluxos de migrantes e refugiados. Além da divulgação das melhores práticas brasileiras, o Brasil continuou a defender nas instâncias internacionais adequadas o princípio do compartilhamento de responsabilidades na atenção a migrantes e refugiados, destacando o papel primordial dos países receptores e a necessidade de financiamento sustentável, previsível e eficiente.

Em julho de 2021, o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do Processo de Quito, iniciativa informal de coordenação técnica entre os países latino-americanos que recebem migrantes e refugiados venezuelanos. O Processo de Quito organiza reuniões técnicas sobre temas como enfrentamento ao tráfico de pessoas, fortalecimento de sistemas de refúgio, assistência à saúde, regularização migratória, inserção socioeconômica, entre outros, com vistas a fomentar a troca de experiências e projetos de alcance regional, tendo em conta que mais de 80% dos mais de 6 milhões de migrantes e refugiados venezuelanos permanecem nos países da região. Como temas prioritários da presidência, o Brasil propôs o apoio às comunidades de acolhida, a atenção a grupos vulneráveis e as políticas para atenção à juventude migrante e refugiada venezuelana. Durante o segundo semestre de 2021, o Brasil presidiu diversas reuniões do mecanismo dedicadas ao aprimoramento dos métodos de trabalho, à avaliação de impactos de políticas regionais na assistência a venezuelanos, e à elaboração de estratégia regional de luta contra a xenofobia. Também tiveram lugar reuniões de preparação da reunião plenária do Processo de Quito, que se realizará possivelmente em Brasília e em Boa Vista (RR) em junho de 2022, com presença de delegações de 14 países da América Latina e países doadores que conformam o Grupo de Amigos do Processo de Quito.

O Brasil também deu seguimento ao diálogo estratégico estabelecido com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) sobre temas humanitários, com a realização de reuniões temáticas sobre a aplicação do Direito Internacional Humanitário no contexto de operações cibernéticas e sobre o impacto de sanções internacionais e medidas antiterrorismo sobre as atividades legais de organizações humanitárias.

3.5.6 *Departamento do Meio Ambiente*

Meio Ambiente e Mudança do Clima

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), as reuniões presenciais foram retomadas, no segundo semestre de 2021, com o arrefecimento das taxas de contágio e mortalidade por COVID-19. O MRE participou ativamente dos debates virtuais e presenciais e coordenou a participação de diversos técnicos dos demais Ministérios, garantindo participação ampla do Brasil tanto nos diálogos realizados em junho, em formato virtual, quanto nos de novembro, quando da 26ª Conferência das Partes da UNFCCC, que aconteceu em Glasgow. Ao longo do ano, o Itamaraty coordenou, também, a participação brasileira nos diálogos do G77 e com a presidência da COP-26, em preparação para a Conferência de novembro.

Na COP-26, a delegação brasileira empreendeu esforço substantivo para superar o impasse nas negociações do Artigo 6. A articulação diplomática brasileira com importantes parceiros, como Japão e Estados Unidos, surtiu efeitos positivos, resultando na adoção de pacote negociador que contemplou a maior parte das preferências negociadoras brasileiras.

O Brasil também reiterou seu compromisso de seguir atuando com elevado grau de ambição no enfrentamento da mudança do clima. Comunicou na COP-26 um conjunto de diretrizes para a agenda estratégica voltada à neutralidade climática em 2050, que incluem o objetivo de zerar o desmatamento ilegal até 2028 (15% anualmente até 2024; 40% em 2025 e 2026; e 50% em 2027, comparando com o ano de 2022); restaurar e reflorestar 18 milhões de hectares de florestas até 2030; alcançar, em 2030, a participação de 45% a 50% das energias renováveis na composição da matriz energética; recuperar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas; e incentivar a ampliação da malha ferroviária nacional.

O governo brasileiro apresentou, ainda, adesão formal à Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, cujo objetivo é preservar as florestas e eliminar o desmatamento e a degradação dos solos até 2030. Além disso, anunciou a adesão brasileira ao Pacto Global sobre Metano, iniciativa do governo do Estados Unidos e da

União Europeia, que visa a reduzir coletivamente as emissões de metano em, pelo menos, 30% até 2030, em relação aos níveis de 2020, e a avançar para a utilização das melhores metodologias de inventário disponíveis para quantificar as emissões de metano.

O Itamaraty coordenou a participação presidencial na Cúpula de Líderes para o Clima, organizada em abril de 2021 pelo presidente norte-americano Joe Biden. Na ocasião, pronunciamento brasileiro reiterou o inequívoco compromisso do país com o regime multilateral de mudança do clima e comunicou novos compromissos de mitigação a serem incorporados na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil sob o Acordo de Paris.

Coordenou também a participação brasileira no Grupo de Sustentabilidade Climática do G20, que, em 2021, esteve sob a presidência da Itália. O grupo teve como tema de trabalho a urgência por aumentos de ambição para manter a meta de limite de aumento da temperatura global restrita a 1,5°C. O MRE participou das reuniões virtuais ao longo do ano e contribuiu para negociação de documentos de trabalho e dos parágrafos sobre clima na declaração de líderes.

Participou, ainda, da 52ª Sessão Plenária do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em março de 2020, na qual foram delineados os capítulos do 6º Relatório de Avaliação do Painel, bem como da 53ª Sessão Plenária, realizada de forma virtual em dezembro.

No âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Itamaraty participou de reuniões, na modalidade virtual, do Fórum Global sobre Meio Ambiente e Mudança do Clima (CCXG, na sigla em inglês), realizadas em março de 2021. Na ocasião, membros e demais participantes puderam, por meio de apresentações sobre experiências nacionais e estudos setoriais, dialogar e intercambiar visões sobre temas relacionados à conclusão das negociações sobre o Artigo 6 do Acordo de Paris. A delegação brasileira buscou prover informações e argumentos com vistas ao enriquecimento das discussões em curso.

Agenda de químicos e resíduos

À luz dos efeitos da atual pandemia, o Itamaraty engajou-se em todas as iniciativas, especialmente de coordenação entre países da América Latina e Caribe, dedicadas ao

debate em torno de formatos alternativos para a realização de eventos internacionais programados para 2021 sob a agenda de segurança química, com o objetivo precípuo de assegurar o pleno respeito às necessidades especiais dos países em desenvolvimento e garantir a legitimidade dos processos negociadores previamente agendados para o exercício de 2021.

Sob o escopo das Convenções de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas e de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, realizou-se, em julho de 2021, conferência das Partes tripla, em formato virtual e com agenda de trabalho reduzida. O MRE, em cooperação com demais ministérios e órgãos afetos à agenda, coordenou a atuação brasileira por ocasião da reunião virtual, tendo logrado evitar, em discussões orçamentárias, novos compromissos financeiros ao Brasil.

Ozônio

As reuniões no âmbito da Convenção de Viena e do Protocolo de Montreal também foram realizadas de maneira virtual em 2020. Devido ao formato virtual, foram tratados apenas os temas de orçamento e reposição do Fundo Multilateral, que não puderam ser postergados para 2021. O MRE, em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, negociou para que a reposição do Fundo levasse em conta as reais necessidades dos países em desenvolvimento.

Transporte Marítimo e Aviação Civil Internacional

No âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO), o Brasil participou de todos os debates formais e informais relativos à operacionalização de medidas de curto prazo adotadas em 2020 orientadas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes da navegação marítima internacional, um dos principais pontos de atenção e preocupação para o país, tendo em vista o impacto que tais medidas podem ter sobre as exportações nacionais. Por meio de estreita coordenação entre o Itamaraty, a Marinha do Brasil e organizações acadêmicas e do setor privado, logrou-se evitar a adoção de compromissos adicionais de mitigação quando da realização de reunião virtual do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho da IMO, que incluiriam medidas referentes à adoção de critérios de sustentabilidade para combustíveis marítimos que prejudicassem a

consideração de biocombustíveis brasileiros, além de medidas de mercado que poderiam acarretar ônus ao comércio externo nacional, em consonância com as prioridades estabelecidas pela delegação brasileira.

Na Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), o Brasil acompanhou as reuniões do Conselho da organização, que levaram à elaboração de relatório técnico sobre a viabilidade de a organização adotar meta aspiracional de mitigação de longo prazo, o que poderia estender a vigência do esquema de compensação de emissões (CORSIA, sigla em inglês). A delegação brasileira atuou para assegurar que quaisquer decisões a serem adotadas no âmbito da OACI não prejudiquem negociações em andamento em outros foros, como a UNFCCC, em questões afeitas aos interesses brasileiros, sobretudo no que concerne aos mercados de carbono ou à incorporação de compromissos que prejudiquem o desenvolvimento do setor de aviação nacional. Em estreita coordenação com a ANAC, o MRE participou ativamente dos debates relativos a adequações de elementos do CORSIA diretamente afetados pela pandemia de COVID-19, em continuidade aos debates iniciados sobre o tema em 2020, de maneira a minimizar, tanto quanto possível, efeitos adversos sobre o potencial de crescimento da indústria aérea brasileira.

Biodiversidade e desenvolvimento sustentável

Ao longo de 2021, o Itamaraty seguiu atuando de maneira firme na defesa dos interesses brasileiros em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. No âmbito do regime de diversidade biológica, no qual as discussões se concentraram na formulação do Marco Global de Biodiversidade Pós-2020 (GBF), delegações brasileiras participaram de encontros e oficinas sobre mobilização de recursos, tema de grande relevância para o Brasil, que tem defendido maior efetividade dos compromissos, assumidos internacionalmente, de financiamento do desenvolvimento sustentável no mundo em desenvolvimento.

Em razão da pandemia de COVID-19, as reuniões mantiveram-se, em sua maioria, virtuais. Destacam-se, nesse contexto, as participações brasileiras nas sessões dos órgãos subsidiários da Convenção sobre Diversidade Biológica. Esse engajamento propiciou ao Brasil levar para o debate algumas posições fundamentais, que tem defendido em articulação diplomática com outros países: a importância dos pilares do uso sustentável e da repartição de benefícios no GBF, e não apenas da conservação; a obrigação de os

países desenvolvidos cumprirem suas obrigações em matéria de financiamento, segundo o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas; e o estímulo aos arranjos de pagamento por serviços ambientais.

Ainda no plano multilateral, o Itamaraty esteve à frente da articulação da participação brasileira no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, instância das Nações Unidas responsável pelo acompanhamento da implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em articulação com a Secretaria de Governo (SEGOV), órgão responsável pela implementação da Agenda em nível nacional, acompanhou as sessões temáticas e participou do segmento de alto nível, no qual se exibiu discurso, em vídeo, da ministra-chefe da SEGOV, Flávia Arruda. Por conjugar aspectos econômicos, sociais e ambientais, a temática do desenvolvimento sustentável é estratégica para o Brasil. A participação ativa nas discussões que definem a evolução e a dinâmica do conceito no plano multilateral, sob os impactos, presentes e futuros, da pandemia de COVID-19, é de fundamental importância para a defesa do interesse nacional.

O Itamaraty também participou das discussões sobre meio ambiente no âmbito do G20, durante as quais trabalhou em parceria com o Ministério do Meio Ambiente para tornar aceitáveis iniciativas inicialmente problemáticas propostas pela presidência do grupo, como a Plataforma Global para Aceleração de Pesquisa e Desenvolvimento sobre Recifes de Corais e a Iniciativa Global para Redução da Degradação do Solo e Melhoria da Conservação de Habitats. Outros agrupamentos de que o Brasil faz parte nos quais houve discussões ambientais, das quais o Itamaraty participou ativamente, foram a Cúpula Ibero-Americana, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os BRICS e a OCDE. O Brasil concluiu, ainda, a presidência brasileira do Comitê de Representantes Permanentes junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), período 2019-2021. O Itamaraty também esteve diretamente envolvido com as negociações dos segmentos virtuais da 5ª Assembleia do Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEA-5) sobre a dimensão ambiental da recuperação no pós-pandemia.

No âmbito regional, o MRE coordenou a participação brasileira no XXII Fórum de ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, instância de revisão da implementação da Agenda 2030 (ODS) na região, resultado da sequência de cinco

reuniões do Comitê de Negociação daquele fórum, realizadas ao longo de 2020. Em 2021, o Diálogo Ministerial de Alto Nível discutiu a dimensão ambiental da resposta regional à pandemia da COVID-19. Ainda na América Latina e Caribe, o Brasil também participou do IV Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a participação de Estados, setor privado, sociedade civil, academia, agência das Nações Unidas e blocos de integração regional. Nos marcos institucionais da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o Itamaraty atuou para estreitar a cooperação entre o Brasil e os países vizinhos em temas ambientais como biodiversidade, florestas, manejo integrado do fogo e combate a incêndios florestais. Ainda na região amazônica, ocorreram encontros no âmbito do Pacto de Leticia. O fortalecimento dos foros regionais e o avanço da cooperação com os países amazônicos permitem ao Brasil defender mais eficientemente sua soberania, estimular o desenvolvimento da região e promover a conservação e o uso sustentável de seus vastos recursos naturais.

O MRE também atuou com determinação para desfazer impressões equivocadas sobre a política ambiental brasileira e para reforçar a cooperação com países europeus. Para isso, elaborou material informativo e promoveu reuniões com interlocutores europeus, de modo a esclarecer interpretações relativas a índices de desmatamento no país, à luz de suas implicações para o Acordo MERCOSUL-UE.

Ainda no plano bilateral, mantiveram-se conversas no âmbito do Diálogo Ambiental Brasil-Estados Unidos, que promoverá, nos marcos do desenvolvimento sustentável, o aproveitamento econômico dos recursos naturais, com consequente geração de oportunidades. Buscará, além disso, combater o crime em todas as suas formas e engajar o setor privado em projetos com impacto positivo no meio ambiente, promovendo soluções sustentáveis e duradouras para a preservação ambiental nos dois países.

No plano interno, subsídios sobre temas ambientais foram preparados para numerosos encontros e reuniões do ministro de Estado das Relações Exteriores com homólogos estrangeiros e outros interlocutores.

3.5.7 Departamento de Segurança e Justiça

Cooperação Jurídica Internacional

Em 2021, o tratamento cotidiano dos temas de competência da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional (DCJI) não foi impactado significativamente pela pandemia de COVID-19 e grande parte do trabalho pôde ser realizado pelos servidores remotamente. O setor mais afetado pelas restrições de mobilidade impostas pela pandemia foi o de celebração de acordos bilaterais de cooperação jurídica, tema que ganhou impulso a partir de setembro, com a volta das atividades presenciais e a retomada de visitas presidenciais e ministeriais.

Com isso, foram concluídas positivamente, em novembro, as negociações do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas Brasil-Emirados Árabes Unidos (assinado em 13 de novembro, por ocasião da visita do Senhor PR à Dubai), bem como do Acordo de Cooperação Jurídica Mútua em Matéria Penal Brasil-Rússia. Em dezembro, foram realizadas sessões negociadoras do Acordo de Cooperação Jurídica Mútua em Matéria Penal Brasil-Japão, por videoconferência, em que se obtiveram avanços significativos na negociação do texto. Além disso, foram trocadas, ao longo do ano, diversas propostas de texto, com diferentes países, por meio de comunicações diplomáticas.

Convém ressaltar, também, a aprovação do Brasil pelo Conselho da União Europeia, em 2021, como país prioritário para formulação e assinatura de acordo com a Eurojust, agência da União Europeia focada em questões de cooperação jurídica entre os estados membros do bloco, bem como entre estes e terceiros estados. Tal arranjo visaria a facilitar e aprofundar a cooperação jurídica entre os signatários, gerando importantes ganhos de eficiência em investigações transnacionais envolvendo o Brasil e a UE.

Fundamentada em ampla rede de acordos formais e em entendimentos baseados em reciprocidade, a DCJI buscou facilitar a cooperação entre as autoridades judiciais brasileiras e estrangeiras, em temas afetos a extradição, nacionalidade, transferência de pessoas condenadas, expulsão, sequestro de menores e cooperação jurídica internacional em matéria penal e civil.

Segundo números consolidados pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DRCI-MJSP), em 2021, à exceção do mês de dezembro, cujos números ainda não foram processados, houve o registro de 7.527 novos pedidos de cooperação jurídica internacional (ativos e passivos), sendo 3.912 requeridos pelo Brasil (ativos, principalmente a Estados Unidos – 20.3%; Portugal - 17%; Paraguai – 6.5%; e Espanha - 5.9%) e 2.078 requeridos por outros países (passivos, especialmente de Portugal - 36,4%; França - 7,7%; Estados Unidos - 7,6%; e Itália - 7%). Desse total, 4.391 correspondem a pedidos de cooperação na área cível, 1.252 na esfera penal, 275 pedidos de extradição, 67 pedidos de transferência de pessoas condenadas e 5 pedidos de transferência de execução de pena.

No que diz respeito à esfera multilateral, em 2021, o Brasil fez-se representar na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH) em diversas reuniões (todas por videoconferência), com destaque para o Conselho de Assuntos Gerais e Política, organizadas pela Conferência para tratar de temas relacionados à governança da organização e de aspectos substantivos de seu trabalho e de convenções assinadas sob seus auspícios. Vale registrar que, em 2021, o Brasil lançou a exitosa candidatura do magistrado Marcelo De Nardi ao cargo de presidente do Conselho de Assuntos Gerais e Política, órgão deliberativo máximo da HCCH.

Atos internacionais

Em 2021, a República Federativa do Brasil foi parte signatária em 76 atos internacionais, 41 destes bilaterais e 35 multilaterais. Em paralelo, 14 atos internacionais foram encaminhados à apreciação do Congresso Nacional e 30 foram promulgados por decretos presidenciais. Outros 64 atos e 4 Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas foram publicados diretamente por prescindirem da necessidade de apreciação congressional.

Controle Imigratório

A despeito da pandemia de COVID-19, a política de expansão da rede de acordos de isenção e de facilitação de vistos continuou a ser implementada em 2021. Estão em curso os trâmites dos seguintes acordos:

Polônia - Férias-Trabalho: em análise no lado polonês; Coreia do Sul - Férias-Trabalho: encerrada negociação, pronto para assinatura; Austrália - Férias-Trabalho: pronto para assinatura; Kuwait – isenção de visto em PADIP/PASOF: pronto para assinatura; Djibouti - isenção de visto em PADIP/PASOF: esperando reação do lado djibutiano; Santa Lúcia - isenção de visto em PACOM: em consultas internas no MRE; Botsuana - isenção de visto em PACOM: pronto para assinatura; Omã - isenção de visto em PACOM: em análise no lado omani; Bangladesh - isenção de visto em PADIP/PASOF: em consultas internas no MRE; e Micronésia – isenção de visto em PACOM: em análise no lado micronésio.

Entrou em vigor, em 2021, o acordo de isenção de visto em passaportes comuns com a República Dominicana. Entraram em vigor, no início de 2022, como resultado dos trabalhos de 2021, os acordos com a Moldova (isenção de visto em passaporte comum) e com o Bahrein (isenção de visto em passaportes diplomáticos e oficiais).

Em 2021, foram renovados o acordo com a OIM para a prestação do serviço de pré-processamento de vistos em Porto Príncipe; e o contrato com a VFS para as operações em Luanda. Foi autorizado, também, o início do processo licitatório para a contratação de empresa responsável para o serviço de “Visa Center” nesta última cidade, à luz do término do contrato de cinco anos. Está em andamento o processo licitatório para habilitar a abertura de “Visa Centers” em cinco cidades na Índia: Nova Delhi, Mumbai, Ahmedabad, Bangalore, Calcutá, Chennai e Hyderabad.

Os projetos relacionados aos Centros de Recepção de Pedidos de Visto (“Visa Centers”) aprimoraram os fluxos e os métodos de trabalho dos Setores de Vistos dos Postos, conferindo maior efetividade no atendimento ao consulente estrangeiro, além de proporcionar maior segurança às instalações daqueles setores, ao diminuir o fluxo de pessoas nas repartições consulares. Além disso, os referidos projetos também proporcionaram melhoria no atendimento às comunidades brasileiras no exterior, uma vez que recursos humanos e materiais empregados nos setores de visto puderam ser direcionados à prestação de serviços consulares dedicados a nacionais brasileiros.

Em colaboração com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi editada, em 30/12/2021, a Portaria Interministerial nº 28, que alterou a Portaria Interministerial nº 13/2020, que dispunha sobre a concessão de visto temporário e de autorização de

residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. A Portaria foi renovada até 30/04/2021. No ano de 2021, o MRE participou das cinco reuniões virtuais do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Nessas reuniões, foram editadas as seguintes Resoluções Normativas: a nº 44, que instituiu a Câmara Especializada para estudar e propor medidas de atração de mão de obra qualificada em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional; e a nº 45, que dispôs sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, cuja atividade profissional possa ser realizada de forma remota, denominado "nômade digital".

Em setembro de 2021, o MRE participou, virtualmente, de duas reuniões do Foro Especializado Migratório do MERCOSUL, onde foram discutidos temas como o Estatuto da Cidadania MERCOSUL e medidas migratórias adotadas pelos países para combater a emergência sanitária. Foram ainda compartilhados dados e boas práticas sobre mobilidade de migrantes venezuelanos. Ademais, como resultado dos trabalhos conjuntos do Foro Migratório do MERCOSUL e da Conferência Sul-Americana sobre Migrações, foi inaugurado o Portal “Suramerica Abierta”, plataforma web que visa a garantir que pessoas migrantes e atores-chave na região tenham acesso a informações atualizadas e confiáveis sobre as medidas adotadas pelos governos em questões de mobilidade humana e saúde.

O MRE também assinou o “Acordo sobre a Mobilidade no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)” e o “Convênio-Quadro para a Circulação do Talento IberoAmericano” no âmbito da Secretaria-Geral Ibero-americana.

Em 2021, em função da pandemia e do fechamento limitado das fronteiras, o MRE processou centenas de solicitações de entrada excepcional de estrangeiros no território brasileiro, em função de interesse público ou por razões humanitárias, acatando pedidos das embaixadas estrangeiras. Além disso, o Itamaraty apoiou, em coordenação com o corpo diplomático, a repatriação de nacionais estrangeiros com conexão ou escala no território brasileiro. O MRE coordenou-se, ainda, com a Polícia Federal e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o cumprimento das diversas portarias de restrição de entrada de estrangeiros no Brasil.

Em 2021, o Ministério das Relações promoveu iniciativas de fortalecimento da cooperação para reprimir e prevenir o crime transnacional em contexto continuado de adversidades especialmente agravadas pela crise sanitária imposta pela pandemia de COVID-19. Em que pesem as dificuldades logísticas, procedimentais e substantivas dos trabalhos, logrou-se realizar reuniões bilaterais, regionais e multilaterais sobre drogas e temas conexos, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, contrabando e tráfico de pessoas, crimes contra o meio ambiente, bem como cooperação em inteligência.

O Ministério das Relações Exteriores participou das negociações de acordos bilaterais, regionais e multilaterais sobre segurança pública em geral, bem como de acordos específicos anticorrupção, de contraterrorismo e sobre crimes cibernéticos. Participou, igualmente, de discussões referentes a declarações de revisões de mecanismos políticos sobre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.

Nas Nações Unidas, o interesse do Brasil na aplicação dos principais instrumentos universais contra o crime transnacional foi defendido, em coordenação com as várias Pastas competentes, mediante reuniões virtuais, presenciais e híbridas no âmbito dos mecanismos da Convenção de Palermo contra o Crime Organizado Transnacional e seus Protocolos, da Convenção de Mérida contra a Corrupção, do Programa Mundial sobre Armas de Fogo e da Comissão sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal. O Itamaraty coordenou, ainda, as negociações da declaração política da primeira sessão especial da Assembleia Geral específica sobre anticorrupção.

Na Organização dos Estados Americanos, iniciativas novas e em andamento nas áreas de combate ao tráfico de pessoas, drogas e armas, bem como corrupção e lavagem de dinheiro foram discutidas e avaliadas.

Na área de enfrentamento à corrupção, no contexto do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20, o Ministério das Relações Exteriores participou, entre outras medidas, da elaboração de princípios internacionais de alto nível e da criação de rede internacional operativa de autoridades responsáveis por fazer cumprir o direito anticorrupção. Trabalhou também para o avanço da pauta do grupo anticorrupção do BRICS, que, em 2021, seguiu enfatizando a importância da educação para enfrentar aquele flagelo.

A área de combate ao terrorismo contou com ações plurilaterais, no âmbito dos BRICS, em que ocorreu a sexta reunião do Grupo de Trabalho em Contraterrorismo do BRICS, e do MERCOSUL, mediante reunião do Foro Especializado em Terrorismo da Reunião de Ministros de Interior e Segurança do grupamento.

No plano bilateral, realizou-se reunião técnica sobre combate ao terrorismo entre especialistas do Brasil e do Egito, decorrente de mandato estabelecido no contexto da VI Reunião de Consultas Políticas entre os dois países.

Cabe ressaltar a participação brasileira no processo denominado "Counter Ransomware Initiative", do qual o Brasil vem participando, por meio virtual, a convite dos EUA, junto com outros 35 países.

No âmbito do Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA, iniciativa que busca fortalecer a colaboração direta entre os órgãos e agências de segurança pública dos dois países, por meio de videoconferências realizou-se coordenação em áreas como combate ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado transnacional.

Ao longo do ano, foram realizadas, de maneira virtual, a X Reunião da Comissão Mista sobre Drogas e Delitos Conexos Brasil-Colômbia e a reunião de revisão de compromissos acordados por ocasião da X e da IX Comissões Mistas Brasil-Bolívia sobre Drogas e Delitos Conexos. Também sobre o problema mundial das drogas, realizou-se encontro Brasil-Chile para discutir questões relacionadas à redução da demanda; a XXVII Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas (RED) do MERCOSUL; e o 8º Diálogo Brasil-UE sobre Drogas.

Por fim, o Itamaraty ocupou-se de temas que tem ganhado crescente relevância no plano internacional, como o tráfico de pessoas, o contrabando de migrantes e os crimes que afetam o meio ambiente. Ressalta-se a participação do Brasil na 11ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Pessoas e na 8ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Contrabando de Migrantes no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

Realizou-se, ainda, acompanhamento das atividades referentes à mineração ilegal no Platô das Guianas, em particular, no contexto da instalação de Comissão de Inquérito

sobre o tema na França. Nesse pormenor, o Brasil indicou disposição para discutir o tema bilateralmente quando for mutuamente conveniente.

3.5.8 Departamento de Defesa

Cooperação em Defesa

Em 2021, o Itamaraty, em coordenação com o Ministério da Defesa (MD), atuou para reforçar a cooperação com parceiros tradicionais e explorar novas vertentes de colaboração em assuntos de defesa.

O MRE elaborou as seções referentes à cooperação em defesa para reuniões de altas autoridades e apoiou a organização de encontros bilaterais entre o ministro da Defesa e seus homólogos estrangeiros, no Brasil e no exterior, tendo produzido relatos analíticos desses diálogos para registro e providências. Levantou informações e examinou iniciativas que poderão impactar a política externa na área de defesa em médio e longo prazos, como as possibilidades de cooperação entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e países não membros, os desafios no âmbito da defesa cibernética, incluindo a aproximação com o Centro Cooperativo de Defesa Cibernética, associado à OTAN, e a vertente de defesa do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), entre outros.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Itamaraty participou da 24ª Reunião Plena do Comitê de Cooperação Conjunto Brasil-França para Submarinos (CCCBF), em 21/10/2021, na qual foram discutidos o estado atual do projeto, desafios decorrentes e possibilidades de cooperação com terceiros países.

Realizou-se, em dezembro, a V Reunião do Diálogo Político-Militar Brasil-Reino Unido (Mecanismo 2+2), durante a qual as partes discutiram desafios globais de defesa e segurança e exploraram possibilidades da pauta bilateral nessa matéria. Em coordenação com o Ministério da Defesa, foram definidos, após o adiamento dos diálogos previstos para 2021, em razão da COVID-19, países prioritários para a realização do mecanismo em 2022.

O Itamaraty compôs, ainda, variados mecanismos interministeriais com atribuições relativas à defesa nacional, como o Grupo de Trabalho Interministerial de Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné, que examina os desdobramentos de defesa e segurança na região e discute as prioridades brasileiras a esse respeito; as reuniões sobre o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional, para debater o aperfeiçoamento normativo desse órgão; e reuniões da Secretaria Executiva do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), para deliberar sobre eventual alteração da legislação atinente à mobilização nacional. No âmbito da defesa cibernética, participou, como órgão parceiro, da 3ª edição do Exercício “Guardião Cibernético”, organizado pelo Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), do Exército Brasileiro.

Seguem em negociação 58 instrumentos em temas de defesa e segurança de informação classificada em diferentes fases de negociação com diversos países.

Produtos de Defesa

O MRE autorizou, em 2021, 380 pedidos de negociações preliminares entre empresas da Base Industrial de Defesa (BID) e governos estrangeiros. Nos termos do artigo 17, § 3º do Decreto n. 9.607/2018, cada autorização tem validade de dois anos. Em paralelo, o Itamaraty emitiu pareceres favoráveis a 157 pedidos de exportação de produtos de defesa, os quais foram encaminhados ao Ministério da Defesa (MD).

O valor agregado das exportações de produtos de defesa autorizadas pelo MRE, em 2021, foi de US\$ 398.927.701,53. No câmbio atual, o valor é de cerca de R\$ 2 bilhões. Os dez países destinatários dos maiores valores autorizados nos referidos pedidos de exportação foram, em ordem decrescente: Estados Unidos, Filipinas, Emirados Árabes Unidos, Bélgica, Paquistão, Letônia, Dinamarca, Alemanha, Reino Unido e Turcomenistão. Recorde-se que a BID corresponde a 4,8% do PIB, gerando cerca de 2,9 milhões de empregos.

Com vistas a identificar oportunidades comerciais para a BID brasileira, participar de reuniões com representantes governamentais e promover a abertura de mercados externos, realizaram-se, em 2021, missões oficiais, com a participação de representantes do Itamaraty, do MD e da indústria de defesa, aos seguintes países: Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Índia, Iraque, Itália, Rússia e Turquia. A pandemia da COVID-19 impediu outras missões programadas. As missões ao Bahrein, Catar e

Emirados ocorreram no contexto da visita do presidente da República àqueles países em novembro último.

Durante a visita do Sr. PR ao Catar, foi assinado “Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa do Estado do Catar sobre Parceria Estratégica Relacionado ao Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Defesa”.

Em 2021, tendo em conta o contexto de pandemia, que afetou gravemente a realização de eventos internacionais, a Divisão de Produtos de Defesa (DIPROD) despendeu o montante de US\$ 1.849,00 (equivalente a R\$ 16.328,48) para realização, pela embaixada do Brasil em Abuja, do II Fórum Comercial de Aviação e Defesa (II AVIDEF), entre os dias 25 e 27/10/2021. Não houve gastos específicos da DIPROD nas demais missões. A unidade gestora desses recursos é a Coordenação-Geral de Promoção Comercial (CGPR), subordinada à Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC).

Desarmamento e Tecnologias Sensíveis

Ao longo do ano passado, o MRE prestou apoio para a realização, no contexto de pandemia de COVID-19, de atividades relacionadas às salvaguardas nucleares – inclusive inspeções – por parte da AIEA e ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares).

O MRE também zelou pela observância de compromissos internacionais do Brasil na área de transparência e construção da confiança, por meio da apresentação de relatórios no âmbito de regimes internacionais nas áreas de desarmamento e não-proliferação e controle de transferências de bens sensíveis.

O Brasil teve atuação destacada em foros internacionais relativos a questões de desarmamento e não proliferação. Participou das sessões e reuniões da Conferência do Desarmamento (CD) em Genebra – tendo o Brasil ocupado a presidência de turno desse foro entre fevereiro e março de 2021; da I Comissão da Assembleia Geral da ONU (AGNU), em Nova York; das Reuniões do Conselho Executivo (EC) e dos Estados Partes (CSP) da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), na Haia; das Reuniões de Peritos (MXs) e dos Estados Partes (MSP) da Convenção para Proibição de

Armas Biológicas (CPAB), em Genebra; da Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL); da VII Conferência dos Estados-Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA/ATT); da 19ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção sobre Proibição de Minas Antipessoais; do Grupo de Supridores Nucleares (NSG); e do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

O Brasil apresentou relatório nacional de implementação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), elaborado pelo MRE em coordenação com MCTI/CNEN, MD, MME e GSI/PR, para circulação como documento de trabalho da X Conferência de Exame do Tratado (ConfEx), originalmente prevista para 2020 e adiada para agosto de 2022.

Em julho, foram comemorados, no Rio de Janeiro, os 30 anos da ABACC, evento que contou com a presença de altas autoridades dos dois países. No mesmo mês, o Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica realizou visita de trabalho ao Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. No âmbito da I Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Brasil e Argentina lograram a aprovação, sem recurso a voto, da resolução A/RES/76/52, que celebra o trigésimo aniversário da agência e reconhece a natureza inovadora de seu arranjo de verificação e de aplicação de salvaguardas a materiais nucleares.

Em setembro, o embaixador brasileiro Flávio Roberto Bonzanini foi reeleito para o cargo de secretário-geral da OPANAL para mandato de quatro anos.

Em setembro, o MRE participou ativamente da 65ª Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, em que foram abordados temas como usos pacíficos da energia nuclear, segurança técnica e física, salvaguardas, cooperação técnica e não-proliferação. A delegação brasileira foi chefiada pelo ministro Bento Albuquerque (MME).

O Brasil exerceu a presidência do Grupo de Peritos Governamentais (GGE, na sigla em inglês) das Nações Unidas sobre segurança cibernética, convocado com base na resolução 73/266 da AGNU, que logrou a aprovação de relatório consensual sobre o tema, em sua última sessão formal, realizada em maio de 2021. O país também participou ativamente das discussões no âmbito do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG, na sigla em inglês) sobre o mesmo tema, presidido pela Suíça, o qual também resultou em relatório

consensual, adotado na última sessão formal, realizada em março de 2021. Ambos os relatórios foram adotados, por unanimidade, pela Assembleia Geral da ONU, por meio da resolução A/RES/76/19.

O MRE participou de reuniões de comissões e de grupos de trabalho interministeriais na área de bens sensíveis, entre as quais a Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis (CIBES) e a Comissão Interministerial para a Implementação da Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas (CIAD/CPAQ). Foram tramitados pedidos de autorização de negociação preliminar e transferência de bens sensíveis das áreas nuclear, química e de mísseis, no âmbito dos procedimentos de controle previstos pela Lei n.º 9112, de 1995.

O MRE participou, ainda, de reuniões dos grupos de trabalho do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), bem como das atividades do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) e do Centro Nacional de Gerenciamento de Emergência Nuclear (CNAGEN).

No âmbito dos grupos de trabalho estabelecidos pela Resolução GSI/PR nº 7, de 20 de agosto de 2020, diplomatas da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS) representaram o MRE no Grupo Técnico para a elaboração da Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção (GT PNBB) e no Grupo Técnico para a Elaboração de Proposta de Construção de laboratório NB4 (GT-NB4), cujo relatório foi publicado em junho passado.

Mar, Antártica e Espaço

Em 2021, o Brasil foi reeleito, em novo mandato de quatro anos, para o Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), organização internacional criada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, com competência para promover a preservação e gerir o aproveitamento econômico do solo e subsolo marinhos fora das áreas sob jurisdição nacional.

Em 15/06/2021, o Brasil aderiu ao Acordo Ártemis, que estabelece princípios e boas práticas para a cooperação internacional na exploração civil espacial. O Acordo é condição para a participação de outros países no Programa Ártemis, da NASA. O Programa tem como objetivo retomar viagens tripuladas à Lua até 2024 (inclusive

levando a primeira mulher) e realizar a primeira expedição tripulada a Marte. Trata-se do mais ambicioso projeto da NASA desde o Programa Apollo. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a aderir ao Acordo.

Em outubro de 2021, em Paris, o Brasil assinou a Convenção sobre a Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação. O Brasil é o primeiro país sul-americano a firmar esse ato. A Organização Internacional de Auxílios Marítimos à Navegação sucederá a Associação Internacional de Autoridades de Faróis (IALA) e terá a função de normatizar os serviços e sistemas de auxílio à navegação, imprescindíveis para a segurança no transporte marítimo. O Brasil deverá sediar a conferência da nova Organização, em 2023.

Por ocasião da 31ª Assembleia da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO, realizada em Paris, no período de 14 a 24 de junho de 2021, o Brasil foi reeleito para o Conselho Executivo da Comissão, e o Capitão de Mar a Guerra Frederico Saraiva Nogueira, eleito para uma das cinco vice-presidências, em representação do grupo regional latino-americano e caribenho.

Em dezembro de 2021, o Brasil foi reeleito para o Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), mandato 2022-2023, na categoria “B” (países com maior interesse em serviços marítimos internacionais). A IMO foi estabelecida em 1948, com sede em Londres, e tem como objetivo desenvolver o marco regulatório para a navegação marítima, com foco em segurança, proteção ambiental, cooperação técnica e eficiência.

No contexto dos 40 anos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), o Itamaraty e a Fundação Alexandre de Gusmão realizaram o seminário “O Brasil na Antártica: balanço de quatro décadas”, no Palácio Itamaraty, nos dias 22 e 23 de novembro de 2021. O evento foi realizado em formato híbrido (presencial e virtual). Na ocasião, a FUNAG anunciou a publicação do primeiro volume da Coleção Antártica, com a finalidade de preservar a memória jurídica e diplomática acerca dos temas antárticos e de estimular debates sobre contribuições brasileiras para as atividades da comunidade internacional na Antártida. Participaram autoridades do Governo federal, oficiais da Marinha do Brasil e pesquisadores antárticos, entre outros.

3.6 Secretaria de Comunicação e Cultura

3.6.1 Departamento Cultural e Educacional

Em 2021, o Departamento Cultural e Educacional (DCED) atingiu nível próximo a 100% de execução orçamentária, sendo a parcela não executada relativa apenas ao custo variável das bolsas do PEC-G e PEC-PG e à concessão de passagens aéreas, que teve sua execução orçamentária prejudicada em função da pandemia da COVID-19. Foram os seguintes os resultados e produtos obtidos pelo DCED e suas divisões:

- Apoio à realização de 472 eventos e projetos culturais em 107 postos no exterior, em todos os continentes, no valor total de R\$ 5.549.830,00. As atividades tiveram como objetivo promover a diversidade das expressões culturais brasileiras fora do País, incrementar o fluxo internacional de bens e serviços culturais brasileiros e reforçar o vínculo cultural das comunidades brasileiras no exterior. Foram contempladas ações nos segmentos de arquitetura, artes cênicas, artes visuais, audiovisual, gastronomia, literatura, música, patrimônio e realidade brasileira. Devido à pandemia de COVID-19, muitos eventos foram cancelados ou adiados para 2022.

- Foram privilegiadas ações de difusão cultural relativas à celebração do Bicentenário da Independência. Neste particular, os postos foram instruídos a identificar referenciais, como signos, temas, marcos históricos e artísticos, lugares e efemérides que, quando possível, reforcem os aspectos simbólicos das relações bilaterais do Brasil com o país onde as atividades foram realizadas. Apenas em 2021, foram realizadas 17 atividades culturais relativas ao Bicentenário, entre concertos e exposições.

- A rede de Centros Culturais do Brasil (CCB) e Núcleos de Estudos Brasileiros no Exterior (NEB), composta por 28 unidades, dedicou-se ao ensino de português em sua variante brasileira e à promoção da cultura, em atividades correlatas à divulgação do idioma. A manutenção dos CCBs e dos NEBs demandou, em 2021, o montante de USD 863.821,64 (R\$ 4.820.038,37, segundo a cotação do dólar norte-americano estabelecida pelo BC para o dia 31/12/21 - R\$ 5,5799). Ao final de 2021, a rede contava com 121 professores e 84 funcionários administrativos, que atenderam a 3.393 alunos distribuídos em 412 turmas dos diversos níveis e modalidades de cursos oferecidos. Em virtude da crise sanitária do COVID-19, a quase totalidade das atividades de ensino foi realizada remotamente.

- Realização, no âmbito da promoção da cultura por meio da difusão da língua portuguesa, de 630 atividades culturais, sobretudo em ambiente virtual, utilizando-se de ferramentas digitais e das redes sociais. No total, as atividades atingiram público de cerca de 200 mil pessoas, conforme registro de acessos, sincrônicos e posteriores, informado pela administração dos CCBs e NEBs. Foram direcionados, ainda, USD 559.496,06 ou R\$ 3.121.932,07 para o pagamento dos projetos apresentados pelos Postos e aprovados no âmbito do Programa de Atividades de Língua Portuguesa (PALP) 2021.

- Expansão e aperfeiçoamento do sistema de gestão integrada (SIOPE), permitindo o acompanhamento do desempenho dos CCBs e NEBs em tempo real, além de otimizar os processos administrativos de cada unidade. Em 2021, foi publicado pela FUNAG o sexto volume da coleção de propostas curriculares para o ensino de português pela rede de ensino do MRE no exterior. As propostas determinam a estrutura e o método dos cursos oferecidos em suas distintas vertentes e orientam a produção de unidades didáticas por parte dos docentes. A partir de 2021, as unidades didáticas passaram a ser compartilhadas entre as equipes dos Centros e Núcleos por meio da plataforma Claned. Avançou-se, ainda, na elaboração do guia de gestão de bibliotecas e do portal e repositório virtual de atividades culturais, a serem implementados em 2022.

- Expansão da amplitude do programa de Leitorado. Estima-se que o programa tenha atingido, em 2021, 13.600 alunos estrangeiros; ofertado 140 cursos; realizado 90 pesquisas/orientações, bem como 130 atividades de extensão. O pagamento aos Leitores brasileiros somou, em 2021, USD 744.242,35 (R\$ 4.152.797,89).

- Lançamento, em Lisboa, da obra “Panorama da Contribuição do Brasil para a Difusão do Português”. Trata-se de publicação de referência, reunindo 33 verbetes escritos por reputados especialistas em diversas áreas do conhecimento, bem como 17 depoimentos de consagrados escritores, artistas e intelectuais.

- Realização da 2ª Formação Técnica do projeto Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC, em novembro, na Universidade de Brasília).

- Contribuição para o fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) como foro legítimo para encaminhamento de demandas ou propostas no plano da gestão multilateral do idioma, por meio de apoio a sete novos projetos para

reforço de suas capacidades técnicas e operativas, no montante de USD 93 mil (R\$ 518.930,70).

- Seleção de 194 novos estudantes estrangeiros para cursar graduação no Brasil no âmbito do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) de um total de 280 candidatos.

- Concessão de 358 bolsas a estudantes com reconhecido rendimento acadêmico (Bolsa Mérito), ao custo total de R\$ 1.336.056,00; e 22 bolsas a estudantes em precária situação financeira (Bolsa MRE), ao custo total de R\$ 82.104,00.

- Utilização de US\$ 4.421,07 (R\$24.669,13) para pagamento de passagens de regresso aos países de origem de estudantes do PEC-G beneficiados pelas Bolsas Mérito e MRE e de estudantes que concluíram mestrados e doutorados no âmbito do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

- Apoio à CAPES no âmbito do Edital 20/2020 do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), para concessão de bolsas de doutorado pleno, em IES brasileiras, a professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia visando o aumento de qualificação necessária para que o estudante possa contribuir para o desenvolvimento de seu país.

- Aplicação, em coordenação com o INEP, do exame Celpe-Bras em 56 Postos no exterior, em edição única em dezembro.

- Apoio à Marinha do Brasil, no âmbito da cooperação educacional-militar, no processo de seleção de 18 bolsistas de nações amigas (Angola, Bolívia, Cabo Verde, Panamá e São Tomé e Príncipe) para o Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME-2021).

- Coordenação para a assinatura de Memorando de Entendimento entre os Emirados Árabes Unidos e o Brasil na área de educação.

- Coordenação sobre temas compartilhados entre o Itamaraty e outras entidades da administração pública federal – sobretudo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – para

assegurar o cumprimento de obrigações brasileiras junto à UNESCO, incluindo a elaboração de respostas às consultas do Centro do Patrimônio Mundial e os relatórios periódicos sobre o estado de conservação do patrimônio brasileiro integrante da Lista de Patrimônio Mundial.

- Coordenação da produção de 16 vídeos dos 15 sítios brasileiros reconhecidos como Patrimônio Mundial da Humanidade (14 sítios culturais e um misto) e a inclusão de artigo na revista especializada "World Heritage Review" referente à inscrição do Sítio Burle Marx na Lista do Patrimônio Mundial

- Coordenação, junto ao IPHAN, à Polícia Federal, à Receita Federal e à INTERPOL, dos alertas de bens culturais roubados de outros países em cumprimento à Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais de 1970. Coordenação da busca solicitada pelas embaixadas da Líbia e da Turquia de uma obra de arte descrita como cabeça de mármore, reivindicada pelos dois países. A peça foi localizada no Rio Grande do Sul. Empenho em repatriar obras de outros países, como Colômbia e Equador, encontradas no Brasil.

- No que tange à prevenção e ao combate ao tráfico ilícito de bens culturais brasileiros, a principal realização foi a repatriação do fóssil de crânio da espécie Pteurosauria que estava sob cuidados do Instituto Real de Ciências Naturais da Bélgica (IRSN), em caráter provisório. A repatriação foi acertada por meio de Memorando de Entendimento assinado entre a embaixada do Brasil na Bélgica e o mencionado instituto, celebrado em 11 de outubro de 2021. No mesmo sentido, deu-se início a possíveis outras repatriações, como a do mesossauro sob a guarda do Instituto de Paleobiologia da Academia de Ciências da Polônia e duas obras literárias raras pertencentes à Fundação Osvaldo Cruz, remetidas ilegalmente para os EUA.

- Coordenação da negociação de acordos e outros instrumentos culturais com Bahrein, Croácia, Hungria e Polônia.

3.6.2 Departamento de Comunicação Social

A volta paulatina das atividades presenciais na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 2021, implicou aumento de 44,7% na quantidade de eventos em relação a 2020, com consequente incremento da divulgação de material audiovisual e textual ao público externo. Os eventos presenciais somaram-se às reuniões por videoconferência e outros meios de comunicação remota, que continuaram ocorrendo em número expressivo.

Neste cenário, houve aumento da demanda por serviços de fotografia, conteúdos audiovisuais, traduções, legendagens e textos para redes sociais. As atividades de diplomacia pública foram desempenhadas por servidores do quadro do Ministério, já que o Itamaraty não conta com serviço terceirizado de assessoria de imprensa ou comunicação digital.

À retomada de viagens de altas autoridades brasileiras correspondeu aumento de atividades de comunicação social no exterior. O DCOM organizou, assim, a cobertura de imprensa e o credenciamento de jornalistas para seis visitas do presidente da República, cinco visitas do vice-presidente, uma viagem do vice-presidente com representantes diplomáticos à Amazônia e 12 missões do ministro das Relações Exteriores.

Nas redes sociais oficiais do Itamaraty, houve aumento do número de seguidores em todas as contas do Ministério, a saber: 18 mil novos seguidores na conta em português no Twitter, somando 340 mil (incremento de 5,4% em relação a 2020); 2,4 mil novos seguidores na conta em inglês no Twitter, somando 15 mil (aumento de 18,3% em relação a 2020); 910 novos seguidores na conta em espanhol no Twitter, somando 11 mil (crescimento de 9,2% em relação a 2020); 14 mil novos seguidores no Instagram, somando 99 mil seguidores (incremento de 17% em relação a 2020); 1,1 mil novos seguidores no Facebook, somando 192 mil seguidores (aumento de 1,1% em relação a 2020).

Registrou-se, igualmente, produção significativa de postagens, com engajamento com o público: 1,9 mil publicações de tuítes e 179 mil engajamentos, na conta em português no Twitter; 841 publicações de tuítes e 12 mil engajamentos, na conta em inglês no Twitter; 768 publicações de tuítes e 4,1 mil engajamentos, na conta em espanhol no Twitter; 219 postagens e 188 mil engajamentos no Instagram; 327 postagens e 74 mil engajamentos no Facebook.

No que se refere à produção e ao compartilhamento de vídeos e fotos, destaca-se a produção de conteúdo audiovisual em 437 eventos. No Flickr, portal de hospedagem e compartilhamento de imagens, foram realizadas 330 postagens e 2429 fotos foram compartilhadas (aumento de 101,5% em relação a 2020); no canal do Itamaraty no YouTube, 119 vídeos foram postados.

A curadoria de conteúdo do Portal Itamaraty em português, hospedado no portal gov.br, demandou a criação de textos e imagens específicos para o “website”, com uma média de 45 postagens por mês para o carrossel da página principal.

A retomada de eventos presenciais no Palácio Itamaraty foi acompanhada de crescente interesse jornalístico por temas de política externa. Nesse contexto, tomaram-se as providências necessárias para a cobertura de imprensa de nove visitas de autoridades estrangeiras, seis eventos em formato presencial e sete conferências de imprensa conduzidas por autoridades do Itamaraty.

Na atividade de atendimento à imprensa, processaram-se cerca de 123 solicitações de entrevista com o ministro das Relações Exteriores, das quais aproximadamente 30 foram atendidas. Em coordenação com as demais áreas do Ministério e, quando necessário, com as assessorias de comunicação da Presidência da República e de outros Ministérios e órgãos da administração pública, tramitaram-se 3242 consultas de imprensa, das quais 2780 foram respondidas. Emitiram-se, também, 185 notas à imprensa e 43 avisos à redação, com informações de apoio ao trabalho da imprensa. Elaboraram-se, adicionalmente, 26 pareceres para emissão de visto de trabalho para profissionais de imprensa estrangeiros.

Com a finalidade de informar os servidores do Itamaraty em temas relevantes para a política externa brasileira, elaboraram-se 157 edições de “clippings” de notícias, bem como 32 “clippings” específicos sobre investimentos.

3.6.3 Instituto Rio Branco

Criado em 1945, por meio do Decreto-Lei nº 7.473, o Instituto Rio Branco (IRBr) tem como funções principais realizar o exame de seleção de candidatos à carreira de diplomata; promover a formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores da

carreira diplomática; e desenvolver atividades de cooperação internacional e institucional. Tendo presente o disposto na Lei nº 11.440, de 2006, cabe ao IRBr organizar, anualmente, edições do Curso de Formação de Diplomatas (CFD), do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), que são requisitos para confirmação no serviço público (CFD) e para ascensão funcional (CAD, CAE). Acrescente-se, igualmente, a realização do Programa de Ação Afirmativa (PAA) – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, que visa a proporcionar maior igualdade de oportunidade de acesso à carreira de diplomata e ensinar a diversidade étnica nos quadros do Itamaraty.

As ações orçamentárias do IRBr estão vinculadas ao objetivo “consolidar o papel do Brasil como ator global, reforçando relações estratégicas em todos os continentes”, da Lei Orçamentária Anual, no âmbito do Programa 2082 (Política Externa) do PPA. Em 2021, foram obtidos os seguintes resultados:

- CACD: Em 2021, foi retomado o cronograma do CACD 2020, outrora suspenso em 12 de agosto de 2020 em razão da emergência de saúde pública declarada pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. O concurso consistiu de três fases, e o seu término ocorreu em 5 de novembro de 2021 com a homologação do respectivo resultado final. Concorreram 6.218 candidatos, que prestaram provas nas 26 capitais estaduais e em Brasília. Foram aprovados 25 candidatos, distribuídos da seguinte forma: a) 19 pela ampla concorrência (um na condição "sub judice"); b) 5 pelas cotas reservadas a pessoas autodeclaradas negras, em virtude da Lei nº 12.990/2014; e c) 1 pelas cotas reservadas a pessoas com deficiência, em virtude da Lei nº 13.146/2015 e do Decreto nº 9.508/2018.

- CFD: (i) conclusão das atividades da turma 2019-2020, integrada por 27 diplomatas (terceiro semestre letivo, restrito a alunos brasileiros); e (ii) realização de dois semestres letivos para a turma 2020-2021, com a participação de 20 alunos brasileiros e 7 estrangeiros (diplomatas de Angola, Argentina, Cazaquistão, Moçambique, Paraguai, Peru e Timor-Leste).

- CAD: realização das 73ª e 74ª edições do curso, com um total de 52 diplomatas aprovados e, conseqüentemente, habilitados a postular promoção a nível superior na carreira;

- CAE: (i) conclusão da 66ª edição do curso, com 33 diplomatas aprovados e, consequentemente, habilitados a postular promoção a nível superior na carreira; e (ii) desenvolvimento de atividades de preparação à 67ª edição.

- Publicação do resultado final do Programa de Ação Afirmativa (PAA) – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia -2020, em julho de 2021, com a concessão de 19 bolsas-prêmio, cada qual no valor de R\$ 30.000,00.

- O IRBr executou suas ações orçamentárias mediante procedimentos que observam estritamente os princípios de legalidade, economicidade e transparência. Os recursos orçamentários para o período foram:

CACD: R\$ 652.816,00;

CFD: R\$ 301.310,66;

CAD: R\$ 80.037,05;

CAE: R\$ 1.135.754,81;

PAA: R\$ 850.000,00

Compras/Serviços: R\$ 1.906,90.

3.7 Assessoria Especial de Gestão Estratégica

A Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AEG), em sua condição de instância responsável pela preparação e revisão de maços, textos e aloções do ministro de Estado das Relações Exteriores, bem como do presidente e do vice-presidente da República, por ocasião de interlocução com autoridades estrangeiras, preparou maços de apoio (com ficha informativa, relação de interesses do lado brasileiro e da contraparte, pontos de conversação, minutas de discurso e tópicos para interação com imprensa) para as seguintes atividades ao longo de 2021:

3.7.1 *Presidente da República*

- Visitas ao Equador (cerimônia de posse do presidente Guillermo Lasso, em maio); à Guiné-Bissau (agosto); aos Emirados Árabes (novembro); ao Bahrein (novembro); e ao Catar (novembro).

- Encontros com Chefes de Estado e de Governo em visita ao Brasil: presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Pou (fevereiro); presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca (julho); presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa (agosto); presidente da Colômbia, Iván Duque (outubro); presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez (novembro).

- Telefonemas e videoconferências com chefes de Estado e de Governo: primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu (fevereiro); Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita, Mohammad bin Salman Al-Saud (fevereiro); primeiro-ministro de Israel, Naftali Bennett (março); Rei do Bahrein, Hamad bin Isa Al Khalifa (março); presidente da Rússia, Vladimir Putin (abril); primeiro-ministro de Israel, Naftali Bennett (julho); presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi (julho); presidente do Panamá, Laurentino Cortizo (julho); Emir do Catar, Xeiue Tamim Bin Hamad Al Thani (setembro); presidente da Guatemala, Alejandro Gianmattei (novembro).

- Encontros bilaterais à margem de eventos multilaterais e plurilaterais: presidente da Colômbia, Iván Duque (Cúpula do PROSUL, janeiro); Rei Felipe VI da Espanha (cerimônia de posse do presidente do Equador, maio); primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson (76ª AGNU, Nova York, setembro); secretário-geral das Nações Unidas,

António Guterres (76ª AGNU, Nova York, setembro); primeiro-ministro da Polónia, Andrzej Duda; presidente e Príncipe da Arábia Saudita, Mohammad bin Salman Al-Saud (Cúpula de Roma do G20, outubro); presidente da Itália, Sergio Mattarella (Cúpula de Roma do G20, outubro); secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann (Cúpula de Roma do G20, outubro).

- Outros encontros com autoridades estrangeiras: visita de cortesia do ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Toshimitsu Motegi (janeiro); visita de cortesia do ministro das Relações Exteriores do Chile, Andrés Allamand (março); audiência à Ministra de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação da Espanha, Arancha Sánchez (maio); almoço oferecido pelo embaixador do Reino Unido, Peter Wilson (abril); churrasco oferecido aos embaixadores dos países membros da ASEAN (setembro); audiência ao senador Mike Lee (setembro); almoço com embaixadores dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (outubro); audiência ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Príncipe Faisal bin Farhan Al-Saud (novembro); jantar oferecido pelo grupo “Unidos pelo Líbano” (dezembro).

- Participação em eventos multilaterais e plurilaterais (em formato presencial ou por videoconferência): V Reunião Extraordinária de Presidentes do PROSUL (fevereiro); VI Reunião Extraordinária de Presidentes do PROSUL (março); Cúpula virtual por ocasião dos 30 anos do MERCOSUL (março); Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo (junho); Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (julho); XIII Cúpula do BRICS (setembro); “Major Economies Forum on Energy and Climate” (setembro); Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Energia (setembro); Debate Geral da 76ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, setembro); Cúpula de Roma do G20 (outubro); Cúpula Extraordinária do G20 sobre o Afeganistão (outubro); Conferência de Glasgow sobre Clima - COP-26 (novembro); Cúpula União Europeia-América Latina e Caribe (dezembro); Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (dezembro).

- Outros eventos: mensagem por ocasião do Dia Nacional do Japão (fevereiro); discurso na cerimônia de lançamento do Fundo para Desenvolvimento Sustentável e Bioeconomia da Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (março); “US-Brazil Connect Series”, organizado pela “U.S. Chamber of Commerce” (outubro).

- Publicações: artigo “Caminhos para a recuperação”, para a revista “G20 Research Group”, da Universidade de Toronto.

3.7.2 *Vice-Presidente da República*

- Visitas ao Peru (cerimônia de posse do presidente Pedro Castillo, julho); ao Egito (setembro); aos Emirados Árabes Unidos (setembro); à Grécia (outubro); e a Cabo Verde (para a posse do presidente José Maria Neves, em novembro).

- Participação em eventos multilaterais: XIII Cúpula da CPLP (julho).

- Reuniões bilaterais à margem da XIII Cúpula da CPLP (julho): presidente de Angola, João Lourenço; presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca; presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang; presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló; presidente de Moçambique, Filipe Nyusi; presidente de Portugal, Marcelo Rebelo; presidente de São Tomé e Príncipe, Evaristo Carvalho; e vice-primeiro-ministro de Timor Leste, José Maria dos Reis.

3.7.3 *Ministro de Estado das Relações Exteriores:*

(Ernesto Araújo até 29/03/2021; Carlos França a partir de 06/04/2021)

- Viagem bilateral do então ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a Israel (em março).

- Viagens bilaterais programadas do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França a: Equador (por ocasião da posse presidencial, em maio); Portugal (em julho); Peru (por ocasião da posse presidencial, em julho); Emirados Árabes Unidos (acompanhando périplo presidencial, em novembro); Bahrein (acompanhando périplo presidencial, em novembro); Catar (acompanhando périplo presidencial, em novembro); Rússia (em novembro); Uruguai (em outubro).

- Viagens programadas do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França, para eventos multilaterais: G20 (por ocasião da Reunião de Chanceleres em Matera, em junho); CPLP (por ocasião da XXVI Reunião Ordinária do Conselho de

ministros da CPLP, em julho); ABACC (por ocasião do 30º Aniversário da agência, no Rio de Janeiro, em julho); ONU (por ocasião da abertura do debate geral da 76ª Assembleia Geral da ONU, em setembro); OCDE (por ocasião da Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, em outubro).

- Encontros presenciais programados do ex-ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, com congêneres e altas autoridades dos seguintes países: Japão (Toshimitsu Motegi, em janeiro); Suíça (embaixador Andrea Semadeni, em janeiro); Israel (embaixador Yossi Shelley, em janeiro, por ocasião de solenidade alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, e em fevereiro); Santa Sé (Núncio Apostólico Dom Giambattista Diquattro, em fevereiro); Portugal (embaixador Luís Filipe Melo e Faro Ramos, em fevereiro); Paraguai (MNE Euclides Acevedo, março); Angola (embaixador Florêncio Mariano da Conceição Almeida, em março).

- Encontros presenciais programados do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França, com congêneres e altas autoridades de: Espanha (Arancha González, em maio; Rei Felipe IV, em maio; Juan Manuel Albares, em julho); Portugal (embaixador Luis Filipe Melo e Faro Ramos, em maio; com o secretário de Estado de Internacionalização de Portugal Eurico Dias, em maio; Augusto Santos Silva em junho e julho; presidente Maurício Rebelo de Sousa, em junho; ministro do Ambiente e da Transição Energética de Portugal João Pedro Matos Fernandes, em julho); CPLP (secretário executivo Francisco Ribeiro Telles, em julho); Guatemala (Pedro Brolo, em maio); ASEAN (eventos com embaixadores e encarregados de negócios dos países da ASEAN, em junho e em agosto); AIEA (diretor-geral Rafael Grossi, em julho); Estados Unidos (embaixador Todd Champan, em julho; conselheiro de Segurança Nacional Jake Sullivan, em agosto; Antony Blinken, em setembro); Angola (Tété Antônio, em julho); Cabo Verde (Rui Figueiredo Soares, em julho); Guiné-Equatorial (Simeón Oyono Esono Angue, em julho); São Tomé e Príncipe (Edite Ramos da Costa Tem Jua, em julho); Peru (Héctor Bejár, em julho; Óscar Maúrtua, em setembro); Bolívia (Rogelio Mayta, em julho e em setembro); Paraguai (Euclides Acevedo, em julho e em novembro); Panamá (Erika Moynes, em julho); Colômbia (vice-presidente Marta Lucía Ramírez, em agosto); Suriname (Albert Ramdin, em agosto); Guiné Bissau (Suzy Barbosa, em julho e em agosto); Chile (Andrés Allamand, em agosto); Granada (Oliver Joseph, em setembro); Jordânia (Ayman Safadi, em setembro); Armênia (Ararat Mirzoyabm em setembro);

Bélgica (Sophie Wilmès, em setembro); Coreia do Sul (Chung Eui-yon, em setembro); Moçambique (Verónica Macamo, em julho e em setembro); Singapura (Vivian Balakrishnan, em setembro); Reino Unido (Dominic Raab, em setembro; presidente da COP-26 Alok Sharma); Costa Rica (Rodolfo Solano, em setembro); Emirados Árabes Unidos (Reem Ebrahim Al Hashimy, em setembro); Iêmen (Ahmed Awad bin Mubarak, em setembro); Timor Leste (Adeljiza Magno, em julho e em setembro); Eslovênia (Anze Logar, em setembro); África do Sul (Naledi Pandor, setembro e outubro); Austrália (Dan Tehan, em outubro e em dezembro); Cazaquistão (ministro do Comércio Bakhyt Sultanov, em outubro); Estônia (Eva Maria Liimets, em outubro); Turquia (ministro de Finanças Lüfti Elvan, em outubro); OCDE (secretário-geral Mathias Cormann, em outubro); Argentina (Santiago Cafiero, em outubro); Itália (Luigi di Maio, em outubro), México (Marcelo Ebrard, em outubro); França (Jean-Yves Le Drian, em outubro); Índia (Subrahmanyam Jaishankar, em setembro e em outubro); OMC (Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala, em outubro e em novembro); Japão (Yoshimasa Hayashi, em dezembro); UE (Alto Representante Josep Borrell, em setembro e em novembro); CAF (presidente executivo Sergio Díaz-Granados, em novembro); Finlândia (Pekka Haavisto, em setembro; e ministro do Comércio Ville Skinnari, em novembro).

- Participação programada do ex-ministro de Estado das Relações Exteriores Ernesto Araújo em telefonemas e videoconferências com congêneres dos seguintes países: Portugal (Augusto Santos Silva, em janeiro); Reino Unido (Dominic Raab, em janeiro); Guiana (Hugh Todd, em janeiro); UE (Alto Representante Josep Borrell, em janeiro); Paraguai (Euclides Acevedo em janeiro); Egito (Sameh Shroukry, em fevereiro); Cabo Verde (Alberto de Figueiredo Soares, em fevereiro); México (Marcelo Ebrard Casaubón, em fevereiro); Moçambique (Verónica Macamo, em fevereiro); Israel (Gabi Ashkenazi, em fevereiro); Estados Unidos (Antony Blinken, em fevereiro); Argentina (Felipe Solá, em março);

- Participação programada do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França, em telefonemas e videoconferências com congêneres dos seguintes países: Espanha (Arancha González, em abril); Uruguai (Francisco Bustillo, em abril); Moçambique (Verônica Macamo), em abril); Israel (Gabi Ashkenazi, em abril); Itália (Luigi di Maio, em maio); Canadá (Marc Garneau, maio); Austrália (ministro do Comércio Dan Tehan, em maio; Marise Payne, em agosto); Estados Unidos

(Representante Comercial dos EUA, Katherine Tai, em maio); Israel (Gabi Ashkenazi, em maio; Yair Lapid, em junho); Peru (Allan Wagner, em maio; Óscar Maúrtua, em agosto); República Dominicana (Roberto Álvarez, em maio, em agosto e em novembro); Índia (Assessor de Segurança Nacional do primeiro-ministro Ajit Kumar Doval, em abril; Subrahmanyam Jaishankar, em maio e em julho); Panamá (Erika Mouynes, em maio); El Salvador (Alexandra Hill Tinoco, em maio); Guatemala (Pedro Brolo, em maio); Reino Unido (Dominic Raab, em junho); Alemanha (Heiko Maas, em junho); Japão (Toshimitsu Motegi, em junho, julho, agosto e dezembro); Ucrânia (Dmytro Kuleba, junho e em julho); Bolívia (Rogelio Mayta, junho); Jamaica (Kamina Johnson-Smith, junho, julho e agosto); Etiópia (Demeke Mekonnen, em julho); Marrocos (Nasser Bourita, em julho); SG-OCDE (secretário-geral Mathias Cormann, em julho); Tunísia (Othman Jarandi, em agosto); Granada (Oliver Joseph, julho e outubro); UE (Comissário europeu do Comércio Valdis Dombrovskis, em julho); ASEAN (secretário-geral Lim Jock Hoj, em agosto); Brunei (Erywan Pehin Yusof, em agosto); (África do Sul (Naledi Pandor, setembro); Arábia Saudita (Faisal Bin Farhan Al Saud, em setembro e novembro); China (Wang Yi, em outubro); Equador (Mauricio Montalvo, em outubro);

- Participação programada do ex-ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em eventos presenciais de caráter multilateral: V Reunião Extraordinária de Presidentes do PROSUL (fevereiro).

- Participação programada do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França em eventos presenciais de caráter multilateral: Reunião de Chanceleres e ministros de Desenvolvimento do G20 (junho); 10ª Reunião de Chanceleres do IBAS (junho); Reunião ministerial do IBAS à margem da 76ª AGNU (setembro); Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Energia (setembro); Reunião do BRICS à margem da 76ª AGNU; Reunião Ministerial do Conselho da OCDE (em outubro); Conferência Regional de Migração (outubro); inauguração da OTCA (em outubro); LIX Conselho do Mercado Comum (em dezembro).

- Participação programada do ex-ministro de Estado das Relações Exteriores Ernesto Araújo em videoconferências de caráter multilateral: Reunião Ministerial Informal da OMC (janeiro); Fórum Econômico Mundial de Davos (participação no painel “Redefinindo a Geopolítica”, em janeiro); Ministerial do Grupo de Ottawa na OMC

(março); XV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros do Exterior da CPLP (em março).

- Participação programada do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França, em videoconferências de caráter multilateral: Dia da África (em maio); Cerimônia de cinco anos do Programa Regional da OCDE para a América Latina e o Caribe (maio); V Reunião de Chanceleres do BRICS (junho); Conferência internacional de doadores em solidariedade com migrantes e refugiados venezuelanos (em junho); LVIII Reunião Ordinária do Conselho Mercado Comum do MERCOSUL (em julho); XXVI Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (julho); 51ª Assembleia Geral da OEA (novembro); II Cúpula Ministerial sobre integridade do Programa LAC da OCDE (dezembro);

- Participação programada do ex-ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em eventos virtuais sobre relações internacionais: BID (lançamento da “Iniciativa Amazônica”, em março); *Council of the Americas* (evento “Brazil-US Relations, em março); *webminar* Atlantic Council (evento “30 anos do MERCOSUL”, em março); Fórum de Ministros da Aliança para a Liberdade Religiosa (novembro)

- Participação programada do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França, em eventos virtuais: *webminar* “Acordo MERCOSUL-UE: empresas brasileiras e da UE comprometidas com a Sustentabilidade”; sessão solene na Câmara dos Deputados pelos 30 anos do MERCOSUL (abril); *Biofuture Summit II* (maio); Diálogo de chanceleres sobre a crise migratória na América Central (agosto); abertura do *webminar* de lançamento da Expo Dubai 2020 (setembro); Fórum INA-LAC (outubro).

- Audiência do ex-ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, no Congresso Nacional perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (março) e perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (março).

- Audiência do ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos França, no Congresso Nacional perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (abril e maio); perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (abril); perante a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (maio).

3.8 Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares

A Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA) é responsável pela articulação entre o Itamaraty e o Congresso Nacional, pelo acompanhamento de iniciativas gerais, de interesse de ambos os órgãos; pelo acompanhamento das discussões e votações realizadas pelas duas casas legislativas; e pelo relacionamento com governos estaduais e municipais, assembleias estaduais e câmaras municipais, além de coordenar a atuação substantiva dos escritórios de representação do Itamaraty nos estados.

A AFEPA não é gestora de recursos públicos, não realiza licitações e não é responsável pela gestão ou fiscalização de contratos.

Entre as ações executadas pela AFEPA, destacam-se o acompanhamento da tramitação de acordos internacionais, projetos de lei e peças orçamentárias e de audiências públicas de interesse do Itamaraty; gestões variadas no Congresso Nacional; apoio a missões de parlamentares e de autoridades federativas ao exterior; tramitação de respostas a indicações e a requerimentos de informação, bem como todas as etapas do processo de sabatina e aprovação no Senado Federal da indicação de novos chefes de missão diplomática.

Com o seguimento da pandemia, houve restrições, ao longo do ano de 2021, à retomada plena de sessões na modalidade presencial, tanto as plenárias como as das comissões da Câmara e do Senado.

Apresenta-se, a seguir um resumo dos principais resultados obtidos, no ano de 2021, no âmbito das atividades da AFEPA:

3.8.1 *Acompanhamento de Matérias Legislativas*

Entre as propostas legislativas acompanhadas, encontram-se mensagens ao Congresso Nacional e projetos de decreto legislativo referentes a acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro e projetos de lei, em sentido amplo, sobre temas afetos às competências do ministério das Relações Exteriores ou sua administração.

Em 2021, foram aprovados na Câmara dos Deputados 39 acordos internacionais, posteriormente remetidos ao Senado Federal, que, no período, aprovou 27 acordos internacionais.

No âmbito interno do MRE, a AFEPA dá conhecimento às áreas pertinentes sobre a apresentação de matérias legislativas de temas afetos a suas competências, totalizando 112 memorandos de circulação interna sobre o assunto, e coordena a elaboração de lista de temas prioritários a serem apresentados à Casa Civil.

Também cabe à AFEPA a tramitação de consultas sobre sanção ou veto a projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional, em coordenação com as áreas técnicas do MRE e com a Consultoria Jurídica. Em caso de veto presidencial, é realizado acompanhamento de sua tramitação, também em coordenação com as áreas técnicas, e em contato com os órgãos responsáveis na Presidência da República.

A AFEPA coordenou, em 2021, 27 consultas junto às áreas temáticas e à Consultoria Jurídica sobre sanção ou veto a projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional, e se fez representar, presencial ou virtualmente, em reuniões periódicas coordenadas pela Presidência da República, com a participação de outros ministérios e órgãos governamentais.

3.8.2 Participação do senhor ministro das Relações Exteriores ou de representante do MRE em sessão de comissões do Congresso Nacional.

A AFEPA coordena as participações do senhor ministro das Relações Exteriores em audiências no Congresso Nacional. Em 2021, o ministro Carlos França esteve em audiência no Senado Federal em 6 de maio, para prestar informações no âmbito de suas competências no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em 19 de agosto, o ministro retornou à CRE para participar de audiência pública sobre a Tarifa Externa Comum (TEC) e o potencial de ampliação do MERCOSUL. Em 23 de agosto, o participou de reunião remota para debater o “Ciclo do agronegócio: a imagem real do Brasil”.

A AFEPA também coordena e acompanha a participação de outros representantes do Ministério das Relações Exteriores em audiências públicas nas comissões da Câmara e do Senado.

3.8.3 *Sabatinas*

A realização de sabatinas no Senado Federal dos indicados para as chefias de missões diplomáticas no exterior está prevista no art. 52, inciso IV da Constituição Federal.

Em 2021, a AFEPA apoiou a tramitação de 52 indicações para chefias de missões diplomáticas no exterior. O apoio envolve (i) a instrução da mensagem a ser enviada ao Senado Federal, em especial a edição, em coordenação com as áreas políticas, do relatório de gestão do embaixador que deixa seu posto, e do plano estratégico, exigência criada pela atual Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; (ii) a logística para a vinda dos servidores a serem sabatinados, quando estiverem no exterior e (iii) representação da AFEPA na sessão das sabatinas.

Do total de 52 Mensagens Presidenciais tramitadas no Senado Federal, 30 nomes foram aprovados na CRE e em plenário ao longo de 2021.

3.8.4 *Requerimentos de informação, CPI da Pandemia e indicações parlamentares*

Os requerimentos de informação escritos, assim como seu prazo de 30 dias para a resposta, estão previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

Em 2021, a AFEPA coordenou com as áreas temáticas e geográficas do ministério a elaboração de resposta a 47 requerimentos de informação, sendo 43 vindos da Câmara dos Deputados e quatro do Senado Federal.

A CPI da Pandemia, instalada em abril e encerrada em novembro de 2021, aprovou 19 requerimentos de informação dirigidos ao Ministério das Relações Exteriores, com prazos exíguos de resposta. Todos os requerimentos foram respondidos, alguns envolvendo grande quantidade de documentos analisados pelas áreas correspondentes do Itamaraty.

Além disso, a AFEPA coordenou com as áreas temáticas e geográficas do MRE a elaboração de resposta a dez indicações parlamentares conforme disposto no inciso I do artigo 113 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

3.8.5 Relações Federativas

A AFEPA coordena a interlocução do Ministério das Relações Exteriores com os entes subnacionais (governos estaduais e prefeituras). Diariamente, são recebidas demandas tais como apoio a missões no exterior, solicitação de informação de temas de competência do MRE (em especial assistência consular, restrições de viagem decorrentes da pandemia), pedidos de audiência com o senhor ministro de Estado ou representante, pedidos de apoio no agendamento de reuniões com autoridades estrangeiras, credenciamento em eventos internacionais, entre outros.

3.8.6 Orçamento

A AFEPA acompanha a tramitação parlamentar dos projetos de leis orçamentárias anuais (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual). Além disso, coordena o esforço do Ministério na apresentação de propostas de emendas individuais e de comissão, inclusive por meio de elaboração de cartilha para orientação dos parlamentares. Uma vez apresentadas as emendas em favor do MRE, a AFEPA envia mensagens de agradecimento e prestação de contas aos parlamentares.

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual 2022, foram apresentadas duas emendas de comissão em favor do MRE, no valor total de R\$ 50.000.000,00 (posteriormente reduzidas e vetadas), e doze emendas individuais, impositivas, que totalizaram R\$ 2.470.000,00, recursos que contribuirão para projetos das áreas finalísticas do Ministério, tais como cultural, consular, promoção comercial e cooperação técnica.

3.8.7 Apoio a missões de parlamentares e autoridades federativas no exterior

O apoio prestado a parlamentares e a autoridades federativas em missões no exterior contribui para o pleno exercício de mandatos populares em todos os níveis da administração pública. Em 2021, com a melhora do cenário sanitário interno e internacional, foram gradativamente retomadas as viagens internacionais. Destacaram-se, em particular, as viagens de autoridades para participação na Expo 2020 Dubai e para a Conferência do Clima 2021 em Glasgow, conhecida como “COP 26”.

Para a COP 26, a AFEPA enviou dois servidores para a Escócia, pelo período de 18 dias, para conceder apoio logístico a parlamentares e autoridades que tomaram parte no evento.

3.8.8 Acompanhamento e apoio a atividades de diplomacia parlamentar

No que diz respeito à União Interparlamentar (UIP), a chefe da AFEPA acompanhou delegação parlamentar, chefiada pelo presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco a “Pré-COP” e à 7ª Cúpula de presidentes dos Parlametos do G20 (P20), realizadas presencialmente em Roma, em outubro.

Quanto ao PARLASUL, a AFEPA coordenou junto a BRASALADI o apoio os parlamentares brasileiros na logística para participação das sessões realizadas, setembro, novembro e dezembro, em Montevideu.

Importante mencionar, ainda, o apoio prestado pela AFEPA aos parlamentares e à divulgação dos eventos “25 Anos da CPLP - Jornada Agostinho da Silva” e “Agronegócio Sustentável no Brasil”, realizados em Lisboa, em novembro, que contaram com a participação dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal e do presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

3.8.9 Demandas parlamentares

A AFEPA recebe, diariamente, demandas de parlamentares acerca dos temas de competência do Ministério das Relações Exteriores, tais como apoio a missões no exterior, solicitação de informação de temas de competência do MRE (em especial assistência consular, restrições de viagem decorrentes da pandemia), pedidos de audiência com o senhor ministro de Estado ou representante, pedidos de informações escritas para subsidiar eventos e encontros com autoridades estrangeiras, credenciamento em eventos internacionais, entre outros.

As demandas, transmitidas e respondidas por diversos meios como ofícios, correio eletrônico, telefone e aplicativos de mensagens superaram 400 pedidos. A AFEPA enviou 272 ofícios à Câmara dos Deputados e 113 ofícios ao Senado Federal.

No caso de audiências com o senhor ministro de Estado, a AFEPA coordena a elaboração de subsídios sobre o tema em pauta e produz o perfil do parlamentar.

3.8.10 Escritórios de representação

Com base no Decreto nº 10.598/2021, a AFEPA passou a ser responsável pela coordenação dos temas substantivos (não administrativos) dos escritórios de representação do MRE em diferentes estados do Brasil. Atualmente, o Itamaraty conta com oito escritórios de representação, localizados nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Amazonas e Pernambuco. Está em negociação a abertura de Escritório no estado do Mato Grosso do Sul, cujas providências de instalação foram adiadas em razão da pandemia.

Ao longo de 2021, os escritórios de representação atenderam demandas que podem ser, em grandes linhas, assim agrupadas:

- 4.502 demandas consulares e migratórias;
- 15.940 legalizações de documentos brasileiros para validade no exterior;
- 986 solicitações de cerimonial, protocolo, privilégios e imunidades;
- 291 solicitações políticas e institucionais;

- 259 relativas a temas econômicos, de promoção comercial e ciência e tecnologia e inovação;
- 178 sobre temas culturais e acadêmicos (incluídas visitas ao museu no Rio de Janeiro);
- 171 na área de cooperação e
- 137 sobre temas humanitário e de meio ambiente.

3.9 Cerimonial

3.9.1 Visão Geral

Finalidade e Competências

Conforme o Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE), a finalidade do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é promover e assegurar a observância das normas domésticas e internacionais referentes ao cerimonial de Estado e aos privilégios e imunidades diplomáticos: Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (Símbolos Nacionais); Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972 (Normas do Cerimonial Público); Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, entre outras.

Ao Cerimonial compete organizar e executar eventos relacionados a visitas de autoridades estrangeiras ao Brasil e à entrega de cartas credenciais de embaixadores estrangeiros acreditados no país, organizar e executar eventos relacionados a missões oficiais do presidente e do vice-presidente da República ao exterior, além de tratar de questões que envolvam imunidade jurisdicional de Estados estrangeiros. O Cerimonial é composto por Chefia, Subchefia, Coordenação-Geral de Protocolo (CGPL) e Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades (CGPI).

Organograma

I) Subchefia: tem a função de planejar e executar as providências necessárias à realização das visitas do presidente e do vice-presidente da República ao exterior, além de organizar as visitas de chefes de Estado, chefes de Governo, vice-presidentes e ministros das Relações Exteriores estrangeiros ao Brasil. É responsável, igualmente, por organizar cerimônias e eventos no Palácio Itamaraty presididos pelo presidente e pelo vice-presidente da República, bem como pela alta chefia da MRE;

II) Coordenação-Geral de Protocolo (CGPL): é responsável por organizar, em coordenação com o Cerimonial da Presidência da República, as cerimônias de apresentação de Cartas Credenciais e de Cartas Revocatórias de chefes de missões diplomáticas estrangeiras ao presidente da República; organizar as cerimônias de despedidas dos chefes de missões diplomáticas estrangeiras no Palácio Itamaraty; organizar e executar a cerimônia de imposição da Ordem de Rio Branco no Dia do

Diplomata; organizar e manter atualizados os arquivos da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, da Ordem de Rio Branco e Medalha Sérgio Vieira de Mello;

III) Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades (CGPI): assegurar a observância das normas de concessão de privilégios às Missões diplomáticas, Delegações Especiais, Organismos Internacionais com sede no Brasil, Representações de Organismos Internacionais e Repartições consulares de carreira, aos agentes diplomáticos, agentes consulares de carreira e funcionários internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro, bem como ocupar-se de questões relativas à imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, dos Organismos Internacionais e seus agentes acreditados junto ao Governo brasileiro.

Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos compreendem a observância das normas do cerimonial brasileiro e das normas de concessão de privilégios às Missões diplomáticas, às Delegações Especiais, aos Organismos Internacionais com sede no Brasil, às Representações de Organismos Internacionais e às Repartições consulares de carreira, aos agentes diplomáticos, aos agentes consulares de carreira e aos funcionários internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro. O Cerimonial, ademais, ocupa-se de questões relativas à imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros, dos Organismos Internacionais e dos seus agentes acreditados junto ao Governo brasileiro.

O Cerimonial atua ainda na organização de eventos oficiais com a presença do presidente da República, do vice-presidente da República e/ou da alta chefia do Ministério das Relações Exteriores, bem como de visitas de autoridades estrangeiras ao Brasil. Nesse âmbito, incluem-se a montagem da logística, solicitação dos veículos que serão utilizados pelas autoridades estrangeiras, solicitação de reserva dos hotéis onde as referidas autoridades ficarão hospedadas, contratação de intérpretes, entre outros (ver tabela abaixo).

Todos os pedidos são feitos, dentro do possível, com a antecedência necessária para o preparo de todas essas atividades.

Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Visitas do presidente e do vice-presidente da República ao exterior	Planejar e executar as providências necessárias à realização das visitas do presidente e do vice-presidente da República ao exterior.	<ul style="list-style-type: none"> - solicitação de reserva de hotéis e veículos no exterior; - envio de intérpretes; - solicitação de radio frequência e porte de armas; - solicitação de facilidades aeroportuárias, sobrevoos e utilização de bases aéreas e salas VIP; - agendamento de reuniões bilaterais. - escolha e aquisição de presentes para troca com os anfitriões; 	Presidente da república, vice-presidente da república e respectivas comitivas	Subchefia do Cerimonial
Visitas de chefes de estado, chefes de governo, vice-chefes de governo e ministros das relações exteriores estrangeiros ao Brasil	Organizar as visitas de chefes de estado, chefes de governo, vice-chefes de governo e ministros das relações exteriores estrangeiros ao Brasil; solicitar às autoridades brasileiras competentes trâmites imigratórios e alfandegários especiais, bem como as cortesias de praxe por ocasião da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - conceder facilidades imigratórias e alfandegárias; - oferecer sala VIP em aeroportos; - oferecer escolta e atendimento médico-hospitalar; - facilitar o uso de bases aéreas; - tramitar o pedido de porte temporário de arma; - solicitar prestação de segurança pelas autoridades competentes; - providenciar o aluguel de carros e reservas em hotéis. - escolha e aquisição de presentes para troca com os visitantes; 	Chefes de estado, chefes de governo, vice-presidentes e ministros das relações exteriores estrangeiros e respectivas comitivas	Subchefia do Cerimonial

Eventos por ocasião de visitas de autoridades estrangeiras ao Brasil, despedidas de embaixadores estrangeiros e realização de cerimônias no Itamaraty com a participação de autoridades brasileiras;	Organizar eventos por ocasião de visitas de autoridades estrangeiras ao Brasil, despedidas de embaixadores estrangeiros e realização de cerimônias no Itamaraty com a participação de autoridades brasileiras.	- organização de cafês-da-manhã, almoços, jantares, coquetéis e recepções.	Autoridades estrangeiras	Subchefia do Cerimonial, Coordenação-Geral de Protocolo
Cerimônias e eventos no Itamaraty presididos pela presidente e vice-presidente da república, bem como pela alta chefia do MRE.	Organizar cerimônias e eventos no Itamaraty presididos pelo presidente e vice-presidente da república, bem como pela alta chefia do MRE;	<ul style="list-style-type: none"> - organização das cerimônias de posse presidencial e ministerial; - organização de cúpulas, conferências, reuniões multilaterais e bilaterais internacionais em todo o território nacional; - organização do Dia do Diplomata; - organização de entrega das cópias figuradas das cartas credenciais e das cartas revocatórias dos chefes de missões diplomáticas estrangeiras 	Presidente da república, vice-presidente da república e alta chefia do ministério das Relações Exteriores	Subchefia do Cerimonial, Coordenação-Geral de Protocolo
Privilégios e Imunidades	Determinar, promover, executar e supervisionar – em conformidade com a legislação brasileira e com o direito internacional, observado o princípio da reciprocidade de tratamento – os benefícios decorrentes dos privilégios reconhecidos às Missões Diplomáticas, Delegações Especiais, Repartições consulares, Organismos Internacionais com sede no Brasil e Representações de Organismos Internacionais e seus funcionários, assim como os benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - manter registro dos nomes dos membros das Missões Diplomáticas, dos funcionários de Organismos Internacionais, dos peritos em programas de cooperação, e seus dependentes; - emitir carteiras de identidade; - reconhecer firmas; - manter quadro de reciprocidade referente à concessão de privilégios - tramitar a importação e exportação, em regime de franquias aduaneiras, da 	Corpo Diplomático e Consular estrangeiros e funcionários administrativos estrangeiros	Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades

	aplicáveis no âmbito de programas de cooperação.	<p>bagagem, veículos e bens de consumo;</p> <p>- tramitar a aquisição e venda de veículos;</p> <p>- tramitar solicitações de matrícula de cortesia em universidades brasileiras, atendimento médico-hospitalar no HFA, aquisição de porte de armas, segurança das Missões Diplomáticas, emissão de CPF.</p>		
Imunidade de jurisdição territorial dos Estados estrangeiros e dos Organismos Internacionais	Tratar de questões relativas à imunidade de jurisdição territorial dos Estados estrangeiros, Organismos Internacionais e seus representantes e funcionários acreditados junto ao Governo brasileiro.	<p>- acompanhamento de processos e fornecimento de subsídios;</p> <p>- acionamento da Advocacia-Geral da União.</p>	Estados estrangeiros e Organismos Internacionais	Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades
Concessão de agrément para embaixadores estrangeiros	Tramitar expedientes relativos à solicitação de concessão de agrément à designação de embaixadores por governos estrangeiros.	<p>- tramitação e acompanhamento dos processos;</p> <p>- expedição de concessão de agrément.</p>	Corpo diplomático estrangeiro	Coordenação-Geral de Protocolo
Cartas credenciais e revocatórias de embaixadores	Confeccionar as cartas credenciais e revocatórias de chefes de missões diplomáticas brasileiras.	Confeccionar as cartas credenciais e revocatórias de chefes de missões diplomáticas brasileiras.	Corpo diplomático brasileiro	Coordenação-Geral de Protocolo
Cartas credenciais e revocatórias de embaixadores estrangeiros	Arquivar as cartas credenciais e revocatórias dos chefes de missões diplomáticas estrangeiras.	- organizar entrega das cópias figuradas das cartas credenciais e das cartas revocatórias dos chefes de missões diplomáticas estrangeiras.	Corpo diplomático estrangeiro	Coordenação-Geral de Protocolo
Chegada e partida de chefes de missões diplomáticas	Receber e despedir os chefes de missões diplomáticas estrangeiras, quando da sua primeira chegada ao Brasil e quando de sua partida definitiva.	<p>- organizar as cerimônias de despedidas dos chefes de missões diplomáticas estrangeiras no Itamaraty;</p> <p>- elaborar e atualizar a lista do corpo diplomático</p>	Corpo diplomático estrangeiro	Coordenação-Geral de Protocolo

		- manter lista de precedência entre os Chefes de Missão Diplomática e entre os Encarregados-de-Negócios		
Adidos Militares brasileiros e estrangeiros	Tramitar os expedientes relativos ao credenciamento de Adidos Militares brasileiros e estrangeiros.	- Tramitação e acompanhamento dos processos.	Adidos Militares brasileiros e estrangeiros	Coordenação-Geral de Protocolo
Condecorações	Organizar os procedimentos para concessão de condecorações da Ordem de Rio Branco e da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.	<ul style="list-style-type: none"> - processar as propostas de concessão de condecorações e submetê-las aos Conselhos da Ordem de Rio Branco e da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul para consideração; - mandar providenciar a confecção dos diplomas e das insígnias das condecorações; - organizar e executar a cerimônia de imposição da Ordem de Rio Branco no Dia do Diplomata; - organizar e manter atualizados os arquivos da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e da Ordem de Rio Branco. 		Coordenação-Geral de Protocolo

Principais parceiros

Os principais parceiros externos são a Presidência da República, o Departamento de Polícia Federal, a Secretaria da Receita Federal, os Cerimoniais dos Governos dos Estados, o Ministério da Defesa, o Estado Maior da Aeronáutica (EMAER), a Anatel e os aeroportos nacionais, além das empresas contratadas e dos intérpretes, que prestam os serviços necessários à realização das atividades finalísticas do Cerimonial.

No que se refere aos serviços contratados, em 2021, os parceiros foram os seguintes, divididos por serviço:

- a) locação de veículos: Camkar Serviços e Transportes Ltda. (Região Sudeste) e Ribal Locadora de Veículos Ltda (Regiões Norte, Nordeste, Sul, Centro-oeste);
- b) serviços completos de hospedagem: Voetur Turismo e Representações Ltda.;
- c) empresa de eventos: Premier Eventos Ltda (contrato encerrado) e GTQ Eireli;
- d) serviços de impressos gráficos finos: Relevo Gráfica Rafaela Ltda.;
- e) serviços de impressos gráficos comuns: Contcorte Serviços Gráficos;
- f) fornecimento de materiais em linho: Cameba Ltda;
- g) fornecimento de condecorações da Ordem de Rio Branco, do Cruzeiro do Sul e Sérgio Vieira de Mello: Nova Formalta Indústria e Comércio de Materiais Militares Ltda;
- h) interpretação consecutiva e/ou simultânea: Miguel Angel Reyes (língua espanhola), Paulo Ângelo Liégio Matao e Cláudia Cristina Tavares Chauvet (língua inglesa), Samir Hattabi (língua árabe e francesa), Georges Karam (língua árabe) Rachel Christinna Alves Bezerra dos Santos (língua francesa e espanhola) e Antônio Ribeiro de Azevedo Santos (língua espanhola);
- i) Utilização dos espaços para apoio a autoridades: Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A;
- j) impressão de carteiras para o corpo diplomático: VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.
- k) confecção de medalhas alusivas ao Bicentenário da Independência do Brasil: Intermédio Brindes Ltda.;

3.9.2 *Planejamento Organizacional e Resultados*

Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Cerimonial procurou realizar todas as atividades de sua competência, com o objetivo de manter a boa imagem do Brasil perante a comunidade estrangeira e aprofundar as relações com todas as nações.

Em 2021, houve gradual retorno das viagens internacionais e eventos presenciais de grande porte. Todavia, alguns eventos e reuniões ocorreram via videoconferência e outros foram adiados para 2022.

Planejamento da unidade

As atividades desta Unidade são respostas a solicitações externas, com base em agendas de altas autoridades e eventos internacionais, conforme as normas do cerimonial brasileiro e das Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e sobre relações consulares.

Informações sobre outros resultados da gestão

Esta Unidade Gestora desenvolveu suas atividades de modo a possibilitar que os seus objetivos gerais e específicos pudessem ser atingidos, sempre em estrita observância da legislação pertinente, em especial quanto à Lei 8.666/93 e aos instrumentos básicos previstos na Constituição Federal.

No ano de 2021, o Brasil recebeu 26 visitas de autoridades estrangeiras, sendo: 7 chefes de Estado/Governo, 1 vice-presidente, 11 ministros dos Negócios Estrangeiros, 1 ministro de Estado, 4 representantes de Organizações Internacionais e 2 outras autoridades de diversas hierarquias. O Cerimonial foi chamado a organizar e executar eventos relacionados às visitas com os recursos a ele alocados, assim como eventos que aconteceram por videoconferência.

No mesmo período, sob a organização do Cerimonial, realizaram-se 156 eventos nas dependências do Palácio Itamaraty ou em outras localidades, conforme a tabela 2.

Tabela 1 – Visitas oficiais

ATIVIDADES	Unidade de Medida	2021
Visitas oficiais presidenciais e vice-presidenciais ao exterior	Unidade	13
Visitas de autoridades estrangeiras ao Brasil	Unidade	26
Chefes de Estado/Governo	Unidade	7
Vice-presidentes/príncipes herdeiros/primeiras-damas	Unidade	1
Ministros de Negócios Estrangeiros	Unidade	11
Vice-chanceleres	Unidade	0

Ministros de Estado	Unidade	1
Subsecretários de Estado	Unidade	0
Representantes de OI	Unidade	4
Outras autoridades	Unidade	2

Fonte: Cerimonial

Tabela 2 – Eventos oficiais

ATIVIDADES	Unidade de Medida	2021
Eventos Realizados	Unidade	156
Almoços	Unidade	111
Jantares	Unidade	2
Recepções/Cafê-da-manhã/Brunch/Coffe Break	Unidade	35
Coquetéis	Unidade	8

Fonte: Cerimonial

As condecorações (Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e Ordem de Rio Branco) são concedidas nas seguintes ocasiões: a) visitas de autoridades/personalidades estrangeiras ao Brasil e de autoridades brasileiras ao exterior; b) por reciprocidade, a diplomatas estrangeiros que encerram suas missões no Brasil; c) no Dia do Diplomata (Ordem de Rio Branco) e d) em casos determinados pelos Conselhos das duas Ordens. O Cerimonial, na qualidade de Secretaria das duas Ordens, procedeu, no exercício de 2021, à entrega de 494 condecorações e diplomas a personalidades estrangeiras e brasileiras, bem como preparou e organizou, em coordenação com o Cerimonial da Presidência da República, 4 cerimônias de entrega de Cartas Credenciais de embaixadores estrangeiros ao senhor presidente da República. Ademais, confeccionou e remeteu às Missões Diplomáticas brasileiras no exterior 52 conjuntos de Cartas Credenciais e Revocatórias de embaixadores brasileiros.

O Cerimonial preparou, ainda, nesse ano, 28 cerimônias de despedida de embaixadores estrangeiros. Desses embaixadores, 14 foram condecorados, com base no princípio da reciprocidade, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ou com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Por ocasião da comemoração do Dia do Diplomata, realizou-se cerimônia de condecoração da Ordem de Rio Branco em 8 de dezembro de 2021, nos seguintes graus e quantidades: Grã-Cruz (42), Grande Oficial (60), Comendador (74), Oficial (95), Cavaleiro (92), Medalha (94) e Insígnia (6).

Tabela – Total de condecorações da ONCS e da ORB em 2021

GRAUS	ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL	ORDEM DE RIO BRANCO
Grande Colar	7	--
Grã-Cruz	15	42
Grande Oficial	1	60
Comendador	5	74
Oficial	2	95
Cavaleiro	1	92
Medalha	--	94
Insígnia	--	6
TOTAL	31	463

Durante o ano de 2021, o Cerimonial, dentro de sua competência, prestou apoio às 137 Missões Diplomáticas sediadas em Brasília e às 41 Organizações Internacionais com sede ou representação no Brasil. O ano de 2021 foi ainda bastante atípico, o arrefecimento da pandemia, no segundo semestre, contribuiu para estimular as demandas contidas pela diminuição do fluxo de pessoal acreditado, o que se refletiu no sensível aumento de serviços prestados, se comparado a 2020. No entanto, a unidade foi capaz de atender o aumento de demandas, embora se encontrasse em fase de adaptação, por motivo de troca de pessoal por remoções e pela alteração de rotinas internas, resultado da modernização de rotinas (ArcosVeículos) e da absorção de novas demandas decorrentes da reestruturação de 2019, em que a CGPI incorporou a gestão da Rede Consular Estrangeira (consulados de carreira e honorários), por motivo da extinção CGLEG, e a tramitação diplomática de expedientes judiciais, que era da alçada da DCJI. Por outro lado, como se sabe, os pedidos de sobrevoos e pouso passaram a ser tramitados pela DADF.

No que diz respeito à divisão setorial CGPI, o setor jurídico conheceu significativa expansão, tendo sido atendida demanda que praticamente dobrou com relação a 2020 (451 documentos produzidos em 2021, em comparação com os 287 documentos de 2020): foram processados 12 pedidos de porte de armas de fogo; foram expedidos 59 expedientes diversos (notas, ofícios e e-mails) relativos a COVID e migração; foram processados 20 pedidos de matrícula de cortesia em estabelecimentos de ensino superior; foram emitidas 18 autorizações de atividade remunerada por parte dos dependentes do pessoal diplomático e consular; foram feitos 35 contatos para facilitação do trâmite de malas diplomática; foram emitidas 278 declarações de responsável legal das missões diplomáticas e consulares; foram firmados 4 acordos de atividade remunerada por dependentes de pessoal diplomático e consular; foram processados 2 pedidos de

renovação de licença de radiofrequência; foram encaminhados 7 pedidos de reforço de segurança; foram encaminhados 14 pedidos relativos a realização de eleições (segurança e normas sanitárias).

O setor de tramitação diplomática, por sua vez, deu encaminhamento a 15 ações judiciais contra o Brasil no exterior; 164 processos judiciais e extrajudiciais pela via diplomática; 259 Notas Verbais sobre expedientes judiciais e extrajudiciais; e 224 Ofícios sobre expedientes judiciais e extrajudiciais.

As atividades do setor de Rede Consular Estrangeira também foram intensas em 2021: foram concedidas 16 autorizações para a abertura de consulados honorários estrangeiros e emitidos 32 *exequatur* para chefes de repartições consulares de carreira, 91 anuências para chefes de repartições consulares honorárias e autorizadas 25 reconduções de cônsules honorários; foram processadas 142 Notas Verbais referentes à gestão da rede consular estrangeira no Brasil.

O fluxo de trabalho tradicional da CGPI também seguiu a tendência de aumento de demanda, foram emitidas 4.621 Carteiras de Registro Diplomático (CRD) para Membros de Missões Estrangeiras e de Organismos Internacionais, número que supera em 22% o movimento do ano anterior; foram realizados 509 emplacements e 391 transferências de propriedades de veículos nacionais e estrangeiros, totalizando 900 processos; foram processados 322 formulários para desembaraço aduaneiro de veículos (REDA-E e REDA-S); foram autorizadas 177 exportações e 175 importações de veículos, com isenção de impostos totalizando 352 processos; foram autorizadas aquisições de 334 veículos nacionais, com isenção de impostos; foram processadas 301 solicitações de isenção de IPVA.

O setor de veículos passou por mudanças de procedimentais com a implantação do Módulo ArcosVeículos, tendo os primeiros registros de veículos no novo sistema ocorrido ainda em setembro de 2021. Espera-se que a atualização de sistema conferida pelo ArcosVeículos possibilite mais celeridade e eficiência no atendimento.

As demandas do setor de isenções tributárias observaram sensível ampliação, se, em 2020, 2.003 documentos foram processados, em 2021, a demanda foi de 2.341 documentos, dentre eles: foram processados 1.895 formulários de desembaraço aduaneiro (importação e exportação de mercadorias); foram processadas 305 solicitações referentes

a isenção de ICMS (incidente sobre telecomunicações, eletricidade, combustíveis); foram processadas 3 solicitações referentes a isenções de tributos sobre imóveis (IPTU, CIP e TLP); e, finalmente, foram emitidas 138 declarações referentes a assuntos tributários;

Por fim, o balcão de atendimento recebeu 6.836 documentos, que foram distribuídos para os setores competentes da CGPI. Dentre os serviços prestados exclusivamente pelo balcão de atendimento, foram realizadas 949 verificações de assinaturas em procurações e reconhecimentos de firma de membros do corpo diplomático.

Tabela – Atividades da CGPI

ATIVIDADES	Unidade de Medida	2021
PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES		
SETOR JURÍDICO		
Abertura de Missões Diplomáticas	nº de aberturas	2
Pedidos de porte de arma de fogo	nº de pedidos	12
Pedidos de importação de produtos controlados	nº de pedidos	0
Expedientes diversos (inclui notas e ofícios) sobre temas de COVID e migração	nº de expedientes	59
Matrícula de cortesia em estabelecimento de ensino superior	nº de pedidos	20
Acordos assinados para o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular	nº de acordos	4
Autorização de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular	nº de autorizações	18
Mala diplomática	nº de pedidos	35
Declarações do setor jurídico (ex: Representante Legal para CNPJ)	nº de pedidos	278
Pedidos de renovação de licenças de radiofrequência	nº de pedidos	2
Pedidos de reforço de segurança	nº de pedidos	7
Pedidos de relacionados a eleições (segurança e normas sanitárias)	nº de pedidos	14
Produção documental do setor jurídico em 2021:		451
SETOR de TRAMITAÇÃO DIPLOMÁTICA		
Tramitação de ações judiciais contra o Brasil no exterior	nº de ações	15
Processos tramitados pela via diplomática	nº de processos	164
Notas Verbais sobre expedientes judiciais e extrajudiciais	nº de notas	259
Ofícios sobre expedientes judiciais e extrajudiciais	nº de ofícios	224
Produção documental do setor de tramitação jurídica em 2021:		662
SETOR de REDE CONSULAR ESTRANGEIRA		
Autorizações para abertura de Repartições Consulares Honorárias	nº de autorizações	16
Autorizações para abertura de Repartições Consulares de Carreira	nº de autorizações	0
Exequatur	nº de autorizações	32
Anuência para chefes de repartições consulares honorárias e de carreira	nº de autorizações	91
Notas Verbais sobre gestão da rede consular estrangeira processadas	nº de notas	142
Produção documental do setor de Rede Consular Estrangeira em 2021:		306

SETOR de CREDENCIAMENTO		
Carteiras de identidade emitidas para membros de missões estrangeiras	nº de carteiras	4.621
SETOR de VEÍCULOS		
Veículos emplacados	nº de veículos	509
Transferências de propriedade	nº de solicitações	391
Solicitações de Autorização de transferência (veículos importados)	nº de solicitações	147
Veículos exportados	nº de solicitações	177
Autorizações de importação de veículos com isenção de impostos	nº de solicitações	175
Autorização de aquisição de veículos nacionais com isenção de impostos	nº de solicitações	334
Solicitações de isenção de IPVA	nº de solicitações	301
Requisições de Desembaraço aduaneiro (REDA-E e REDA-S)	nº de formulários	322
Produção documental do setor de veículos em 2021:		2.356
SETOR de ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS		
Formulários de desembaraço aduaneiro de importação (mercadorias)	nº de formulários	1.367
Formulários de desembaraço aduaneiro de exportação (mercadorias)	nº de formulários	528
Restituição de ICMS incidente sobre: COMBUSTÍVEL	nº de solicitações	237
Restituição de ICMS incidente sobre: ELETRICIDADE	nº de solicitações	25
Restituição de ICMS incidente sobre: TELECOMUNICAÇÃO	nº de solicitações	43
Restituição de ICMS incidente sobre: IPTU e TLP	nº de solicitações	3
Declarações do setor de isenções	nº de declarações	138
Produção documental do setor de isenções tributárias em 2021:		2.341
BALCÃO DE ATENDIMENTO		
Procurações e reconhecimentos de firma	nº de solicitações	949
Produção documental do balcão em 2021:	nº de documentos processados	6.836
Total de produção documental da CGPI em 2021:		17.573

Fonte: CGPI

3.9.3 Governança, gestão de riscos e controles internos

Governança

Verificou-se que os contratos de prestação de serviços mantidos no exercício de 2021 continuaram a representar um marco positivo para o Cerimonial, em questão de modernização, economicidade e gestão de pessoal, otimizando o desempenho da unidade gestora na consecução dos objetivos institucionais.

Gestão de riscos e controles internos

O Cerimonial aplica em todos os seus procedimentos controles internos com o intuito de mitigar riscos e assegurar a conformidade da gestão e o êxito na execução de suas atividades. Dentre os controles internos adotados, destaca-se a elaboração de *check-*

lists e ritos estabelecidos para realização dos procedimentos, adequados à legislação e zelando pela observância dos prazos.

Além disso, o Cerimonial mantém estrito controle da gestão dos contratos sob sua responsabilidade, de modo a acompanhar rigorosamente a execução do objeto de cada instrumento. Para isso, além dos registros no SIAFI e no Comprasnet Contratos, são utilizadas planilhas de acompanhamento dos saldos dos contratos, controle de apresentação de faturas, controle de processos de pagamento, controle geral de despesas previstas e executadas, análise de custos de eventos, entre outros controles que auxiliam no bom desempenho das atividades diárias. Os processos de liquidação da despesa e de seu pagamento sofrem conferências minuciosas, objetivando a aferição dos valores e dados das ordens bancárias, bem como a aplicação da legislação pertinente no que diz respeito à retenção de impostos e observância das obrigações tributárias e trabalhistas.

4. CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

As mudanças em curso na administração pública federal, marcadas pela busca do incremento da governança, da eficiência da gestão, da transparência e da *accountability* de gestores e servidores, têm motivado que cada Ministério empreenda esforços com vistas a aprimorar seu modelo de gestão.

O Itamaraty tem caminhado nessa direção. São exemplos a participação do órgão na avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) denominada “Rumo a um Centro de Governo Integrado e Estruturado no Governo Federal do Brasil”, e a intensificação do uso de ferramentas gerenciais modernas em ações sistêmicas, a exemplo do planejamento estratégico e da gestão de riscos.

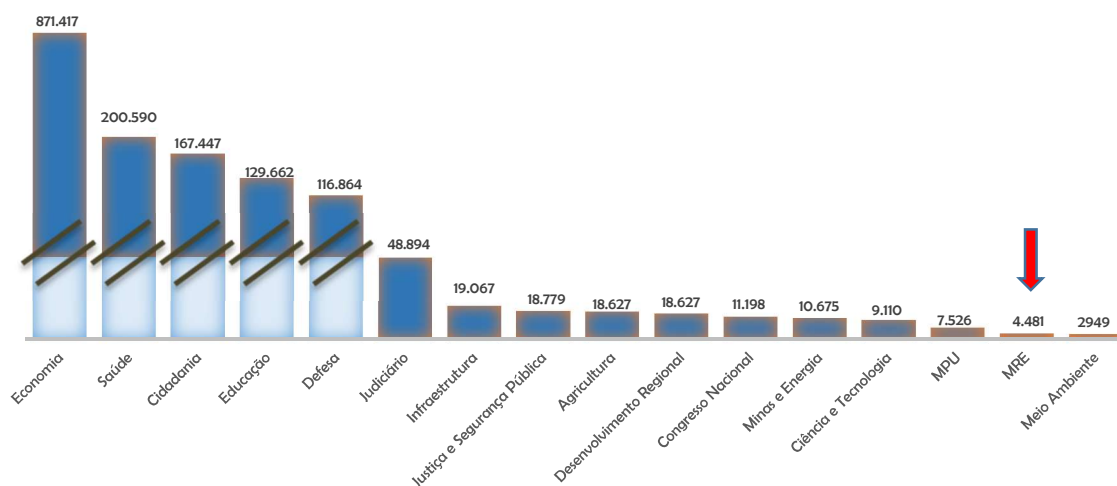
À Secretaria de Gestão Administrativa (SGAD) compete assessorar na formulação e na implementação de todos os aspectos de gestão e política administrativa do Itamaraty, de modo a adequar recursos e meios necessários à execução das diretrizes da política externa brasileira. Compete, portanto, à SGAD empreender, do ponto de vista macrogerencial, esforços no sentido de modernizar a estrutura organizacional e os métodos de trabalho do MRE, com vistas à otimização da eficácia, da eficiência e da efetividade da gestão do Itamaraty. Do ponto de vista microgerencial, a Secretaria tem desenvolvido projetos em prol da boa gestão de recursos públicos, como: planejamento estratégico, mapeamento de processos, painéis de indicadores e metas gerenciais, gestão de projetos, gestão de riscos, gestão da integridade e informatização dos processos de trabalho.

Se, por um lado, o Itamaraty reforça ações de gestão e governança, por outro, o Ministério continua enfrentando desafios essenciais, decorrentes da escassez de recursos humanos e da imprevisibilidade orçamentária. Como se demonstrará, nota-se tendência de diminuição desses recursos nos últimos anos, o que prejudica o adequado planejamento e execução orçamentária do órgão.

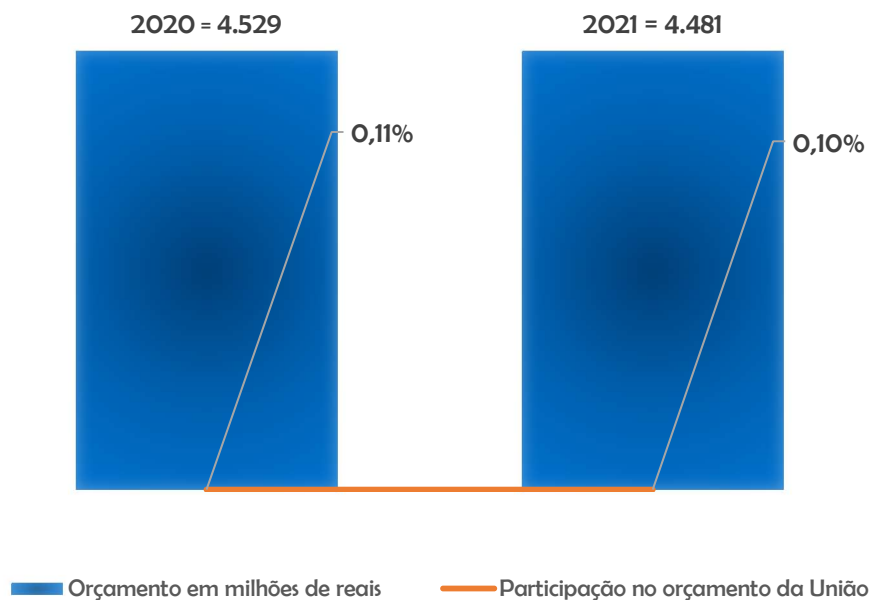
Em relação ao orçamento, recorda-se que a desvalorização cambial verificada entre a aprovação do orçamento para o MRE e a execução das despesas obrigatórias no exterior continua a representar importante desafio para a previsibilidade da gestão e a eficiência dos gastos efetuados pelo Ministério, cujo dispêndio em moeda estrangeira equivale a cerca de 80% do orçamento total.

ORÇAMENTO 2021

Ministério das Relações Exteriores

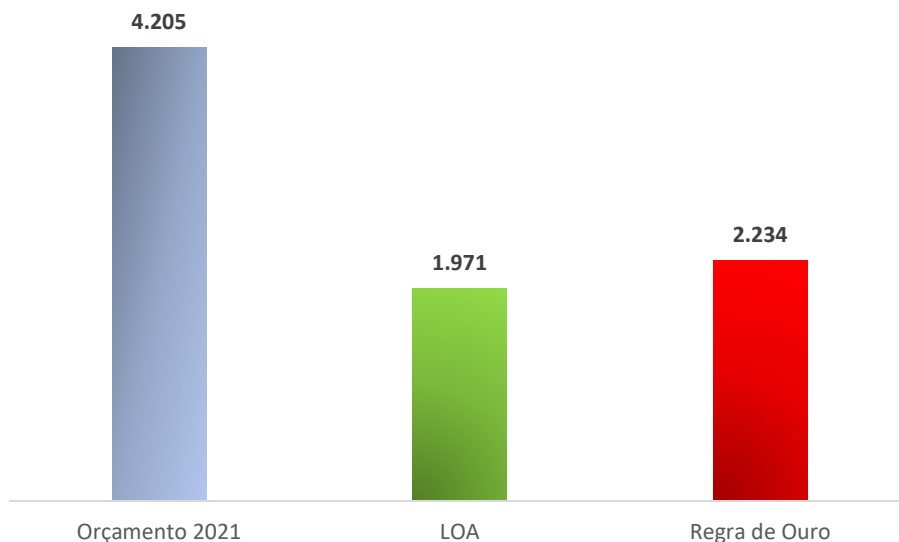


MRE – Participação no Orçamento da União



MRE – Orçamento Inicial – 2021

(em R\$ milhões)



4.1 Gestão e Governança

4.1.1 Novo Modelo de Gestão dos Postos

Em cumprimento à Decisão Normativa no 172/2018 do TCU, em 2021, o MRE atuou para implementar novo modelo de gestão dos postos, que prevê a elaboração de plano de gestão, proposta orçamentária e relatório de gestão do posto. Com a iniciativa, pretende-se padronizar conjunto de informações gerenciais mínimas a serem fornecidas, sistematicamente, pelos postos no exterior à Secretaria de Estado. Os dados deverão contribuir para avaliação objetiva das ações de implementação da política externa, bem como orientar o processo decisório e atender às demandas dos órgãos de controle externo sobre transparência das informações gerenciais. Para viabilizar o modelo, está em curso o projeto estratégico “Novo Modelo e Gestão dos Postos”, com apoio da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

4.1.2 Redimensionamento da rede diplomático-consular do MRE

O Ministério das Relações Exteriores tem redimensionado sua rede diplomático-consular no exterior, em alinhamento com os esforços do governo brasileiro de racionalização do gasto público e com o princípio de realismo fiscal. Além das iniciativas

realizadas em 2020, que foram consolidadas no Decreto nº 10.384/2020, em 2021, por meio do Decreto nº 10.721/2021, foi extinto o Consulado-Geral no México.

No segundo semestre de 2021, o Itamaraty conduziu dois projetos de criação ou conversão de repartições consulares em diferentes regiões do mundo, que foram concluídos com as publicações, já no início deste ano, do Decreto nº 10.953, de 27 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a criação dos consulados-gerais em Chengdu (China), Edimburgo (Reino Unido), e Marselha (França) e a conversão em vice-consulado da repartição consular em Orlando (Estados Unidos); bem como do Decreto nº 10.956, de 2 de fevereiro de 2022, sobre a criação do vice-consulado em Cusco (Peru) e a conversão em vice-consulado da repartição consular em Iquitos (Peru). Cabe registrar que, pelo Decreto nº 10.843, de 20 de outubro de 2021, foi criada a embaixada do Brasil em Manama, Reino do Bahrein.

4.1.3 Melhora dos indicadores de gestão e governança do MRE

No Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2021, promovido pelo Tribunal de Contas da União, com base em questionário preenchido pelas áreas competentes do MRE no segundo trimestre de 2021, foi constatada expressiva melhora da avaliação das atividades de gestão do Itamaraty, em comparação com a análise inicial, promovida em 2018.

Os resultados revelados pelos 10 indicadores usados pelo TCU para avaliar o MRE foram positivos, sendo que o principal indicador, o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG), mais que dobrou entre a pesquisa anterior, de 2018, e o levantamento de 2021, passando de 20% (nível “inicial”) para 41,7% (nível “intermediário”).

Houve avanços significativos também nos indicadores específicos sobre governança pública, governança e gestão de pessoas, governança e gestão de TI e governança e gestão de contratações. No levantamento de 2021, houve a adição de indicadores sobre governança e gestão orçamentária, cujos resultados também podem ser considerados positivos e estão em sintonia com o iGG de 2021 do MRE. Convém registrar que, nas faixas de classificação do TCU, os intervalos entre as notas indicam os seguintes

níveis: aprimorado: superior a 70%; intermediário: entre 40% e 69.9%; inicial: entre 15 e 39,9%; e inexpressivo: inferior a 14,9%.

No quadro abaixo é apresentado o resumo da autoavaliação da organização:

Indicador	Valor
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	41,7%
iGovPub (índice de governança pública)	37,8%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	31,3%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	25,5%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	44,4%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	62,1%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	26,1%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	36,2%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	36,2%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	46,5%

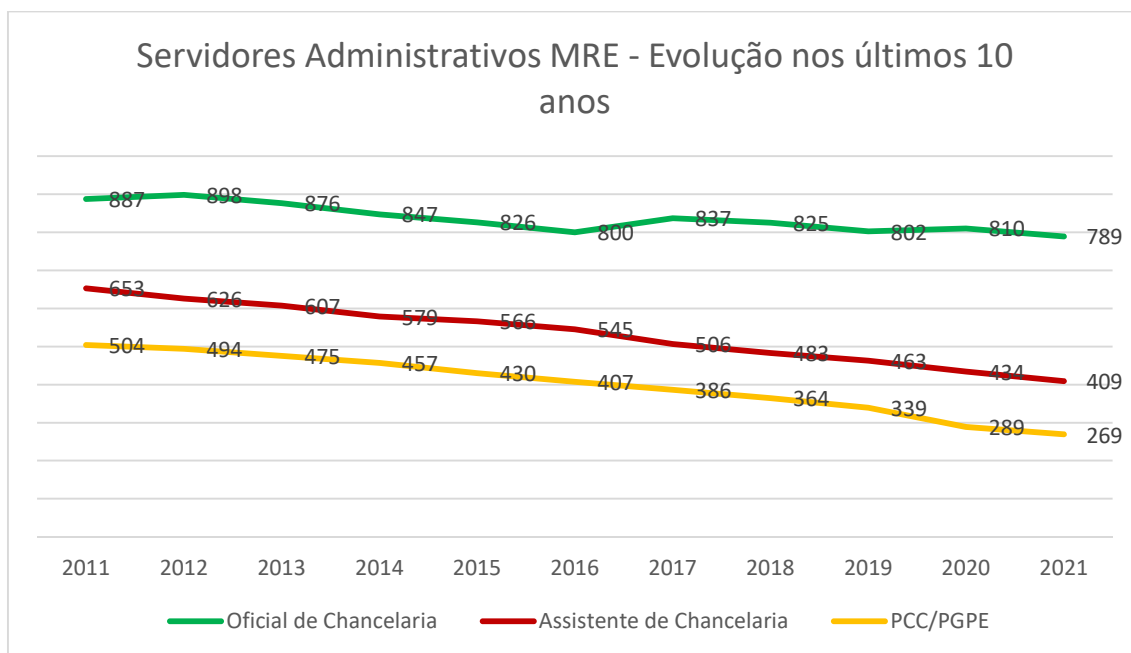
4.2 Gestão de pessoas

O Departamento do Serviço Exterior (DSE) tem o mandato de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de formulação e execução da política de pessoal, os processos de remoção e lotação, inclusive em seus aspectos de pagamentos e de assistência médica e social. Nesse contexto, mantém os seguintes objetivos estratégicos:

1. Recrutamento de pessoal: apoio ao ingresso de servidores de modo a favorecer o pleno funcionamento das unidades do Itamaraty, ressalvada a competência do Instituto Rio Branco na realização do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata;
2. Capacitação de pessoal: investimento na formação e no treinamento contínuos, com vistas à otimização da capacidade de trabalho dos servidores e à adaptação às novas tecnologias e práticas laborais;
3. Maior eficiência na lotação e na movimentação de pessoal;
4. Maior eficiência nos gastos e permanente esforço de autotutela para identificação e correção de erros, busca por novas tecnologias e práticas que resultem em melhor serviço e melhor preço;
5. Melhor suporte e orientação quanto à aplicação da legislação de pessoal: aprofundamento de análises jurídicas em apoio às decisões da administração, com crescente acompanhamento de processos judiciais;
6. Promoção da saúde do servidor: disseminação de informações e práticas em favor da qualidade de vida dos servidores e apoio ao acesso a serviços de saúde, em contexto de frequentes mudanças de residência, inerente ao serviço exterior.

4.2.1 Recrutamento de pessoal

O Departamento do Serviço Exterior tem buscado soluções para a tendência de redução do número de servidores das carreiras de oficiais de chancelaria e assistentes de chancelaria, conforme observado no quadro abaixo.



Em 2021, houve redução de 66 servidores administrativos, em virtude de aposentadorias, falecimentos, exonerações e demissões. Trata-se de quadro de diminuição de pessoal que se verifica há mais de uma década e que, se continuado, poderá comprometer as atividades finalísticas do Ministério.

Com o propósito de manter o funcionamento satisfatório de áreas fundamentais do Ministério, verificou-se ser imprescindível a realização de concursos para Oficiais e Assistentes de Chancelaria. Em 2021, o DSE tomou as providências iniciais necessárias para viabilizar novos certames, cuja autorização, em exercício futuro, dependerá de outros órgãos.

De modo a tentar suprir o déficit, foram realizados processos de solicitação de cessão de funcionários da administração federal por meio da divulgação de vagas com Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE.

4.2.2 *Capacitação de pessoal*

As ações de capacitação e de treinamento desenvolvidas em 2021 continuaram afetadas pela pandemia da COVID-19, que forçou o fechamento das atividades presenciais do Centro de Treinamento da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento (DTA). Como forma de superar as dificuldades, a DTA ofereceu cursos virtualmente, que receberam respostas positivas dos inscritos e consolidaram-se como forma de atender com eficiência e praticidade às demandas dos servidores e das diversas unidades.

Foram oferecidas duas edições do Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), organizadas previamente aos mecanismos de remoções. Os cursos contaram com a participação de 107 servidores, entre diplomatas, oficiais de chancelaria, assistentes de chancelaria e PCCs e PGPEs.

Foram organizados, também, todos os cursos obrigatórios para a progressão funcional de oficiais e assistentes de Chancelaria (CEOC, CAOC, CCOC, CCAC e CEAC), realizados por 81 servidores.

Em iniciativa pioneira, a DTA, lançou o Programa de Recapacitação de Servidores no Exterior (PRSE). Foi possível, ao longo do ano, a realização de dois cursos diferentes (Gestão Patrimonial e Assuntos Consulares), com aulas oferecidas em horários diversos (manhã, tarde e noite) a fim de possibilitar o aproveitamento de servidores em todos os fuso-horários por onde estão espalhados os postos do Itamaraty no exterior. Os dois cursos contaram com 149 servidores inscritos, em mais de 100 postos.

Com vistas a aperfeiçoar os conhecimentos de servidores em processo de remoção, foram realizados cursos para as áreas administrativa e consular, dentro do Programa de Capacitação para Remoção (PCR). Os cursos foram ministrados para 129 servidores. Outros diversos cursos foram organizados internamente, conduzidos por servidores da Divisão de Pagamento e da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, sobre, temas como Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, Orçamento e Contabilidade e Extrator SIAPE.

A DTA possibilitou, ademais, a capacitação de servidores em cursos oferecidos por instituições diversas (como Zênite e Inove), nas áreas de administração e gestão, por meio

da contratação de cursos como “Planilha de custos, revisão, reajuste e repactuação de contratos administrativos”; “Alterações e aditivos aos contratos administrativos na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 14.133/2021”; “Curso Avançado Para Ordenadores de Despesa e Gestores Públicos”; “Empenho da Despesa e suas Peculiaridades com as devidas Classificações Orçamentárias”; “Gestão de Material, Almoxarifado e Patrimônio Público”; e “O TCU e a Nova Lei de Licitações – Acórdãos que podem orientar a aplicação da Lei nº 14.133/2021”, que atenderam a servidores do Departamento de Administração e de outras áreas.

Quanto ao ensino de idiomas, a DTA promoveu, no início do ano, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), cursos de verão de treinamento em línguas estrangeiras no Brasil, com a participação de 21 servidores. Com o fim do contrato com a UnB, a DTA iniciou pesquisa de opções para a retomada do ensino de idiomas para servidores no Brasil. No exterior, no âmbito do Programa de Capacitação em Idiomas no Exterior (PCIEEx), a DTA ofereceu capacitação para 257 servidores.

4.2.3 Estagiários

Por força da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, a DTA implementou alterações nos processos de contratação de estagiários para as unidades da SERE e para as Escritórios Regionais. Em 2021, a divisão, em parceria com o Centro Integração Empresa-Escola (CIEE), publicou, pela primeira vez, editais públicos para a seleção e a contratação de estagiários.

Desde o segundo semestre de 2021, a DTA concluiu processos de contratação de cerca de 250 estagiários para o MRE. A ação envolve a interlocução da divisão com as unidades do MRE em Brasília, o CIEE e os estagiários, além da celebração e monitoramento de contratos, pagamentos, renovações e desligamentos de estagiários.

Com vistas a reorganizar o setor de estágios, a DTA iniciou ampla revisão e reorganização dos maços de estagiários dos últimos anos. Iniciou-se, ademais, a elaboração de nova Portaria sobre os procedimentos para a contratação e acerca das regras para o estágio no MRE, de forma a atender à nova legislação e a recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

4.2.4 Gestão da movimentação e da lotação de pessoal

Estrutura de pessoal do Ministério das Relações Exteriores

Em 31/12/2021, do total de 3.012 servidores do quadro do MRE, 1.545 pertenciam à carreira diplomática, 789 à de oficiais de chancelaria, 409 à de assistentes de chancelaria e 269 integravam as carreiras do Plano de Classificação de Cargos e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (vide anexos I – Quantitativo de servidores, por cargo, em 31/12/2021; II – Quadro de DAS e FCPE em 31/12/2021 e III – Quadro de FG no MRE em 31/12/2021).

Remoções

No ano de 2021, os objetivos dos mecanismos de remoções foram: priorizar a lotação em postos C e D em situação crítica de lotação; compatibilizar a conveniência da administração com o interesse funcional do servidor (art. 12, Lei 11.440/06); recompor a lotação da SERE; atender a necessidades específicas de postos; e continuar a enfrentar as dificuldades de mobilidade internacional e a nova realidade orçamentária decorrente da emergência global de saúde relacionada à COVID-19. Foram realizados dois mecanismos de remoções regulares, um por semestre, e um mecanismo de remoções conjuntas, para funcionários diplomáticos e administrativos.

No total, foram removidos 780 servidores do Serviço Exterior Brasileiro e do PCC/PGPE. Desse total, 28% foram removidos para postos C e D e 26% para a Secretaria de Estado. Os números indicam que as políticas de estímulo a lotação em postos D e as regras adotadas nos últimos mecanismos ensejaram melhor distribuição entre os servidores destinados à SERE e ao exterior, particularmente em postos de difícil lotação.

Em geral, caso de faça necessário complementar a lotação de postos no exterior, principalmente daqueles que por alguma razão não foram contemplados no mecanismo de remoções, a Administração busca designar servidores em missões transitórias naqueles postos. No entanto, tendo em vista o cenário mundial de pandemia de COVID-19 e seu impacto sobre a mobilidade internacional, o número de designações foi reduzido, totalizando 32 missões transitórias ao longo do ano. Dessas, 97% foram destinadas ao

preenchimento de vagas em postos dos grupos C e D, cuja lotação, usualmente, é mais difícil.

Em 2021, foi dada continuidade ao projeto de desenvolvimento e evolução de sistema informático dedicado ao processamento das etapas dos mecanismos de remoção. O novo sistema tem propiciado maior celeridade nos fluxos de trabalho, bem como melhor rastreabilidade dos dados.

4.2.5 Eficiência dos gastos

As unidades do DSE aprimoraram rotinas de trabalho de modo a garantir maior eficiência dos gastos realizados. A melhoria da gestão de pedidos de passagens aéreas para remoção, principalmente para os servidores designados em missão permanente, possibilitou a aquisição de bilhetes em tarifas mais econômicas. No contexto de instabilidade da malha aérea devido à pandemia da COVID-19, a eficiência na gestão de pedidos de passagens teve importância significativa para que se evitasse gasto maior de recursos públicos - com cancelamentos e reaquisição de passagens, por exemplo.

Com a finalidade de aprimorar a gerência de riscos, foram adotados critérios de habilitação técnica e econômico-financeira mais rígidos quanto à participação de empresas em licitações tanto de transporte de bagagem quanto de agenciamento.

A rotina de cobrança de reposições ao Erário também tem sido constantemente aprimorada. Em 2021, pagamentos indevidos a servidores e a aposentados e pensionistas foram objeto de 141 novos processos de reposição. A soma desses processos representou o retorno aos cofres da União de R\$ 537.492,77, via SIAFI, e de USD 973,120.01, via Escritório Financeiro.

O número de processos de reposição ao Erário apresentou pequena redução em relação a 2020, quando se tratava de 148, e uma das causas é a ferramenta e-folha. O e-folha tem propiciado controle mais acurado de chegadas e partidas dos servidores removidos, minimizando a ocorrência de pagamento em ambas as folhas e aumentando o controle necessário.

4.2.6 Despesas com pessoal

No exercício de 2021, o Departamento de Serviço Exterior registrou despesas efetivamente liquidadas com remuneração de pessoal nas folhas de pagamentos no Brasil e no Exterior da seguinte ordem:

Folha Brasil (UG 240009): R\$ 372.289.030,07 – aposentados e pensionistas; R\$ 59.615.239,14 – contribuições sociais; R\$ 296.873.743,62 – pessoal ativo;

Folha Exterior (UG 240017): USD 9,447,792.80 – contribuições sociais; USD 252,861,260.48 – pessoal ativo.

4.2.7 Gestão de contratos

Assentamento funcional digital

A implantação do projeto Assentamento Funcional Digital teve início no Itamaraty em 2019. Na fase inicial, o DSE licitou empresa de digitalização para escanear os arquivos com maços pessoais do Itamaraty. O início dos trabalhos foi adiado em razão da pandemia, mas foi possível concluir a quase totalidade dessa fase em 2021. Foram digitalizadas 1.806.881 páginas entre janeiro e dezembro de 2021, perfazendo 82% da meta física total do contrato. Em 2022, ademais de finalizar a digitalização dos arquivos existentes, o setor de AFD dará continuidade à sistemática de digitalização dos documentos funcionais doravante emitidos no MRE.

Passagens aéreas

Em decorrência da perda de eficácia, por decurso de prazo, da Medida Provisória MP nº 877, de 25 de março de 2019, que restabeleceu a dispensa da retenção tributária na modalidade Compra Direta, cuja vigência expirou em 23 de julho de 2019, o sistema Compra Direta está suspenso como modelo de compra de passagens aéreas, de modo que a compra de passagens aéreas continua limitada ao agenciamento, por meio do contrato com a empresa Voetur, contratada por meio de ata de registro de preços do MPOG.

Verificou-se a retomada, em 2021, da compra e emissão de passagens aéreas, que apresentara queda nos primeiros meses da pandemia de COVID-19. Os protocolos

fitossanitários adotados por outros países seguem, entretanto, impactando a realização de viagens necessárias às missões executadas por servidores do Ministério.

Em termos gerais, a cotação, aquisição e prestação de contas das passagens aéreas é efetivada com o intermédio do SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens. Trata-se de sistema de uso obrigatório pela Administração Pública. No MRE, a Divisão de Pagamentos cuida de sua gestão e operacionalização, além de atuar, em conjunto com a DTA, para o treinamento de servidores de outras unidades com vistas à plena capacitação para a utilização do sistema.

Transporte de bagagem

Na área de transporte de bagagem, há 7 (sete) contratos com empresas prestadoras de serviço de mudanças. Tais contratos são resultantes dos Pregões DSE 01/2018 e DSE 01/2020. O prazo de vigência de cada contrato é de 12 (doze) meses, cuja duração poderá ser prorrogada, por interesse das partes, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública, até o limite de 60 (sessenta) meses, coadunando-se com os preceitos do artigo 57, II da Lei 8.666/93 e do artigo 84, da Lei 14.133/2021.

Por causa da pandemia, o setor marítimo internacional tem apresentado severas oscilações com aumento exorbitante de frete, sobretudo pela indisponibilidade de contêineres, em especial na região asiática. Consequentemente, as prestadoras de serviço apresentaram pedido de reequilíbrio para os preços de transporte referentes a algumas cidades de origem e destino de missões dos servidores do MRE. Prevista na lei geral de licitação, a modificação contratual derivada de fatos imprevisíveis passou pelo crivo da Consultoria-Jurídica, que já respondeu positivamente ao pleito da empresa responsável pelo Bloco C, que abrange África Oriental, Ásia e Oceania.

Observa-se, ainda, que a crise do setor de transporte tem acarretado atraso na entrega de mudanças dos servidores do MRE. Como gestora dos contratos, a DPAG tem promovido frequentes reuniões com as transportadoras a fim de minimizar impactos na movimentação de pessoal nos postos. Igualmente, a gestão contratual adota política de fiscalização para garantir contínuo aprimoramento no serviço de transporte de mudanças.

Legislação de pessoal

Em 2021, o Setor de Legislação de Pessoal cadastrou 123 novos processos judiciais e administrativos, para os quais o SLP elabora subsídios para defesa da União. Nos processos judiciais, a unidade tem conferido celeridade ao acompanhamento processual, com vistas a evitar liminares ou decisões desfavoráveis à União. Em relação aos administrativos, o Setor auxilia o DSE e instâncias superiores na elaboração de decisões.

O Setor participou, no primeiro semestre, do processo de revisão de normas internas (edição e atualização de portarias) em matéria de legislação de pessoal, afastamento para estudo no exterior, transporte de bagagem, exercício provisório, e reversão de aposentadoria.

Os processos de enquadramento de auxiliares locais continuaram ocupando lugar de destaque, em especial devido ao julgamento do Recurso Extraordinário 652.229, pelo Supremo Tribunal Federal, em que o STF entendeu não haver matéria constitucional, deixando a decisão final a cargo do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Setor é responsável pela elaboração de subsídios e cumprimento das decisões de enquadramento, o que envolve articulação com o Ministério da Economia, por ofício e pelo Módulo de Ações Judiciais do SIGEPE, com DP, DPAG, DAUX e postos no exterior. Além disso, o setor realizou levantamento de enquadrados aposentados para fins de verificar eventual acúmulo ilegal de aposentadorias no Brasil e no exterior.

Outros julgamentos sobre assuntos importantes relativos à legislação de pessoal foram acompanhados pelo Setor, como o julgamento pelo STF da ADIN 5355, que declarou a inconstitucionalidade do art. 69 da Lei 11.440/2006 (exercício provisório de cônjuges no exterior) e o julgamento pelo STJ do Tema 1009, sobre a questão da boa-fé do servidor nos processos de reposição ao erário.

Dados do SLP em 2021: foram gerados 123 novos processos judiciais e administrativos e foram tramitados ao menos outros 30 processos criados em anos anteriores. Cerca de 320 expedientes foram redigidos, dentre os quais se destacam cerca de 40 decisões administrativas de competência da DP, DPAG, DSE, SGAD e SG, 80 ofícios, 13 notas técnicas, bem como 170 expedientes com subsídios de fato e direito para a defesa da União em ações judiciais, além de despachos telegráficos referentes a enquadramentos de auxiliares locais no Regime Jurídico Único e citações/intimações judiciais de servidores residentes no exterior. A esses números, somam-se as respostas

diárias às consultas dos diversos setores do DSE, de servidores de outras áreas do Ministério e do público externo, via e-mail, telefone e/ou atendimento presencial.

Saúde do servidor

As ações de promoção de saúde do Setor de Assistência Médica e Social – SAMS têm o intuito de contribuir para a diminuição da ocorrência de psicopatologias de origem ocupacional ligadas ao estresse profissional. O programa de promoção de 2021 teve cunho preventivo de problemas de saúde laboral, tratamento de sintomas e melhoria da qualidade de vida no trabalho.

O SAMS atua ainda na homologação de licenças médicas por atendimentos singulares ou juntas médicas oficiais e, em 2021, mesmo com a suspensão do atendimento do SIASS no Ministério da Economia até outubro, a equipe médica do MRE foi capaz de regularizar e manter atualizada a homologação de licenças emitidas no Brasil.

Perícias Singulares	
Janeiro a dezembro	341

Juntas Médicas Oficiais no SIASS	
Janeiro a dezembro	128 de servidores do MRE
Janeiro a dezembro	26 de outros servidores do SIASS do ME e ministérios parceiros.

Exames Admissionais (Médicos, Psicológicos e Atendimento de Enfermagem)	
Diplomatas	25
Oficiais de Chancelaria	N/A

Exames Periódicos (PCDs em estágio probatório)	
Servidores	6

Atendimentos Médicos	
Janeiro a dezembro	3.650

Atendimentos de Psicoterapia	
Janeiro a dezembro	213

Atendimentos com Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	
Janeiro a dezembro	102

Atendimentos na Enfermagem	
Admissionais do IRBR	25
Outros atendimentos	<ul style="list-style-type: none"> Educação para a saúde (COVID 19, saúde mental na pandemia, saúde da mulher): 538 Consulta de Enfermagem: 6 Imunização: orientações quanto à necessidade de vacinação e encaminhamento para o ambulatório do viajante no HRAN: 2 Esclarecimentos de dúvidas quanto às perícias: 5

Ações desenvolvidas pelo SAMS em 2021

Atividades	Data	Nº de Participantes	Parceria (s)
1. Encontro - Mediação e Conciliação Organizacional	04/03/2021	43 servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS/CPADIS com Drs. Juan Carlos Vezzulla e Pedro Martins do Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP)

2. Palestras - Pandemia e Relações Sociais: Superando os Desafios do Distanciamento	16/03/2021	44 servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS, com a participação das Dras. Verônica Martinelli (psicanalista), Denise Sena (psicóloga) e Liliane Leal (psiquiatra).
3. Palestra - Bem-estar Emocional no Ambiente de Trabalho	13/10/2021	42 servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS, com a participação da Dra. Ana Carolina Peuker (psicóloga)
4. Encontro - 4 anos de criação da CPADIS: uma troca de experiências	10/11/2021	38 servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS/CPADIS com Desembargadora Federal Dra. Mônica Sifuentes, Procuradora Regional do Trabalho Dra. Eliane Araque e do Dr. Asdrúbal Júnior, especialista em mediação e arbitragem
5. Palestras - Entendendo os efeitos emocionais da pandemia	17/11/2021	13 servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS com Dr. Felipe Burle dos Anjos (psicólogo).
1. Encontro - 4 anos de criação da CPADIS: Técnicas de Mediação de Conflitos	03/12/2021	26 servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS/CPADIS com Dr. Asdrúbal Júnior, especialista em mediação e arbitragem.
2. Palestra – A Importância do Encerramento de Ciclos	06/12/2021	16 servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS com Dra. Dulcinéia Cassis (psicóloga).

3. Webnário Pandêmica & Síndrome de Ansiedade COVID-19 (com a empresa Reviver+).	5 semanas de curso online	130 acessos ao Webnário no portal do SAMS até dezembro de 2021.	SAMS/ADB – servidores da SERE, exterior e familiares.
4. Workshop ao vivo – Fadiga Pandêmica e Síndrome de ansiedade COVID-19 (com a empresa Reviver+).	4 encontros em 3 semanas	28 Servidores da SERE e lotados nos postos no exterior.	SAMS/ADB – servidores da SERE, exterior e familiares.
5. Encontros de Meditação Guiada online – pelo ZOOM	49 encontros	Variável	SAMS – servidores da SERE e de postos no exterior.
6. Encontros de Meditação Guiada online – pelo ZOOM, Grupo de Londres	3 encontros	Variável	SAMS – servidores da SERE e lotados nos postos da UK, substituição das férias do condutor daquele grupo, OC Francisco Carlos Leal.

Demandas relacionadas a pedidos de exames médicos, instruções médicas, orientações, prescrições medicamentosas, atestados médicos e acompanhamentos clínicos passaram por triagem e foram encaminhados aos médicos, totalizando mais de 3.650 atendimentos médicos. Da mesma forma, houve atendimentos feitos pelas equipes de enfermagem e de acolhimento psicossocial de servidores, aposentados, pensionistas e familiares.

Além da coparticipação no SIASS do Ministério da Economia, durante a suspensão das atividades naquele SIASS, foi criada uma sala para juntas médicas oficiais (JMO) no MRE, equipada tanto para juntas presenciais quanto online, o que viabilizou a conclusão de mais de 120 processos de avaliação de capacidade laborativa, aposentadoria por invalidez, isenção de IRPF, inclusão de dependente com deficiência, concessão de horário especial e homologação de licenças acima de 120 dias. A execução das JMO foi possível devido a parceria firmada com os Ministérios da Saúde (MS), da Agricultura Pecuária e

Abastecimento (MAPA), e da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com vistas a atender à demanda de JMO do MRE e também daqueles órgãos.

Em gestão com a DP e a CGG, o Setor participou ainda de 21 reuniões sobre a inserção do SAMS no Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (PGT); criação do Novo Portal do SAMS, elaboração do I Questionário sobre Qualidade de Vida no Trabalho no MRE, em colaboração com o Ministério da Economia; discussões sobre reestruturação do Setor e institucionalização do Programa de Promoção de Saúde do MRE, em que foi possível conhecer a prática de outros órgãos, como Tribunal de Contas da União (TCU), Câmara dos Deputados, Ministério do Turismo (MTur), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Educação (ME), Ministério da Economia (MEcon), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

4.3 Gestão administrativa e logística

No ano de 2021, no intuito de buscar maior eficiência, observou-se no Departamento de Administração (DA) e unidades subordinadas, um aprofundamento do processo de modernização de rotinas e aumento de produtividade, dado o desafio de se realizar mais ações com menos recursos, humanos e financeiros. Em unidades que se dedicam à Secretaria de Estado, como CGLOG e CGINFRA, o déficit de pessoal apontado pelo Departamento do Serviço Exterior teve implicações diretas na execução dos contratos (planejamento, gestão e fiscalização), o que dificultou, mas não impediu realizações, o que demonstra ganho em eficiência.

Em relação à estrutura do DA, no início de 2021, foi criada a Coordenação de Administração de Escritórios Regionais e Adidências Cíveis (CESC), unidade que conferiu maior unicidade e coordenação às ações dos Escritórios Regionais. No âmbito da CPAT, também houve mudança organizacional, com a incorporação do Setor de Almojarifado, anteriormente vinculado à CGLOG.

Nas unidades dedicadas ao exterior (DAEX e DAUX), com vistas a promover maior colaboração e otimização de recursos, a coordenação foi intensificada por meio de videoconferências com os postos no exterior. Em que pesem aos desafios, a DAEX e a

DAUX concluíram o ano de 2021 com índices de execução orçamentária de 100% e 98,71%, respectivamente.

Verificou-se que, para a execução regular das atividades, o ponto mais crítico enfrentado pelas unidades do DA foi a carência de recursos humanos, principalmente nas unidades CGLOG, CGINFRA e CPAT. O cumprimento das metas estabelecidas para os próximos exercícios está diretamente vinculado à adequada alocação desses recursos, especialmente em relação a contratos cruciais, como serviços para eventos, assessoria em arquitetura e engenharia, manutenção de elevadores e reforma elétrica.

Em 2021, persistiu nas unidades do DA déficit de servidores administrativos, o que corrobora a informação do Departamento do Serviço Exterior quanto à carência de pessoal. De modo a fazer face ao desafio de falta de pessoal, em 2021, 11 servidores foram chamados a serviço, para possibilitar a continuidade de importantes ações, como planejamento de obras de reparação da CGINFRA.

Novo formato para o pagamento de LIM-RF (Residência Funcional)

Com vistas a conferir maior segurança jurídica aos servidores e à administração quanto ao pagamento da residência funcional (RF) aos servidores em missão no exterior, em 2021, foi realizada avaliação que embasou a edição de nova regulamentação sobre o tema.

As regras sobre RF foram aprimoradas e consubstanciadas, em 23/12/2021, por meio da publicação da Portaria MRE nº 371/2021. Entre as principais alterações trazidas pelo instrumento normativo, citem-se: (i) fixação de índices de cargo proporcionais para cálculo do limite de RF, independentemente do posto; (ii) criação de fator de conversão para cada localidade em que há posto no exterior, para cálculo do limite de RF; (iii) fixação de adicionais aos limites de RF, vinculados à quantidade de dependentes que acompanham o servidor no exterior, especialmente às pessoas com deficiência locomotora; (iv) extinção das faixas de reembolso para postos das categorias “A” e “B”; e (v) mecanismo de atualização periódica dos fatores de conversão das localidades.

As novas regras de RF trouxeram maior previsibilidade aos servidores lotados no exterior e conferiram mais transparência ao processo de definição de limites de RF aplicáveis a cada cargo e em cada posto.

Obras Estruturais nos Postos no Exterior

Ao longo de 2021, o DA prestou o apoio necessário aos projetos de reforma e restauração nas embaixadas em Lisboa e em Paris, cujas obras deverão ocorrer em 2022.

Racionalização de gastos com aluguéis de imóveis oficiais

Com o intuito de racionalizar a ocupação de espaço em cidades que abrigam mais de um posto do Itamaraty, bem como a fim de diminuir o dispêndio com aluguel de imóveis no exterior, foram criados ou seguiram em funcionamento os seguintes grupos de trabalho:

GT-Berlim: grupo de trabalho para conduzir estudos de viabilidade sobre realocação e instalação permanente, em imóvel próprio nacional, da Chancelaria e da Residência Oficial da embaixada em Berlim. Ao longo de 2021, o projeto avançou com a identificação dos serviços técnicos necessários à aquisição de imóvel localmente;

GT-Londres: grupo de trabalho para conduzir a instalação dos três postos sediados em Londres no imóvel próprio nacional atualmente ocupado pela embaixada e por REBRASLON. Ao longo de 2021, a partir das reuniões, o GT identificou como principal obstáculo a extensão das obras necessárias no imóvel próprio nacional, principalmente dos sistemas de ventilação e de calefação. Para fazer frente a esse desafio, os postos naquela cidade foram instruídos a contratar novo projeto de reforma ou a verificar as opções jurídicas que viabilizem os projetos; e

GT-Nova York: grupo de trabalho para conduzir estudos de viabilidade do projeto de aquisição de imóvel que passará a abrigar os três postos sediados em Nova York. Em 2021, o GT dedicou-se à definição de estratégias com a finalidade de alinhar as datas de vencimento dos três contratos de locação de imóvel hoje existentes. Paralelamente, iniciou-se a procura de opções viáveis de imóveis, que contemplem as necessidades dos três postos sediados na cidade.

Aquisição de itens padronizados para as Residências Oficiais

No exercício de 2021, de modo a harmonizar as condições de representação dos postos no exterior, foram adquiridos jogos padronizados, com as armas da República, de taças de cristais e de louças para utilização em eventos a serem oferecidos nas Residências

oficiais dos principais postos. No total, foram contemplados 89 postos e investidos em torno de 700 mil dólares (incluindo custos de transporte).

Fiscalização de contratos relacionados a eventos (Premier e Interlinguae/Intradoc)

Organização de eventos - Contrato Premier Contrato nº 09/2017			
	2019	2020	2021
Total de OS	1.076	327	282
Total	R\$	R\$	R\$
Despesas	1.550.733,13	249.356,37	213.930,84

Serviços de Intérpretes – Interlinguae/Intradoc			
	2019	2020	2021
Total de OS	40	29	65
Total	R\$	R\$ 77.433,18	R\$
Despesas	221.004,33		255.175,47

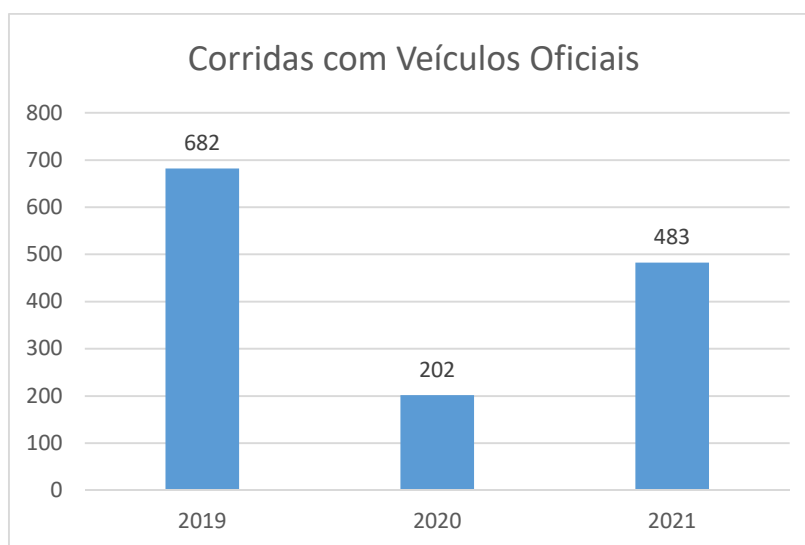
Nos contratos relacionados a eventos, se por um lado, em 2021 manteve-se a tendência de redução da demanda por serviços relacionados a eventos presenciais (café, água, aluguel de microfones, por exemplo), no âmbito dos serviços de intérpretes foi restaurado o nível de demanda anterior à pandemia de COVID-19, uma vez que os eventos foram convertidos para o formato virtual.

Otimização do processo de tramitação de OS de eventos

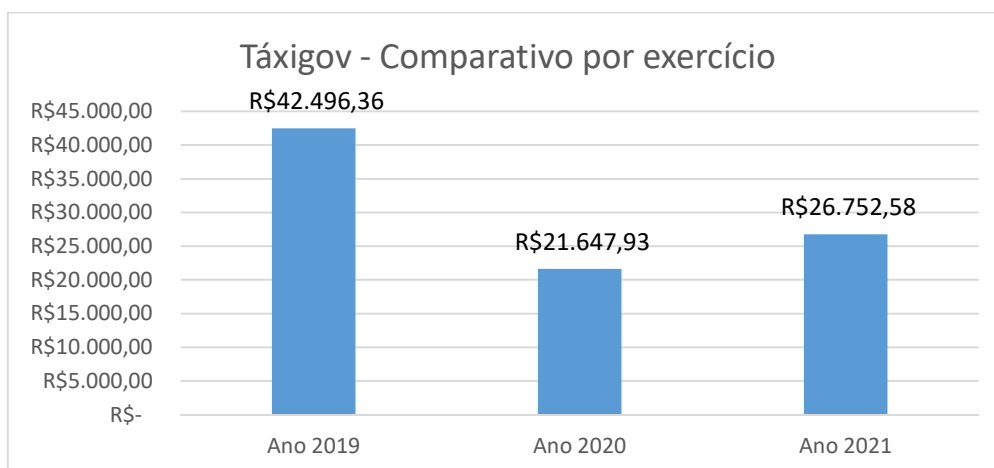
Em 2021, foi dada continuidade ao processo de conversão do fluxo de tramitação das ordens de serviços de despesas com eventos para o formato 100% virtual. Com isso, obteve-se maior visibilidade, para todos os envolvidos no processo, sobre o trâmite, valor e detalhes dos serviços, bem como redução no tempo de tramitação, desde a solicitação até o pagamento, passando pelo ateste dos serviços prestados.

Deslocamentos (Táxigov e uso de veículos na SERE)

Em 2021, com a retomada gradual da atividade presencial observou-se aumento no número de deslocamentos em relação a 2020, mas ainda não aos mesmos níveis anteriores à pandemia de COVID-19. Em 2019, foram registradas 682 solicitações de uso de veículo oficial; em 2020, o número foi reduzido para apenas 202; e, em 2021, houve registro de crescimento, com 483 corridas realizadas em veículo oficial.



O desempenho das despesas com o sistema Táxigov também observou leve aumento de despesas em 2021, em relação a 2020, mas em níveis inferiores àqueles verificados antes da pandemia de COVID-19.



4.3.1 *Gestão dos Escritórios Regionais e Adidâncias Cíveis*

Com a entrada em vigor do Decreto nº 10.598/2021, houve alteração da estrutura regimental do MRE. Entre as alterações trazidas pelo referido instrumento legal, destaca-se a criação da Coordenação de Administração de Escritórios Regionais e Adidâncias Cíveis (CESC), cujas competências institucionais são:

- a) prestar apoio administrativo e orientar os Escritórios de Representação do MRE no Brasil e a rede de Adidâncias Cíveis no exterior sobre gestão orçamentário-financeira;
- b) analisar e autorizar as solicitações e a liberação de recursos para os Escritórios de Representação do MRE relativas a terceirização de pessoal, contratação de serviços, manutenção predial, logística e infraestrutura; e
- c) coordenar, no âmbito do DA, as solicitações e a liberação de recursos para as Adidâncias Cíveis, provenientes de destaques orçamentários de outros órgãos do governo federal, conforme análise prévia e solicitação específica das unidades da SERE responsáveis pelo relacionamento com os referidos órgãos.

Unidades Descentralizadas no Brasil

De modo a coordenar as unidades descentralizadas do MRE no Brasil (escritórios regionais e comissões de limites), a CESC instruiu-as quanto ao envio de informações e sobre o acompanhamento de contratos, solicitação e execução de recursos (ex: cadastro no ComprasNet, adesão ao TransformaGov, plataforma do Almoxarifado Virtual Nacional). A partir dessa coordenação, houve incremento da transparência e padronização

das atividades, com o adequado acompanhamento da execução contábil das unidades descentralizadas e orientação acerca de dúvidas administrativas.

As principais atividades desenvolvidas pela CESC em 2021 foram as seguintes:

Escritório de Representação em São Paulo (ERESP)

Ademais dos contratos para serviços terceirizados, a CESC apoiou e orientou o ERESP quanto ao processo de locação de nova sede do escritório, dada a impossibilidade de renovação do contrato então vigente. O novo contrato resultou em redução do custo mensal de aluguel, de R\$ 36.619,31 para R\$ 26.385,00 mensais. Em 2022, essa economia deverá ser da ordem de R\$ 120.000,00, tendo em conta a diminuição dos gastos de locação e outros serviços associados.

Escritório de Representação no Rio de Janeiro (ERERIO)

Por abrigar o complexo arquitetônico do Itamaraty/RJ, o acervo documental e o Museu Histórico Diplomático, a execução de recursos pelo ERERIO é mais complexa em comparação à dos demais escritórios regionais do MRE. Em 2021, o principal foco da CESC junto naquela unidade foi de orientação administrativa e burocrática quanto ao andamento das diversas iniciativas e projetos de reforma, restauro e revitalização do ERERIO.

Ao longo de 2021, o ERERIO empenhou-se em identificar suas necessidades com vistas à elaboração dos projetos que demandam apoio institucional e financeiro externo para execução. Assim, foi possível obter o apoio de Itaipu Binacional para a contratação, junto ao Instituto Pedra, de projetos executivos de reforma do complexo arquitetônico e de higienização e recuperação do acervo documental do Museu Histórico e Diplomático, do Arquivo Histórico, da Biblioteca Histórica e da Mapoteca do Itamaraty.

Além disso, a CESC orientou o ERERIO a respeito de processos de renovação de contratos administrativos, como de contratação de motoristas, câmeras de vigilância e obra de filtragem do lago.

Escritório de Representação na Região Nordeste (ERENE)

O principal desafio da CESC junto ao ERENE foi organizar as atividades administrativas da unidade e orientá-la quanto ao reajuste do contrato de aluguel que a abriga.

Escritório de Representação na Região Norte (ERENOR)

No que se refere ao ERENOR, a CESC empenhou-se em coordenar, com a AFEPA e o Escritório, a assinatura de acordo de cooperação técnica entre o MRE e o governo do Amazonas para a manutenção do escritório.

Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL)

Pode-se afirmar que a PCDL mostrou-se ser a unidade descentralizada mais bem preparada, em termos de recursos humanos, para a adequada gestão administrativa e contábil. Por esse motivo, coube à CESC, ao longo de 2021, apenas o encaminhamento de processos de renovação ou de contratação de serviços, como o de apoio administrativo, de limpeza e de vigilância.

Cite-se, ainda, o apoio da CESC para a formalização, por parte do MRE, da devolução à SPU de imóvel situado na cidade de Pacaraima e que era utilizado muito esporadicamente pela equipe da PCDL por ocasião das atividades de campo para demarcação de fronteiras e manutenção dos marcos fronteiriços.

Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL)

Dados os desafios enfrentados pela SCDL nas esferas administrativas e contábeis, coube à CESC alertar a unidade quanto às correções necessárias. A CESC procurou orientar a SCDL quanto a contratações e buscou informações sobre as duas subsedes a ela vinculadas - Santana do Livramento (RS) e outra em Ponta Porã (MS) – que necessitam de melhor supervisão administrativa.

Adidâncias Civis

Em relação às adidâncias civis, a CESC deu início ao seu acompanhamento por meio do pedido de informações específicas (identificação da unidade instalada no posto; espaço, ocupado por cada adidância; número de servidores públicos e contratados locais alocados; montante de despesas regulares e extraordinárias de cada uma dessas repartições custeadas por meio de recursos oriundos de TED em 2019 e em 2020; e

identificação de serviços regulares contratados pelo posto e se há mecanismo de compartilhamento dos custos). A partir dos dados compilados, foi possível mapear a rede de adidâncias civis e equivalentes abrigadas em imóveis sob gestão do MRE no exterior, bem como quantificar os recursos dispendidos para manutenção dessas unidades.

4.3.2 *Gestão de infraestrutura*

A Coordenação-Geral de Infraestrutura (CGINFRA) é a unidade administrativa do Ministério das Relações Exteriores responsável pelos contratos referentes a manutenção predial, obras e serviços de engenharia para os quatro edifícios que compõem o Ministério das Relações Exteriores em Brasília: Palácio Itamaraty, Anexos I e II e Instituto Rio Branco.

Durante o exercício financeiro de 2021, a CGINFRA foi responsável pela gestão e fiscalização de 25 contratos, atividade que foi afetada pelos efeitos adversos da pandemia de COVID-19 e o regime de teletrabalho.

O desempenho das atividades de planejamento, gestão e fiscalização dos contratos está organizado da seguinte forma:

Setor	Atividade
Setor de Planejamento	I - instruir processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia e manutenção predial; II - subsidiar e auxiliar o ordenador de despesas no planejamento das contratações de sua competência.
Setor de Gestão	I - realizar a gestão das contratações de obras e serviços de engenharia e manutenção predial; II - em coordenação com o SMPRED, subsidiar e auxiliar o ordenador de despesas na formalização da demanda das contratações de sua competência.
Setor de Manutenção Predial (SMPRED) - Fiscalização	I - exercer a fiscalização técnica e acompanhar a execução de contratações relativas a obras e serviços de engenharia e manutenção predial;

	II - subsidiar e auxiliar o ordenador de despesas no planejamento das contratações de sua competência.
Setor de Telefonia (STEL) - Fiscalização	I - exercer a fiscalização técnica dos serviços de manutenção da central telefônica e dos pontos de telefonia; II - subsidiar e auxiliar o ordenador de despesas no planejamento das contratações de sua competência.

Melhoria de Processos e de Gestão da Unidade

Desde 2019, a CGINFRA tem envidado esforços para otimização dos contratos administrativos sob sua responsabilidade, com vistas a implementar melhores práticas de gestão e fiscalização. Se, em 2020, logrou-se importante avanço com a assinatura do primeiro contrato de manutenção predial, que substituiu cinco contratações, com valores globais somados de R\$ 8.023.985,04, por uma única no valor global de R\$ 4.263.642,32, em 2021 foi possível unificar os serviços de manutenção dos sistemas de climatização, refrigeração, exaustão e ventilação do Ministério das Relações Exteriores. Os dois contratos pré-existentes foram substituídos por uma única contratação no valor total estimado de R\$ 4.780.547, com economia de 54% sobre o valor máximo global aceitável.

Modelagem de processos: consolidação das rotinas de conformidade dos atos de gestão

Em 2020, a CGINFRA realizou a modelagem dos processos de pagamento, o que permitiu sua migração para o meio digital. Em 2021, foi possível consolidar as rotinas de conformidade dos atos de gestão, o que lhes conferiu: maior transparência; segurança para ordenadores de despesa, gestores orçamentários e demais responsáveis pelos contratos; e garantia de continuidade das boas práticas, independentemente da alta rotatividade de servidores peculiar ao Itamaraty.

Aperfeiçoamento e capacitação de servidores

Os servidores da unidade participaram, ao longo de 2021, de cursos de capacitação em temas de gestão e fiscalização de contratos e melhorias de processos, fundamentais para seu aperfeiçoamento. Os cursos, realizados com apoio da Divisão de Treinamento e

Aperfeiçoamento, tiveram por objetivo principal atualizar os servidores quanto ao regime instituído pela nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Gestão de pessoal da unidade

Conforme mencionado pelo Departamento de Administração, ao longo de 2021 a carência de pessoal foi o maior desafio enfrentado pela CGINFRA, que foi enfrentada com a capacitação de pessoal, a colaboração de servidores lotados na unidade, a modernização de rotinas do setor de gestão de contratos e a realização de chamadas a serviço de servidores (medida emergencial e de curto prazo).

A CGINFRA também procedeu ao deslocamento de servidores do setor de planejamento em favor da gestão e da fiscalização, com vistas a impedir que a unidade incorra no descumprimento das responsabilidades assumidas no âmbito dos contratos vigentes. Por outro lado, a medida atrasa a concretização de outros projetos, como obras de restauração, reforma elétrica, revitalização do espelho d'água, adequação das instalações de combate e prevenção de incêndios, reparo de esquadrias do Palácio, “retrofit” dos sistemas de ventilação, reforma da cozinha do Palácio, do estacionamento do Anexo II e dos banheiros, entre outros.

Redução do Consumo de Energia – Decreto 10.779/2021

O Decreto nº 10.779/2021 estabeleceu, para a administração pública federal, meta de redução de 10 a 20% do consumo de energia, em comparação ao observado em 2018-2019.

Os esforços envidados pela CGINFRA no sentido de otimizar o consumo de energia elétrica, aliados aos efeitos do regime de teletrabalho que vigorou durante a fase mais crítica da pandemia de COVID-19, permitiram ao Ministério das Relações Exteriores superar, entre setembro e dezembro de 2021, as metas estabelecidas, alcançando 29,7% de redução em setembro e 29,3% em outubro.

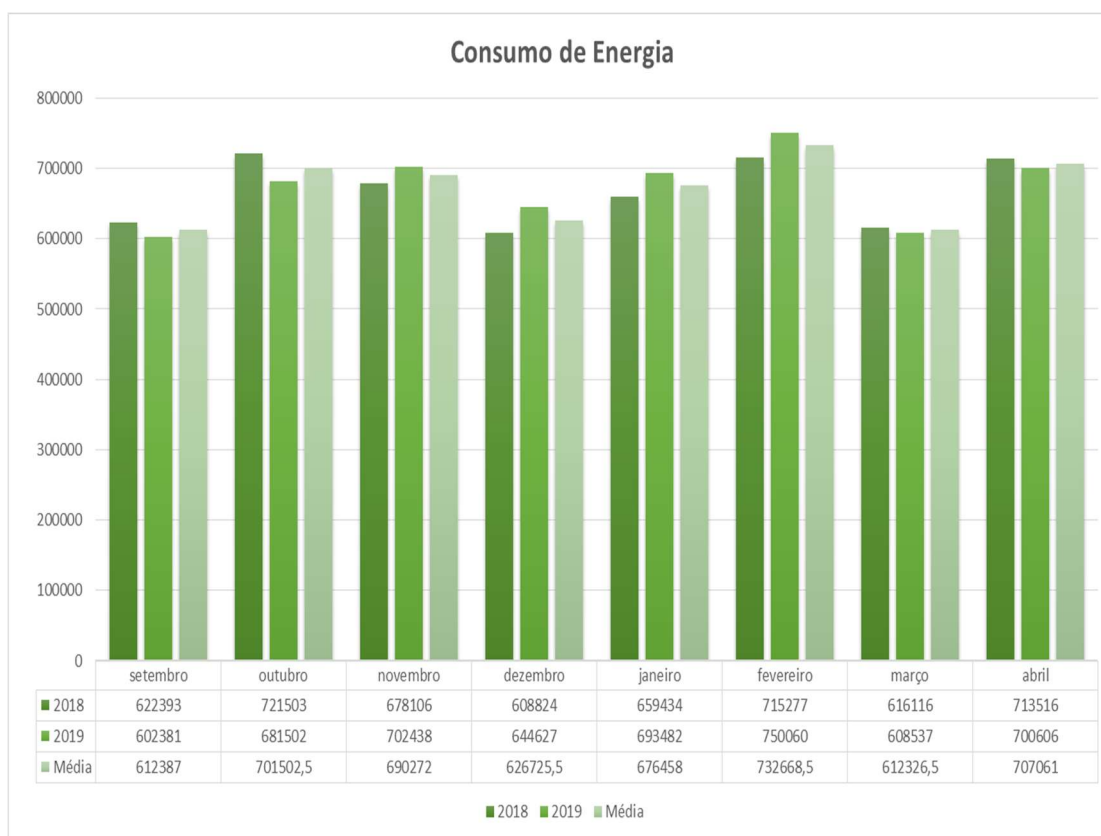
Medidas adotadas pela CGINFRA, de forma gradual, desde 2020, com vistas à racionalização do consumo de energia elétrica:

- Substituição de aparelhos de ar condicionado de janela por splits;
- Substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED, tanto em luminárias internas quanto externas;

- Adequação da rotina de desligamento de luzes, graças à cooperação entre as equipes de manutenção predial e vigilância, assegurando que, todas as noites, os andares sejam apagados tão logo as salas fiquem vazias.

As tabelas e gráficos a seguir ilustram a evolução do consumo de energia no MRE:

	Meta 10%	Meta 20%	Consumido	Redução
set/21	551148,3	489909,6	430366	29,7%
out/21	631352,25	561202	496302	29,3%
nov/21	621244,8	552217,6	554269	19,7%
dez/21	564052,95	501380,4	492629	21,4%



Processos licitatórios

Em 2021, a CGINFRA concluiu com êxito quatro processos licitatórios, que deram origem aos seguintes contratos:

- i) Manutenção dos sistemas de climatização, refrigeração, exaustão e ventilação;
- ii) Manutenção dos sistemas de controle de acesso e videomonitoramento;
- iii) Serviços de demolição e desativação do posto de combustíveis do MRE;
- e
- iv) Novo contrato de manutenção predial.

Os seguintes processos licitatórios foram iniciados e seguem em andamento: adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico; manutenção de elevadores; assessoria em arquitetura e engenharia e reforma dos painéis de tecido dos edifícios da Secretaria de Estado.

Foi ainda planejado o processo que deu origem à contratação por inexigibilidade de licitação dos serviços de elaboração de Projeto de Restauração da Escultura ‘Meteoro’, de Bruno Giorgi, de Manual de Conservação Preventiva da Escultura ‘Meteoro’, assim como de Supervisão técnica da execução da Proposta de Intervenção.

No último trimestre do ano, foi ainda planejada a contratação emergencial de serviços continuados de apoio administrativo para prestação de serviços de assessoria, consultoria, projeto e auxílio à fiscalização em arquitetura e engenharia. O recurso à contratação emergencial deveu-se à manifestação tardia, pela empresa Futura Arquitetos, da inexistência de interesse em prorrogação contratual, que inviabilizou o desenvolvimento de projeto de planejamento de nova licitação, ora em curso, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2022.

Registre-se, por oportuno, que a concretização dos projetos de licitações abaixo relacionados depende, diretamente, do equacionamento das dificuldades de lotação de pessoal qualificado nesta Coordenação-Geral.

Balanço

Projetos relativos a 2021	Status
Novo contrato de manutenção predial	Concluído
Desativação do posto de combustível	Concluído

Manutenção dos sistemas de controle de acesso e videomonitoramento	Concluído
Contrato unificado dos sistemas de ar-condicionado	Concluído
Aquisição de persianas e novo contrato de manutenção	Conclusão em jan/2022
Restauração do Meteoro – Fase I	Concluído
Restauração do Meteoro – Fase II	Iniciado
Contrato unificado de manutenção de elevadores	Em fase de conclusão
Execução dos projetos de combate a incêndio e pânico	Em fase de conclusão
Serviços continuados de apoio administrativo para prestação de serviços de assessoria, consultoria, projeto e auxílio à fiscalização em arquitetura e engenharia	Iniciado, para conclusão no primeiro semestre de 2022
Restauração dos tecidos dos painéis de madeira	Iniciado
Reforma do espelho d'água	Em andamento
Reforma elétrica	Em andamento
Reparo das esquadrias do Palácio e aplicação de película	Em andamento
Retrofit dos sistemas de ventilação do Anexo I e Anexo II e aquisição do Chiller	Em andamento
Reforma da cozinha do Palácio	Em andamento
Reforma do estacionamento do Anexo II	Em andamento
Reforma dos Banheiros	Em andamento
Controle de qualidade do ar e da água	Em andamento

Dispensas de Licitação

Em 2021, foram empenhados aproximadamente R\$ 102 mil em dispensas de licitação. O recurso a essa modalidade de aquisição de bens e serviços deve-se, principalmente, à necessidade de compra de equipamentos a serem utilizados pelas empresas contratadas em serviços de manutenção nos sistemas infraestruturais do Ministério. Dessa forma, foram adquiridos, por exemplo, fontes internas para catracas, placas controladoras para cancelas, material para organização dos “racks” que compõem o sistema de rede estruturada, “ventokits” para o sistema de exaustão dos banheiros, tubulações e bombas de dreno para o sistema de ar condicionado, entre outros itens.

Foram, ainda, contratados, pontualmente, serviços para os quais o Ministério esteve temporariamente sem cobertura contratual, como manutenção de persianas para áreas de representação do Palácio Itamaraty e afixação de quadros e obras de arte.

Devido à complexidade dos serviços sob responsabilidade da CGINFRA, os processos de dispensa de licitação são complementares às contratações e nota-se, ainda assim, que há espaço para maior dinamização neste setor e para a modelagem dos processos, especialmente diante da maior complexidade dos processos de dispensa no âmbito da nova Lei de Licitações.

4.3.3 *Gestão de recursos logísticos*

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGLOG) é a unidade administrativa do Ministério das Relações Exteriores responsável pela gestão de contratações para provimento de bens e serviços necessários ao apoio logístico à SERE e pela concessão de uso de áreas de imóveis da União administrados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Com relação ao Relatório de Gestão do exercício de 2020, observa-se melhoria do planejamento e gestão dos contratos de responsabilidade da CGLOG, por meio da implementação da divisão de funções explicitadas a seguir.



Setor	Atividades
Coordenação de Planejamento Logístico (CPLAN)	I - instruir processos licitatórios para a contratação de serviços necessários ao apoio logístico à SERE; e II - subsidiar e auxiliar o ordenador de despesas no planejamento das contratações de sua competência.

Coordenação de Serviços (CSER)	<p>I - realizar a gestão das contratações de serviços necessários ao apoio logístico à SERE;</p> <p>II - em coordenação com o SEPRO, o SAT e o SETRAN, subsidiar e auxiliar o ordenador de despesas na formalização da demanda das contratações de sua competência.</p>
Setor de Proteção à Pessoa e ao Patrimônio (SEPRO)	<p>I - encarregar-se da segurança física dos prédios, dos equipamentos, do material e do pessoal da SERE;</p> <p>II - controlar a entrada e saída de pessoas, veículos, equipamentos e material; e</p> <p>III - exercer a fiscalização técnica e acompanhar a execução de contratações de sua competência, tais como as relativas a vigilância e brigada de incêndio particular.</p>
Setor de Apoio à Terceirização (SAT)	<p>Competem ao Setor de Apoio à Terceirização (SAT) exercer a fiscalização técnica e acompanhar a execução de contratações:</p> <p>I - que envolvam alocação de mão de obra de dedicação exclusiva para apoio logístico à SERE;</p> <p>II - de natureza geral, tais como lavanderia, TV por assinatura, chaveiro, jornais e revistas, entre outras; e</p> <p>III - propor a alienação ou baixa de material permanente, em coordenação com a CPAT.</p>
Setor de Transporte (SETRAN)	Exercer a fiscalização técnica e acompanhar a execução de contratações relativas a transporte institucional.
Coordenação de Gestão de Imóveis Funcionais (GEIMF)	Exercer a gestão da cessão de uso de imóveis funcionais administrados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Principais realizações em 2021

- Capacitação

Com o apoio da Divisão de Treinamento Avançado (DTA), os servidores lotados na CGLOG participaram, ao longo de 2021, de cursos de capacitação em temas de gestão

e fiscalização de contratos e melhoria de processos, mantendo-se atualizados em relação à legislação e à jurisprudência, privilegiando cursos gratuitos ministrados por escolas de governo.

- Planejamento de Contratos

Ao longo de 2021, tramitaram na CGLOG 25 processos de planejamento. Além da carência de pessoal, a unidade enfrentou desafios decorrentes da ausência de informações consolidadas e sistematizadas a respeito dos contratos vencidos e vincendos. Em 2021, a CGLOG também se dedicou a processos de contratação com dedicação exclusiva de mão-de-obra, que apresentam maior complexidade e impacto orçamentário, tais como contratação dos serviços de vigilância e limpeza, que são regidos por legislação específica e apresentam grande número de postos de trabalho.

Outro desafio verificado em 2021 foi a importante variação de preços de itens a serem adquiridos, que apresentam forte influência na composição dos custos das contratações e dificulta o trabalho de pesquisa de preços (ex: café).

As especificidades do Ministério das Relações Exteriores, tanto no que diz respeito a sua missão institucional, quanto no que se refere a sua estrutura física trazem maior complexidade ao planejamento das contratações, pois há dificuldades em se estabelecer precedentes advindos de contratações de outros órgãos públicos. Torna-se, portanto, ainda mais difícil realizar a pesquisa de preços, tanto em preços praticados pela administração pública, quanto entre fornecedores.

- Gestão de Contratos

Ao longo de 2021, houve importantes avanços em relação aos contratos de serviços terceirizados. Destacam-se, entre eles, a assinatura de novos contratos de limpeza, de segurança e de apoio administrativo.

Foram assinados contratos de cessões de área de uso para associações que desempenham atividade de interesse deste Ministério (Associação dos Diplomatas Brasileiros, Associação dos Familiares de Servidores do Itamaraty, Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro, Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores e Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores).

Atendendo a recomendação do TCU, no contexto da retomada progressiva do trabalho presencial, foi concluído processo licitatório para cessão de uso de espaço que permitiu a reabertura da lanchonete.

Contrato de Limpeza

Em relação ao serviço de limpeza, a assinatura do novo contrato possibilitou economia de cerca de 2,182 milhões de reais anuais ao Ministério, graças à competitividade do certame e da possibilidade, facultada ao licitante, de determinar maior produtividade por metro quadrado, o que reduziu a quantidade de funcionários alocados no serviço.

RDJ (contrato atual): Valor anual de R\$ 4.575.898,09 para 96 funcionários, já inclusos materiais e equipamentos. Total de R\$47.665,61 anuais por funcionário.

Presta (contrato anterior): Valor anual de R\$ 6.758.785,82 para 104 funcionários, já inclusos materiais e equipamentos. Total de R\$64.988,33 anuais por funcionário.

Contrato de apoio administrativo

Em 28 de setembro de 2021, foi assinado contrato com a empresa Defender Conservação e Limpeza em 28/9, vencedora da licitação realizada pelo Ministério da Economia. O acordo teve por finalidade o fornecimento de mão de obra para as funções de Auxiliar Administrativo (antigo contínuo); Recepcionista; Técnico em Secretariado; e Secretário Executivo. Logrou-se, assim, reestruturar as funções desempenhadas pelo apoio administrativo, racionalizando os processos de trabalho, de acordo com as necessidades do MRE. Graças à coordenação com as áreas finalísticas foi possível garantir continuidade dos serviços prestados.

- Fiscalização Administrativa

As atividades de fiscalização administrativa buscam assegurar que as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos funcionários alocados no âmbito de contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra sejam adimplidas, o que é especialmente relevante à luz da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que atribui à administração responsabilidade solidária por esses encargos, “se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado” (art. 120, § 2º).

- Gestão de pessoal da unidade

Conforme indicado pelo Departamento de Administração, a CGLOG também enfrenta carência de pessoal para a gestão dos contratos de sua competência. A carga individual de atribuições e de responsabilidades de gestores e fiscais técnicos supera, em muito, as recomendações e boas práticas dos órgãos de controle. Ademais, a alta rotatividade dos servidores do MRE afeta a continuidade das rotinas, sobretudo pela necessidade de treinamento e familiarização com procedimentos e sistemas específicos.

- Execução Financeira

Foram executados pela CGLOG, ao longo de 2021, R\$ 34.283.241,21 (trinta e quatro milhões, duzentos e oitenta e três mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte um centavos). Manteve-se, assim, nível semelhante de gastos verificado em 2020, que montaram a R\$ 36.403.853,90 (trinta e seis milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos). A diferença entre os valores executados entre os últimos dois exercícios deveu-se à inscrição de certas faturas referentes a serviços terceirizados em restos a pagar em 2022. Não obstante, os números relativos a 2021 consolidam tendência de redução de gastos observada desde o início da pandemia de COVID-19. Em 2019, por exemplo, foram executados R\$ 43.111.342,11 (quarenta e três milhões, cento e onze mil, trezentos e quarenta e dois reais e onze centavos).

- Modernização de estruturas dos edifícios funcionais

O efetivo controle do desconto da taxa de ocupação da folha de pagamento dos servidores permissionários, bem como a aprimorada cooperação com a gestão orçamentário-financeira da SPU permitiram execução financeira de 99,94% pela GEIMF. No total, foram arrecadados R\$ 2.424.024,66 e executados R\$ 2.422.530,08, com saldo remanescente de pouco menos de R\$ 1.500,00, ao fim do exercício.

Os recursos arrecadados possibilitaram a reforma e a modernização de infraestruturas críticas para a segurança de 28 edifícios em que se localizam apartamentos funcionais sob responsabilidade do MRE. A iniciativa de reformas e modernização visa não apenas a garantir a segurança dos moradores, mas revela, bem assim, o zelo com o patrimônio imobiliário público da União.

4.3.4 Gestão de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia

A Coordenação de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia (CPAT) é a unidade administrativa do Ministério das Relações Exterior responsável pela gestão patrimonial da SERE, dos Escritórios Regionais e dos postos no Exterior.

Em 2021, além dos impactos decorrentes da pandemia de COVID-19, a CPAT incorporou Setor de Almoxarifado, o que ampliou as funções da unidade, que passou a ser responsável tanto pela gestão dos materiais permanentes quanto dos materiais de consumo. No que diz respeito às medidas de combate à pandemia de COVID-19, o Almoxarifado foi responsável pela distribuição na SERE de máscaras descartáveis, álcool em gel e álcool etílico, entre outros materiais. No momento, cabe ao Almoxarifado a gestão e/ou fiscalização de cinco atas de registro de preços, são elas: Pregão 06/2021 - Mobiliário e eletrodomésticos; Contrato 12/2021 - Serviços de gráfica; Pregão 05/2021 - Material de escritório; Pregão 10/2021 - Café e açúcar; e, Pregão 12/2021 - Bandeiras e brasões.

Em iniciativa de Melhores Práticas promovida pelo Ministério da Economia sobre o Almoxarifado Virtual Nacional (AVN), a gestão da CPAT foi premiada com o 4º lugar entre todos os órgãos da Administração Federal usuários da ferramenta.

Principais realizações em 2021

- Indexação e organização do arquivo histórico do SARQ

Deu-se continuidade à digitalização de plantas e arquivos históricos do antigo Setor de Arquitetura (SARQ). Até o final de 2021, foram reorganizados e digitalizados cerca de 60% dos arquivos relativos aos postos no Exterior.

- Próprios Nacionais no Exterior

Em 05 de março de 2020, foi publicada a Portaria nº 343, que aprovou o Manual de Gestão dos Próprios Nacionais no Exterior. Em 2021, 56% dos postos com imóveis próprios nacionais enviaram os dados solicitados. O envio era opcional e passará a ser obrigatório a partir de 2022. Atualizou-se o saldo no SPIUNET em R\$ 115.604.621,53, com base nas reavaliações dos imóveis que se encontravam subavaliados.

A publicação do Manual permitiu também a implementação de um sistema de controle das demandas de obras e serviços de engenharia realizadas pelos postos, garantindo maior controle das informações por parte da CPAT e do Departamento de Administração e Logística (DA). Embora o processo para total implantação do Manual demande mais tempo, nota-se evolução e boas práticas em postos que realizando o registro de projetos técnicos, manutenções preventivas e corretivas e outras intervenções realizadas nos imóveis. Até dezembro de 2021, foram registradas 38 demandas de engenharia relativas a diferentes imóveis.

- Migração para o SIADS

Em julho de 2021 foi concluída a realização do Inventário Geral da SERE, etapa importante para a migração para o SIADS. Em agosto, durante reunião técnica com representantes do Ministério da Economia, a CPAT foi informada de que a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) descartou a possibilidade de utilização do SIADS no Exterior. Dessa forma, não há, no momento, qualquer previsão de migração dos postos no exterior para este sistema. O sistema será utilizado apenas pela SERE e Escritórios Regionais.

- Conciliação de Postos “Siafizados”

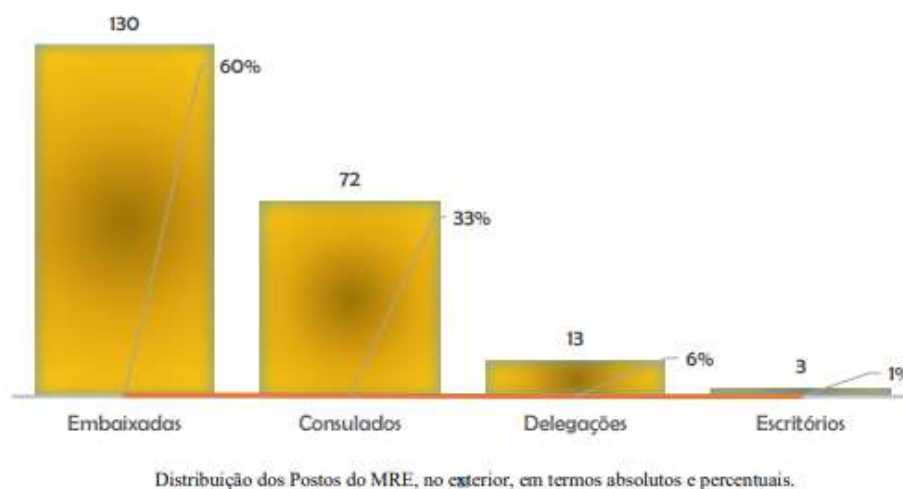
Apesar dos impactos da pandemia de COVID-19, a retomada gradual do trabalho presencial permitiu avanços no que diz respeito ao controle das contas patrimoniais dos postos siafizados. Em 2021, houve melhoria em 40% dos postos, com mais postos totalmente conciliados e lançamentos de depreciação em dia, graças à colaboração entre os servidores lotados nos postos e a equipe de contabilidade da CPAT.

Resultados obtidos: (i) quase a totalidade dos 95 postos siafizados atualizou suas planilhas de patrimônio em 2021; (ii) o percentual dos postos que não haviam realizado lançamentos de depreciação apresenta diminuição constante (13%, em 2021; 17%, em 2020 e 30%, em 2019); (iii) melhoria dos índices gerais: 36% dos postos terminaram o ano com discrepâncias significativas, ante a 46% em 2020; apenas 3,5% dos postos no exterior não enviaram seus inventários anuais relativos ao exercício de 2020, em 2019, esse percentual foi de 10%.

4.3.5 *Gestão dos postos no exterior*

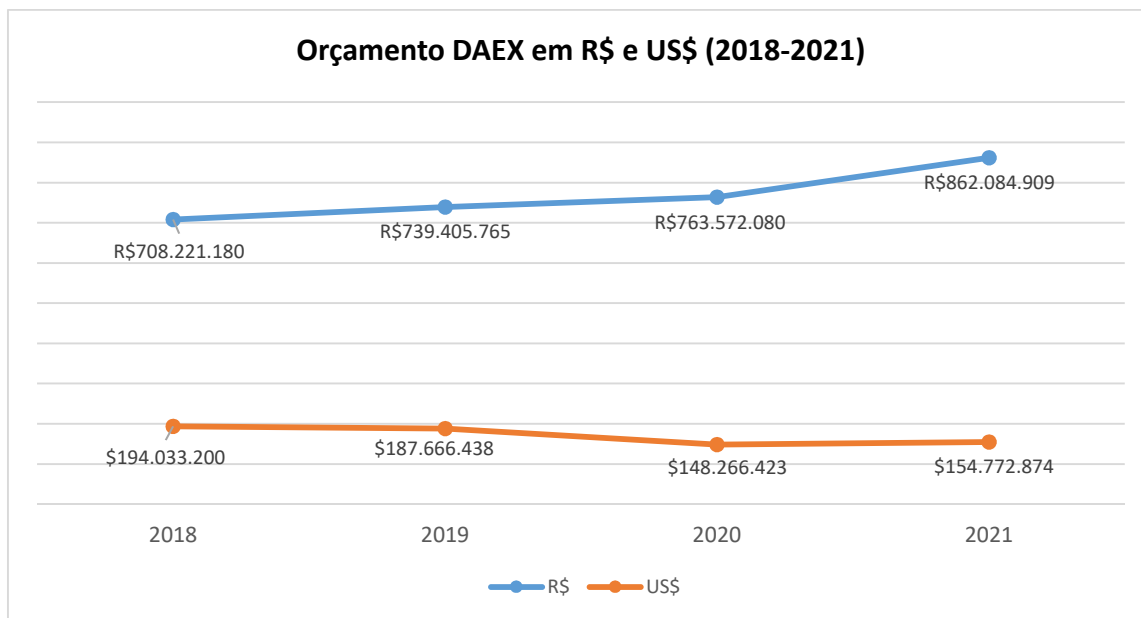
Compete à Divisão de Acompanhamento dos Postos no Exterior (DAEX) gerir e alocar recursos aos Postos no exterior para a ocupação, aluguel, conservação e manutenção de seus prédios; para a aquisição de próprios nacionais e de bens móveis; para o pagamento e gerenciamento das residências funcionais, e para a contratação e gerenciamento dos bancos de dados de auxiliares locais. Os dispêndios são feitos pelas seguintes dotações:

- pagamento dos custos de conservação e manutenção da infraestrutura dos postos: SMP;
- aluguel de imóveis oficiais: LIM-IM;
- pagamento e gerenciamento de residências funcionais dos servidores no exterior: LIM-RF;
- aquisição de bens móveis e de bens imóveis próprios nacionais: CAP.

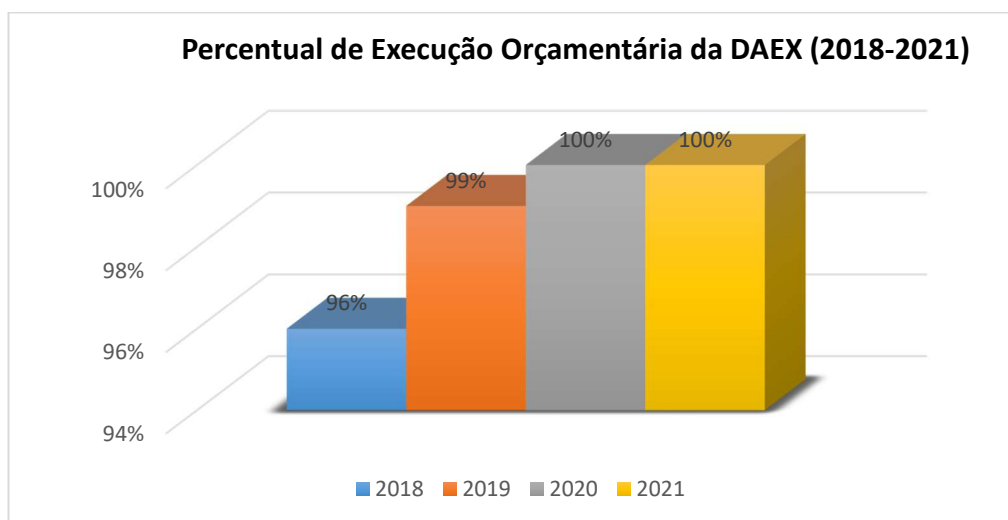


A DAEX é a maior unidade gestora de recursos da SERE, que executa a totalidade de seus recursos orçamentário-financeiros no exterior, o que a torna particularmente vulnerável à depreciação cambial. Em 2021, a DAEX executou 45% dos recursos orçamentário-financeiros do MRE, no valor de R\$ 862 milhões (equivalentes a USD 154 milhões). O orçamento da DAEX em dólares estadunidenses segue apresentando

expressiva tendência de queda de 21%, entre 2018 e 2021, haja vista a desvalorização cambial acentuada, conforme demonstra o gráfico a seguir:



A fim de dar cumprimento à missão institucional de supervisão, apoio e alocação de recursos para a manutenção dos postos e frente à desvalorização cambial que afeta drasticamente o orçamento da unidade, a DAEX coordenou-se com as repartições diplomáticas e consulares para planejar, acompanhar e monitorar a eficiência e economicidade da gestão. Malgrados os desafios apresentados, a DAEX concluiu 2021 com índice de execução orçamentária de 100%, conforme o seguinte gráfico:



Principais realizações em 2021

Em seguimento as ações de modernização, eficiência gerencial e otimização de gastos, foram entabuladas providências no sentido de aperfeiçoar processos de trabalho.

- Retomada da Proposta Orçamentária dos Postos (POP)

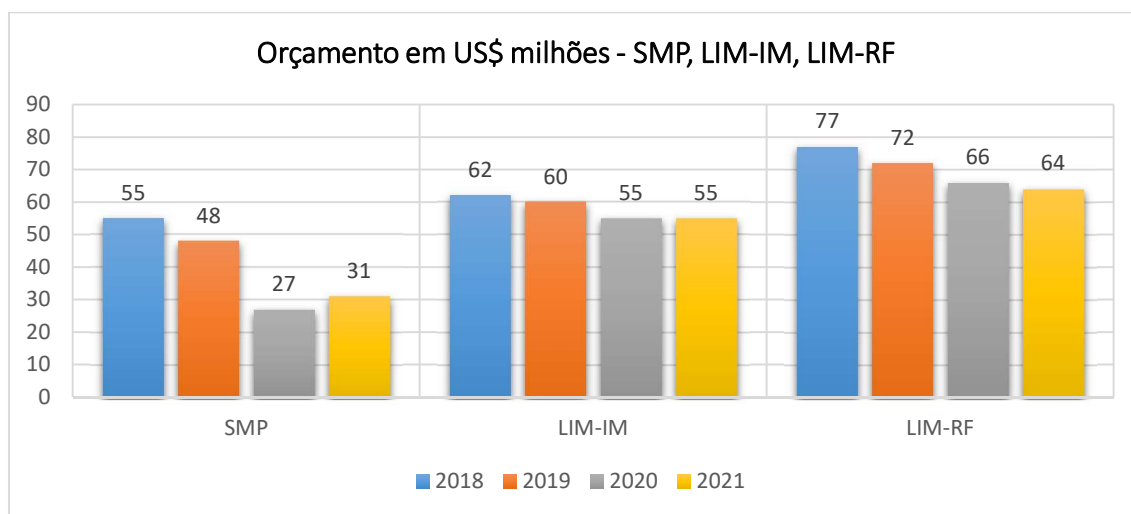
O acompanhamento da execução financeira e o planejamento das despesas do ano subsequente é realizado por meio da Proposta Orçamentária dos Postos (POP), que foi retomado pela DAEX em 2021. A POP permitiu analisar de maneira pormenorizada os gastos no exterior e reaproveitar ao fim do exercício passado os saldos financeiros existentes informados pelos postos em 30/9/2021.

Ademais, foram reajustadas as parcelas de manutenção de 17 postos, que indicaram possibilidade de redução de suas dotações de manutenção, o que gerou economia anual de R\$ 1,5 milhão. As informações derivadas da POP permitirão melhor elaboração da proposta para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023.

- Eficiência nos gastos no exterior

Na esteira do contexto de redução real do orçamento da DAEX de 21%, particularmente em vista da alta do dólar face ao real (52% entre 2018 e 2021), foram necessárias medidas de otimização de gestão e realocação de recursos entre dotações.

A seguir, apresenta-se o detalhamento por dotação da execução da DAEX desde 2018:



Houve expressiva redução de 43% nos gastos de manutenção básica (SMP), na comparação entre 2020 e 2019, em parte devido à pandemia de COVID-19. A tendência de baixa execução na SMP reverteu-se em 2021, com alta de 11%. A dotação ainda reflete os efeitos da pandemia e do trabalho remoto. Estima-se tendência de incremento na SMP, com a retomada das atividades laborais presenciais dos postos.

Com relação aos gastos com imóveis oficiais, houve redução de 11% nos gastos em dólares estadunidenses da dotação LIM-IM entre 2018 e 2021. Houve manutenção dos gastos com aluguéis entre 2020 e 2021. A economia de médio prazo deve-se à boa prática administrativa de otimização de contratos de aluguel, com negociação dos valores, além dos efeitos da pandemia de COVID-19 no mercado imobiliário mundial.

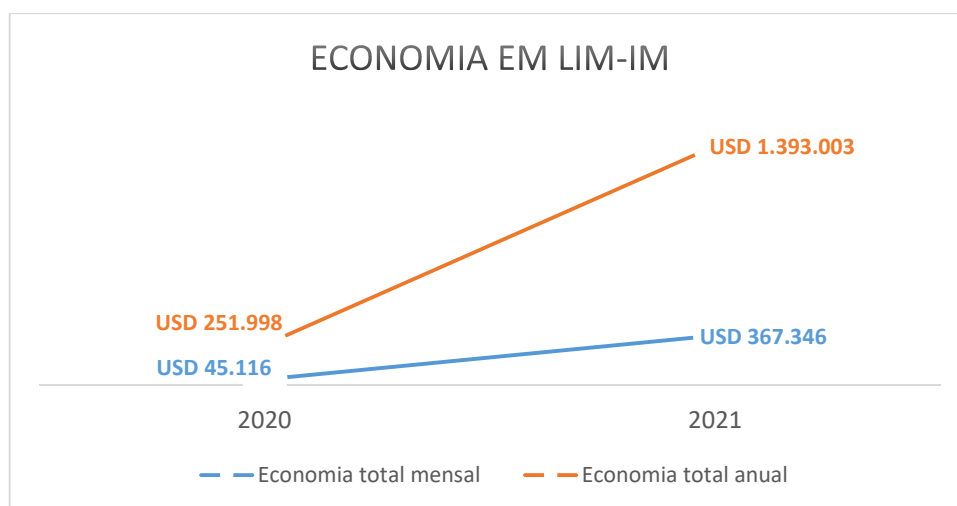
Por fim, no que diz respeito à dotação LIM-RF, houve redução em dólares estadunidenses de 17% no orçamento para reembolso de residências funcionais entre 2018 e 2021. Ademais, houve redução dos gastos em dólares para residência funcional de 2% entre 2020 e 2021. A redução explica-se pela tendência de significativa diminuição no número de servidores em exercício no MRE como um todo, em virtude de aposentadorias, falecimentos e pedidos de exoneração. Por fim, foram publicadas novas regras de reembolso de LIM-RF em dezembro de 2021, medida que deve acarretar aumento nos gastos da dotação nos próximos anos.

Gestão das dotações

- Renegociação de contratos de aluguel oficial

Em relação à contratação de aluguéis de imóveis no exterior (LIM-IM), seguiu-se utilizando, quando cabíveis, os índices referentes a custo de moradia para expatriados da consultoria MERCER, de modo a estimular que fossem adotados parâmetros de valores para residências oficiais e chancelarias. Com vistas a uniformizar a sistemática da locação de imóveis oficiais no exterior, a medida foi acompanhada da disponibilidade aos postos de: modelo de pesquisa de mercado, contratos de aluguel, processos administrativos de dispensa de licitação para aluguel de imóveis, e orientação direta aos postos. O referido procedimento coaduna-se com o Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT) pactuado pelo Itamaraty com o Ministério da Economia, no âmbito do programa “TransformaGov”.

Os aluguéis oficiais (dotação LIM-IM) representaram 36% dos gastos totais da DAEX em 2021, no montante de US\$ 55 milhões. Foram analisados e aprovados 59 contratos de aluguel em 2021 (50 renovações e 9 novos contratos), com redução de US\$ 1,3 milhão, em comparação com os valores pagos anteriormente.



Em razão de contratos de aluguel ou termos aditivos celebrados em 2021, mas que terão vigência a partir de 2022, há a previsão, até o momento, de economia anual de USD 630.200,70 para o exercício financeiro de 2022.

- Residência funcional no Exterior – Dotação LIM-RF

Os gastos com reembolso de residência funcional de servidores no exterior (LIM-RF) representaram 42% do total das despesas da DAEX, no montante de US\$ 64 milhões em 2021. Portaria aprovada em dezembro de 2021 estabeleceu novos limites de LIM-RF, o fim das faixas de reembolso de 70 a 90% em postos A e B, adicional de reembolso conforme perfil familiar e eventual deficiência física, bem como mecanismo de reavaliação periódica. Anunciou-se, ainda em 2021, o fim gradual do pagamento de residências de cônsules-gerais e representantes alternos por meio da dotação LIM-RF, uma vez que haverá residência oficial para as referidas funções. Com isso, estima-se redução de gastos em LIM-RF e incremento de gastos em LIM-IM a partir de 2022.

- Revisão de parcelas regulares

A análise de gastos, a atuação conjunta com os postos para aprimoramento de processos licitatórios e renegociação de contratos resultou em economia, em 2021, de cerca de US\$ 500 mil com relação ao exercício de 2020. Os gastos totais com custeio e manutenção dos postos foram de US\$ 31 milhões em 2021, o que representou 20% dos gastos totais da DAEX.

4.3.6 *Auxiliares Locais*

Compete à Divisão de Administração de Auxiliares Locais (DAUX), unidade sucessora do extinto Setor de Contratados locais (SCL), supervisionar e orientar os postos na gestão dos auxiliares locais, em particular sobre temas trabalhistas, salariais e previdenciários; orientar os postos no provisionamento de recursos necessários para o pagamento das despesas decorrentes de obrigações patronais; e orientar e auxiliar os postos no encaminhamento de questões judiciais movidas por auxiliares locais no Brasil e no exterior. A DAUX é responsável atualmente pela gestão de 3.233 pessoas contratadas nos 218 postos da rede do Ministério das Relações Exteriores.

Em 2021, coube à DAUX a gestão e execução de cerca de 29,93% do orçamento destinado ao Ministério de Relações Exteriores (MRE). A divisão dispôs de orçamento autorizado pelo Ministério da Economia de R\$ 563.289.556,00 (equivalentes USD 100.938.904,40, ao câmbio de 5,5805). A DAUX concluiu o ano de 2021 com índice de execução orçamentária de 98,71%. A média mensal de gastos da DAUX correspondeu a

US\$ 8.136.489,99. Em comparação, no ano de 2020, esse valor (para o antigo SCL) foi de US\$ 8.536.438,15. Faz-se importante frisar que em 2021, por meio de sua criação, a DAUX passou a encarregar-se de todos os contratos locais, incluindo aqueles vinculados ao setor comercial (SECOM) e aos Centros Culturais do Brasil (CCB). Em consequência, absorveu em seu orçamento despesa referente a um adicional de 442 auxiliares locais.

Otimização da execução financeiro-orçamentária no exterior

Em contexto de pandemia de COVID-19, de aprovação tardia do orçamento pelo Congresso Nacional e de desvalorização do real frente a moedas fortes, os postos no exterior foram instruídos a realizar medidas de aperfeiçoamento da execução orçamentária, como: comunicação saldos disponíveis a serem descontados das parcelas de recursos ainda devidas, racionalização de horas extras dos contratados locais, incentivo a medidas de economicidade, revisão dos gastos com a contratação de seguro de saúde para os contratados locais, redimensionamento da força de trabalho, comparativo de salários dos contratados locais com custo de vida e acompanhamento dos dados de maneira mais detalhada, em plataforma específica. O número total dos auxiliares locais no exterior foi reduzido de 3.365 em 2020 para 3.233, em 2021.

Realinhamento salarial

As medidas de contenção e redimensionamento mencionadas possibilitaram implementar política de realinhamento salarial em locais onde os níveis salariais estavam defasados em relação às condições de mercado. Dessa forma, os salários dos contratados locais foram ajustados em 65 postos, em 2021.

4.4 Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2021, o Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação (DTIC), unidade responsável pela gestão dos sistemas corporativos e dos ativos de tecnologia da informação e comunicações (TIC), bem como da gestão documental do Itamaraty, executou R\$ 64,8 milhões, correspondentes a 82,3% do orçamento previsto de R\$ 78,8 milhões. Os investimentos somaram R\$ 18,7 milhões, ao passo que as despesas de custeio foram de R\$ 46,1 milhões.

Em 2021, a pandemia de COVID-19 continuou a impactar negativamente as atividades do DTIC. Esse impacto refletiu-se no grau de execução do PDTIC 2019-2021, de 40%, consideravelmente mais baixo do que os dos dois anteriores: a execução do PDTIC 2015-2016 fora de 61% e o do PDTIC 2017-2018, de 69%.

Ações que necessitavam de novos insumos externos foram dificultadas, assim como o foram as atividades que exigiam presença ou deslocamento de funcionários. Só foi possível avançar, muitas vezes parcialmente, nas ações que puderam ser realizadas de forma remota e sem utilizar recursos comprometidos nas adaptações à pandemia.

Exemplo das atividades restritas foram a expansão da Rede Mundial Itamaraty (RMI), a renovação do parque tecnológico, a criação de novas gerências regionais de TI e a implementação do sítio de contingência. A pandemia também teve grande impacto sobre a área de desenvolvimento de sistemas, pois aumentou a demanda de mão-de-obra por desenvolvedores, o que resultou na elevação de salários a níveis incompatíveis com os valores do contrato vigente no começo de 2021, o que levou o DTIC a realizar novo processo licitatório, concluído em setembro.

A despeito das dificuldades geradas pela pandemia, o DTIC logrou executar o Plano de Transformação Digital (PGT), cumprindo os compromissos assumidos em dezembro de 2019 com a SEGES/MEcon e a SEME/PR.

4.4.1 Recursos aplicados em TI

Em razão da incorporação do contrato com o SERPRO referente ao desenvolvimento e hospedagem do Sistema Consular Integrado, o orçamento do DTIC, em 2021, foi de R\$ 78.789.217,62 – o maior valor já destinado ao Departamento e 29% maior do que a previsão de 2020. A execução chegou a 82,3% – consideravelmente maior do que os índices de 2020 (71,1%) e 2019 (70,6%), e no nível do índice alcançado em 2017 (86,0%). O total executado, de R\$ 64.855.583,51, foi o maior da série, superando em 49,3% o montante de 2020.

A tabela a seguir detalha a execução total do DTIC e a compara com os resultados verificados desde 2017:

		2017	2018	2019	2020	2021
Capital	Previsto	16.663.674,66	10.680.380,92	18.766.199,00	18.532.067,99	12.989.996,56
	executado	13.793.966,73	15.027.936,46	14.199.326,21	10.243.964,84	18.731.607,12
	%	82,8%	140,7%	75,7%	55,3%	144,2%
Custeio	Previsto	30.683.605,92	37.960.085,18	52.817.938,17	42.549.089,36	65.799.221,06
	executado	26.915.687,25	31.284.093,39	38.037.623,31	33.184.852,26	46.123.976,39
	%	87,7%	82,4%	72,0%	78,0%	70,1%
Total	Previsto	47.347.280,58	48.640.466,10	71.584.137,17	61.081.157,35	78.789.217,62
	executado	40.709.653,98	46.312.029,85	52.236.949,52	43.428.817,10	64.855.583,51
	%	86,0%	95,2%	73,0%	71,1%	82,3%

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, o índice de execução no Brasil foi menor do que o consolidado. Dos R\$ 45.666.221,64 previstos, foram executados R\$ 28.679.843,87 (62,8%), retomando aos patamares de 2019 (quando foram executados 61,4% do orçamento) após as imensas dificuldades provocadas, em 2020, pela pandemia de COVID-19. Ademais, o montante executado foi o maior já registrado, superando em 14% o pico anterior, registrado em 2018 (R\$ 25,2 milhões), conforme mostra a tabela abaixo.

Execução financeira no Brasil – 2017-2021

		2017	2018	2019	2020	2021
Capital	previsto	12.663.674,66	7.680.380,92	8.359.750,00	12.134.149,00	4.183.305,56
	executado	8.999.080,20	7.680.380,82	6.001.560,00	3.800.500,00	4.467.525,56
	%	71,1%	100,0%	71,8%	31,3%	106,8%

Custeio	previsto	22.281.680,92	25.733.016,18	31.827.034,17	28.396.710,39	41.482.916,08
	executado	15.981.434,62	17.507.769,67	18.691.824,53	12.565.786,41	24.212.318,31
	%	71,7%	68,0%	58,7%	44,3%	58,4%
Total	previsto	34.945.355,58	33.413.397,10	40.186.784,17	40.530.859,39	45.666.221,64
	executado	24.980.514,82	25.188.150,49	24.693.384,53	16.366.286,41	28.679.843,87
	%	71,5%	75,4%	61,4%	40,4%	62,8%

Impulsionada pela valorização do dólar e pela forte retomada dos investimentos, a execução no exterior foi a maior desde sempre e somou R\$ 36,2 milhões, ou 109,2% da previsão de R\$ 33,1 milhões – que também foi o maior orçamento já destinado a essa categoria de gastos. Quase 40% dos recursos (R\$ 14,3 milhões) foram destinados a recursos de capital, que tradicionalmente respondiam por um terço dos gastos no exterior. A tabela abaixo apresenta um sumário desses dados:

Execução financeira no exterior – 2017-2021

		2017	2018	2019	2020	2021
Capital	previsto	4.000.000,00	3.000.000,00	10.406.449,00	6.397.918,99	8.806.691,00
	executado	4.794.886,53	7.347.555,64	8.197.766,21	6.443.464,84	14.264.081,56
	%	119,9%	244,9%	78,8%	100,7%	162,0%
Custeio	previsto	8.401.925,00	12.227.069,00	20.990.904,00	14.152.378,97	24.316.304,98
	executado	10.934.252,63	13.776.323,72	19.345.798,78	20.619.065,85	21.911.658,08
	%	130,1%	112,7%	92,2%	145,7%	90,1%
Total	previsto	12.401.925,00	15.227.069,00	31.397.353,00	20.550.297,96	33.122.995,98
	executado	15.729.139,16	21.123.879,36	27.543.564,99	27.062.530,69	36.175.739,64
	%	126,8%	138,7%	87,7%	131,7%	109,2%

Esse resultado positivo deve-se, em grande medida, à antecipação para agosto do projeto anual Sistema de Recursos Tecnológicos dos Postos (SRTP), que permitiu ao DTIC avaliar e executar todos os planos de contratação transmitidos pelos postos no exterior antes do fim do ano. Com efeito, até agosto, apenas 5% do orçamento de capital do ano havia sido executado, pois os recursos referentes àquela rubrica começaram a ser liberados apenas em abril, em razão da demora na aprovação do Orçamento da União. Foi também a partir de abril que os gastos de custeio começaram a ser pagos regularmente, após três meses em que apenas necessidades emergenciais puderam ser cobertas.

No âmbito do SRTP, foi investido um total de US\$ 2.863.441,90, dos quais US\$ 2.729.778,93 corresponderam a recursos de capital e US\$ 133.662,97, a custeio. Dos 215 postos no exterior, 169 enviaram planos de investimento, e 144 foram contemplados total ou parcialmente.

Note-se que o aumento dos gastos em capital no exterior não pode ser atribuído apenas à valorização do dólar frente ao real. Como mostra a tabela abaixo, o montante investido em 2021, que somou US\$ 2,6 milhões, foi o segundo maior dos últimos 11 anos, perdendo apenas para os US\$ 2,9 milhões investidos em 2012.

Execução financeira no exterior – 2011-2021

Ano	Capital (USD)	%	Custeio (USD)	%	Total (USD)
2011	1.919.650,43	37%	3.281.941,42	63%	5.201.591,85
2012	2.944.180,65	45%	3.654.840,90	55%	6.599.021,55
2013	1.445.687,70	26%	4.190.774,03	74%	5.636.461,73
2014	1.350.156,04	25%	3.963.384,37	75%	5.313.540,41

2015	383.748,60	9%	3.668.283,94	91%	4.052.032,54
2016	1.451.835,77	30%	3.309.913,35	70%	4.761.749,12
2017	1.498.266,70	30%	3.428.077,01	70%	4.926.343,71
2018	1.987.484,38	33%	4.000.232,42	67%	5.987.716,80
2019	1.924.032,39	28%	4.893.234,91	72%	6.817.267,30
2020	1.151.862,37	22%	4.107.033,92	78%	5.258.896,29
2021	2.609.391,86	39%	4.098.809,76	61%	6.708.201,62

4.4.2 Contratações mais relevantes

No decorrer do ano, foram assinados nove novos contratos, de acordo com as prioridades previstas no PDTIC e no Plano Anual de Contratações, com destaque para: contrato de serviços e desenvolvimento de sistemas assinado com a empresa G4F, com valor anual estimado de R\$ 8 milhões; a subscrição de licenças de uso do software Microsoft Office 365 com a revenda TELTEC (por meio da adesão à Ata 04/2020 da Central de Compras), ao custo anual de R\$ 4,3 milhões; e a contratação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em TI, junto à empresa Gartner, ao custo de R\$ 2,2 milhões por ano. Ao final do exercício, o DTIC possuía 33 contratos vigentes no Brasil (os postos no exterior contratam localmente itens como links de internet e suporte de TI).

Contrato de serviços de desenvolvimento de sistemas

Em razão das dificuldades encontradas na execução do contrato firmado em 2020 com a empresa Websis, o Setor de Desenvolvimento da DINFOR deu início, no começo de 2021, a novo processo licitatório de serviços de desenvolvimento de sistemas. Finalizada em setembro, a licitação resultou na contratação da empresa G4F.

4.4.3 Principais iniciativas

Office 365

Em setembro de 2021, por meio de adesão à Ata 04/2020 da Central de Compras, foi assinado contrato de licenciamento da suíte de escritório Microsoft 365, em substituição ao modelo de licenciamento *on-premises* vigente até então. O novo contrato trouxe uma série de benefícios com relação ao modelo anterior: (i) aumento substancial do espaço disponível aos usuários; (ii) ferramenta para trabalho remoto, com o o Microsoft Teams; (iii) aumento da segurança, com a migração do e-mail houve o fechamento da porta de entrada mais utilizada para ataques cibernéticos contra o MRE; (iv) padronização do ambiente: todos os escritórios passam a ter a mesma versão do Office e recebem as mesmas atualizações; (v) redução de custos a longo prazo: a contratação da subscrição do Office 365 eliminou a necessidade de aquisição, pelos postos, de licenças perpétuas de suítes de escritório; (vi) economicidade: graças ao volume da contratação, os preços oferecidos no âmbito da Ata 04/2020 são inferiores aos praticados pela Microsoft nos Estados Unidos, e os reajustes serão calculados pelo índice ICTI, e não pela variação cambial; (vii) eficiência administrativa: o Office 365 permite o compartilhamento e a edição de documentos, otimizando o fluxo de trabalho; (viii) estabilidade dos sistemas: a operação fica a cargo da Microsoft, cuja escala proporciona mais recursos de infraestrutura e segurança do que o MRE.

Nova versão do sistema e-docs de gestão documental

Em janeiro de 2021, entrou em operação a nova versão do sistema de gestão documental e-docs. Mais rápido e fácil de usar, o sistema acelerou a tramitação de documentos e foi integrado ao Protocolo Eletrônico Nacional (PEN). No segundo semestre, o e-docs passou a receber e enviar processos eletrônicos via PEN, em adição aos documentos avulsos. Apenas em 2021, foram criados 64.232 documentos no e-docs. Ao todo, a base de dados do sistema já soma mais de 256 mil documentos, o que atesta o êxito do produto e sua ampla aceitação pelo MRE.

O e-consular e o Plano de Transformação Digital (PTD)

Assinado em dezembro de 2019, o MRE firmou com a SEME/PR e a SEGES/MEcon o Plano de Transformação Digital, com vistas a promover a digitalização dos serviços prestados pelo MRE aos cidadãos – nomeadamente os serviços consulares. Ao final de 2020, 15 postos, responsáveis por 28% da produção consular, haviam adotado o e-consular como solução de verificação de documentos e agendamento de atendimentos dos postos consulares no exterior. Em 2021, o sistema foi expandido para mais 60 postos, responsáveis por 57% da produção. Com 85% dos serviços consulares digitalizados, cumpriu-se a meta estipulada pelo Plano de Transformação Digital.

Pesquisa conduzida pela DINFOR sobre o e-consular indicou que as repartições consulares avaliam positivamente a adesão ao sistema. Em termos gerais, considerou-se que o e-consular se adequou bem à rotina dos postos e contribuiu para diminuir o tempo de atendimento no balcão, o tempo de espera, e o número de retorno dos consulentes aos postos. Observou-se redução das filas físicas nas instalações dos postos, bem como queda do volume de e-mails e arquivos eletrônicos trocados entre postos e consulentes, na medida em que o agendamento e o envio de documentos online passaram a ser realizados prioritariamente pelo sistema e-consular, à exceção de casos pontuais e/ou emergenciais. Foram relatadas melhoras significativas nos fluxos de trabalho, como: distribuição mais homogênea de requerentes, evitando-se picos; redução do tempo de permanência dos consulentes nos postos, em razão do pré-atendimento realizado pelo e-consular; e diminuição de serviços não completados por falta de documentação de apoio, já que a validação dos documentos pode ser realizada antecipadamente.

4.4.4 Gestão documental

Serviço de Malas e Correios Diplomáticos

O Sistema Serviços de Malas e Correios Diplomáticos (SMCD) gerencia os envios e recebimentos das malas diplomáticas, bem como o controle dos documentos transitados. Em 2021, foram emitidas 3.545 guias de malas, das quais 2.263 foram enviadas da SERE para os Postos, e 1.282 foram enviadas dos Postos para a SERE.

O SMCD também presta apoio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para a aplicação, no exterior, do exame para

obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS). Foram enviados e recebidos 44 malotes para 38 Postos na Edição Única, realizada em novembro de 2021.

Seção de Transmissão e Recepção Telegráfica

É responsabilidade da Seção de Transmissão e Recepção Telegráfica gerir o Sistema de Comunicações Telegráficas, com vistas assegurar ordem das séries telegráficas de documentação dos postos. Em 2021, a Seção respondeu cerca de 1.800 solicitações, via GIS, de repetições, retransmissões, redistribuições, reclassificações, problemas de lacunas e duplicidades e desclassificações nas séries telegráficas dos Postos do MRE no exterior. Em 2021, esse processou 171.697 expedientes, dos quais 153.618 foram classificados como ostensivos, 15.438 como reservados, 2.497 como secretos e 144, como ultrassecretos. Os postos expediram 104.780 telegramas, ao passo que a SERE expediu 64.439 despachos telegráficos e 2.478 circulares telegráficas.

Biblioteca Antônio Francisco Azeredo da Silveira

A Biblioteca Azeredo da Silveira, centro de referência para o tratamento e a pesquisa em política externa, atende expressivo público externo de cientistas políticos, acadêmicos, historiadores e pesquisadores, e exerce influência também sobre a imagem institucional do Ministério. Possui um acervo de aproximadamente 320 mil títulos de valor inestimável e de importância singular pelas inúmeras obras em História, Direito Internacional, Relações Internacionais, publicações das Nações Unidas, coleção de periódicos científicos, anais, catálogos, Relatórios do MRE, coleção especializada em política externa, datada de 1902. A Biblioteca abriga, ainda, coleções completas de obras raras e especiais, que constituem patrimônio do Estado brasileiro protegido por leis específicas. A Biblioteca Azeredo da Silveira é a maior instituição referencial da América Latina em relações internacionais.

Em 2021, a Biblioteca Antônio Francisco Azeredo da Silveira realizou 707 atendimentos a usuários internos e externos. Processou na Base de Dados Pergamum 255 títulos e recebeu 4.494 consultas na base EBSCO, da qual a Biblioteca possui assinatura que inclui os catálogos *Academic Search Premier*, *Political Science Complete*, *Human Resources Abstracts* e *Public Administration Abstracts*.

4.4.5 *Segurança da Informação*

Em 2021, verificou-se intensificação dos ataques cibernéticos direcionados a órgãos do governo brasileiro. O MRE foi alvo, em média, de 50 mil ataques mensais, conforme levantamento do *Security Operations Center* (SOC) do órgão, objeto de contrato gerido pela Coordenação-Geral de Segurança da Informação (CGSI).

À medida que as organizações fecham vulnerabilidades técnicas em seus sistemas, os atacantes passam a dedicar-se a ataques de “engenharia social”, nos quais o próprio usuário fornece, inadvertidamente, suas credenciais. Os ataques mais comuns dessa categoria, chamados de “phishing”. Em 2021, a equipe da CGSI tratou 95.641 emails contendo tentativas de “phishing”, dos quais 48% foram recebidos apenas no quarto trimestre.

4.4.6 *Desafios*

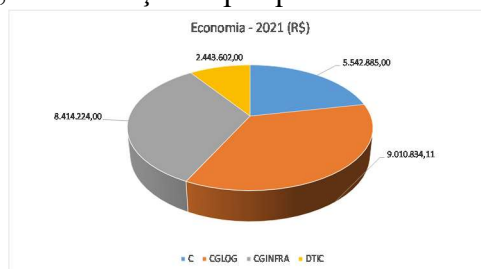
A escassez de mão-de-obra especializada na área de TIC aumentou os custos dos serviços e criou obstáculos importantes às iniciativas do DTIC. No começo de 2021, a DINFOR avaliou que o contrato que havia sido assinado, poucos meses antes, com a empresa Websis não era economicamente viável, e decidiu proceder a nova licitação, que resultou na contratação da G4F em setembro de 2021. A transição contratual implicou redução do nível de execução de diversos projetos, que apresentaram retomada a partir do quarto trimestre, mas em ritmo aquém ao desejado.

A crise de mão-de-obra não se limita aos quadros técnicos das empresas que fornecem serviços ao MRE. Manifesta-se, também, no número cada vez menor de Analistas de Tecnologia da Informação (ATI), carreira do Ministério da Economia para a qual não são realizados concursos há vários anos e que concentra os profissionais especializados em contratação e fiscalização de serviços de TI. Como a gestão de contratos deve ser feita por servidores públicos, esse déficit limita sobremaneira a capacidade do DTIC de lançar novos projetos.

4.5 Gestão de licitações e contratos

Em 2021, foram abertos 52 processos de contratação. Desses processos, 26 foram encerrados, 17 estão em fase de planejamento e 4 foram objeto de contratação direta ou no exterior.

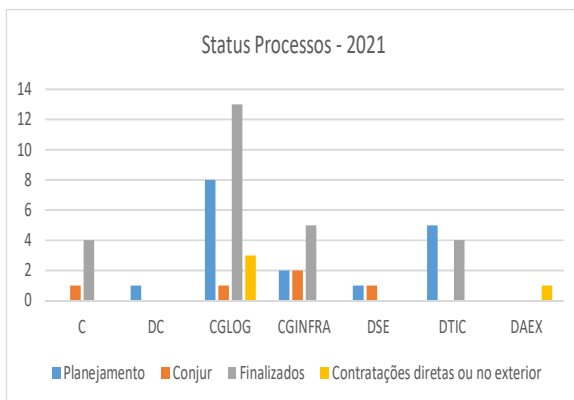
Obteve-se economia total de R\$ 25.411.545,11 em relação às pesquisas de mercado instruídas pelas áreas, o que representa um desconto médio de 28,95%. O tempo de processamento dos pregões foi de 28 dias, a contar do início da sessão. Somado aos 8 dias úteis legalmente obrigatórios para a divulgação, os pregões são encerrados, em média, em 36 dias pela CGLC.



Ao avaliarem-se as ações de governança, conclui-se que houve avanço. A consolidação do uso da IN 5/17, o projeto piloto de gestão de risco e a elaboração da minuta de portaria que regulamenta as atividades da CGLC contribuíram para a performance.

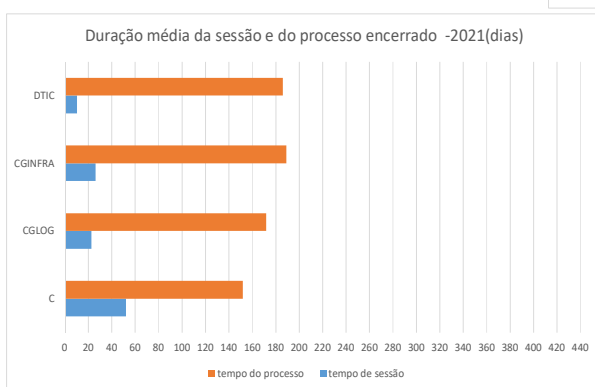
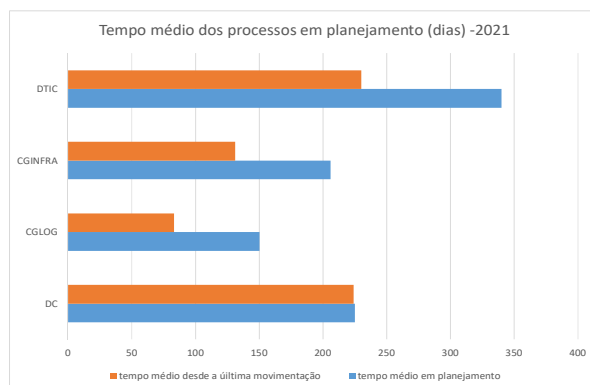
4.5.1 Panorama operacional

Em 2021, foram contabilizados 52 processos, das quais 50% foram encerrados, 32,69% estão em fase de planejamento, 9,62% estão em análise pela Consultoria Jurídica e 7,69% foram encerrados por outros meios de contratação, seja contratação direta ou no exterior.



O tempo médio dos processos, contabilizados desde o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) até a data de encerramento da sessão licitatória, é de 175 dias. Percebe-se que há uma menor dispersão dos tempos de processo entre as diferentes áreas, o que indica maior coesão e uniformidade de processos e conhecimentos das unidades gestoras.

O tempo médio de sessão, 28 dias, sofreu variação mínima em relação ao ano anterior. Como costuma acontecer, processos que incluem análise de amostras têm duração maior, como foi o caso da aquisição de condecorações pelo Cerimonial. Já contratações que envolvem mercados especializados, como o de Tecnologia da Informação, costumam ser mais curtos.



Há de se ressaltar que, embora a CGLC tenha sido criada em 2021, por meio do Decreto 10.598, de 11 de janeiro de 2021, a unidade e aquelas a ela subordinadas ainda não puderam ser plenamente implementadas. A falta de estrutura centralizada no planejamento das aquisições impede que se apure, com precisão, processos que não resultaram em licitação. A partir da análise dos tempos dos processos em planejamento, verifica-se que foram abertos, em média, há menos de 230 dias, o que é tempo demasiado. As razões costumam ser: a falta, em análise preliminar, de priorização dos processos – que são abertos, apenas, formalmente – ou de recursos humanos com competências técnicas. Confirma-se que os processos perderam prioridade ou foram encontradas formas alternativas de contratação ao analisar o tempo médio desde a última movimentação do processo, cuja média é de 167 dias.

Apesar dos prazos demasiado longos para os processos em planejamento, pode-se concluir que os processos encerrados tiveram bom desempenho, ou seja, economia razoável em relação à pesquisa de mercado, nível de contestação moderado e tempo de sessão dentro do esperado. Deve-se a boa atuação da CGLC a:

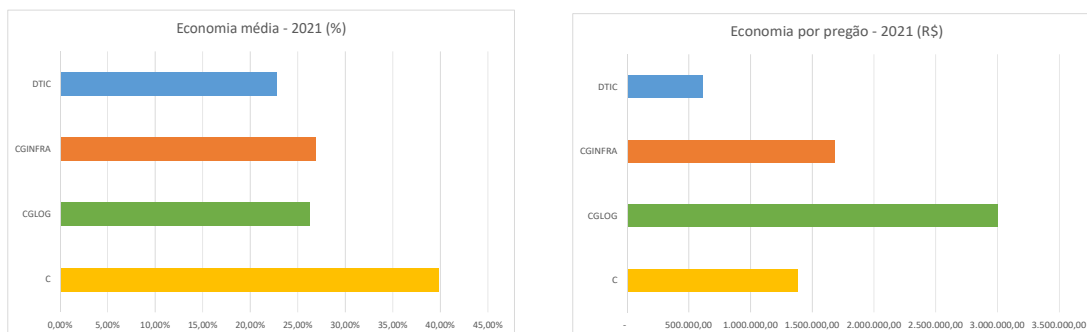
- a consolidação da IN 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta;
- a observância a IN 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

- a utilização da IN 40/2020, que Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras;
- a elaboração dos documentos licitatórios, a partir dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU).

Em consequência, percebe-se o reduzido número de recursos, 38,46%, e impugnações, 34,62%. De um ponto de vista qualitativo, as contestações não foram substantivas, permitindo a resposta rápida e sem alterações estruturais ao processo. Sem dúvida, o baixo grau de contestação é causa do baixo tempo de sessão (28 dias).

Em termos relativos, a economia média por pregão foi de R\$ 1.588.221, valor muito superior ao custo médio do processo licitatório, estimado em R\$ 73.237,51 (<https://edocs.itamaraty.gov.br/documento/207670>).

É forçoso reconhecer que o indicador traz, apenas, aspectos quantitativos, sem levar em consideração, por exemplo, fatores qualitativos que envolvem a elaboração da pesquisa de mercado (por exemplo, adequação do objeto pesquisado ao contratado, atendimento à IN 73/20, análise crítica do resultado da pesquisa). De maneira a melhorar a avaliação dos aspectos econômicos, passa-se a observar também o desconto médio, ou



seja, a diferença entre o valor máximo apurado em pesquisa de preços e os valores obtidos em licitação, e a economia por pregão.

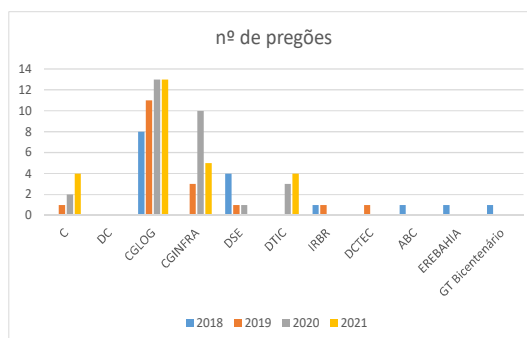
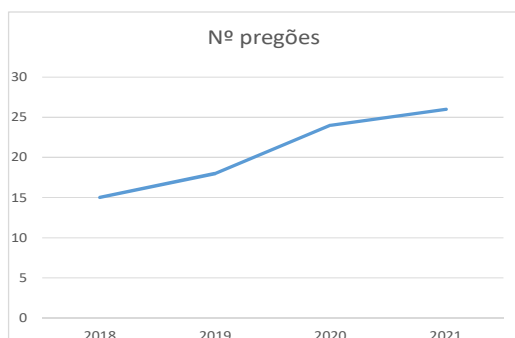
Quanto à sazonalidade, houve sensível redução de entrada de processos nos últimos 6 meses do ano (80% em 2020 e 50% em 2021).

A CGLC contou com, apenas, 2 pregoeiros durante a maior parte do ano, o que determina índice de produtividade de 26 processos por pregoeiro, bem superior ao índice de 2020, 17 processos em média.

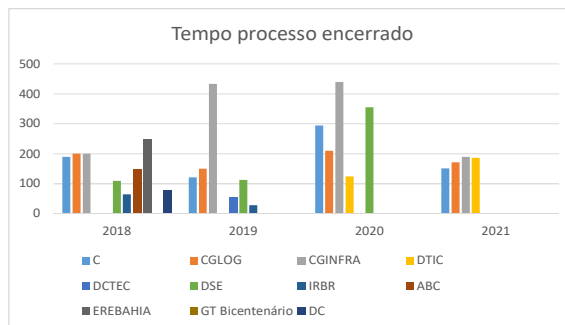
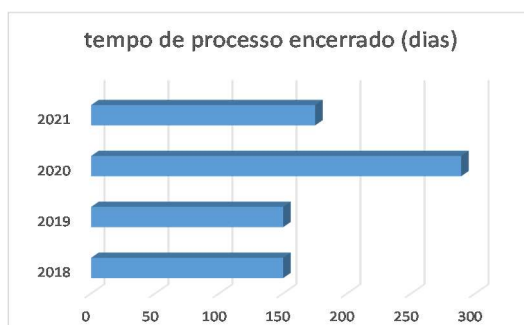


4.5.2 Evolução operacional 2018-2021

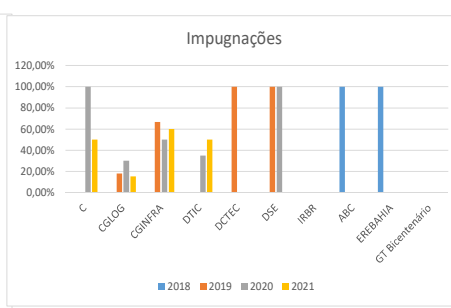
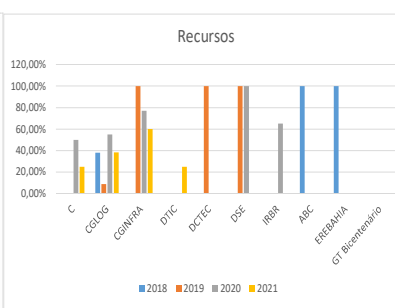
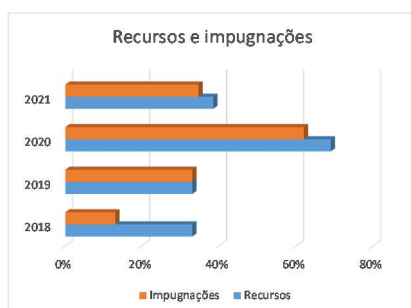
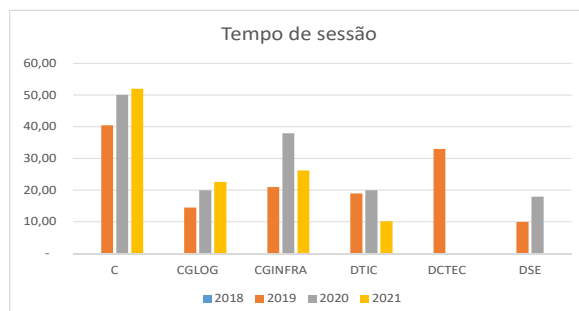
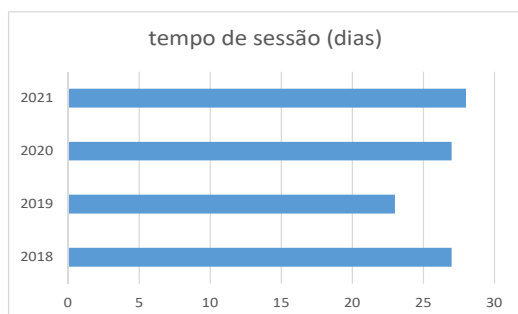
Desde 2018, é possível observar aumento significativo no número de pregões encerrados, 73%, influenciados significativamente pela atuação da CGLOG, do Cerimonial e do DTIC. Ao considerar a lotação exígua da CGLC em 2021, é possível reconhecer o aumento expressivo da produtividade.



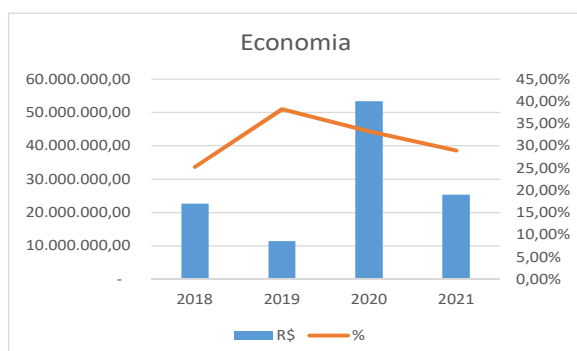
Quanto aos tempos do processo encerrado, chega-se à conclusão de que o tempo despendido é de cerca de 150 dias.

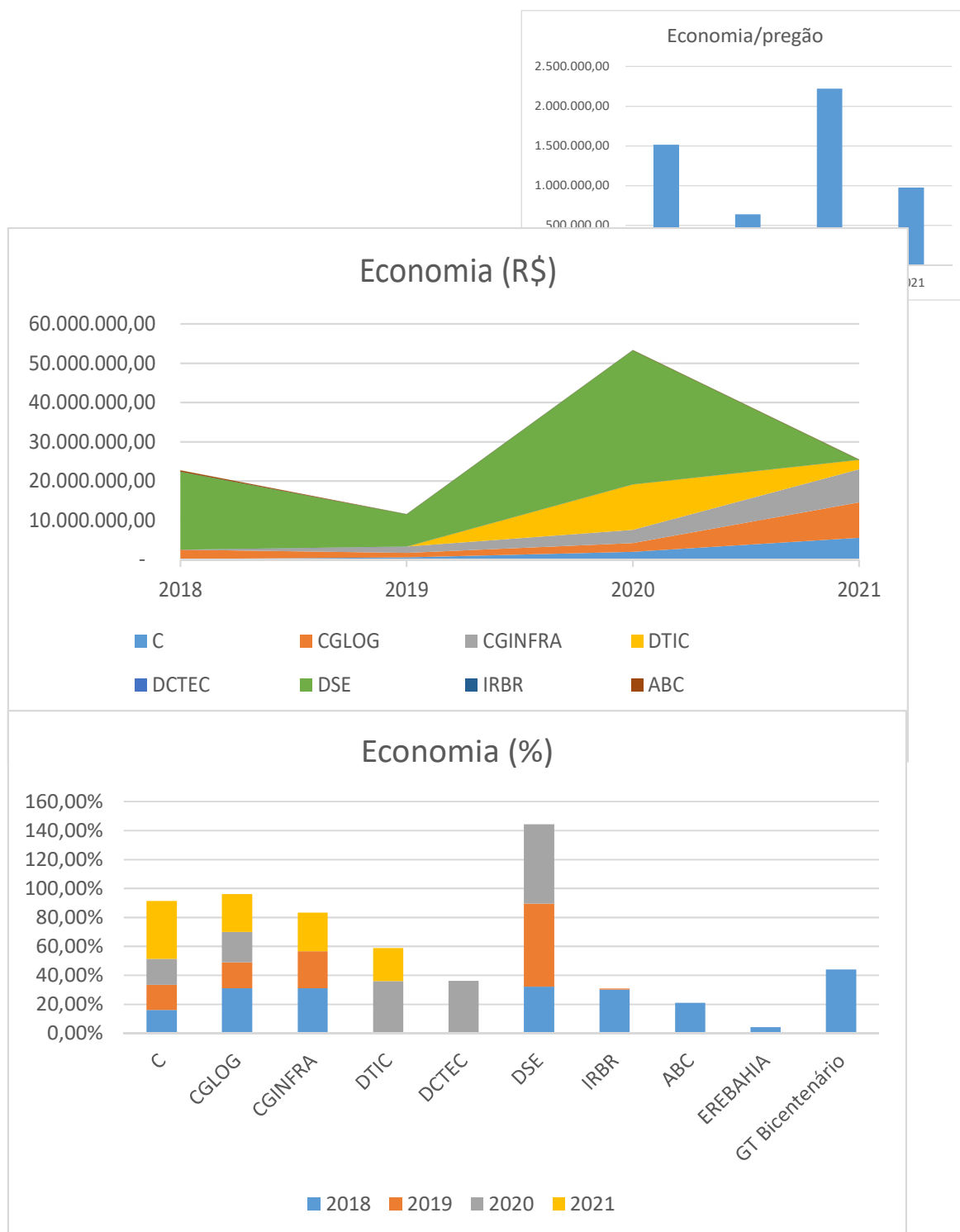


Durante o período analisado, o tempo médio de sessão não superou 30 dias. Licitações em que haja fase de análise de amostras ou que careceram de diligência aprofundada destoam da média, como é o caso do processo de aquisição de condecorações, dos processos de contratação de eventos e de manutenção predial.



Ao analisar a evolução dos aspectos econômicos desde 2018, percebe-se que a economia gerada varia conforme o volume de recursos orçamentários disponíveis, a quantidade de pregões e a estimativa prévia de preços, tendo sido economizados recursos da ordem de R\$ 112.982.630,11. Quanto ao desconto médio obtido, percebe-se que não foi inferior a 25%, ostentando média de 31,42%. A economia média por pregão foi de R\$ 1.338.621,79.





4.5.3 Panorama gerencial (ações de governança)

Em 2021, houve importantes alterações no marco normativo da governança em aquisições, com a Lei 14.133/2021 e a Portaria SEGES/ME 8.678/2021, que regulamenta

o art. 11, parágrafo único, ao definir como dever da alta administração a implementação de instrumentos de governança das contratações pública.

Enumera-se, a seguir, o avanço das ações de governança e o respectivo conceito:

- Implementação Instrução Normativa MPDG nº05/2017

Considera-se que a IN 05/2017 teve o uso consolidado dentre as atividades de planejamento das contratações no MRE. As Instruções Normativas 73/2020 e 65/2021, que versam sobre a elaboração da pesquisa de preços, e a 40/2020, que dispõem sobre a elaboração dos estudos técnicos preliminares, vêm sendo amplamente utilizadas. Conjur, Ciset e o Sistema de análise de editais e licitações (ALICE) contribuíram para a institucionalização dos processos de planejamento.

Quanto à gestão de risco, foi levado a cabo o projeto piloto de análise do metaprocesso de aquisições, fase seleção do fornecedor, no âmbito do Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT).

Elaboração do Plano de Anual de Contratações

A CGLC continua coordenando a elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), conforme determina a IN 01/2019.

Em 2021, elaborou-se o PAC 2022 e as diversas revisões aconteceram de maneira satisfatória, com ampla adesão das unidades gestoras na SERE. O PAC 2022 está publicado na página eletrônica do MRE (<https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/plano-anual-de-contratacoes/plano-anual-de-contratacoes-2021>).

Modelagem de processos de aquisição (no Brasil e no exterior), padronização de documentos de licitação, definição de responsáveis em cada etapa do processo

O processo de aquisição no Brasil, desde o planejamento à gestão contratual, foi atualizado e continua sendo utilizado pelas unidades gestoras. O processo de aquisição no exterior, desde o planejamento à seleção do fornecedor, também foi modelado nos termos do GAP.

Elaboração de controle internos do processo (Check lists)

Continuam sendo utilizados os *check-lists* disponibilizados pela AGU, que, ademais de dinamizarem a apreciação jurídica, constituem controle de conformidade do processo. A gestão de riscos do metaprocesso de Aquisições, fase de seleção de fornecedores, constitui forte instrumento de controle interno de gestão, por meio do plano de ação de tratamento de riscos.

Elaboração de plano de capacitação em aquisições

Em razão da pandemia e do Decreto 9.991/19, a CGLC não ministrou os cursos usuais, como o Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE). A CGLC participou em cursos de reciclagem, especificamente, naqueles que versam sobre o novo Estatuto Licitatório, Lei 14.1336/2021, como:

- TCU e a nova lei de licitações, ministrado pela empresa Zênite;
 - Planilha de custos, revisão, reajuste e repactuação de contratos, ministrado pela empresa Inove Capacitação;
 - Combate a carteis em licitações no Brasil: uma revisão das compras públicas federais, ministrado pelo CADE/OCDE;
 - Promoção de competitividade em compras públicas: Melhores práticas e recomendações da OCDE, ministrado pela OCDE;
 - *Gestão de conflitos e negociação*, ministrado pela Escola Virtual de Governo (ENAP); e
 - *A nova Lei de Licitações*, ministrado pela Unieducar.
- Instruções de divulgação de informações e transparência ativa

À luz da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, foram promovidas alterações na página eletrônica do MRE, para que constem as licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados. As informações sobre 2021 podem ser obtidas em <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-prestacao-contas/licitacoes/licitacoes-finalizadas-e-em-andamento>. Licitações anteriores podem ser consultadas pelo link <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.

4.6 Gestão e Conservação do Patrimônio Histórico

4.6.1 Conservação e Restauro de obras de arte do acervo da SERE

Foi celebrado novo contrato com a empresa Restauro Weber, para restauração de oito obras de arte de relevo artístico e patrimonial. Em conformidade com o cronograma acordado para a realização do serviço, as primeiras quatro obras foram restauradas entre os meses de julho e dezembro de 2021.

Em 2021, deu-se início ao projeto de restauração, pela primeira vez, da escultura Meteoro, de Bruno Giorgi, símbolo do MRE, instalada em 1967 no espelho d'água do Palácio Itamaraty. A empresa Restauro Carioca foi contratada (Contrato nº 27/2021) para elaboração do Projeto de Restauração, de Manual de Conservação Preventiva da escultura, e supervisão técnica da execução do serviço. Os trabalhos de investigação diagnóstica, análise do estado de conservação e elaboração do projeto de intervenção foram concluídos em janeiro de 2022. O projeto foi analisado e aprovado pelo Iphan, autorizando o MRE a instruir o processo licitatório para contratação de empresa que fará a intervenção.

4.6.2 Conservação e restauro de mobiliário e peças utilitárias de valor histórico da SERE

Teve sequência parceria firmada entre o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Iphan, que previa restauro de mobiliário histórico do acervo de diversas instituições em Brasília, incluindo o MRE. A parceria previa o restauro de um total de 18 móveis de relevância histórica e patrimonial do acervo do Itamaraty, pelos estudantes e equipe da Oficina Escola de Restauro Mobiliário. Foram entregues 5 móveis restaurados em novembro/2019, e 4 em fevereiro/2020. Os demais (9 móveis) tiveram atraso na realização do serviço devido à situação de pandemia de coronavírus, e foram entregues ao MRE em 2021.

Teve início em 2021, levantamento de tapetes e tapeçarias com necessidade de limpeza/restauro, no âmbito da elaboração de estudos preliminares para nova contratação prevista para 2022.

Além disso, foram realizadas ações cotidianas de organização, acondicionamento e conservação dos bens do acervo nas salas de Reserva Técnica e de Quarentena, criadas pela CGPH em 2019.

4.6.3 Movimentação de bens artísticos e históricos

Em 2021, foi concluída a tramitação processual referente à doação de 4 urnas funerárias marajoaras que estavam acondicionadas, por empréstimo, no Palácio da Alvorada, para o Museu Nacional/UFRJ, no Rio de Janeiro, configurando aporte do MRE para recomposição do acervo daquela importante instituição museológica, ante o incêndio ocorrido em setembro de 2018. De maneira a concretizar a doação, foi contratado serviço de transporte para as urnas, que foram recolhidas do Palácio da Alvorada, sob supervisão da CGPH, no dia 23/03/2021 e entregues no Museu Nacional no dia 25/03/2021.

Por meio de contrato de comodato, foram emprestados ao Exército Brasileiro sete bustos (bronze/fundição) de personagens históricos dos processos de independência de países da América Latina, sete pedestais (seis em mármore branco e um em madeira), e um quadro emoldurado (óleo sobre tela).

4.6.4 Tratamento e consolidação de informações acerca do acervo artístico e histórico do MRE

Teve continuidade a consolidação e tratamento informacional de bases de dados de antigos sistemas de patrimônio (SISPAT, ASI), bem como de inventários de bens culturais da SERE (INBMI-Iphan/2007; AIG-UnB/2018), reunindo as informações em base de dados única, que vem sendo utilizada com fonte para a gestão interna de dados, incluindo transição de gestão patrimonial para o SIADS (em articulação com a CPAT), e também para futura socialização de informações do acervo via plataforma Tainacan (ou similar). Além disso, foi realizada categorização dos bens do AHAR usando vocabulário controlado referencial do campo museal (Tesauro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros, de Helena Dodd Ferrez). Por fim, cumpre registrar a revisão e ampliação do Catálogo de Mobiliário Antigo e Moderno do MRE.

Verificação física do acervo artístico, histórico e de representação (AHAR) da SERE, para fins de inventário, incluindo procedimentos de classificação, medição, descrição, anotação do estado de conservação, dentre outros.

Em 2021, teve continuidade a verificação física do acervo (varredura) nas dependências da SERE (Palácio e Anexos, IRBr e ABC), que resultou em aproximadamente 3100 peças catalogadas como acervo do MRE.

Consolidação de informações de bens artísticos, históricos ou culturais, constantes dos Inventários de postos do exterior.

Em dezembro/2021 foram solicitados relatórios fotográficos do acervo histórico, artístico e de representação aos postos no exterior, a fim de cotejar informações com as planilhas de inventário de bens móveis de cada unidade.

Manifestação, ante consulta de postos no exterior, acerca de bens do acervo artístico, histórico e de representação

Em 2021 foram respondidas cerca de 56 consultas de Postos no exterior, com análise de solicitações de incorporação, doação, desfazimento, baixa patrimonial, comunicação de danos e extravio, dentre outras.

4.6.5 Pesquisa e Divulgação do Acervo

Dando continuidade à ação iniciada em outubro/2020, foram elaborados conteúdos (texto e fotos) para a divulgação de *posts* na página “História do Brasil no Itamaraty”, no Instagram e Twitter.

Também teve sequência a análise de solicitações e acompanhamento de filmagem e sessões de fotografias do Palácio Itamaraty, Anexos e do acervo, em cooperação com DA.

Resultado de gestões da CGPH (tratativas com familiares), foi obtido acesso ao arquivo de correspondências do embaixador Wladimir Murtinho. Em parceria com o ERESP, o material foi digitalizado e está sendo sistematizado.

Em conjunto com a DCLP, foi realizada pesquisa sobre eventual participação de Roberto Burle Marx no desenho dos jardins da residência da embaixada em Argel.

Foram realizadas ainda ações de divulgação em mídia do restauro da escultura Meteoro (atendimento de veículos de imprensa, gravação de entrevistas, produção de briefings, etc).

Visitação cívico-educativa do patrimônio artístico e histórico do Palácio Itamaraty

A equipe da CGPH realizou, em 2021, visitas mediadas temáticas/especiais ao Palácio Itamaraty para autoridades e demais situações de interesse institucional.

Em 2021, a unidade também realizou treinamento inicial, coordenação e fiscalização técnica mensal do contrato nº 27/2020, cujo objeto é a contratação de serviço de apoio (coordenador e equipe de educadores) para a visitação pública cívico-educativa ao Palácio Itamaraty, retomada em agosto/2021 com protocolos e condições especiais em função da pandemia de COVID-19. Seguem dados do número de visitantes por mês em 2021:

	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total	Média Mensal
Visitantes Brasileiros	243	498	591	572	506	2.410	482
Visitantes Estrangeiros	20	23	18	34	38	133	27
Total/mês	263	521	609	606	544	2.543	509

4.6.6 Procedimentos de monitoramento de bens artísticos e culturais nos Postos no exterior

A unidade atuou em 2021 para definição, junto à CPAT, em diálogo com DA e COR, de novos procedimentos ante casos de dano ou extravio de bens móveis patrimoniais permanentes, em virtude da extinção dos Termos Circunstanciados Administrativos (TCA). Foram criados dois novos instrumentos, o Comunicado de Dano ou Extravio (CDE) e o formulário de Apuração de Dano ou Extravio (ADE), e foram definidos fluxos diferenciados para casos específicos, incluindo o caso particular das

residências no exterior, e para demandas relacionadas a bens sob gestão da CGPH (AHAR).

4.6.7 Cooperação com ERERIO

Dando continuidade à contínua cooperação com o Ererio, a CGPH participou em visita de acompanhamento dos projetos a cargo do Instituto Pedra, com participação da CESC, em junho/2021.

4.7 Gestão de orçamento, finanças e contabilidade

4.7.1 Desempenho Orçamentário

O Projeto de Lei Orçamentária do Ministério das Relações Exteriores – MRE (Órgão 35000) para 2021 – PLOA 2021 foi apresentado ao Congresso Nacional no montante de R\$ 4.239.257.897,00 (quatro bilhões, duzentos e trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais), incluindo os créditos que compuseram o Órgão 93000 – Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição (Regra de Ouro).

O atraso na aprovação da LOA 2021 trouxe vários transtornos para o MRE, tendo em vista que o duodécimo liberado, nos termos do inciso V, art. 65, da LDO, se mostravam insuficientes ao atendimento das despesas continuadas da Pasta. Os valores liberados inicialmente, por meio do Decreto n° 10.625, de 11 de fevereiro de 2021, foram de R\$ 41.959.948,00 (quarenta e um milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais). Esse valor não cobria nem a folha de contratados locais dos Postos no exterior, que custava cerca de R\$ 42 milhões/mês.

Após gestões do MRE, foram liberados, adicionalmente, por meio da Portaria nº 2.417, de 1º de março de 2021, mais R\$ 20.669.849,00 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove reais) por mês, que foi o valor máximo autorizado pela LDO, considerando que o duodécimo incidia apenas sobre os valores do PLOA do órgão 35000 – MRE e não na soma dos créditos à conta da Regra de Ouro.

Os valores disponíveis para execução, até março, para o MRE, foram de R\$ 187.889.391,00 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, trezentos

e noventa e um reais). Esse valor, para ser gasto em 3 (três) meses, correspondeu a 10% do orçamento autorizado para o exercício, ou seja, pouco mais de 1/12 avos do orçamento final autorizado.

A situação crítica, que afetou a execução e o planejamento do Ministério, foi sanada somente com a aprovação da LOA, em 22 de abril de 2021.

No Congresso Nacional, o PLOA 2021, do MRE, sofreu uma redução de 0,91%, ou seja de R\$ 34.532.568,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais), reduzido em despesas discricionárias. Por outro lado, houve acréscimo de R\$ 4.230.000,00 (quatro milhões, duzentos e trinta mil reais) em emendas individuais.

Assim, o orçamento inicial do MRE, estabelecido pela Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA 2021), foi de R\$ 4.204.725.329,00 (quatro bilhões, duzentos e quatro milhões, setecentos e vinte e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais).

Desse montante 53%, ou seja, R\$ 2.233.799.629,00 (dois bilhões, duzentos e trinta e três milhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais) compuseram programação do Órgão 93000 – Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa, prevista no inciso III do art. 167 da Constituição, nas Unidades Orçamentárias 93379 – Recursos do Ministério das Relações Exteriores – Administração Direta (35101) e 93380 – Recursos da Fundação Alexandre de Gusmão (35201).

As programações constantes do órgão 93000 – Regra de Ouro foram autorizadas pelo Ministério da Economia, por meio dos seguintes atos, com respectivos valores, passando a compor o orçamento do órgão 35000 – Ministério das Relações Exteriores, sendo considerados créditos adicionais.

- (a) Portaria nº 5216 – Secretaria Especial de Fazenda/Ministério da Economia, de 11 de maio de 2021: R\$ 482.318.718,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, trezentos e dezoito mil, setecentos e dezoito reais);
- (b) Portaria nº 5545 – Secretaria Especial de Fazenda/Ministério da Economia, de 13 de maio de 2021: R\$ 777.372.299,00 (setecentos e setenta e sete milhões, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais);
- (c) Portaria nº 5933 – Secretaria Especial de Fazenda/Ministério da Economia, de 18 de maio de 2021: R\$ 570.869.411,00 (quinhentos e setenta milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e onze reais); e

- (d) Portaria nº 5216 – Secretaria do Tesouro e Orçamento/Ministério da Economia, de 11 de maio de 2021: R\$ 403.239.201,00 (quatrocentos e três milhões, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e um reais).

Além da incorporação dos créditos da Regra de Ouro ao orçamento do MRE, foram abertos créditos adicionais no montante de R\$ 276.287.739,00 (duzentos e setenta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta e nove reais) para reforço das dotações que se apresentaram insuficientes durante o exercício.

Para as despesas discricionárias foram R\$ 137.544.643,00 (cento e trinta e sete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais). Para as demais despesas foram R\$ 138.743.096,00 (cento e trinta e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil e noventa e seis reais).

A insuficiência de crédito foi motivada basicamente pela expressiva desvalorização do Real. O PLOA 2021 foi elaborado considerando a taxa de câmbio de R\$ 5,10/USD. Entretanto essa taxa chegou a R\$ 5,84/USD, em março, fechando o exercício em R\$ 5,5805/USD.

Quanto à programação orçamentária do exercício, ressalte-se a publicação do Decreto nº 10.686, de 22 de abril de 2021, que bloqueou R\$ 225.352.241,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais) do orçamento do MRE.

O Decreto nº 10.699, de 14 de maio de 2021, que “Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2021 e dá outras providências” estabeleceu limite para movimentação e empenho, no âmbito do MRE, até dezembro, de R\$ 1.748.595.432,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais), que era o valor total da dotação autorizada à época, incluindo as emendas individuais. Entretanto, este Decreto manteve o bloqueio de dotações do MRE no montante de R\$ 225,3 milhões.

Logo após a aprovação da LOA/2021 e a edição do Decreto 10.686/2021, o MRE iniciou gestões junto ao Ministério da Economia, evidenciando a necessidade do desbloqueio das dotações, bem como da recomposição do orçamento, para as despesas discricionárias, tendo em vista que os gastos do Estado brasileiro no exterior, cobertos

pelo orçamento do Itamaraty, somam cerca de 80% do total dos recursos do órgão. Tais despesas estão condicionadas a fatores como inflação em 140 diferentes países, variação cambial do real frente ao dólar e do dólar frente a mais de 100 diferentes moedas locais, além de condições de mercado específicas a cada uma das localidades onde estão sediadas as missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras. Assim, a redução da capacidade de execução orçamentária do Itamaraty no exterior para valores inferiores à previsão do orçamento inicial, seja nominalmente por efeito de contingenciamentos, seja em termos reais por conta da depreciação do real, implica o pagamento de multas e juros, podendo também importar em penalizações trabalhistas impostas pelas legislações locais, que regem as contratações de auxiliares locais.

O desbloqueio total das dotações ocorreu por meio do Decreto nº 10.760, de 30 de julho de 2021, que alterou o Decreto nº 10.699/2021.

Ao encerrar o exercício, o MRE contou com orçamento autorizado no montante de R\$ 4.481.013.068,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, treze mil e sessenta e oito reais), dos quais foram empenhados R\$ 4.376.526.538,00 (quatro bilhões, trezentos e setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais). O detalhamento da execução orçamentária do MRE encontra-se no quadro a seguir.

ORÇAMENTO MRE	Projeto de Lei	Corte no Congresso	LOA	Créditos	LOA + Créditos	Empenhado
Orçamento total aprovado na LOA	4.239.257.897	-4.532.568	4.204.725.329	276.287.739	4.481.013.068	4.376.526.538
Pessoal e encargos sociais	1.801.195.281	0	1.801.195.281	50.500.841	1.851.696.122	1.774.039.733
Benefícios	654.934.616	0	654.934.616	88.342.255	743.276.871	698.575.923
Discrecionárias	1.783.128.000	-38.762.568	1.744.365.432	137.544.643	1.881.910.075	1.899.713.424
Emendas Individuais	0	4.230.000	4.230.000	-100.000	4.130.000	4.197.457

Órgão 35000 - mre	2.005.458.268	-34.532.568	1.970.925.700	2.510.087.368	4.481.013.068	4.376.526.538
Pessoal e encargos sociais	776.282.279	0	776.282.279	1.075.413.843	1.851.696.122	1.774.039.733
Benefícios	413.920.288	0	413.920.288	329.356.583	743.276.871	698.575.923
Discrecionárias	815.255.701	-38.762.568	776.493.133	1.105.416.942	1.881.910.075	1.899.713.424
Emendas individuais	0	4.230.000	4.230.000	-100.000	4.130.000	4.197.457
Órgão 93000 – Regra de Ouro	2.233.799.629	0	2.233.799.629	-2.233.799.629	0	0
Pessoal e encargos sociais	1.024.913.002	0	1.024.913.002	-1.024.913.002	0	0
Benefícios	241.014.328	0	241.014.328	-241.014.328	0	0
Discrecionárias	967.872.299	0	967.872.299	-967.872.299	0	0

No caso das despesas discrecionárias, é importante observar que o valor empenhado (R\$ 1.889.713.424,00) é maior que o valor de Lei + Créditos (R\$ 1.881.910.075,00). Essa diferença é causada pela forma como o Tesouro Gerencial calcula os valores empenhados em moeda estrangeira. Ele faz a conversão dos valores pela taxa do último dia do ano, não importando a taxa realizada no momento do empenho. O empenho é feito na moeda local da UG. Na prática, é impossível realizar empenhos em valores superiores ao orçamento autorizado. O SIAFI não permite, apresentando a informação de que a conta de crédito disponível está sem saldo. Os valores de variação cambial constam do SIAFI na UG 240999 - Variação Cambial e pode ser obtida a partir de consulta detalhada, no Tesouro Gerencial, por ação orçamentária e por Unidade Gestora Executora.

4.7.2 Execução descentralizada com Transferência de Recursos

As transferências de recursos para outros órgãos (destaques) totalizaram R\$ 3.489.376,17 (três milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e dezessete centavos)

Do montante acima, R\$ 1.540.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta mil reais) foram da Ação 20XO – Cooperação Humanitária Internacional, sob gestão da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, em favor do Ministério da Defesa, para cobrir despesas com a missão humanitária multidisciplinar brasileira ao Haiti, em resposta emergencial ao terremoto ocorrido em 14/08/2021.

Outros R\$ 335.793,20 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e vinte centavos) foram da Ação 2000 – Administração da Unidade – Administração Geral, a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, em favor da Central de Compras do Ministério da Economia. Desses, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) foram para despesas com TAXIGOV e R\$ 295.793,20 (duzentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e vinte centavos), para despesas com Almoxarifado Virtual.

Foram também descentralizados R\$ 863.582,97 (oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos), da ação 2000 – Administração da Unidade – Apoio Logístico à Missões Oficiais do presidente e do vice-presidente da República, sob a responsabilidade do Departamento do Serviço Exterior – DSE, em favor da Vice-Presidência da República – VPR, destinados a cobrir despesas com diárias de servidores da VPR que compuseram ESCAV e comitiva nas viagens do vice-presidente a Luanda, Lima, Cairo e Praia.

Foram descentralizados também R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para atender despesas relacionadas à ação 00CC – Concessão de bolsas de estudos a candidatos afrodescendentes à carreira diplomática.

Renúncia de receitas

Este item não se aplica ao MRE.

Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

O MRE não teve projetos ou programas financiados com recursos externos em 2020.


4.7.3 Desempenho financeiro e informações contábeis

O principal obstáculo identificado na gestão orçamentária/financeira de 2021 foi a desvalorização cambial ocorrida no exercício, que demandou gestões junto a Secretaria de Orçamento Federal – SOF e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Economia. Esse obstáculo provocou insegurança no planejamento orçamentário/financeiro, uma vez que os créditos orçamentários e correspondente limite para pagamentos só ocorreram em novembro de 2021.

Demonstrações contábeis

Encontram-se na seção Anexos e Apêndices os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 19/01/2022	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALORES EM MILHARES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2021	2020
INGRESSOS		79.331,99	65.621,62
Receita Tributária		10.032.504,39	9.001.663,84
Receita de Contribuições		149.259,36	150.319,00
Receita Patrimonial		-	-
Receita Agropecuária		427,39	593,17
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		4.037,41	4.198,08
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		41,82	131,29
Transferências Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e do Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intergovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		9.878.738,39	8.546.422,30
Ingressos Extraorçamentários		2.917,84	776,79
Transferências Financeiras Recebidas		8.635.316,70	8.552.447,45
Anexação de Outra Unidade		51.598,88	85.163,78
Variação Cambial		1.173.470,16	121.470,17
Valores em Trânsito		3.661,47	21.617,64
Ajuste Acumulado da Conversão		11.773,34	64.899,48
DESEMBOLSOS		-9.953.172,40	-8.936.042,22
Pessoal e Demais Despesas		-4.066.184,29	-4.060.487,66
Legislativo		-27,45	-
Judiciário		-	-5,74
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-2.935,72	-3.620,01
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-18,41	-
Relações Exteriores		-3.654.848,40	-3.648.813,26
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-400.886,66	-401.802,97
Saúde		-	-1.551,59
Trabalho		-	-
Educação		-37,92	-25,53
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-55,14	-98,48
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-863,29	-63,11
Ciência e Tecnologia		-140,88	-

Carla Maria Alves de Souza
 COF-Setorial - Contábil
 Carla Maria Alves de Souza



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSION 19/01/2022	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR		VALORES EM MILHARES DE REAL	

	2021	2020
Agricultura	-5.763,22	-3.858,93
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-183,74	-522,00
Energia	-336,74	-
Transporte	-74,82	-52,26
Desporto e Lazer	-	-2,24
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	0,07	0,46
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-200.175,91	-234.954,31
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-175.748,86	-169.301,12
Outros Desembolsos Operacionais	-24.427,05	-65.653,19
Despesas Extraorçamentárias	-5.886.812,30	-4.640.680,26
Transferências Financeiras Concedidas	-4.035,77	-1.555,39
Variação Cambial	-4.583.103,83	-4.535.818,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.999.672,50	-103.306,74
INGRESSOS	-37.312,44	-37.368,04
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-37.312,44	-37.368,04
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-37.071,72	-36.388,85
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-240,73	-979,20
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42.619,55	38.253,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	296.746,85	278.515,07

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 18/01/2022	PAGINA 3
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
ÓRGÃO SUPERIOR		VALORES EM MILHARES DE REAL	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2021	2020
		340.788,19	299.769,65

Paulina Alves de Souza
 Paulina Alves de Souza
 COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA				SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
RECEITAS CORRENTES	128.303,76	128.303,76	153.765,99		25.462,23
Receitas Tributárias	124.549,17	124.549,17	149.259,36		24.710,19
Impostos	-	-	-		-
Taxas	124.549,17	124.549,17	149.259,36		24.710,19
Contribuições de Melhoria	-	-	-		-
Receitas de Contribuições	-	-	-		-
Contribuições Sociais	-	-	-		-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-		-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Prof.	-	-	-		-
Receita Patrimonial	668,61	668,61	427,39		-241,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	668,61	668,61	427,39		-241,22
Valores Mobiliários	-	-	-		-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-		-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-		-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-		-
Cessão de Direitos	-	-	-		-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-		-
Receita Agropecuária	-	-	-		-
Receita Industrial	-	-	-		-
Receitas de Serviços	3.085,98	3.085,98	4.037,41		951,43
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.085,98	3.085,98	4.037,41		951,43
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-		-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-		-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-		-
Outros Serviços	-	-	-		-
Transferências Correntes	-	-	-		-
Outras Receitas Correntes	-	-	41,82		41,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-		-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	41,82		41,82
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-		-
Demais Receitas Correntes	-	-	-		-
RECEITAS DE CAPITAL	2.225.130,13	2.225.130,13	-		-2.225.130,13
Operações de Crédito	2.225.130,13	2.225.130,13	-		-2.225.130,13
Operações de Crédito Internas	2.225.130,13	2.225.130,13	-		-2.225.130,13
Operações de Crédito Externas	-	-	-		-
Alienação de Bens	-	-	-		-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-		-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-		-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-		-
Amortização de Empréstimos	-	-	-		-
Transferências de Capital	-	-	-		-
Outras Receitas de Capital	-	-	-		-

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	20000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSÃO 19/01/2022	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR		VALORES EM MILHARES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.353.433,89	2.353.433,89	153.785,99	-2.199.647,90
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.353.433,89	2.353.433,89	153.785,99	-2.199.647,90
DEFICIT	2.353.433,89	2.353.433,89	153.785,99	-2.199.647,90
TOTAL	2.353.433,89	2.353.433,89	4.223.754,61	4.223.754,61
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superveniência Financeira	-	277.588,11	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-277.588,11
Créditos Cancelados	-	-	-	-
		277.588,11	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.134.492,24	4.420.263,61	4.330.319,72	4.200.207,38	4.152.401,88	90.233,89
Pessoal e Encargos Sociais	1.792.567,80	1.842.839,24	1.765.489,29	1.764.889,29	1.722.611,09	77.349,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.341.884,44	2.577.714,37	2.564.830,43	2.435.318,08	2.429.790,59	12.883,52
DESPESAS DE CAPITAL	55.766,44	47.283,17	47.200,88	33.567,06	33.486,32	62,29
Investimentos	55.766,44	47.283,17	47.200,88	33.567,06	33.486,32	62,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.190.218,68	4.467.516,78	4.377.520,61	4.233.774,44	4.185.888,20	90.296,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.190.218,68	4.467.516,78	4.377.520,61	4.233.774,44	4.185.888,20	90.296,18
TOTAL	4.190.218,68	4.467.516,78	4.377.520,61	4.233.774,44	4.185.888,20	90.296,18

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	2021	PERÍODO	Anual
EMISSÃO	19/01/2022	PÁGINA	9
VALORES EM MILHARES DE REAL			

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	17.552,30	85.442,94	70.527,44	70.456,59	15.208,82	16.829,74
Pessoal e Encargos Sociais	146,40	624,59	391,88	391,88	146,40	232,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.905,80	84.818,35	70.135,56	70.064,71	15.062,42	16.597,03
DESPESAS DE CAPITAL	1.192,71	3.110,65	3.826,13	3.826,13	297,29	180,01
Investimentos	1.192,71	3.110,65	3.826,13	3.826,13	297,29	180,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.244,92	88.553,60	74.353,57	74.282,71	15.506,05	17.009,75

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.095,53	45.373,64	43.502,01	0,58	2.966,60
Pessoal e Encargos Sociais	-	40.445,55	40.445,55	-	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-0,00
Outras Despesas Correntes	1.095,53	4.928,09	3.056,45	0,58	2.966,60
DESPESAS DE CAPITAL	0,55	-	-	-	0,55
Investimentos	0,55	-	-	-	0,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-0,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-0,00
TOTAL	1.096,08	45.373,64	43.502,01	0,58	2.967,14

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.373.567,36	10.227.838,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	153.296,73	153.210,06
Impostos	-	-
Taxas	153.296,73	153.210,06
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Remuneração Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	427,39	1.896,54
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	427,39	1.896,54
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.173.470,33	121.503,36
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,17	6,09
Variações Monetárias e Cambiais	1.173.470,16	121.497,17
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	8.639.332,10	8.613.463,81
Transferências Intragovernamentais	8.635.316,70	8.556.074,44
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	1.123,16	-1.168,82
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.892,24	58.547,59
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.356.568,49	1.251.411,15
Reavaliação de Ativos	2.161.503,64	1.018.710,73
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	162.339,88	219.730,76
Ganhos com Desincorporação de Passivos	32.725,18	12.969,66
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	50.472,32	86.353,21
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSION 18/01/2022	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR		VALORES EM MILHARES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reverso de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	50.472,32	86.353,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	16.189.304,10	9.298.468,01
Remuneração a Pessoal	1.827.533,61	1.815.318,61
Encargos Patronais	1.246.957,17	1.282.317,54
Benefícios a Pessoal	215.873,71	201.716,45
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	494.702,73	451.284,62
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	423.283,00	422.588,25
Aposentadorias e Reformas	299.885,21	299.518,23
Pensões	123.168,51	122.883,60
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	229,28	186,22
Uso de Material de Consumo	1.467.848,54	1.543.484,46
Serviços	24.531,61	21.732,32
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.424.829,07	1.492.278,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.487,87	28.473,26
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.099.672,60	103.366,88
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	0,14
Descontos Financeiros Concedidos	1.099.672,60	103.306,74
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.620.557,83	4.626.965,02
Transferências Intergovernamentais	4.583.103,92	4.539.459,95
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	34.841,96	85.558,48
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.811,65	21.946,58
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	204.800,71	288.756,96
Perdas com Alienação	6.643,02	7.588,14
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	18,58	187,97
Desincorporação de Ativos	12.967,59	14.342,16
	185.171,52	268.638,70

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil

BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2021

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

19/01/2022

PÁGINA

3

SUBTÍTULO

35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VALORES EM MILHARES DE REAL

ÓRGÃO SUPERIOR

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.119,40	11.631,62
Contribuições	14,39	2,06
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	3.105,01	11.629,56
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	442.488,71	386.416,21
Resultado Negativo de Participações	42,69	6,99
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	1.392,04	858,36
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	441.054,08	385.550,85
	2.184.263,27	929.370,01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2021	2020
--	------	------

Paulimar Alves de Souza
 Paulimar Alves de Souza
 COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/01/2022	PÁGINA 1
VALORES EM MILHARES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	376.672,27	328.071,14	PASSIVO CIRCULANTE	271.389,41	252.843,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	340.788,19	298.768,65	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	111.485,48	75.380,52
Créditos a Curto Prazo	24.891,91	18.365,53	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	24.891,91	18.365,53	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.355,94	3.740,79
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	13,17	13,17
Estoques	11.082,17	10.936,96	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPOs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	153.614,82	173.708,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.333.466,06	3.122.400,82	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	26.659,84	24.638,44	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	26.659,84	24.638,44	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	26.659,84	24.638,44	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	271.389,41	252.843,03
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	323,01	336,07
Imobilizável	5.289.410,73	3.080.981,71	Resultados Acumulados	5.438.463,91	3.197.292,06
Bens Móveis	403.672,34	392.180,62	Resultado do Exercício	2.184.283,27	929.370,01
Bens Móveis	675.055,89	645.811,61	Resultados de Exercícios Anteriores	3.267.827,88	2.278.516,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-271.383,55	-263.631,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	-13.905,24	-11.593,08
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	[1] Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	4.885.738,40	2.688.801,09	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.438.748,92	3.197.628,93
Bens Imóveis	4.880.394,83	2.680.725,32			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.656,43	-1.924,23			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	17.386,46	16.789,87			
Softwares	16.412,20	15.840,32			
Softwares	16.412,20	15.840,32			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	984,23	940,35			

Carolina Alves de Souza
Carolina Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSION 18/01/2022	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR		VALORES EM MILHARES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	984,23	940,35			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução no Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução no Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	5.710.138,33	3.450.471,95	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.710.138,33	3.450.471,95

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	342.817,28	354.548,32	PASSIVO FINANCEIRO	215.481,23	156.420,83
ATIVO PERMANENTE	5.367.321,07	3.145.923,63	PASSIVO PERMANENTE	216.590,44	201.570,36
			SALDO PATRIMONIAL	5.278.866,66	3.092.480,76

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	18.388,34	26.797,45	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	666.774,08	639.580,31
Atos Potenciais Ativos	18.388,34	26.797,45	Atos Potenciais Passivos	666.774,08	639.580,31
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Convenientes e Outros Instrumentos Cong	18.044,90	26.470,56	Obrigações Convenientes e Outros Instrumentos C	5.735,43	5.673,83
Direitos Contratuais	343,45	326,89	Obrigações Contratuais	661.038,65	633.907,27
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	18.388,34	26.797,45	TOTAL	666.774,08	639.580,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	127.687,83
Recursos Vinculados	-251,00
Educação	53,19
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.619,08
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-5.463,96
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	3.505,15
Outros Recursos Vinculados	35,83
TOTAL	127.436,83

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2021	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	EMISSÃO	19/01/2022	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR		VALORES EM MILHARES DE REAL			

INGRESSOS			DESPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	153.765,99	155.241,54	Despesas Orçamentárias	4.377.520,61	4.310.078,15
Ordinárias	44.808,68	43.616,34	Ordinárias	3.766.861,38	2.448.733,95
Vinculadas	112.789,55	115.152,38	Vinculadas	610.659,23	1.861.344,20
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	1.200,00	6.089,59
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	112.789,55	115.152,38	Seguridade Social (Exceto Previdência)	328.106,18	152.915,40
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.831,23	-3.527,18	Previdência Social (RPPS)	155.539,07	303.548,88
			Divida Publica	125.813,98	1.286.319,70
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		109.896,26
			Outros Recursos Vinculados		2.573,97
Transferências Financeiras Recebidas	8.635.316,70	8.552.447,45	Transferências Financeiras Concedidas	4.583.103,83	4.535.818,13
Resultantes da Execução Orçamentária	8.506.397,61	8.502.641,35	Resultantes da Execução Orçamentária	4.346.524,25	4.260.307,81
Cota Recebida	4.158.868,27	4.238.241,06	Repasse Concedido	15.564,88	11.688,83
Repasse Recebido	16.676,33	16.428,34	Sub-repasse Concedido	4.312.964,30	4.246.776,67
Sub-repasse Recebido	4.312.965,97	4.246.776,67	Cota Devidida		622,06
Sub-repasse Devidido	17.887,04	1.105,28	Sub-repasse Devidido	17.995,07	1.222,26
Independentes da Execução Orçamentária	128.919,09	49.806,10	Independentes da Execução Orçamentária	236.579,58	275.510,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	127.574,52	47.236,61	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	34.260,67	37.468,95
Demais Transferências Resultantes	60,76	3,71	Demais Transferências Concedidas	414,72	36,35
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.283,79	2.565,79	Movimento de Saldos Patrimoniais	201.904,19	238.004,61
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.435.054,38	426.538,68	Pagamentos Extraorçamentários	1.221.493,09	260.077,73
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	47.886,44	45.275,57	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	43.502,01	47.011,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	143.746,17	87.278,72	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	74.262,71	108.204,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.917,84	776,79	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.035,77	1.555,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.240.503,93	293.207,53	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.099.672,60	103.306,74
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,07	9,46	Variação Cambial	1.099.672,60	103.306,74
Anulação de Outra Unidade	51.598,88	85.183,78			
Variação Cambial	1.173.470,16	121.487,19			
Valores em Trânsito	3.661,47	21.617,64			
Ajuste Acumulado de Conversão	11.773,34	64.899,48			
Saldo do Exercício Anterior	298.768,65	270.515,07	Saldo para o Exercício Seguinte	340.788,19	298.768,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	298.768,65	270.515,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	340.788,19	298.768,65
TOTAL	10.522.965,72	9.404.742,68	TOTAL	10.522.965,72	9.404.742,68

Paulimar Alves de Souza
Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil

Denominação completa (Órgão Superior)

Código do Órgão

Ministério das Relações Exteriores

35000

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nr. 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nr. 1.133/2008, relativos ao exercício de 2021, dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial.

Relação de órgãos/UGs subordinados que apresentaram Declaração Plena:

240001, 240002, 240003, 240004, 240007, 240012, 240013, 240015, 240016, 240018, 240019, 240021, 240022, 240025, 240027, 240030, 240031, 240033, 240034, 240036, 240037, 240038, 240041, 240043, 240044, 240045, 240046, 240047, 240049, 240050, 240051, 240052, 240053, 240055, 240056, 240060, 240061, 240062, 240063, 240064, 240065, 240067, 240069, 240070, 240071, 240072, 240073, 240074, 240075, 240076, 240077, 240079, 240080, 240082, 240083, 240084, 240086, 240088, 240089, 240091, 240092, 240093, 240094, 240095, 240096, 240097, 240098, 240099, 240100, 240213, 240214, 240216, 240217, 240218, 240220, 240221, 240222, 240223, 240226, 240228, 240229, 240230, 240232, 240233, 240234, 240235, 240238, 240239, 240240, 240241, 240242, 240243, 240245, 240246, 240248, 240249, 240250, 240251, 240253, 240254, 240255, 240257, 240259, 240260, 240262, 240263, 240268, 240269, 240270, 240271, 240275, 240276, 240277, 240278, 240279, 240280, 240281, 240282, 240283, 240286, 240287, 240288, 240289, 240290, 240291, 240293, 240294, 240295, 240296, 240300, 240303, 240306, 240999.


Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Brasília

Data: 10/03/2022

Contador Responsável: Paulimar Alves de Souza

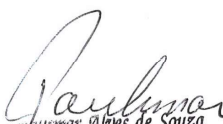
CRC nr: 3458


Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nr. 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nr. 1.133/2008, relativos ao exercício de 2021 dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a(s) ressalva(s) por órgão apresentada(a) abaixo.

Ressalvas:

UG	Descrição da Unidade Gestora – UG	Restrição
240005	COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	606
240009	DEPARTAMENTO DO SERVICO EXTERIOR - MRE	683/701/772
240010	DEPTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	674
240011	DEPARTAMENTO DO SERVICO EXTERIOR - MRE	674
240017	ESCRITÓRIO FINANCEIRO EM NOVA IORQUE	632
240035	EMBAIXADA DO BRASIL EM LONDRES	737
240054	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM SÃO FRANCISCO	632
240057	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM MADRI	737/772
240066	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM ATLANTA	772
240068	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM AMSTERDÃ	772
240078	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM WASHINGTON	737
240081	DELEGAÇÃO DO BRASIL/MRE JUNTO A UNESCO	612/632
240085	EMBAIXADA DO BRASIL EM ROMA	612/772
240087	EMBAIXADA DO BRASIL EM WASHINGTON	632
240090	DELEGAÇÃO DO BRASIL/MRE JUNTO A ONU	612
240215	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM ZURIQUE	737
240227	EMBAIXADA DO BRASIL EM KIEV	772
240247	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM MONTREAL	612
240261	CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM MONTEVIDEO	737
240285	EMBAIXADA DO BRASIL EM AMÃ	696/772
240292	EMBAIXADA DO BRASIL EM TEL AVIV	737



Paulina
Guimarães Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil

Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2021

Foram registradas as seguintes restrições em 21 unidades gestoras ligadas ao Ministério das Relações Exteriores no encerramento do exercício de 2021:

Restrição	Quantidade de UGs
606	1
612	4
632	5
737	6
674	2
772	6
696	1
683	1
701	1

Foram desconsideradas as restrições apresentadas como variação cambial, resultante da execução por parte das unidades gestoras no exterior.

Efetivamente, verifica-se que do total de UGs com restrição, 17 delas estão no exterior.

Outro obstáculo à resolução dos problemas é a especificidade da execução orçamentária e financeira no exterior, que gera frequentes demandas à CCONT/STN para criação de situações e eventos específicos para atender a operação dessas UGs no SIAFI.

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças está envidando esforços no estabelecimento de procedimentos de acompanhamento, controle e correção das restrições ocorridas na execução no SIAFI.

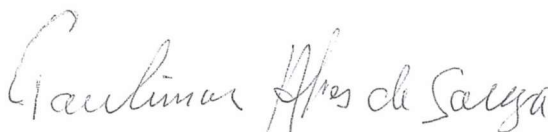
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Brasília

Contador Responsável: Paulimar Alves de Souza

Data: 10/03/2022

CRC nr: 3458



Paulimar Alves de Souza
COF-Setorial - Contábil

Declaração sobre Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial – 2021

Considerando a Declaração com Ressalvas do Contador, relacionamos abaixo as principais e mais recorrentes restrições ocorridas nas Unidades Executoras do MRE no exercício de 2021:

Restrição	Título	Grupo	Descrição
632	SALDO ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. ATIVO. NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO	212	INDICA O DESEQUILIBRIO DE SALDO NAS CONTAS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO
737	DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299	PELA UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS E SITUAÇÕES DO CPR, ACARRETANDO REGISTROS EM CONTAS CONTÁBEIS INDEVIDAS, COM PREJUÍZO NA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.
772	DESEQUILIBRIO ENTRE AS CLASSES	299	INDICA O DESEQUILIBRIO ENTRE AS CLASSES DE CONTAS QUE POR SUAS CARACTERÍSTICAS DEVEM GUARDAR CORRESPONDÊNCIA ENTRE OS VALORES.

O Ministério das Relações Exteriores – MRE dispõe de uma Setorial Contábil sob o número 240006 – Setorial de Contabilidade/MRE, sob a titularidade de Contador responsável, sendo também responsável por todas as Unidades Gestoras Executoras do Ministério.

A Setorial Contábil está subordinada à Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, conforme Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, que conta com a seguinte estrutura de funções: 1 (uma) FCPE 101.4, 1 (uma) FCPE 101.3 e 2 (duas) FCPEs 102.2.

Vale ressaltar que as Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE – vieram reforçar o Sistema de Contabilidade. O MRE conta com 1 GSISTE do sistema contábil, e não tem resolvido o problema de lotação da setorial, tendo em conta a carência de pessoal qualificado disponível na administração pública federal para ocupar tais gratificações.

No encerramento do exercício de 2021 foram registradas as seguintes restrições em 21 (vinte e uma) unidades gestoras do MRE:

Restrição	Quantidade de UGs
606	1
612	4
632	5
737	6
674	2
772	6
696	1

683	1
701	1

As principais causas das restrições em unidades gestoras, tanto dentro, como fora do território nacional são:

- (a) constante rotatividade de pessoal, característica das carreiras integrantes do órgão;
- (b) janelas de operação no SIAFI reduzidas, devido aos fusos horários distintos; e
- (c) especificidades impostas por realidades diversas dos países nos quais estão localizadas.

A Setorial Contábil vem envidando esforços no sentido de padronização dos procedimentos contábeis e das ações corretivas das inconsistências identificadas.

Brasília, 07 de março de 2022.



SILVIA MARIA DA SILVA STEMLER
CPF: 184.555.301-20
Coordenadora-Geral de Orçamento e Finanças
Ministério das Relações Exteriores